

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social

André Ricardo Barbosa Duarte

**MÉTRICAS EDUCACIONAIS E AS DIMENSÕES TÉCNICA E SOCIOPOLÍTICA
DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Belo Horizonte

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social

André Ricardo Barbosa Duarte

**Métricas educacionais e as dimensões técnica e sociopolítica de instrumentos de políticas
públicas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marisa Ribeiro T. Duarte

Belo Horizonte

2021

D812m Duarte, André Ricardo Barbosa, 1978-
T Métricas educacionais e as dimensões técnica e sociopolítica de instrumentos de políticas públicas [manuscrito] / André Ricardo Barbosa Duarte. - Belo Horizonte, 2021.
241 f. : enc. il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Marisa Ribeiro Teixeira Duarte.
Bibliografia: f. 217-241.

1. Educação -- Teses. 2. Testes e medidas educacionais -- Teses. 3. Estatística educacional -- Teses. 4. Educação -- Políticas públicas -- Teses. 5. Educação -- Políticas públicas -- Avaliação -- Teses. 6. Indicadores educacionais -- Avaliação -- Teses. 7. Educação e Estado -- Teses.

I. Título. II. Duarte, Marisa Ribeiro Teixeira. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.21



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
FOLHA DE APROVAÇÃO

MÉTRICAS EDUCACIONAIS E AS DIMENSÕES TÉCNICA E SOCIOPOLÍTICA DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDRÉ RICARDO BARBOSA DUARTE

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 14 de maio de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Marisa Ribeiro Teixeira Duarte - Orientador
UFMG
Prof(a). Janete Flor de Maio Fonseca
UFOP
Prof(a). José Irineu Rangel Rigotti
UFMG
Prof(a). Maurício Estevam Cardoso
PBH
Prof(a). Tarcisio Rodrigues Botelho
UFMG

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 18/02/2022, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1265099** e o código CRC **5A8F6BCD**.

Dedico esta tese à minha esposa, Paula Ricelle de Oliveira, e à minha enteada, Iandra Rebeca Ricelle de Oliveira, representantes da luta e da perseverança das mulheres, presentes em todos os dias da educação pública.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, que, em março de 2017, propôs-me o desafio desta pesquisa, e juntos trabalhamos para chegar neste resultado. Registro que as sessões de orientação, além de uma aprendizagem contínua, foram momentos de um bate-papo muito descontraído e de troca de ideias, sempre marcados por muito bom humor (de ambos) e por uma verve crítica típica de um debate entre uma socióloga e um historiador. Algumas dessas ideias, com certeza, irão reverberar em minhas aulas na Educação Básica.

À professora Janete Flor de Maio Fonseca e ao professor Tarcísio Botelho Rodrigues, mestres de longa data, desde meu ingresso na graduação, em 1998, na Fundação Monsenhor Messias, na cidade de Sete Lagoas, e depois na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Esse agradecimento é uma homenagem à memória e aos ensinamentos que perpassam o tempo e, agora, no fim de uma jornada de pesquisa, resolveram se encontrar em muitas leituras, ideias, hipóteses e argumentos, que me fizeram lembrar as aulas de outros tempos. Não é um agradecimento sobre hoje, sobre o presente... É um agradecimento sobre o tempo, sobre trajetórias, sobre um conhecimento de longa duração. Muito, muito obrigado.

Ao professor José Irineu Rigotti Rangel, pelas aulas e discussões, que me encorajaram a seguir a jornada de estudos no campo da demografia e educação. Riquíssimas as aulas, as sugestões e as correções necessárias para compor este trabalho e me animar para trabalhos futuros. Descobri o gosto pelos estudos no campo da demografia, e essa foi uma condição importante para ler, ler e ler cada vez mais e compreender que uma pesquisa vai além de uma literatura já conhecida e apropriada.

À minha esposa, Paula Ricelle, pela jornada trilhada. Esta tese tem um pouco de nós. Dos nossos planos – muitos, por sinal –, que são pensados e realizados juntos. Como tenho dito, a vida é uma grande ironia... Eu, ateu convicto, casei-me com uma Deusa.

À minha mãe, Edite Duarte, e ao meu pai, Vicente Barbosa, exemplos de trabalhadores(as) deste país, que confiam e acreditam na educação. Trabalharam por toda a vida para garantir que nenhum dos seus seis filhos perdessem sequer um dia de aula. Exigiriam e cobraram empenho e, em troca, deram todas as condições materiais, o carinho e os puxões de orelha necessários. Hoje, agradeço e entrego aqui um trabalho que tem as mãos e as vozes deles, desde o incentivo às primeiras letras até a escrita das considerações finais.

Aos meus irmãos Andrey (*in memoriam*), Alisson, Alexandre, Aline e Andrey Cristian e à minha linda sobrinha Manuela Lima Duarte, por serem meu elo com passado e com o

futuro. Sem vocês não seria possível acreditar na força e na representação de todo meu trabalho em sala de aula e nas lutas diárias por aquilo que acreditamos ser justo para todos e todas.

À minha enteada, Iandra Ricelle, pelo carinho paternal despertado, pela amizade, pelo respeito, pelas aventuras e desventuras que só um pai e uma filha poderiam compartilhar. E, principalmente, por gostar e dividir muito açaí e muitos pães de queijo até agora... Muito obrigado por ser e fazer da minha vida.

À Dona Maria Helena, minha sogra/mãe, pelo carinho, que nos enche de alegria e anima diariamente. Sua luta para criar e cuidar da sua família deve ser lembrada eternamente. Mais uma mulher de luta e muita coragem que nos inspira e nos faz lembrar da importância de ter esperança.

Aos meus amigos e amigas Daniel Braga, Fran, Fran Reis, Lorena, Gley, Bia, Eduardo e Ana Cecilia, pelo bate-papo, pelas fofocas e afins, regados por argumentos acadêmicos, cervejas e muitas (e boas) gargalhadas – presenciais e nas redes sociais. Um doutorado não é apenas uma tese; é um agregado de amizades que se faz entre uma leitura e outra, entre uma reunião e outra, entre um desabafo e outro... Muito, muito obrigado. Em especial, agradeço ao meu grande parceiro de pesquisa Daniel Braga, com quem, desde 2011, compartilho os bons momentos e os apertos inerentes à vida acadêmica.

Ao meu amigo de longa data, professor Tiago Jorge, que, desde o curso de políticas públicas no DCP/UFMG, em 2004, vem contribuindo com ideias e muita cerveja gelada nesta trajetória acadêmica. Neste ano, celebramos mais de 15 anos de amizade, e esta tese teve um grande incentivo de sua parte. Valeu, meu amigo... Muito obrigado.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da FAE/UFMG e aos(às) colegas que compartilharam as diversas disciplinas cursadas.

Aos(às) funcionários(às) do Programa de Pós-graduação em Educação da FAE/UFMG.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Contagem, pela luta incansável.

Aos meus bons amigos e amigas das 13 escolas em que já trabalhei nessa rede ao longo de 18 anos de carreira no magistério público: EM Coronel Antônio Augusto (2003 a 2004), EM Rita Carmelinda (2003), EM Coronel Joaquim Antônio da Rocha (2004), EM Josefina de Souza Lima (2005), EM Paulo Cesar Cunha (2005 a 2008), Projeto Ceasa Cidadã (2006 a 2008), EM Pedro de Alcântara Júnior (2009), EM Hilton Rocha (2009 a 2010), EM Pedro Pacheco de Souza (2005, 2011 e 2012), EM Ivan Diniz Macedo (2010, 2013 e 2016),

EM Dona Babita Camargos (2015), EM Professor Sebastião Camargos (2016 e 2021) e EM Francisco Sales Diniz (2019 a 2021). Os coletivos de educadoras e educadores dessas escolas ajudaram e apoiaram de uma maneira ímpar este trabalho, tanto por mensagens via redes sociais quanto pessoalmente, nas assembleias, reuniões de representantes, nas escolas, etc. A luta resulta em muito mais do que vitórias, resulta em amizades.

Resumo

Esta tese tem por objeto dois instrumentos específicos das políticas públicas: os Censos Populacionais e os Censos Escolares. O objetivo geral é investigar a construção de métricas educacionais, mediante a produção de dados e indicadores decorrentes desses instrumentos. A sociologia política da ação pública configura o quadro analítico de abordagem, e a revisão da literatura a respeito dos recenseamentos populacionais e escolares aponta este quadro de análise como proveniente da interseção entre as áreas de conhecimento da Sociologia Política, da Estatística, da Demografia, da História Social e da Educação. O argumento em análise considera que a organização de dados educacionais e escolares constitui um instrumento de políticas públicas e que esses dispositivos técnicos e sociopolíticos articulam as relações entre o poder administrativo (governos) e os administrados (governados). O estudo foi organizado em quatro capítulos. Inicialmente, sintetiza a trajetória e o processo de construção da pesquisa com a descrição do objeto, dos objetivos e relata as razões que levaram às escolhas adotadas nesta tese. Após essa introdução, segue o capítulo que sintetiza o quadro analítico da pesquisa, com fundamento na abordagem neoinstitucionalista, de inspiração francesa. Esta abordagem considera as políticas públicas como capacidades coletivas de regular as sociedades, mediadas por diferentes conhecimentos socialmente difundidos e por atores, tanto nos governos quanto na sociedade. O capítulo subsequente realiza um estudo retrospectivo da construção dos instrumentos que viabilizaram os recenseamentos da população no Brasil, durante o período colonial e imperial. O objetivo nesse momento é demonstrar como, historicamente, as primeiras métricas foram construídas e como orientaram conhecimentos sobre a população e a situação educacional. No capítulo seguinte, foram estudadas as interseções entre os instrumentos utilizados para coligir dados sobre a educação escolar no Brasil. Neste capítulo, são analisados a composição dos registros administrativos produzidos pelas províncias entre os anos de 1834 e 1889 e os dados educacionais coletados pelos censos populacionais de 1890, 1900, 1910 e 1920. O capítulo indica a construção dos primeiros róis de dados educacionais e escolares e as estatísticas deles advindas, bem como a elaboração dos primeiros indicadores a respeito do progresso da educação escolar no país. No último capítulo, foram analisados os instrumentos utilizados na coleta de dados escolares no período da Primeira República (1889 a 1930). Os objetivos foram demonstrar como diferentes métricas influenciaram a construção inicial dos Censos Escolares no Brasil e as diferenças e associações estabelecidas entre as estatísticas escolares (dados provenientes dos registros administrativos e dos Censos Escolares) e as estatísticas educacionais (produto dos Censos Demográficos). Ao final, a tese conclui que diferentes métricas são resultantes da ação pública em momentos historicamente situados, e as mudanças nelas ocorridas ao longo do tempo colocam os processos de produção dos dados e indicadores educacionais como um componente de aferição do progresso do país.

Palavras-chave: Instrumentos de políticas públicas educacionais. Censos educacionais. Métricas educacionais.

Abstract

This thesis focuses on specific public policy instruments: population censuses and school censuses. The general objective is to investigate the construction of educational metrics, through the production of data and indicators resulting from these instruments. This thesis also investigates how different metrics are related to changes in the administrative power of the country. The political sociology of public action configures the analytical framework of approach, and the literature review, in relation to population and school censuses, indicating this framework of analysis as deriving from the intersection of the fields of knowledge of political sociology, statistics, demography, social history, and education. Such argument considers that the organization of educational and school data constitute public policy instruments which in turn become technical and sociopolitical devices articulating the relations between administrative power (governments) and the administered (governed). This study is organized in four chapters. To begin, the introduction summarizes the trajectory and processes of this investigation with the description of the object and the objectives, and presents the reasons that led to the choices adopted in this thesis. The introduction is followed by a chapter that synthesizes the analytical framework of the research, based on the French neo-institutionalist approach. It considers public policies as collective capacities regulating societies, mediated by different and socially widespread knowledge and by actors in both governments and society. The subsequent chapter conducts a retrospective study of the development of the instruments that enabled population censuses in Brazil in the colonial and imperial era. The objective is to demonstrate how, historically, the first metrics were constructed and how they provided knowledge about the population and the educational situation. The third chapter investigates the intersections between the instruments used to collect data on school education in Brazil. In this chapter were analyzed the administrative records produced by the provinces between the years 1834 and 1889 and the educational data collected by the population censuses of 1890, 1900, 1910 and 1920. The chapter evidences the creation of the first lists of educational data and the statistics derived from them, as well as the elaboration of the first indicators concerning the progress of school education. The fourth chapter analyzes the instruments used exclusively for collecting school and educational data in the period of the First Republic (1889 to 1930). The objective is to demonstrate how different metrics influenced the initial development of School Censuses in Brazil and the differences and associations established between school statistics (data originating from administrative records and School Censuses) and educational statistics (product of demographic censuses). Finally, this thesis concludes that different metrics are the result of public action in historically situated moments and that the changes they experienced over time establish the production of educational data and indicators as a component of measuring the country's progress.

Key words: Educational public policy instruments - Educational census - Educational metrics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distinção entre dados, indicadores, índices e métricas	50
Figura 2 – Estrutura administrativa do poder colonial (1770-1808)	60
Figura 3 – Organização administrativa da estrutura de defesa da Metrópole e dos territórios coloniais	67
Figura 4 – Mapa dos professores e mestres das Escolas Menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste reino de Portugal e seus domínios.....	110
Figura 5 – Instrumento elaborado pela DGE para a coleta de dados da instrução pública e privada em 1901	184
Figura 6 – Infográfico com o número de escolas e a média geral da frequência escolar da instrução primária (pública e particular) em 1907 – Brasil	195
Figura 7 – Infográfico com número de escolas e o número de alunos(as) concluintes da instrução primária e secundária (pública e particular) em 1907 – Brasil.....	196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Levantamentos populacionais realizados no Brasil – de 1751 a 1871	84
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Especificação dos dados coletados pelos Registros Paroquiais – Brasil (continua)	63
Quadro 2 – Unidade censitária, dados e variáveis das Listas Nominativas – Brasil.....	69
Quadro 3 – Unidade censitária, dados e variáveis das Listas Nominativas – Brasil.....	71
Quadro 4 – Dados e variáveis das Listas Nominativas (1750 a 1881) – Brasil	72
Quadro 5 – Normas do poder imperial sobre os recenseamentos populacionais (1823 a 1871)	88
Quadro 6 – Dados demográficos e educacionais do Censo Geral de 1872 – Brasil	95
Quadro 7 – Normas da Coroa Portuguesa e a instrução pública na Metrópole e nas colônias (1757 a 1772).....	104
Quadro 8 – Relatórios dos Presidentes das Províncias do Brasil catalogados pelo Center for Research Libraries (1834 a 1889).....	120
Quadro 9 – Dados sobre instrução pública e privada presentes nos Relatórios dos Presidentes das Províncias do Brasil (1834 a 1889) (continua).....	121
Quadro 10 – Organização das informações divulgadas no Censo de 1872, por atributos pessoais e socioeconômicos, segundo quadro padronizado disponível por paróquia – Brasil	137
Quadro 11 – Dados e variáveis sobre instrução da população livre e escrava no Censo de 1872 – Brasil.....	138
Quadro 12 – Publicações da DGE com os resultados do Censo de 1920 – Brasil (continua)	156
Quadro 13 – Composição dos dados e estatísticas produzidas nos primeiros recenseamentos nacionais, associados à educação – Brasil (continua)	166
Quadro 14 – Legislação nacional de educação afeta à instrução primária e secundária – Brasil (1890-1920) (continua).....	174
Quadro 15 – Dados, variáveis, indicadores e tipo de análise estatística do Inquérito Censitário Escolar (1907 a 1914) – Brasil	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Recenseamentos populacionais realizados no período colonial (1750 a 1808) – Brasil.....	76
Tabela 2	– Distribuição das Aulas Régias e dos mestres por capitânicas (1772) – Brasil....	111
Tabela 3	– Número de alunos(as) por províncias em 1867 – Brasil.....	129
Tabela 4	– Estado intelectual da população livre, segundo o Censo de 1872 – Brasil.....	141
Tabela 5	– População por condição social, de acordo com o sexo e a frequência à escola.	142
Tabela 6	– Grau de instrução da população, segundo o Censo de 1890 – Brasil.....	147
Tabela 7	– Comparação da população por Estados, segundo os Censos de 1872, 1890 e 1900 – Brasil.....	151
Tabela 8	– Grau de instrução da população, segundo a idade de referência no Censo de 1900 – Brasil.....	153
Tabela 9	– Despesa com a instrução pública dos Estados e Distrito Federal - Brasil.....	158
Tabela 10	– Número de escolas, população em idade escolar e frequência escolar por Estados e no Distrito Federal – Brasil.....	160
Tabela 11	– Taxa de Atendimento Escolar por Estados, segundo o Censo de 1920 – Brasil	161
Tabela 12	– Coeficiente de analfabetismo da população acima de 6 anos, segundo os Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920 – Brasil.....	163
Tabela 13	– Devolutiva dos questionários encaminhados pela DGE aos Estados e Municípios em 1901 – Brasil.....	185
Tabela 14	– Número de escolas, docentes e alunos(as) do Brasil e dos países europeus – comparação por grupos de 10.000 e 1.000 habitantes.....	197

LISTA DE SIGLAS

AEB	Anuário Estatístico Brasileiro
art.	Artigo
DGE	Diretoria-Geral de Estatística
Face	Faculdade de Ciências Econômicas
FaE	Faculdade de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
Inc.	Inciso
nº	Número
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
p.	Página
Pase	Política e Administração de Sistemas Educacionais
PNDA	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Vol.	Volume

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	16
1.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	22
1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	24
2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS INSTRUMENTOS	26
2.1 A DUPLA DIMENSÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.2 ADMINISTRAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DE REGULAÇÃO	30
2.3 RECENSEAMENTOS COMO OBJETO DE ANÁLISE POLÍTICA.....	34
2.4 ANÁLISE DE UM INSTRUMENTO: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE RECENSEAMENTOS	40
2.5 DADOS, INDICADORES, ÍNDICES E MÉTRICAS: A ARQUITETURA DOS INSTRUMENTOS	46
2.6 RECENSEAMENTO E AÇÃO PÚBLICA: ESTATÍSTICAS E INSTRUMENTOS ..	51
3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ARTE DE GOVERNAR POPULAÇÕES	56
3.1 OS PRIMEIROS DADOS POPULACIONAIS DO BRASIL: A ADMINISTRAÇÃO DO PODER RELIGIOSO E A MÉTRICA CRISTÃ-CATÓLICA ..	56
3.1.1 O Padroado Régio e o poder administrativo da Igreja: a métrica cristã-católica...	59
3.1.2 Os dados populacionais coletados pelos Registros Paroquiais	62
3.2 O PODER ADMINISTRATIVO DA METRÓPOLE NA COLÔNIA: A MÉTRICA FISCAL-MILITAR	66
3.2.1 Os dados populacionais coletados pelas Listas Nominativas.....	69
3.2.2 O instrumento dos Mapas Estatísticos: padronização e disseminação dos dados populacionais	70
3.3 OS RECENSEAMENTOS NO BRASIL: O IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DA MÉTRICA DO PROGRESSO	77
3.3.1 A construção do Censo Geral do Império: normas e instrumentos.....	91
4 DA CONTAGEM DOS GOVERNADOS AOS INDICADORES DO PROGRESSO	100
4.1 A EXPLORAÇÃO COLONIAL E AS REFORMAS DO PODER ADMINISTRATIVO	100
4.1.1 Reformas da administração e a exploração colonial	100
4.1.2 Educação colonial e a administração laica das escolas	103
4.1.3 O uso de dados demográficos como referenciais para a instalação da educação escolar laica.....	108

4.2 A PRODUÇÃO DOS RÓIS DE DADOS E DAS ESTATÍSTICAS ESCOLARES: OS REGISTROS ADMINISTRATIVOS DAS PROVÍNCIAS.....	112
4.2.1 Legados da administração colonial.....	113
4.2.2 A sistematização de dados e as estatísticas provinciais de estoque escolar	119
4.3 OS CENSOS DE 1872 A 1920 E OS DADOS EDUCACIONAIS: INDICADORES DA MÉTRICA DO PROGRESSO	135
4.3.1 O Censo de 1872: dados educacionais coligidos e variáveis analisadas.....	135
4.3.2 Os Censos de 1890 a 1920: difusão dos dados educacionais, construção de séries históricas e a fabricação de indicadores nacionais da expansão da instrução primária	145
5 A FABRICAÇÃO DE DADOS E INDICADORES DO PROGRESSO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	169
5.1 REPÚBLICA, ELEIÇÕES E ANALFABETISMO.....	169
5.2 INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA.....	172
5.3 DADOS E INDICADORES DA EXPANSÃO ESCOLAR NA REPÚBLICA: A DIFÍCIL TAREFA DE ORGANIZAR AS ESTATÍSTICAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	176
5.4 PADRONIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: INSTRUMENTOS DE COLETA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DOS DADOS ESCOLARES	183
5.4.1 O Relatório de 1903: a coleta dos primeiros dados escolares da República	183
5.4.2 O Anuário Estatístico Brasileiro	187
5.4.3 O Inquérito Censitário Escolar: o primeiro Censo Escolar nacional.....	189
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: INSTRUMENTOS, MÉTRICAS E AS ASSOCIAÇÕES E TENSÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	205
REFERÊNCIAS	217

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objeto de análise um tipo de instrumento de políticas públicas: os Censos Populacionais e Escolares. O objetivo geral é investigar como se processou a construção de métricas educacionais, mediante a produção de dados, indicadores e índices decorrentes desses instrumentos. O referente de análise considera que a produção de conhecimentos estatísticos sobre a educação é resultante da dinâmica da ação pública em diferentes períodos históricos. De modo mais específico, situa historicamente como instrumentos de políticas públicas são produtores de dados, indicadores, índices e métricas educacionais associados às mudanças nos conhecimentos sobre a ‘arte’ de governar e administrar as populações.

A escolha deste objeto de estudo é decorrente da minha trajetória de formação e do trabalho de pesquisa desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ambas as experiências envolveram diferentes disciplinas, sessões de orientação e debates no âmbito do Grupo de Pesquisa de Política e Administração de Sistemas Educacionais (Pase). Todavia, também é preciso dizer que esse percurso foi diretamente influenciado pela minha formação em História e por uma trajetória profissional de 17 anos como professor desta disciplina nas escolas de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Contagem, MG.

Assim, como diz Certeau (1994), o leitor é sempre um sujeito pesquisador(a) e navegante, e navegar, de acordo com o autor, é investigar pelas “vias de ação”, o que nos permite recuperar os múltiplos aspectos e características sociais e políticas que formam o contexto do cotidiano. Ao me descrever e me identificar como professor-pesquisador-navegante e ao me encontrar com outros(as) navegantes nessa mesma condição, animo-me a relatar a trajetória desta pesquisa de doutorado como recurso para situar os(as) presentes(as) e futuros(as) leitores(as) deste trabalho.

Ao longo da minha trajetória de trabalho no ensino público, sempre busquei, em sala de aula, instigar a curiosidade pela pesquisa como um meio de fazer com que os(as) alunos(as) não construíssem um entendimento a respeito da História como simples esquema de memorização do passado. A História, costume dizer nas aulas, é construída pela curiosidade, que nos faz formular questionamentos, e determinadas perguntas nos despertam a curiosidade e, portanto, levam-nos a investigar possíveis respostas. Essa frase, pretensamente simples, utilizada como recurso pedagógico, está ancorada nos trabalhos do historiador medievalista francês Marc Bloch, que advoga que a História não é uma ciência do passado, e

sim uma ciência dos sujeitos no tempo. Afirma Bloch (2002) que o passado não é objeto de ciência, mas sim o jogo entre o passado e o presente, que de fato determina (ou não) o retorno ao passado. Portanto, um bom estudo requer a captura das origens históricas e a demonstração, conforme aponta Bloch (2002), de que o tempo presente é o ponto de partida do principal ofício do historiador, qual seja, a compreensão do presente pelo passado e, correlativamente, do passado pelo presente.

Por essas razões, como professor e pesquisador, entre as diversas aulas e leituras que fazem parte do meu cotidiano de trabalho e de pesquisa, o processo de construção e escrita desta tese se fez mediante a reconstrução das interpretações históricas (BLOCH, 2002) de um *corpus* documental relacionado aos Censos Populacionais e Escolares. Do ponto de vista historiográfico, não se pode ignorar que o procedimento de reconstrução deve ser pautado pelo conhecimento produzido por diferentes disciplinas/áreas das ciências sociais (BLOCH, 2002). Dessa forma, o termo ‘reconstruir’ é aqui empregado no sentido de renovar, de buscar o que não foi dito, descrito e analisado, com fundamento nas evidências registradas e com base nas abordagens cognitivas de análise das políticas públicas (DI GIOVANNI, 2015).

No percurso de formação, desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG, em 2017, algumas âncoras me auxiliaram na produção de um estudo crítico sobre os fundamentos que orientaram a versão inicial do projeto de pesquisa, em especial os conteúdos e as discussões empreendidas nas disciplinas ‘Sociologia e política: intersecções para análise das políticas públicas de educação’, ministrada pela Prof.^a Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; ‘Estratificação e desigualdades educacionais’, ministrada pela Prof.^a Flávia Pereira Xavier e pelo Prof. Jorge Alexandre; e ‘O uso de dados educacionais para a análise demográfica’, ministrada pelo Prof. José Irineu Rangel Rigotti. Essas disciplinas me possibilitaram acessar uma literatura vasta, diversificada, contemporânea e assim cruzar algumas das fronteiras dos campos de estudo da análise histórica, da política, da sociologia e da demografia.

Os estudos realizados a respeito das abordagens de análise das políticas públicas me chamaram a atenção para o conceito de ação pública (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012), que redireciona o olhar do analista de políticas públicas para as contribuições das ações de atores diversos e desiguais, condicionados por uma ordem social e política, mas sobre a qual intervêm. Foi a multiplicação de atores e de interesses organizados, mas não necessariamente estatais, que fez emergir, com maior força a partir de meados do século XIX, polos de ações públicas com capacidades diversas de influenciar decisões sobre políticas públicas em muitos países. Esses estudos (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012; MÜLLER, 2015) apontam que o

aparato do Estado não possui o monopólio da formulação e, em especial, da implementação das políticas públicas; ou seja, o aparato de Estado não detém controle exclusivo sobre o desenvolvimento das políticas públicas. É nas intersecções entre os atores (públicos e privados) que, de fato, as políticas públicas são pensadas, desenvolvidas, avaliadas e tornam-se essencialmente coletivas. Isto é, políticas públicas são os processos pelos quais são elaboradas as representações que uma sociedade constrói para agir sobre a realidade social, tal qual ela é percebida pelos diferentes atores envolvidos (MÜLLER, 2015).

Políticas públicas atuam historicamente de modo setorial, mas também podem agir por meio da articulação entre diferentes setores da vida social; via de regra, para transformar ou adaptar uma situação considerada como desafio ou problema. Enquanto ação pública, elas se fazem mediante a pactuação ou difusão de objetivos semelhantes, que, por sua vez, são forjados pela significação de um problema e de suas possíveis consequências, articulando atores diversos e desiguais diante das alternativas de intervenção (LASCOURMES; LEGALÉS, 2012; MÜLLER, 2015). Por essas razões, importa ao pesquisador compreender os modos de regulação (MAROY, 2007) das tensões por meio de políticas públicas em sociedades plurais e desiguais.

Os estudos sobre a estratificação e as desigualdades educacionais nos propiciaram o contato com uma vasta literatura do campo da Sociologia da Educação, que, ao examinar as disparidades de acesso e desempenho escolar entre grupos sociais, revela a centralidade das relações entre métodos e resultados nessa área. Barrault e Stella (2015) afirmam que o estudo sociológico a respeito da educação escolar constituiu um objeto central das Ciências Sociais na década de 1970, notadamente em torno das pesquisas que abordavam as dinâmicas reprodutivas e segregativas dos sistemas de ensino.

Forquin (1995) ressalta que as desigualdades educacionais são abordadas pelo campo da Sociologia desde as décadas de 1960 e 1970, a partir de pesquisas realizadas na Europa e nos EUA. Valendo-se de diferentes procedimentos,¹ estes estudos demonstraram como a origem social dos(as) estudantes, explicada pelas condições socioeconômicas das suas famílias, apresentava-se como variável interveniente no acesso às escolas (FORQUIN, 1995). Como ponto comum, convergiam no entendimento de que desigualdades de acesso à educação entre diferentes grupos sociais era e é “um fato estatístico maciçamente irrecusável” (FORQUIN, 1995, p. 22). Essa conclusão de Forquin nos chama a atenção para o modo como

¹ Na Europa, os estudos do Instituto Nacional de Estudos Demográfico (1962-1972); na França, o Relatório Base nº 4, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1970, além das pesquisas conduzidas na Grã-Bretanha entre 1954 e 1970. Nos Estados Unidos, em 1966, o Relatório Coleman (FORQUIN, 1995).

foram construídas as bases de dados sociodemográficos e educacionais, os seus usos na elaboração de análises transversais, longitudinais, probabilísticas e também de modelos hierárquicos multinível, bem como para o fato de que as informações difundidas por meio dessas bases são produtoras de modelos e regras para medir aspectos educacionais das populações.

No Brasil, nos últimos 30 anos, a disponibilidade de dados públicos, associada ao uso de novas tecnologias de informação, permitiu aos pesquisadores de diversas áreas o acesso à base de dados produzidos pelos instrumentos dos Censos Demográficos, dos Censos Escolares, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que fomentam a produção de diversos bancos de dados sobre a educação, tornando possível formular o cálculo de indicadores e índices desagregados por diferentes níveis e unidades geográficas e em diversos grupos demográficos e socioeconômicos (RIANI; GOLGHER, 2004). Nas últimas décadas, os estudos estatísticos brasileiros ganharam forte presença no campo educacional. A produção de indicadores e de índices de atendimento e de rendimento escolar passaram a aferir e comunicar a eficácia dos docentes, das escolas e dos sistemas de ensino. Padrões de correlação e medidas de interação entre diversos grupos sociais avaliam políticas públicas, governos, escolas, entre outros sujeitos.

Essas constatações foram determinantes para nossa incursão no campo de estudos da demografia, com o objetivo de compreender como são construídos e utilizados as bases e os bancos de dados educacionais. Essa incursão também se fundamentou nos estudos de Gil (2007, 2019), que apresentam como conclusão um vínculo entre a produção de dados demográficos e a produção de dados educacionais. Dessa maneira, a disciplina ‘O uso de dados educacionais para a análise demográfica’, cursada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG, trouxe-nos contribuições que nos permitiram percorrer a trajetória de produção dos dados demográficos e suas interações com os dados educacionais. A introdução nesse campo foi realizada pela leitura dos trabalhos de Fletcher e Ribeiro (1987, 1988), Rigotti (2001, 2006), Klein (2003), Golgher (2004), Riani e Golgher (2004). Estes estudos, com base nos dados dos Censos Demográficos, dos Censos Escolares e das PNADs, analisaram como as características ligadas à estrutura, à composição e à movimentação das populações têm interações com a educação em termos de cobertura da população em idade escolar, da projeção da demanda escolar, do estoque de escolaridade, do fluxo escolar e da qualidade da educação.

Diante desse universo de temas e objetos, deparam-nos com a desafiadora tarefa de construir, ou melhor, reconstruir o objeto de investigação. Assim, algumas opções foram consideradas, outras reconsideradas, mas, em síntese, optamos por mudar o vetor analítico: investigar os instrumentos de políticas públicas, e não as políticas públicas educacionais. É importante salientar que não constitui objetivo desta tese analisar as políticas públicas educacionais. Longe disso, a proposta aqui não é debruçar-se sobre as políticas públicas, é inverter um pouco a lógica, ou seja, olhar para os instrumentos das políticas públicas enquanto dispositivos técnicos e sociais que mediam e organizam as relações entre Estado e sociedade, de acordo com as representações materiais ou simbólicas dos atores (diferentes e desiguais) envolvidos na ação pública (LASCOURMES; LE GALÉS, 2012).

Inicialmente, a proposta de estudo apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, na linha de políticas públicas, abordava as relações entre as desigualdades educacionais e a ordem federativa no Brasil. Com o título provisório de *Desigualdades educacionais e federalismo: trajetórias da distribuição territorial dos serviços que asseguram direitos*, o projeto enfocava a análise da desigualdade de atendimento educacional entre Municípios de Minas Gerais a partir da ampliação da faixa etária de matrícula e da obrigatoriedade de frequência escolar instituídas pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009, art. 1º).

Recebemos, em março de 2018, parecer favorável ao projeto por parte da Prof.^a Dr.^a Flávia Pereira Xavier. O documento indicava que o tema tratado era relevante e a pesquisa exequível, entretanto alguns conceitos e categorias de análise precisavam ser melhor trabalhados, alterações estas que poderiam ser executadas para a qualificação. Não obstante, uma observação nos chamou especial atenção, relativa às categorias de análise adotadas no projeto: ‘território’, ‘desigualdades educacionais’ e ‘federalismo’. Ao reconhecer a tradição sociológica de análise das interações no espaço – formação de territórios – e das desigualdades sociais, o parecer destacava o fato de o federalismo não ser “um objeto por excelência da sociologia, mas da ciência política” (XAVIER, 2018, p. 3) e recomendava maiores esclarecimentos sobre como o estudo pretendia articular federalismo e desigualdades educacionais. As respostas a essas indagações, para o caso brasileiro, encontram-se nas pesquisas coordenadas por Arrecthe (2002, 2004, 2010, 2015), não referenciadas no projeto encaminhado.

Uma segunda observação, associada aos estudos das teorias políticas acerca da ação pública, suscitou indagações que nos conduziram a inflexões no projeto original: como “[o projeto] estabelece a necessidade de construir a distribuição da oferta educativa no território,

cabe mencionar a necessidade de georreferenciar as escolas e de procedimentos adequados à análise espacial, que permitirão associar características do espaço entorno” (XAVIER, 2018, p. 3).

Tanto este pesquisador quanto a orientadora buscaram acesso aos dados de georreferenciamento das escolas públicas e privadas no Estado de Minas Gérias. Essa informação está parcialmente disponível para as escolas de Ensino Fundamental, porém, para aquelas que ofertam Educação Infantil e as modalidades de Ensino Médio ou Técnico-Profissional, são praticamente inexistentes. As limitações dos recursos financeiros de fomento à pesquisa não permitiam outras estratégias para a obtenção desses dados, tais como viagens pelos Municípios mineiros a serem pesquisados ou compra de novas bases de dados. Simultaneamente à revisão do projeto de pesquisa, foi realizada a análise da composição das bases de dados usualmente utilizadas para estudos sobre desigualdades educacionais (os Censos Demográficos, os Censos Escolares, as escalas de proficiência e os questionários contextuais dos estudantes, que compõem o Saeb). Ao lado dessas atividades, foram desenvolvidos estudos sobre a relevância desses instrumentos para as análises de políticas públicas educacionais.

Foram esses estudos que provocaram uma inflexão no processo de pesquisa, de modo que as análises se voltaram para os instrumentos de políticas públicas e para a produção do conhecimento administrativo em educação. A pesquisa passou a se concentrar na análise dos instrumentos de políticas públicas, na compreensão dos processos de coleta de dados e na fabricação de indicadores, índices e métricas educacionais, que estão diretamente associados à produção de saberes de governo sobre os sistemas de educação escolar e à construção de um conhecimento administrativo em educação. Por essas razões, o processo de produção de dados educacionais nos Censos Populacionais e nos Censos Escolares tornaram-se os objetos de estudo desta pesquisa. Essas bases de dados são consideradas instrumentos de políticas públicas, pois formam um verdadeiro repositório de informações sobre os diversos aspectos educacionais da população, capazes de orientar modos de regulação e de governo das populações.

A utilização de recenseamentos como ferramentas para a produção e a análise estatística, desde muitos séculos, marcou a administração pública no governo das populações. Do processo histórico de cientificização e racionalização da administração dos negócios públicos, emerge o termo *estatistick*, de origem alemã, compreendido como a Ciência do Estado (SENRA, 2006; GOUVÊA; XAVIER, 2013). Ou seja, os censos e as estatísticas foram originalmente produtos das práticas administrativas dos poderes públicos para governo das

populações e dos territórios. E, ao longo do século XIX, ambos se tornaram o instrumento e a técnica utilizados para investigar os mais variados aspectos das populações e as complexas relações da vida social (MARTIN, 2001). De acordo com Müller (2019), foi a partir de meados do século XIX que a formulação e a implementação de políticas públicas assumiram a forma com que as conhecemos hoje. Com seu surgimento e expansão, um conhecimento governamental cada vez mais especializado (setorial) estava se desenvolvendo. Para o desenvolvimento desse conhecimento, era essencial a construção de instrumentos que contribuíssem tanto para o desenho de políticas públicas como para a análise dos efeitos produzidos.

Assim sendo, esta tese tem por pressuposto a inexistência de fronteiras rígidas entre o conhecimento no campo da administração pública e as análises de políticas públicas (BARZELAY, 2003; FARIA, 2005; ROSANVALLON, 2009). Afirmá-los como campos dicotômicos, nos estudos contemporâneos de políticas educacionais, tem por referente a ideia da substituição de decisões consideradas como intuitivas e/ou voluntárias por aquelas estabelecidas de modo racional, com fundamento em evidências estabelecidas. Ao longo do último século, a reconfiguração das relações entre o Estado e a sociedade marcou a passagem das lógicas de análises antípodas – de um lado, o Estado; do outro, a sociedade – para as lógicas de interação e coprodução das políticas públicas. Nesse contexto, a ação pública, as políticas públicas e os atores envolvidos ampliaram-se e tornaram-se cada vez mais complexos. Assim, ao nos debruçarmos sobre a investigação dos instrumentos, abre-se a possibilidade de compreendermos as políticas públicas por intermédio das práticas, dos discursos, dos processos e das técnicas. As práticas e os discursos estão circunscritos à dimensão política dos instrumentos, marcada por valores e crenças políticas, culturais e sociais. As técnicas e os processos estão contidos na dimensão técnica e são as ferramentas e os dispositivos pelos quais os instrumentos operam.

1.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta investigação voltou-se para a compreensão das associações entre as dimensões técnico-científica e sociopolítica, que configuram os instrumentos das políticas públicas. Cabe à pesquisa apontar os fundamentos cognitivos (conscientes ou não) que orientaram a escolha dos atributos a serem coligidos, assim como as informações processadas e disseminadas mediante indicadores, índices e métricas. Portanto, esta tese se propôs a recuperar a trajetória histórica dos instrumentos censitários. Para alcançar este objetivo, foram levados em

consideração os dados selecionados, os modos de interpretação dos dados e as maneiras como as métricas de aferição das características educacionais da população são construídas.

O *corpus* documental recolhido e sistematizado abordou os seguintes recortes temporais: o período colonial, no qual se encontram a produção e a divulgação dos primeiros róis de dados e registros a respeito da população, requeridos pela administração religiosa e colonial; o período imperial, quando o objetivo político de constituição do país e da nação desafiava os governos central e provinciais a conhecerem suas populações; e, por último, as primeiras décadas republicanas, período marcado pelas relações de clientelismo e pelas iniciativas de modernização do país por parte das oligarquias estaduais. A tese argumenta que temporalidades diversas requeriam dos poderes administrativos a construção de métricas distintas, e, para tanto, os instrumentos de coleta e difusão de dados foram modificados.

O termo ‘métrica’ corresponde, usualmente, ao conjunto de regras que presidem a medida. Regra, por sua vez, é aquilo que regula, dirige, normaliza (HOUAISS, 2009). A hipótese demonstrada nesta tese é que as modificações dos/nos instrumentos de coleta de informações educacionais são decorrentes de métricas diferenciadas. Estas, por sua vez, constituem categoria explicativa da função política de instrumentos técnicos que operam na produção dos conhecimentos necessários ao governo das populações. São normas que, de forma explícita ou implícita, orientam a produção dos saberes administrativos de governo.

Organizar e contar a trajetória histórica dos Censos Populacionais e Escolares foi o fio condutor utilizado para ordenar o trabalho de investigação e escrita desta tese. O desenvolvimento da pesquisa se apoiou em duas fases, nem sempre subsequentes. A primeira teve por objetivo encontrar e organizar a literatura sobre os instrumentos em estudo, a partir da qual foram identificadas as fontes documentais disponíveis. Importava, nesse momento, coligir informações sobre as primeiras coletas de dados educacionais oriundas de teses, dissertações, artigos, livros, anais, etc. Nesse momento, foram realizados o levantamento e a sistematização da literatura, tendo como descritores de pesquisa os termos ‘censos populacionais’; ‘censos demográficos’; ‘censos educacionais’; ‘censos escolares’; ‘estatísticas demográficas’; ‘estatísticas educacionais’ e ‘estatísticas escolares’.

Na segunda fase da pesquisa, entregamo-nos a um trabalho de mineração dos documentos históricos, a partir das informações identificadas na base bibliográfica inventariada. Foram encontradas leis, decretos, regulamentos, relatórios administrativos e estatísticos de diferentes instituições, em diversos períodos e diferentes repositórios digitais de conservação e disseminação. No total, foram consultados quatro repositórios digitais de fontes documentais, a saber: Counting Colonial Populations: demography and the use of

statistics in the Portuguese empire 1776-1890;² Brazilian Government Documents of Center for Research Libraries;³ Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Biblioteca e Publicações da Câmara dos Deputados do Brasil.

1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Na sequência deste capítulo de apresentação, o segundo capítulo, *A produção do conhecimento administrativo: políticas públicas e seus instrumentos*, expõe o quadro teórico orientador das análises. Com fundamento em abordagens neoinstitucionalistas, nesse momento é explorada a relação entre a produção de conhecimentos administrativos e os processos de construção da ação pública. Nesse trabalho, optou-se por uma vertente analítica advinda da literatura francesa, aqui considerada mais relevante por situar as políticas públicas como elemento constitutivo das relações entre o aparato estatal e os múltiplos atores sociais. Essa opção teórico-metodológica apoia-se no conceito de ação pública e em seus instrumentos.

No terceiro capítulo, *Instrumentos de políticas públicas e a arte de governar populações*, é realizado um estudo retrospectivo sobre a ação pública da administração pública no Brasil mediante uma revisão da literatura dedicada a escrutinar os diferentes instrumentos utilizados para recensear a população. Neste capítulo, discute-se de modo mais aprofundado o conceito de métrica, tendo como pressuposto o fato de que os instrumentos empregados no recenseamento da população são compostos por uma dimensão técnica (medidas, cálculos, regras e procedimentos) e uma dimensão sociopolítica (representações sociais e políticas). São descritos aspectos relacionados à história dos censos no Brasil (Colônia e Império), examinados para demonstrar as maneiras pelas quais os poderes constituídos, em diferentes tempos, constroem diferentes métricas, apoiadas em um conhecimento estatístico, para o governo da população. O objetivo neste capítulo é discutir, historicamente, como as métricas foram construídas e se tornaram representações de como os poderes administrativos percebem e projetam a população segundo seus pressupostos e interesses.

No quarto capítulo, *Interpretar métricas: da contagem dos governados aos indicadores do progresso*, são investigados os instrumentos utilizados para coligir dados sobre a instrução pública no Brasil. Dessa forma, analisam-se os dados escolares presentes

² Disponível em: <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>. Acessado ao longo do ano de 2018.

³ Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>. Acessado nos anos de 2018 e 2019.

nos registros administrativos elaborados pelas províncias no interstício de 1834 a 1889 e os dados educacionais coletados pelos Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920. O trabalho de pesquisa realizado neste capítulo busca resgatar a origem dos róis de dados escolares e educacionais, bem como saber, a partir deles, como foram formulados os primeiros indicadores educacionais. O objetivo é demonstrar como os dados/variáveis educacionais foram inseridos no instrumento do censo populacional e passaram a representar uma forma de aferir o progresso do país. A discussão realizada neste momento busca colocar em tela a construção da métrica do progresso e o modo como a dimensão sociopolítica dos instrumentos de políticas públicas determinaram as regras pelas quais se construiu essa medida.

O quinto e último capítulo, *Instrumentos censitários e a fabricação de indicadores do progresso escolar na Primeira República (1889 a 1930)*, investiga a produção dos dados e das estatísticas escolares no período da Primeira República (1889 a 1930). São analisadas as publicações da Diretoria-Geral de Estatística (DGE), com objetivo de reconstruir as origens históricas do Censo Escolar no Brasil e identificar possíveis mudanças processadas na aferição do progresso da educação escolar no país. As análises empreendidas neste capítulo buscam demonstrar as diferenças e correlações entre as estatísticas escolares (produto dos registros administrativos e do Censo Escolar), as estatísticas educacionais (produto dos censos) e os indicadores educacionais fabricados por esses diferentes instrumentos. Também são discutidos os processos de coleta, tratamento e disseminação das estatísticas nacionais da instrução pública e as implicações do regime federativo, adotado em 1891, nesse processo.

Na sequência desse capítulo, é apresentada a conclusão da tese, *Instrumentos, métricas e as associações e tensões na produção do conhecimento administrativo sobre a educação escolar*, que discute os achados de pesquisa e conclui que diferentes métricas são resultantes da ação pública em momentos historicamente situados, assim como que as mudanças nelas ocorridas ao longo do tempo colocam os processos de produção dos dados e indicadores educacionais como um componente de aferição do progresso do país.

2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS INSTRUMENTOS

O quadro teórico orientador de análise desta tese considera que políticas públicas, enquanto capacidades coletivas de regular as sociedades (MÜLLER, 2015), são mediadas por diferentes conhecimentos. Por essa razão, a tese advoga, com fundamento em Lascoumes, Simard (2011) e Müller (2015, 2019), que instrumentos de políticas públicas não são apenas dispositivos técnicos e formas racionais de operar a ação pública, mas sim expressões de conhecimentos e saberes socialmente difundidos e mediados tanto por atores de governo como pelas instituições de participação.

A tradição da teoria política associava políticas públicas (dentre as quais as educacionais) às ações da administração pública, e seus primeiros estudos tratavam das atividades governamentais e de seus processos. Essas análises mobilizavam-se em torno de conhecimentos capazes de demonstrar as racionalidades, a eficácia e/ou eficiência das ações governamentais em programas setoriais. A tradição da teoria política associava políticas públicas (dentre elas as educacionais) às ações da administração pública e seus primeiros estudos tratavam das atividades governamentais e de seus processos. Considera uma concepção de Estado como uma entidade monolítica, com lógica interna unitária ou subordinada ao império de uma racionalidade única, presente nas análises de políticas públicas do final do século XIX e início do século XX (LAVALLE, 2014, p.10). Esses estudos propunham-se a avaliar programas e políticas governamentais quanto a sua racionalidade, eficiência e eficácia, com o intuito de reformar processos e/ou substituí-los.

De modo diverso, a abordagem sociológica francesa analisa políticas públicas em termos de ação pública ou, melhor dizendo, como ações que ocorrem em múltiplas cenas, ligadas de maneira menos vertical (*top down*) que horizontal e interagindo de modo menos linear (ciclo das políticas) e mais circular. Lascoumes, Le Galés (2012) e Maroy (2011) afirmam que políticas públicas, para além de programas governamentais, projetos sociais, leis, etc., são modos de regulação de atores diversos e desiguais, na maioria das vezes coordenados e conduzidos por poderes públicos legítimos. Políticas públicas são envolvidas por ações públicas, isto é, por processos de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com vistas a objetivos/metas/valores definidos publicamente. Se as ações públicas se constituem no decorrer das interações sociais, se elas podem ser fragmentadas e decorrentes de mobilizações com múltiplas demandas, as políticas públicas, por sua vez, expressam as respostas socialmente construídas, sob a coordenação de governos legítimos, para um

determinado setor da vida social. Elas se constituem como hipóteses de análise e apresentam-se como quebra-cabeças a serem organizados pelos analistas, que recusam interpretações muito lineares e racionais.

Maroy (2011, p. 689), ao afirmar a longevidade e a difusão da noção de regulação, esclarece o estatuto teórico contemporâneo deste termo e da ação pública:

Desde o momento em que as políticas públicas são pensadas em termos de ação pública, e não como obra linear de uma vontade política da administração, mas como resultantes de conflitos, de arranjos, de compromissos, onde intervém uma diversidade de atores (públicos ou privados), a análise da ação pública adota a noção de regulação como um conceito que permite pensar e nomear as novas formas de intervenção do Estado em um contexto de governança.

Foi ao longo do século XIX que o fundamento legitimador da ação estatal ancorado em um poder exterior às sociedades (divino, da natureza) perdeu força, com a expansão do capitalismo e a difusão das relações mercantis. Foucault (1982), ao tratar das relações entre a política como práticas e a política como saberes, afirmava que os homens a quem cabe dirigir os outros (os governantes) passaram a apoiar-se em competências e saberes específicos. Reconheceu, desse modo, que governos não podem limitar-se à mera aplicação dos princípios gerais da razão, da sabedoria e da prudência, pois a arte de governar está associada ao conhecimento transmitido pela aritmética política.⁴ São sistemas concretos de ação, que regulam, em tempos, espaços e modos diversos, atores diferentes e desiguais, configurando assim modos de regulação da ação pública (MAROY, 2011; MÜLLER, 2015). Rosanvallon (2009) denomina esse período como de formação do poder administrativo, ao passo que Müller (2015) o caracteriza como o momento das políticas públicas.

Entre esses conhecimentos, a estatística – além de outras técnicas de aferição de fenômenos sociais – serviu como ferramenta político-administrativa de *regulação* dos sistemas de ação pública.

O período correspondente ao nascimento das políticas públicas não produziu apenas a ideia de políticas, mas uma concepção do papel do Estado fundada sobre saberes, ferramentas e dispositivos destinados a introduzir uma forma de racionalidade e coerência nas sociedades baseadas no mercado: direito e saber de polícia, organização burocrática do Estado e estatísticas. A importância da estatística deve ser sublinhada, como já o fez Foucault, pois ela é central ao distanciamento efetuado pelas sociedades em relação a elas mesmas, a partir do olhar que têm sobre si mesmas. (MÜLLER, 2015, p. 64).

⁴ El otro nombre de esa aritmética política, como bien saben, era la estadística, una estadística sin vínculo alguno con la probabilidad y asociada en cambio al conocimiento del Estado, de las fuerzas respectivas de los diferentes Estados. (FOUCAULT, 1982, p. 245).

As diferentes formas de conhecimento estatístico (censos, *surveys*, relatórios administrativos, etc.) constituem formas de as sociedades olharem e agirem sobre elas si próprias a partir de referentes globais condutores da ação pública. Dados estatísticos são mobilizados para conhecer questões consideradas como problemas sociais, a exemplo da pobreza, da saúde, da poluição, etc.

Alguns dos arautos das reformas dos sistemas públicos de educação enfatizam que as ações públicas nessa área deveriam requerer o desenvolvimento de uma sólida base de evidências, por meio de avaliações do impacto de políticas e programas, na qual os resultados empíricos orientariam as prioridades de ação. Sem desconhecer a importância de estudos sobre o impacto de políticas e programas educacionais, o desenvolvimento da ação pública, em especial as agendas governamentais, envolve competições entre diversos atores e faz-se mediante janelas de oportunidades (KINGDON, 2003) e mobilizações produtoras de capital simbólico (BOURDIEU, 1989), dentre outros recursos.

O movimento político transnacional conhecido como *New Public Management* (BARZELAY, 2003) difunde que, também na administração pública, processos e decisões devem ser forjados e fundamentados em evidências, em informações, fatos ou dados que apoiem (ou contradigam) interesses, valores, suposições ou hipóteses. O foco de interesse encontra-se no aproveitamento de evidências baseadas em pesquisas para informar os formuladores de políticas sobre o que funciona e assim produzir melhores resultados. De acordo com Barroso (2011), advoga-se que mudanças nas políticas de administração pública seriam resultantes das relações estabelecidas entre o conhecimento e a política, que, ao longo do século XX, fundamentaram a sociedade e a economia do conhecimento.

A difusão do princípio político de que decisões de políticas públicas devem fundamentar-se em evidências supõe um modelo de cientificidade inscrito na razão experimental, que pode ser qualificada como empirista, objetivista e quantitativista. Empirista no sentido de que o conhecimento requer, qualquer que seja a disciplina específica, a coleta e o tratamento adequado de evidências, ou seja, desenvolver e utilizar ferramentas e técnicas pertinentes de coleta e análise de informações. Uma razão objetiva capaz de construir fatos, ou seja, afirmações atestáveis e controláveis, independentes de interpretações ou de interesses. E, ainda, uma abordagem predominantemente quantitativa, de modo que por meio de medidas possam ser construídas relações fortemente estruturadas. (BERTHELOT, 2018, p. 217-218).

Esses vínculos estabeleceriam uma relação unívoca entre política e conhecimento, pois uma suposta racionalidade científica contribuiria para a tomada de decisões eficazes e com bases técnicas. Esses referentes mais tradicionais das relações entre conhecimento e política

pressupõem a existência de espaços e tempos distintos; e de lugares e períodos de produção do conhecimento com capacidade de expressar um interesse geral em sociedades cada vez mais diversas, plurais e desiguais.

2.1 A DUPLA DIMENSÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise das políticas públicas por meio de seus instrumentos constitui um interessante marcador das mudanças ocorridas na ação pública, evitando a retórica dos atores e fornecendo evidências para além da intervenção do pesquisador. Nesse sentido, constitui uma nova perspectiva metodológica de estudo (LASCOUMES; SIMARD, 2011), pois governar mobiliza instrumentos, ferramentas e dispositivos prontos para uso, de acordo com objetivos ou metas pretendidas. Analisar instrumentos favorece a entrada dos pesquisadores (observador e analista) por um atributo relativamente independente, desde que eles não os tomem apenas numa perspectiva funcionalista ou tecnicista, que os considera como um objeto externo às decisões políticas.

Instrumentos de políticas públicas são aqui abordados no sentido proposto por Lascoumes e Le Galés (2012), qual seja, como dispositivos técnicos e sociais pelos quais se materializam e operacionalizam as políticas públicas, bem como orientam-se as relações estabelecidas entre governantes e governados. Antes de avançar, é importante conceituar o que são instrumentos de políticas públicas. De acordo com Lascoumes e Le Galés (2012, p. 22),

O instrumento é um tipo de instituição social (o recenseamento, a cartografia, a regulamentação, a taxação, etc.); [composto por] uma técnica, [que é] um dispositivo concreto que operacionaliza o instrumento (a nomenclatura estatística, a escala de definição, o tipo de figuração, o tipo de lei ou o decreto); finalmente, a ferramenta é um microdispositivo dentro de uma técnica (a categoria estatística, a escala de definição da carta, o tipo de obrigação previsto por um texto, uma equação calculando um índice).

Ressalta-se, então, que o instrumento possui um fundamento técnico, uma forma de organização e uma filosofia de gestão que visam vincular a ação pública à natureza dos problemas públicos identificados (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012). A dimensão técnica de um instrumento de políticas públicas é marcada pelo tipo de dado (seja quantitativo e/ou qualitativo) que se recolhe de determinado atributo contido em uma população ou fenômeno estudado. Também é marcada pelas formas de tratamento (estatísticas, relatórios descritivos e/ou analíticos, etc.) atribuídas a esse dado. Essas formas de tratamento são históricas e

constituem tecnologias de regulação social do conhecimento. A dimensão sociopolítica decorre do quadro cognitivo, que expressa valores e/ou interesses que mediam as relações entre os poderes administrativos e os sujeitos sociais. Müller (2014) considera que as políticas e as escolhas de seus instrumentos passam pela definição de objetivos, que, por sua vez, são definidos a partir de uma representação do problema. Quer dizer, as definições em torno das políticas públicas são antecedidas e difundidas por representações da realidade, que constituem o referencial dessa política. Portanto, as dimensões técnica e sociopolítica dos instrumentos de políticas públicas nos permitem analisar os fundamentos sociocognitivos que orientam os processos de coleta de dados e a construção de indicadores, índices e métricas operados pelos instrumentos.

2.2 ADMINISTRAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DE REGULAÇÃO

Rosanvallon (2009) localiza na passagem do século XIX para o XX a formação de um poder administrativo decorrente do crescimento e da diversificação das ações dos Estados modernos. Considera que se difundiu, nesse período, o princípio político de considerar a administração pública como um poder dotado de certa autonomia de ação. De modo crescente, em diferentes países, até a segunda metade do século XX, regimes democráticos apoiaram progressivamente sua legitimidade em dois instrumentos políticos ou tecnologias: o sufrágio universal e a administração pública.

A legitimidade democrática, que se expandiu ao longo do século XX, pressupunha a adequação da ação dos eleitos à norma e a presença de funcionários públicos responsáveis por implementar racionalmente as decisões políticas (ROSANVALLON, 2009). Desse modo, as decisões e ações dos agentes políticos seriam legítimas, pois, ao serem consagrados pelas urnas, os agentes receberiam um mandato para governar livremente, desde que observassem as normas constituídas que organizam a ação pública. Esta, por sua vez, fundamentar-se-ia na formação e atuação de um corpo de funcionários especializados, capazes de realizar com eficácia as tarefas que lhes fossem atribuídas (ROSANVALLON, 2009). Sobre esse referente, no início do século XX, constituiu-se, em países como Alemanha, Estados Unidos e França, um projeto de legitimação do poder, mediante o qual o universal (interesse geral) poderia ser garantido por uma forma própria: a administração. Esta forma corresponderia ao desenvolvimento de políticas públicas com fundamento nas ciências e em uma administração racional, atentas em cada caso às soluções para a realização do interesse geral (ROSANVALLON, 2009).

O domínio de conhecimentos sobre a população e o território, assim como a adoção de decisões e ações racionais, passou a se revestir de valores democráticos, como trincheiras em defesa do interesse geral contra todas as distorções produzidas por interesses singulares. Assim, o exercício de funções públicas expressaria uma apreensão técnica e procedimental da ideia de racionalização. Rosanvallon (2009, p. 97) constrói para este projeto de legitimação democrática a imagem de uma máquina de calcular destinada a recolher e contabilizar as vontades individuais.⁵ Essas ideias centrais em defesa de uma administração racional que zelasse pelo interesse geral se difundiriam em contextos os mais diversos durante a primeira metade do século XX.

Com a posse dos meios de produção em nome da sociedade o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. [...] isso [o desaparecimento do Estado e da autoridade política como obra da revolução] significa que as funções públicas perderão o seu caráter político e transformar-se-ão em simples funções administrativas que zelarão pelos interesses sociais. (LENIN, 1917).

Ao longo do século passado, difundiu-se entre múltiplos atores a ideia condutora da ação pública, segundo a qual administrar referir-se-ia à escolha de objetivos pautados no interesse comum. A administração (pública e privada) constituiu-se ao longo do século XX como instituição encarregada de aplicar regras gerais, a fim de orientar as condutas individuais e coletivas em cada sociedade. Ela poderia exercer suas atividades mediante o uso de incentivos e constrangimentos materiais e jurídicos. Mas ela seria também um instrumento de dominação burocrática, que, de acordo com Bezes (2015), materializaria o monopólio do Estado nas mais diferentes áreas: educação, saúde, segurança pública, economia, etc.

A administração, de acordo com Bezes (2015), é um instrumento de dominação burocrática instituído mediante a organização hierárquica e impessoal da autoridade, fundamentada no recrutamento com base em competências que assegurem o exercício administrativo e na separação dos funcionários recrutados dos meios de administração, subordinando estes aos agentes e às instituições políticas. Em continuidade à análise weberiana, Bezes (2015) descreve o aparato burocrático do Estado como instrumento ‘técnico’ de dominação. Desse modo, enquanto instrumento de dominação, a administração

⁵ Nos Estados Unidos, escreve Rosanvallon (2009, p. 75), Woodrow Wilson publicou, em 1887, um artigo intitulado *O estudo da administração*. Seu objetivo era fundar uma ciência nova: a das práticas governamentais. Em 1911, Henri Chardon publicou na França *O poder administrativo*. Se, nos Estados Unidos, a emergência das ciências da administração se inscreve como um instrumento de luta contra a corrupção e a cooptação partidária dos serviços públicos, na Europa Continental (Alemanha e França) a defesa da expansão da administração tinha por objetivo erradicar a incompetência no serviço público (ROSANVALLON, 2009).

pública mobilizaria conhecimentos capazes de operar programas e políticas voltados para interesses específicos.

A administração e seus instrumentos não são neutros. Na administração das políticas públicas de educação e dos diferentes sistemas escolares (estaduais, municipais, privados), por exemplo, requer-se a seleção e interpretação de uma multiplicidade de questões sociais e a difusão de concepções (ideias e valores) sobre como enfrentá-las, de modo a regular a ação pública. As respostas e/ou decisões expressam diferentes tipos de políticas educacionais, que, por sua vez, em contextos mais democráticos, requerem que suas questões, inicialmente, adquiram um *status* de problemas públicos, ou seja, tornem-se objetos de controvérsias, defesas e debates. O programa ou política resultante das alternativas postas na agenda, por sua vez, sofre a influência de múltiplos fatores, como o legado institucional pré-existente, a formação de coalizações de defesa, ou mesmo um certo acaso, quando se abre uma janela de oportunidades (KINGDON, 2003). Procedimentos pré-existent, propostos ou prescritos, constitutivos de políticas e projetos anteriores sofrem modificações aparentemente técnicas. Por adequar-se às alternativas escolhidas, nos termos foucaultianos, o conjunto desses instrumentos expressam tecnologias de governo dos indivíduos e de formação de novos sujeitos sociais.

Müller (2015, p. 34) afirma, de modo complementar, que ocorreram mudanças significativas nos modos de governo das sociedades industriais ocidentais a partir da segunda metade do século XIX; desde então, segundo o autor, “[...] a produção do universal toma a forma [paulatinamente] de uma produção de políticas públicas para os problemas que as sociedades se propõem a resolver mediante o Estado” (tradução nossa).⁶ Os governos, afirma Müller (2015), a partir do momento em que o poder soberano deixa de ser algo transcendente às relações sociais, devem pensar a sociedade, identificar seus problemas e apresentar respostas. Esta afirmação advém das análises de Foucault, que expõem como, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, transformações nos modos de regulação das sociedades conformaram um Estado que iria concentrar a função de integração do mundo social e se impor como o lugar onde se pensa o universal ou, como diria Rosanvallon (2009), o interesse geral. Como aponta Müller (2015, p. 16) “Eis o que nos diz Foucault é, portanto, um Estado que pensa a sociedade ao pensar sobre si mesmo e que age sobre a sociedade ao agir sobre si mesmo”.

⁶ No original: “Désormais, la production de l’universel va prendre la forme d’une mise en politiques publiques des problèmes que les sociétés se donnent à résoudre à travers l’État.”

Müller (2015) descreve o século XIX como o “momento das políticas públicas”, por ser um período em que a fragmentação das comunidades tradicionais fez sentir o poder das relações de mercado, no qual ocorreram mudanças substanciais no modo de governar as sociedades capitalistas. Sem um fundamento externo legitimador do poder, diferentes governos buscaram estabelecer aqueles atores que deveriam pensar e agir sobre as sociedades. Foi nesse período que o desenvolvimento das estatísticas expressou os espaços e tempos em que, nas sociedades, se desenvolvem os dispositivos de autorreflexividade, isto é, em diferentes espaços e temporalidades, grupos sociais diversos passaram a se auto observar e a agir sobre suas sociedades.

O Estado está em uma relação de reflexividade com a sociedade⁷ (MÜLLER, 2015, p. 18). Estado e sociedade não constituem polos opostos de poder, e sim espaços/tempo distintos, pelos quais as sociedades pensam em si mesmas de modo mais global. Seguindo Foucault, Müller (2015) reitera que a constituição dos saberes de governo ou, melhor dizendo, de todas as ‘tecnologias’ que permitem ao Estado governar os territórios e as populações expressa mudanças nas relações de poder. Reafirma o autor que este fenômeno de ‘governamentalização’ altera a relação entre o poder dos soberanos e a sociedade, porque, a partir de então, o Estado terá a sua legitimidade reconhecida pela sua capacidade de produzir ordem através do uso do conhecimento (como estatísticas, por exemplo) e de mecanismos eficazes (luta contra epidemias, organização do comércio) (MÜLLER, 2019).

Tratava-se, no período, da difusão de uma forma de Estado com a função de, com base em conhecimentos, instrumentos e dispositivos discursivos, introduzir formas de racionalidade e coerência nas sociedades de mercado capitalistas mediante o governo das populações. Por essa razão, o desenvolvimento das ciências jurídicas, dos aparatos de polícia, dos *corpora* burocráticos e das estatísticas como elementos para a emergência de políticas públicas. A resposta formulada por Müller (2015) para a questão a respeito de sobre quem iria recair, prioritariamente, os problemas e desafios de proteção das sociedades contra os efeitos dos mercados autorregulados constituiu o centro das lutas sociais nas sociedades capitalistas ao longo do século XX.

As respostas encontradas em diferentes tempos e espaços fundamentaram a emergência e a difusão de políticas públicas enquanto ações sociais públicas autorreflexivas e autorreferenciadas (MÜLLER, 2015), ações estas que expressam os momentos em que as sociedades tomam distância de si mesmas, para, mediante dispositivos apropriados,

⁷ “Ce que nous donne à voir Foucault c’est doc bien un État que pense la société en se pensant lui-même et qui agir sur la société en agissant sur lui-même” (MÜLLER, 2015, p. 18).

constituírem modos de regulação das partes e do todo social. As políticas públicas sociais e o chamado Estado-providência seriam faces indistintas desse movimento. Concretamente, múltiplos agentes (estatais e sociais) se envolvem com as políticas públicas, à medida que essas se expandem e diversificam. Novas proposições e/ou reformas envolvem recomposições tanto na administração pública quanto nas relações entre os atores sociais e estatais.

2.3 RECENSEAMENTOS COMO OBJETO DE ANÁLISE POLÍTICA

Em 1983, o historiador Benedict Anderson publicou seu estudo sobre os nacionalismos, no qual revelou como ocorreram os processos de hibridização das identidades em torno das comunidades imaginadas: as nações. Nesta obra, como destaca Schwarcz (2008), encontram-se a análise das ‘instituições’ que moldaram o imaginário das populações e a forma como os Estados coloniais representavam seus domínios e os sujeitos por eles governados. Afirma Anderson (2008, p. 227):

Poucas coisas mostram mais claramente essa gramática do que três instituições de poder, as quais, embora inventadas antes de meados do século XIX, modificaram a sua forma e função quando as zonas colonizadas ingressaram na era da reprodução mecânica. Essas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imagina o seu domínio – a natureza dos seres humanos por eles governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado.

Anderson (2008) argumenta que a emergência e a difusão da imprensa ao longo do século XIX (Era da ‘reprodução mecânica’, termo de inspiração benjaminiano) constituíram elementos fundamentais da extensão dos nacionalismos, pois as línguas nativas, na forma impressa, em linguais nacionais. Anderson (2008), ao analisar os primeiros censos no Sudeste Asiático, descreveu tanto a origem das categorias de classificação quanto as razões das modificações nos meios administrativos (dispositivos técnicos) para contabilizar as populações como instrumentos pelos quais se constroem as imagens das “comunidades imaginadas”.

Do ponto de vista de Anderson (2008), as “comunidades imaginadas” são resultantes das interações sociais e culturais e das práticas administrativas dos Estados modernos, com a finalidade de motivar os indivíduos a estabelecerem laços comuns. O autor aponta que os Estados modernos atuaram como promotores da alfabetização e de uma linguística comum, que viabilizaram aos indivíduos o reconhecimento das narrativas coletivas de diversos eventos

em um espaço circunscrito (território), no qual essas narrativas se desenrolam e guiam as vidas dos indivíduos que se projetam como parte dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Em resumo, os Estados modernos são uma comunidade política imaginada por meio das práticas culturais compartilhadas pelo conjunto da sociedade e das práticas administrativas dos poderes constituídos que difundiram a promoção da alfabetização e de uma linguística comum (ANDERSON, 2008).

De modo complementar aos argumentos de Anderson, Hobsbawm e Ranger (1997) afirmam que as práticas culturais e administrativas que legitimam os Estados modernos são resultantes de “tradições inventadas” na modernidade. Esses historiadores compreendem tradições inventadas como as práticas ritualísticas e simbólicas, reguladas ou não por instituições, que cumprem o objetivo de reiterar valores e normas sociais a todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. Os historiadores britânicos, entretanto, explicam que o termo “tradição inventada” é utilizado em sentido amplo, abrangendo as tradições construídas e institucionalizadas formalmente pelos poderes administrativos e as tradições que surgiram de maneira espontânea pelas interações sociais em um determinado período, mas que se estabeleceram ao longo do tempo (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Nesse sentido, o censo, enquanto instrumento que produz uma imagem da população, não se constitui apenas como um instrumento de classificação e seriação que fornece aos poderes administrativos um ‘algarismo exato’. Contar, classificar e ordenar aspectos da população não é uma operação dirigida de forma ‘pura’ por dispositivos técnicos. Contar as populações no espaço do território é uma ação pública de reconhecimento das representações e das relações sociais em que as identidades e as diferenças são reconhecidas. Para compreender essa operação, é necessário atentar para as equivalências, que podem ser classificadas pela língua, a religião, a cor, a raça, a nacionalidade, etc., passíveis de verificação a partir dos sujeitos que são contabilizados e de como esses sujeitos se reconhecem e se autorreferenciam nas categorias apresentadas para o cálculo.

Se uma árvore cai na floresta e ninguém está perto para ouvir, será que faz um som? Se alguém passa fome ou frio, sem qualquer testemunha, será que vai ser atendida pelas políticas públicas do Estado? A resposta à primeira indagação, filosófica, dificilmente será definitiva. Mas a resposta à pergunta correlata, socialmente orientada, é bastante conhecida: não atuamos sobre aquilo que ignoramos. Os Censos Demográficos cumprem uma função cognitiva vital: acessam aquilo que nossa experiência individual dificilmente poderia tanger. Furam nossas “bolhas” informacionais e dão *status* de existência ao que jamais poderíamos enxergar. (BARBOSA; SZWAKO, 2019).

Sendo assim, o censo é um instrumento de mapeamento segundo critérios políticos, culturais e sociais dos diversos atores públicos envolvidos na sua produção, conforme aponta Bissigo (2014, p. 129) ao analisar o processo do censo no Brasil, em 1872:

O censo, ainda que no seu resultado demonstre uma tabela fria, racional e impessoal, foi, em sua execução, uma operação social e política quente e pessoal: envolveu a interlocução entre as esferas do governo, os laços pessoais de confiança das comissões e das províncias, os estranhamentos entre as comissões e os seus agentes recenseadores, a interação desses com a população em todas as casas, as reações de cada chefe de família ao preencher (ou ter preenchida) sua lista, as possíveis correções, lacunas e emendas, e assim por diante. Em cada paróquia, em todas as províncias, o êxito do recenseamento dependeu de uma rede de colaboradores, que, ora “dignos de remuneração honorífica”, ora “frívolos” e “desobedientes”, se encarregaram, sob as copiosas chuvas do inverno de 1872, de levar a lista de família a cada domicílio, viabilizando essa operação de visibilidade e legibilidade do Estado imperial.

O censo figura como um instrumento de reconhecimento da extensão da população e de sua composição e, assim, como produtor das imagens da população que se deseja obter, mas, ao mesmo tempo, é uma imagem em que a população se reconhece, expressa nas categorias censitárias presentes no instrumento. Essas categorias são resultantes do contexto histórico-social de uma época, marcam os dilemas e preocupações do momento e demonstram a circulação de ideias e os aspectos identitários da população (MIGUEL, 2012). Os modos como a população é reconhecida pelo instrumento e como ela se reconhece ao participar da operação de recenseamento, de acordo com Miguel (2012), formam memórias documentárias que são constructos do conhecimento produzido em sociedade reunidos em uma cadeia de representações que perpassa a produção de conhecimentos, bem como a sua assimilação e reprodução.

A história do censo no Brasil contém algumas passagens que, talvez, salvo melhor juízo, denotam como essa cadeia de representações percorre esse instrumento. Palacios (1987, 2006), Saavedra (2011), Oliveira (2005) e Senra (2006, 2008) lembram as revoltas populares⁸ que se espalharam pelas Províncias do Nordeste, entre dezembro de 1851 e março de 1852, em oposição aos Decretos nº 797 e 798 de junho de 1851, que instituíram a realização do Censo

⁸ Esse movimento popular no Império do Brasil foi observado em diversas vilas e cidades do Nordeste. Começou em Pau d’alho, vila localizada na Província de Pernambuco, e logo chegou às Províncias de Alagoas e Paraíba, onde foram mais intensas. Relatórios dos Presidentes das Províncias do Sergipe, do Ceará, do Maranhão, do Amazonas, de Goiás e de Minas Gerais dão conta dos reflexos desse movimento nessas localidades, porém com menor intensidade (SENRA, 2006). Essas revoltas ficaram conhecidas como “Guerra dos Marimbondos” ou do “Ronco da Abelha”, em virtude do barulho que causavam, semelhante ao de um enxame de marimbondos, ou abelhas, prenúncio da chegada da multidão, que invadia fazendas e delegacias exigindo a suspensão dos decretos (SENRA, 2006; SAAVEDRA, 2011).

Geral do Império e o Registro Civil de Nascimentos e Óbitos. Essas revoltas colocaram em tela a desconfiança e o medo da população de ser contabilizada, bem como o desejo dos poderes administrativos do Império (central e local) em registrá-la e contabilizá-la:

O povo reagiu armado, em repúdio aos registros, o que acabaria obstando o censo [...]. Uma revolta de pouco tempo, quatro meses, mas em área grande, atingindo várias províncias, em época de comunicação e de transporte precários. Uma revolta não explicada pelos documentos, revelando autoridades temerosas de estarem diante de novo surto da Praieira, o que desagradava aos conservadores, então no poder. Os ânimos se exaltaram. Boatos surgiram e circularam. Diziam que aqueles decretos pretendiam escravizar os homens pobres livres. A reação popular deu-se contra a suposta “declaração de escravidão”, que seria inerente às medidas do governo. Com o fim do tráfico de escravos, faltariam trabalhadores; a alternativa da imigração era muito lenta, afora haver reticências em assimilá-la, por parte dos proprietários; nesse quadro, pareceu natural, crível e viável, acreditar que as medidas do Governo Imperial intentavam escravizar os homens pobres livres, e reescravizar escravos libertos. Suas condições de liberdade não eram legais e oficiais, ou o eram em bases frágeis, sem as devidas formalidades dos comprovantes. Então, dever registrar eventos-chave da vida, em cartórios, diante de leigos, amedrontava; o próprio censo, também ele um registro, acabaria incomodando, e sendo recusado. (SENRA, 2006, p. 150).

Essas revoltas mobilizaram homens livres pobres e escravos libertos, que se voltaram contra esses decretos, segundo relatos oficiais da época, pelo boato de que o registro civil e o censo eram uma tentativa do Estado imperial de registrá-los para servir como escravos. O movimento contou com apoio da Igreja, que considerava o registro civil de nascimentos e óbitos uma interferência do Estado nos rituais católicos (PALACIOS, 1987, 2006; SENRA, 2006; CHALHOUB, 2011; SAAVEDRA, 2011).

Os decretos de junho de 1851 foram rechaçados por uma população que os interpretou como uma ‘lei de cativo’, por não ter claro em quais bases se sustentava a liberdade dos indivíduos livres pobres e dos ex-escravos (PALACIOS, 1987, 2006). Carvalho (2001), ao analisar a série de revoltas populares registradas a partir do Segundo Reinado (1840 a 1889), inclusive as de 1851 e 1852, verifica que, apesar de grande parcela da população não participar da vida política oficial do Império, por não votar ou não ter claro o sentido e as consequências do voto, essa mesma população se valia de alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. Conclui Carvalho (2001, p. 75):

O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desprezar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas. [...] Eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos. Reagia-se a medidas racionalizadoras ou secularizadoras do

governo. Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadão, mesmo que em negativo.

O presidente da Província de Minas Gerais à época, Afonso Pena, em 1894, em relatório dirigido à Assembleia Provincial, creditou as dificuldades de execução do Censo de 1890 em Minas à desconfiança de uma população majoritariamente iletrada, que seria incapaz de compreender a complexidade de uma operação dessa natureza:

Como sabeis, a estatística levantada em 1890 foi incompleta e deficientíssima, deixando de ser feita em numerosas localidades [...]. A exigência de declarações numerosas e complexas, embora se trate de arrolar circunstâncias que seja útil conhecer, torna mui difícil o trabalho de estatística, trazendo numerosas confusões nos róis apresentados pelos chefes de família, em sua enorme generalidade destituídos de instrução para compreender essas exigências de uma estatística completa e desenvolvida. Na decretação das medidas para um serviço de sua natureza difícil em paizes de população esparsa em extenso território, tem-se de contar até com a ignorância e prevenções do povo, por mais inexplicáveis que pareçam. Para espíritos simples e ignorantes a exigência de declarações, aliás usuas em paizes já afeitos a esses trabalhos, é interpretada como podendo servir de base à decretação de impostos e outros ônus imaginários [*sic*]. (MINAS GERAIS, 1894, p. 10).

Nesse mesmo sentido, o presidente da Província do Maranhão, Manoel Ignácio Belfort Viera, em 1892, destacou sobre o Censo de 1890:

Innumeras teem sido as dificuldades com ha lutado o Governo para levar a efeito o recenseamento deste Estado. De um lado o pânico, de que se deixaram possuir algumas populações, attribuindo ao Governo intuitos que não tinha, como o querer conhecer a idade e renda de cada um, já para obriga-lo ao serviço militar, já para cobrar impostos. De outro lado a falta de patriotismo, e a pouca atividade dos agentes à quem, pelas instrucções, confiou o Governo Federal tão importante commettimento [*sic*]. (MARANHÃO, 1892, p. 27-28).

A desconfiança permanente e até mesmo a resistência da população em relação aos censos são episódios que ecoaram no tempo. Quase um século depois da primeira tentativa frustrada, na década de 1850, e das expectativas restauradas com a sequência de recenseamentos na República, a desconfiança voltaria a repousar sobre a operação censitária de 1940. Entretanto, nesse tempo, não seria o ‘ronco das abelhas’ que anunciaria o recenseamento como um ato do Estado para invadir e interpelar os cidadãos e as cidadãs, quebrando, conforme aponta Carvalho (2001), o pacto implícito de privacidade estabelecido entre governantes e governados. Em 1940, ano do 6º Censo Geral, *Recenseamento*, samba do

compositor Assis Valente interpretado por Carmem Miranda, registrou o protesto do autor contra a devassa que o censo realizava na vida privada da população:

Em 1940
 lá no morro começaram o recenseamento
 E o agente recenseador
 esmiuçou a minha vida
 que foi um horror
 E quando viu a minha mão sem aliança
 encarou para a criança
 que no chão dormia
 E perguntou se meu moreno era decente
 se era do batente ou se era da folia
 Obediente como a tudo que é da lei
 fiquei logo sossegada e falei então:
 O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro,
 é o que sai com a bandeira do seu batalhão!
 A nossa casa não tem nada de grandeza
 nós vivemos na fartura sem dever tostão
 Tem um pandeiro, um cavaquinho, um tamborim
 um reco-reco, uma cuíca e um violão

Fiquei pensando e comecei a descrever
 tudo, tudo de valor
 que meu Brasil me deu
 Um céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo
 um pano verde e amarelo
 Tudo isso é meu!
 Tem feriado que pra mim vale fortuna
 a Retirada da Laguna vale um cabedal!
 Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia
 um conjunto de harmonia que não tem rival
 Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia
 um conjunto de harmonia que não tem rival.
 Recenseamento (Assis Valente – 27/09/1940).

A letra narra o Censo de 1940 como uma crônica, tendo como mote a história de uma família residente em uma favela da cidade do Rio de Janeiro, que recebe a visita de um agente recenseador. Intérprete do samba, Carmem Miranda dá vida a uma mulher que é surpreendida em casa pelo recenseador e responde ao inquérito censitário.

Na letra de Assis Valente e na voz de Carmem Miranda,⁹ há um valioso registro do censo promovido pelo governo de Getúlio Vargas, que narra como esse instrumento captura uma imagem da população e como a população se autorreferencia pelas categorias censitárias presentes no censo. As categorias censitárias do instrumento são identificadas nas seguintes estrofes: “*E quando viu a minha mão sem aliança [...]*” (estado civil); “*E perguntou se meu*

⁹ Esse samba encontra-se disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=nxGUQPgsBcs>.

moreno era decente se era do batente ou se era da folia [...] (raça/cor); *“O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro, é o que sai com a bandeira do seu batalhão!”* (nacionalidade e ocupação); *“A nossa casa não tem nada de grandeza, nós vivemos na fartura sem dever tostão”* (característica/condição do domicílio).

Essas passagens históricas na trajetória de construção dos censos no Brasil nos fornecem evidências para compreender que a população não é apenas uma coleção de seres humanos recenseáveis num dado momento do tempo unicamente pela ação dirigida dos poderes administrativos do Estado, mas sim o *locus* de todos os atores sociais que operam a sua produção. Nos termos de Raffestin (1993, p. 67), a população é um elemento atuante e a fonte de atores sociais concebidos como um recurso, pois, ao dispor de um número e de uma imagem desses atores, o Estado pode assentar seu sistema de taxação e recrutamento militar. Porém, é ao mesmo tempo um entrave, na medida em que pode resistir aos atos de ser identificada, classificada e contabilizada ou mesmo resignificá-los.

2.4 ANÁLISE DE UM INSTRUMENTO: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE RECENSEAMENTOS

A execução de recenseamentos remonta aos tempos antigos. A operação censitária mais remota de que se tem notícia data de 2.238 a.C., quando o imperador Yao mandou executar um censo da população e das lavouras cultivadas (IBGE, 2007). Na Europa, durante a Idade Média, foram realizados diversos recenseamentos: na Península Ibérica, durante o reinado de Carlos Magno (712-814) e ao longo da dominação muçulmana, dos séculos VII ao XV; na Inglaterra, no reinado de Guilherme, ‘o Conquistador’ (1066 a 1087), foi realizado um extenso levantamento populacional, registrado no *Doomaday Book*; assim como nas Repúblicas italianas, durante os séculos XII e XIII (SENRA, 2005; IBGE, 2007). Desde os mais remotos impérios da Antiguidade e no período Medieval, os poderes administrativos constituídos contabilizavam os indivíduos e os bens dentro dos seus domínios territoriais, com objetivo de conhecer e governar os seus súditos (MARTIN, 2001; SENRA, 2005).

Hakkert (1996) afirma que os recenseamentos de fato considerados válidos, em razão da ampla cobertura da população, da coleta de informações específicas em determinados períodos de tempo e da formação de estatísticas com base em dados censitários, começaram a ser executados, na Europa e na América, na segunda metade do século XVI.

Os levantamentos populacionais da Sicília, de 1501, e diversas outras regiões da Itália em anos próximos são considerados, às vezes, como os

primeiros censos no pleno sentido da palavra. Outras experiências pioneiras são os levantamentos populacionais de Québec, no Canadá, a partir de 1666, e de diversas outras colônias francesas e inglesas na América do Norte. Islândia realizou um levantamento completo da sua população em 1703. Entretanto, a maioria dos estudiosos aponta o Censo Sueco de 1749 como o primeiro que satisfaz quase todos os critérios considerados essenciais para um recenseamento moderno. Outros censos desta época foram os da Noruega, em 1760, e da Dinamarca, em 1769. Os Estados Unidos foram o primeiro país a estabelecer uma rotina legal para a organização decenal de censos populacionais. Tal rotina baseava-se na própria Constituição, segundo a qual o levantamento periódico da população nacional era necessário para reclassificar as unidades de representação política para as eleições estaduais e da Câmara Federal. O primeiro censo da República foi realizado em 1790. Inglaterra e França seguiram em 1801. Na América Latina, os primeiros censos após a Independência foram os da Colômbia (1825), Chile (1843) e Uruguai (1852). (HAKKERT, 1996, p. 20).

No Brasil, os recenseamentos são realizados desde o tempo da Colônia. Os primeiros dados populacionais de que se tem notícia datam do ano de 1585, quando, por iniciativa do padre José de Anchieta, foram registrados os habitantes de algumas capitanias (IBGE, 1995).

De acordo com os estudos de Marcílio (1974, 2000, 2004) e Botelho (1998, 2005, 2008), esses recenseamentos se tornaram mais frequentes e consistentes no Brasil a partir do final do século XVII, quando a Coroa Portuguesa mandou executar a contagem da população utilizando como instrumento os Registros Paroquiais e as Listas Nominativas.

Estudos circunscritos ao campo de pesquisa da História Social abordam os Registros Paroquiais e as Listas Nominativas como repositórios de dados cujas informações permitem a recomposição da história das populações que habitavam o território nos períodos colonial, imperial, setecentista e oitocentista (PAIVA; LIBBY, 1995; REZENDE, 2008; VELLASCO, 2008; LIBBY; BOTELHO; ANDRADE, 2012; MORENO, 2013; BACELLAR, 2013, 2017; SOUZA, 2018). Essa literatura aborda os dados provenientes desses instrumentos na análise da população segundo a condição social (livre/escrava) e as atividades relacionadas à reprodução econômica; sua presença enquanto elemento cultural constitutivo do território da Colônia e do Império; as estratégias dos poderes administrativos coloniais e imperiais na identificação e organização das populações; o perfil social da população livre e escrava; e o mapeamento e distribuição dessa população.

Ainda no âmbito da História Social, nos trabalhos de Botelho (1998, 2005, 2008), os censos produzidos pelos Registros Paroquiais e as Listas Nominativas são abordados no estudo da regulação da população, com vistas a reconstruir a dinâmica populacional, o perfil e as interações sociais historicamente estabelecidas no território das capitanias e províncias brasileiras. Destaca Botelho (1998, p. 24):

As listas nominativas de habitantes eram censos locais, organizados a partir dos domicílios (denominados de “fogos”) que traziam o nome, o sexo, a idade, o estado conjugal, a cor e outras informações individualizadas. Como permitem recuperar o nome das pessoas, constituiu-se [sic] em fontes privilegiadas para os estudos de demografia histórica e de história social [...]. Como estas informações são nominativas, possibilitam complementá-las com outras fontes, como os registros paroquiais de batismo, casamento e óbitos [...].

Marcílio (1974, 2000, 2004) considera os Registros Paroquiais e as Listas Nominativas os instrumentos com os quais se formaram as primeiras bases de dados populacionais, dando início à elaboração das estatísticas públicas no Brasil. Essa autora classifica três períodos distintos na produção das estatísticas no Brasil: pré-estatístico, protoestatístico e estatístico.

O período pré-estatístico, de acordo com Botelho (1998), vai do início do século XVI até meados do XVIII. É caracterizado pela irregularidade na realização dos recenseamentos e pela elaboração de estimativas imprecisas sobre a população no Brasil. A Igreja é o principal agente recenseador, e os Registros Paroquiais os instrumentos utilizados para esse fim. O segundo período, denominado protoestatístico, estende-se do final do século XVIII até a década de 1870. Foi nesse momento que o poder administrativo colonial e, depois, o poder imperial fizeram uso de Listas Nominativas para realizar os recenseamentos. Algumas regiões e locais da Colônia (províncias, vilas, freguesias) passaram a contar com séries históricas de dados demográficos.

O Censo de 1872, segundo Marcílio (1974, 2000), representa o marco histórico do período estatístico, quando os recenseamentos passaram a ter periodicidade (de dez em dez anos) e a ser realizados por serviços especializados do Governo Central, com o apoio dos governos locais. A partir dessa época, os censos passaram a ser realizados (ou pelo menos há a intenção de realizá-los) com cobertura total do território e da população, e seus resultados a ser publicados pelos órgãos oficiais.

No período protoestatístico, momento em que o Brasil se constitui como Estado soberano, alcançando a independência em 1822, os governos (central e locais) depararam-se com a difícil tarefa de organizá-lo. O período colonial deixara como herança um país com dimensões continentais, mal povoado e cuja ocupação era basicamente concentrada no litoral, com predominância da monocultura, domínio das oligarquias, expresso no mandonismo local, trabalho escravo, infraestrutura pública precária, analfabetismo em massa, etc. Em resumo, o legado colonial aponta para um país onde tudo estava por fazer (SENRA, 2006; CHALHOUB, 2011). Como afirmam Schwarcz e Starling (2015), ao romper com a

dominação colonial, o processo de emancipação do Brasil, deflagrado em 1808, com a vinda da Corte, foi um movimento liberal, por romper com Portugal, e ao mesmo tempo conservador, por manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial, deixando como legado um Estado, e não uma Nação, cuja tarefa futura seria “[...] criar uma cultura, imaginar uma formação, pretender nacionalidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 222).

Esse momento, que abrange todo período imperial, foi marcado por tentativas de realização de um Censo Geral. Esse instrumento foi tratado pela retórica como a construção de um saber estatístico com vistas a estabelecer parâmetros mínimos para viabilizar a governabilidade do Império diante das disputas políticas pela melhor forma de organizar o Estado.

No pós-independência, a razão de um saber estatístico para melhor governar não seria suficiente para executar os recenseamentos. A forte instabilidade política, causada pelas revoltas nas províncias, que se estenderiam por um longo período, marcaria os avanços e recuos na construção desse instrumento (VAINFAS, 2006). Os estudos de Bissigo (2013, 2014), Camargo (2013, 2015, 2016), Gracioso (2003, 2004), IBGE (2005) e Memória (2004) abordam esse período, tendo como categoria de análise as estatísticas públicas produzidas pela base de dados do censo, com foco nas estatísticas enquanto ciência de Estado e no censo como instrumento de governabilidade.

A República, proclamada em 1889 por um golpe – ou por “um gesto dos militares”, como sugere Carvalho (1989) –, colocou em tela a marca forte do federalismo no Brasil, as lutas entre os interesses das oligarquias provinciais e a forte tendência de centralização do poder administrativo, herdada do centralismo monárquico. Esse foi o momento, segundo a definição de Senra (2006a), das “estatísticas legalizadas” (1899 a 1936) ou, como afirma Marcílio (1974, 2000), o período “estatístico”. Nele, tanto as estatísticas quanto os censos foram legislados com intensidade, na busca por elaborar uma organização sistêmica para coleta, tratamento e disseminação dos dados, bem como para criar órgãos oficiais de coordenação e produção das estatísticas públicas (SENRA, 2006a).

Na viragem do século XIX para o XX, surgiu uma produção de dados populacionais mais consistente, apesar de os Censos de 1890, 1900 e 1910 terem apresentado inúmeros problemas de execução (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). Na sinopse do Censo de 1890, o então diretor da DGE, Francisco Mendes da Rocha, destacava que o cenário político instável após a proclamação da República impôs dificuldades à execução do censo naquele ano. Nesse sentido, também no Censo de 1900, na introdução da sinopse, o diretor da DGE à época, João Sabino Damasceno, alertava para o fato de que os resultados por ora divulgados eram

incompletos e deveriam ser tratados com ‘parcimônia’. Os resultados do Censo de 1910 não foram publicizados, visto que a operação censitária fora cancelada pelo presidente Hermes da Fonseca, em virtude das perturbações políticas e por esse censo ter se “[...] transformado num sorvedouro de verbas públicas” (IBGE, 2007, p. 12).

Apesar do ambiente político instável, nesse momento, o país já dispunha de uma série de dados populacionais, produto dos dois censos anteriores. Nesses recenseamentos foram coligidos dados sobre os indivíduos (nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência), sobre as famílias (nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e os defeitos físicos) e sobre as relações sociais (nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto professado, profissão, título científico, literário ou artístico, e renda). A instrução pública (as estatísticas educacionais e escolares) foi escrutinada nesses censos pelo número de estabelecimentos de ensino, de analfabetos, de indivíduos que sabiam ler e escrever, bem como pela frequência escolar na faixa etária de 6 a 15 anos.

Em breve digressão pela literatura no campo da História da Educação, em especial pelas pesquisas dedicadas às estatísticas educacionais, algumas referências contribuem como ponto de partida para possíveis discussões. Os trabalhos de Gil (2007, 2008, 2009, 2012, 2019) são referências que dão conta de um intenso movimento de produção de números relativos à educação, tendo os recenseamentos como fonte de análise:

No caso brasileiro, as estatísticas de educação têm uma história articulada com a das estatísticas demográficas e demais estatísticas oficiais. Embora tenha havido iniciativas provinciais mais recuadas no tempo, foi apenas em 1871 que o governo imperial deu consequência às solicitações de realização de um censo populacional, criando, naquela ocasião, a Diretoria-Geral de Estatística. A atribuição principal do órgão era a realização dos recenseamentos (o primeiro dos quais feito em 1872), mas em seu regulamento desde o início constaram responsabilidades quanto à coleta e sistematização dos números da instrução pública, entre outras áreas como saúde, segurança pública, estradas. Nem todas os domínios para os quais se previu a produção de estatísticas foram, de fato, atendidos pelos trabalhos organizados no âmbito daquela diretoria. (GIL, 2019, p. 18).

Gil (2007, 2019), ao mencionar que as estatísticas educacionais e as estatísticas demográficas estão historicamente vinculadas umas às outras, coloca em destaque a necessidade de investigar como esse tipo de dado foi produzido ao longo tempo. Pois não se trata apenas de discutir sua presença, seus usos discursivos e programáticos, mas sobretudo de investigar como esse tipo de dado relativo à população passou a figurar como um

dado/variável recenseável. Isso requer um olhar atento ao modo como se formou o rol de dados educacionais, à maneira como esse rol reverberaria, historicamente, em indicadores e índices educacionais e a como foram concebidos outros instrumentos de políticas públicas, além dos censos, destinados a escrutinar os aspectos educacionais da população no Brasil.

Ao pesquisar a constituição dos serviços estatísticos em Minas Gerais, no período de 1871 a 1931, Machado (2008) identifica a produção de duas categorias de dados: dados educacionais (oriundos dos recenseamentos) e dados escolares (oriundos dos registros escolares). Em relação a esses dois tipos de dados, a pesquisadora aborda como a produção de evidências indica o agir do Estado sobre o ensino:

Nesse sentido, é preciso interrogar-se sobre as formas como o Estado produz *a priori* as referências que são os indicativos para funcionamento da educação. Ganha relevo a problemática relativa às categorias educacionais na (re)configuração da escola pública primária [...] pelas definições das categorias (classificações) produzidas em outro campo de poder e saber, qual seja: o Estado, seja nos recenseamentos, seja nas estatísticas escolares produzidas pelos inspetores da instrução pública primária. (MACHADO, 2008, p. 26).

Os dados escolares apontam para o uso dos registros administrativos como um complemento dos censos na obtenção dos dados. As pesquisas de Faria Filho e Resende (1999, 2001), Veiga (2005, 2008), Machado, Biccas e Faria Filho (2013) apresentam como fontes de estudos os Relatórios dos Presidentes das Províncias e os registros produzidos pelas escolas no exame dos processos de escolarização durante o século XIX. Decorre do exame dessas pesquisas a percepção de que os registros das atividades educativas no âmbito das escolas e da administração pública nas províncias constituem os primeiros repositórios de dados quantitativos relacionados à educação escolar no país. Esses instrumentos antecederam o Censo de 1872 na coleta de dados educacionais.

O conjunto de pesquisas apresentadas até aqui, que perpassa os campos da História Social, da Demografia Histórica, da Sociologia das Estatísticas e da História da Educação, no âmbito desta tese, representam a incursão inicial na investigação dos instrumentos de recenseamento populacional e educacional. A partir dessas pesquisas, foi-nos possível traçar uma trajetória histórica do instrumento do censo no Brasil, com o objetivo de orientar o percurso metodológico de pesquisa. A principal contribuição decorrente delas é a conclusão de que, do século XVI ao século XVIII, o recenseamento foi executado por diferentes instrumentos (Registros Paroquiais e Listas Nominativas) no Brasil. Outro importante

contributo é a evidência de que os registros administrativos são os primeiros repositórios de dados educacionais.

2.5 DADOS, INDICADORES, ÍNDICES E MÉTRICAS: A ARQUITETURA DOS INSTRUMENTOS

Partindo-se do princípio de que dados, indicadores, índices e métricas são dispositivos e produtos dos instrumentos de políticas públicas, torna-se necessário conceituá-los, com objetivo de expor aos(às) leitores(as) o conjunto do trabalho desenvolvido e os argumentos que fundamentam esta tese.

A construção de bases e bancos de dados que envolvem aspectos das populações é uma operação que se caracteriza pela coleta e a agregação de dados, fundamentais para o cálculo de indicadores e índices, que cumprem a função de simplificar a alta complexidade inerente às interrelações sociais. Dessa forma, entender o processo de construção desses dispositivos implica reconhecer como as estatísticas são produzidas e vinculadas aos aspectos sociais, assim como os meios e os fins pelos quais esses aspectos são mensurados.

É fundamental e legitimador para a elaboração das estatísticas a possibilidade de construir inferências que permitam a formulação de conclusões e predições que transcendam os dados coletados (CRESPO, 1995). De acordo com Farias, Soares e César (2003, p. 20), a estatística “[...] é uma ciência que se dedica ao desenvolvimento e ao uso de métodos para a coleta, resumo, organização, apresentação e análise de dados”. Segundo os autores, seria uma ciência pautada por modelos matemáticos e teorias probabilísticas,¹⁰ que explica os fatores de ocorrência de determinados eventos (observados ou experimentais) de forma a viabilizar a construção de interpretações, sumarizações e estimativas (SILVA *et al.*, 1996; MARTIN, 2001; ECHEVEST *et al.*, 2005; SENRA, 2005).

A estatística, enquanto quantificação da realidade social, é bastante usada, nos discursos, como um argumento de autoridade, sobretudo nos discursos políticos (SENRA, 2006), sugerindo que sua racionalidade instrumental se distancia de qualquer subjetividade na tomada de decisões. Como afirma Senra (2006), essa racionalidade afastaria as “paixões” e imporia a ideia de que, mediante o emprego de estatísticas, aqueles que decidem têm

¹⁰ A gênese da formulação das probabilidades é a investigação sobre os jogos de azar durante a Idade Média e os estudos desenvolvidos por Blaise Pascal no século XVII, originados de discussões entre o filósofo e o jogador Chevalier de Mere. O estudo das probabilidades é a origem da Estatística Inferencial, desenvolvida por matemáticos como Bernoulli e Gauss e por estatísticos como Pearson, Gosset e Fisher (MEMÓRIA, 2004).

fundamentos de ordem geral e não são atores envolvidos ou com interesses singulares na ação pública.

Como nos ensinam os manuais de introdução à estatística (TOLEDO; OVALLE, 1985; MAGALHÃES; LIMA, 2008), um(a) pesquisador(a) poderá notar (ou não) a presença ou ausência de um atributo em uma população dada e, desse modo, diferenciar e classificar essa população. Os resultados das observações são geralmente apresentados por dados nominais ou ordinais, que expressam a ocorrência/recorrência do(s) atributo(s) considerado(s). O(a) pesquisador(a) pode também medir a intensidade de um elemento componente do objeto, de uma pessoa ou de uma população, pois esse elemento apresenta características variáveis. Os valores obtidos são resultados de contagens e, na maioria das vezes, finitos. Os achados resultam de apurações (contagens e mensurações) e são mais influenciados pelos processos de coleta adotados, pelas medidas escolhidas e pelos instrumentos utilizados.

Tanto os atributos quanto a intensidade de um elemento presente na população considerada pelo(a) observador(a) são usualmente denominados como variáveis (de natureza qualitativa ou quantitativa). Esses atributos/elementos configuram um dado sobre determinado objeto de estudo e são compostos por conjuntos de variáveis disponíveis, desejáveis, etc. Os dados são aquelas informações referentes a uma variável passíveis de serem coligidas. E estas informações representam as características, os atributos ou a condição da população, do evento ou do fenômeno investigado.

É recorrente uma pesquisa deparar-se com aquelas variáveis que estão disponíveis ou acessíveis e, desse subconjunto, escolher as de interesse para o estudo. Essa circunstância se repete em diferentes tipos e funções de pesquisa, ou melhor, a disponibilidade de acesso às informações decorre de condicionalidades impostas à produção do conhecimento em um dado momento, como também das escolhas (conscientes ou não) efetuadas pelos atores responsáveis pela produção do conhecimento. Dessa forma, os dados obtidos são produtos de métricas e regras que presidem uma forma de medir e que definem o tipo de dado a ser produzido ou o modo como esse dado será interpretado.

Para além da compreensão do que é medido, cumpre esclarecer o porquê e para que certos atributos são medidos. Logo, os instrumentos de políticas públicas possuem uma dimensão técnica, expressa nos dados coletados, nas variáveis, nos indicadores e índices elaborados, ou seja, a estatística é o dispositivo técnico do instrumento. Também possui uma dimensão política, que envolve os atores sociais e os valores a eles intrínsecos, os quais

motivam a ação pública. Para efeito deste estudo, denominamos essa combinação entre a dimensão técnica e a dimensão política como ‘métrica’.

O termo ‘métrica’ é comumente definido, no campo da literatura, como a parte dos estudos de retórica que aborda a(s) medida(s) dos versos. Ao recorrer ao Dicionário Houaiss (2009) em busca de uma definição para o termo na língua portuguesa, encontramos as seguintes acepções:

- O conjunto das regras que presidem a medida, o ritmo e a organização do verso, da estrofe e do poema como um todo;
- Modo de versejar próprio de um poeta;
- Forma diferencial que define, em um espaço, a distância entre dois pontos infinitesimalmente próximos;
- Conjunto de metros (‘organização das pulsações’) usado numa composição por um compositor ou dentro de um estilo;
- Estudo do metro.

A palavra é usual nos estudos de linguagem ou como expressão de diferentes medidas do espaço-tempo nas composições musicais. Outras definições são encontradas em estudos das áreas de administração e *marketing* (BASTOS *et al.*, 2009; PUPO; BOTELHO, 2011; RAMOS; SCHABBACH, 2012; VASCONCELOS; BRITO, 2012; CARVALHO *et al.*, 2013), em geral associadas às formas de medir o desempenho de políticas públicas e de empresas privadas. Os manuais de estatística, por sua vez, identificam a métrica com as diferentes formas de medir ou com os sistemas de classificação que descrevem os padrões de variação de um determinado fenômeno. Nesta tese, o termo é referido como o conjunto de regras que presidem um determinado tipo de medida, consideradas suas duas dimensões: técnica e sociopolítica.

A dimensão técnica refere-se às medidas estatísticas produzidas a partir de dados/variáveis coligidos. É a forma de mensuração de atributos e contextos expressa por dados. A dimensão sociopolítica é entendida como decorrência dos referentes ou paradigmas, que orientam tanto a seleção dos dados quanto a formulação das medidas. Relaciona-se às regras que associam os meios aos fins com os quais se produz e utiliza um tipo de medida. Métricas são compreendidas como a expressão da instrumentação da ação pública, nos termos de Lascoumes e Le Galés (2012, p. 26-27):

A instrumentação da ação pública e, portanto, um meio de orientar as relações entre a sociedade política (*via* executivo-administrativo) e a

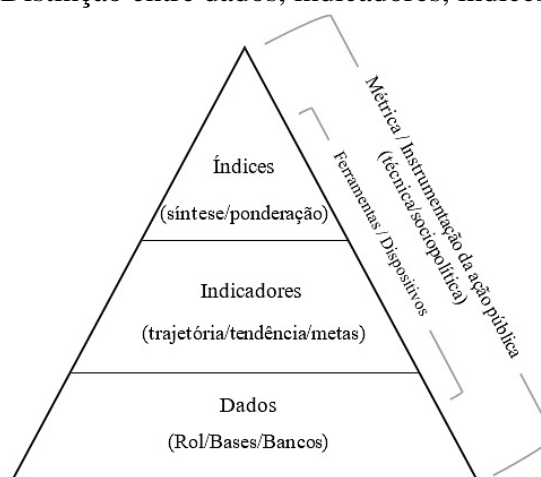
sociedade civil (*via* sujeitos administrados) por intermediários, dispositivos misturando componentes técnicos (medida, cálculo, regra de direito, procedimento) e sociais (representação, símbolo). Essa instrumentação se exprime sob uma forma mais ou menos estandardizada que constitui uma obrigatória passagem pela ação pública e mistura obrigações, relações financeiras (cobrança de impostos/ajudas econômicas) e meios de conhecimento das populações (observações estatísticas).

Assim, o termo métrica é aqui adotado como uma categoria analítica que visa demonstrar os dispositivos político-administrativos e as tecnologias de governo associados à regulação da população, segundo técnicas estatísticas e valores políticos, culturais e sociais. Por essa razão, uma métrica elaborada e utilizada em determinado momento comunica aspectos do contexto político, social e econômico que se deseja reter e analisar.

Um elemento que influencia a produção de dados é sua função na orientação de ações governamentais, programas e projetos político-sociais. Senra (2006) destaca que essa função é pautada por uma finalidade *ex ante*, ou seja, baseada na elaboração de diagnósticos e estimativas, ou *ex post*, fundamentada na observação e na análise de resultados da(s) ação(ões) desenvolvida(s). Em ambos os casos, dentro da tradição da Ciência Política, essas finalidades estão associadas a uma interpretação das políticas públicas como ciclo conduzido por uma racionalidade mais linear: formulação, implementação e resultados.

Os conhecimentos produzidos, ou a serem produzidos, cumpririam a função de identificar problemas para a formulação de políticas públicas definindo seu foco, escopo e público-alvo (*ex ante*) e a avaliação dos impactos e resultados obtidos na implementação (*ex post*).

Nos últimos anos, essa função foi recorrentemente preenchida pela formulação de indicadores e índices sociais que combinam dados de diversas dimensões sociais (ARRETCHE, 2015). Taxas de mortalidade e analfabetismo, nível de desemprego, coeficientes de pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), etc. são exemplos de indicadores e índices corriqueiramente utilizados para fins de interesse teórico em pesquisas acadêmicas ou para fins programáticos na formulação e avaliação de políticas públicas (JANUZZI, 2002). A elaboração deles consiste na coleta, na agregação e no tratamento dos dados coletados (Figura 1), de acordo com o quadro de conhecimentos e necessidades dos atores envolvidos em determinada política pública setorial.

Figura 1 –Distinção entre dados, indicadores, índices e métricas

Fonte: adaptado do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011).

Os dados expressam valores quantitativos ou qualitativos que representam eventos da realidade, são empiricamente observáveis e/ou estimados e não receberam nenhum tratamento estatístico (BRASIL, 2011). São coletados, armazenados e disponibilizados segundo regras e potenciais finalidades de usos, servindo de ‘matéria-prima’ para a produção de indicadores.

Um indicador, por sua vez, consiste na agregação de diferentes dados, que têm por objetivo apontar, comunicar e estimar empiricamente a tendência ou o progresso de um determinado evento que não é detectável pela coleta de dados isolados. Desse modo, um indicador consiste na agregação de dados por meio de uma técnica estatística, com o objetivo de evidenciar ou estimar relações. Os indicadores podem comunicar uma direção e/ou tendência não perceptível pela simples coleta, pela compilação e pela descrição dos dados (BRASIL, 2011).

A agregação de dois ou mais indicadores relacionados a uma dimensão, ou a diferentes dimensões, corresponde à construção de índices. É um meio de agrupar e resumir uma série de indicadores que, isoladamente, não nos possibilitam formular inferências ou predições em única medida-síntese, com pesos relativos, escalas e agregações (FALCÃO; RÉGNIER, 2000).

O caminho para a construção de indicadores e índices começa pela formação de um rol de dados que nos permita comunicar as variáveis do evento observado. No passo seguinte, forma-se o indicador, que corresponde à integração e ao cruzamento entre as diferentes variáveis presentes nos dados, de maneira a indicar trajetórias, identificar ou prever mudanças, estabelecer comparações e vínculos, bem como definir e avaliar metas. O índice consiste na agregação mais alta dos dados e representa a aferição da intensidade com que as

variáveis estão correlacionadas, buscando assim explicar os porquês de um determinado evento pela sinalização da intensidade com que os fatores analisados se correlacionam.

2.6 RECENSEAMENTO E AÇÃO PÚBLICA: ESTATÍSTICAS E INSTRUMENTOS

Quando se fala em estatística, o senso comum a relaciona tanto à produção objetiva de informações numéricas de forma ordenada quanto às sistemáticas de divulgação dessas informações em gráficos, tabelas, diagramas, etc. Essa noção comum sobre essa área de conhecimento se difunde cada vez mais, em virtude da influência social dos meios de comunicação de massa. O discurso político dos *mass media* declara ter por objetivo apresentar informações de modo objetivo, que refletem a realidade e são isentas de valores e interesses singulares. Divulgar informações mediante o emprego de imagens (gráficos, diagramas, etc.) e com suporte em números nos permite padronizar as regras de difusão das informações sem que as escolhas que as originaram estejam evidentes. Subjaz a toda informação exposta mediante dados numéricos um processo de escolha/construção das variáveis “de interesse” ou “disponíveis” a serem submetidas à análise (SENRA, 2002). Os produtores de informação são condicionados pelos seus quadros cognitivos, assim a produção das estatísticas é um ato de representação do social, a partir de ideias, valores e *habitus*.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, em específico pela Sociologia das Estatísticas, pela Demografia e pela História Social, a estatística é vista como um conjunto de instrumentos técnicos e sociopolíticos histórica e socialmente construídos, que permitem, em diferentes áreas de conhecimento, conhecer os eventos por suas características e variações intrínsecas. A Sociologia das Estatísticas, de inspiração foucaultiana, apregoa que sua trajetória é marcada pela superação de um quadro cognitivo em que figurava como uma objetivação da realidade dada por intermédio dos números, destinada à construção de um ‘saber refinado’, com vistas a regular e disciplinar populações (SENRA, 2005). De acordo com Rosental (2009, p. 196), os números da população subsidiam os estudos historiográficos a respeito de como se efetivam “as transações entre administradores e administrados” e expressam as relações entre os Estados e suas populações. Estudos em História Social tomaram as estatísticas populacionais como dispositivos para descrever os elementos constitutivos de determinada sociedade ou nação (MARTIN, 2001).

Afastar-se de uma racionalidade instrumental no que diz respeito aos usos e fins dos conhecimentos estatísticos requer o reconhecimento de sua dimensão política. Assim, a produção de estatísticas se reveste de um sentido social, em razão de sua necessidade de

classificar e categorizar as formas sociais estáveis e instáveis, criando um conhecimento, um saber social com dupla função: a) vincular às necessidades dos poderes administrativos constituídos os conhecimentos capazes de contribuir para a regulação das populações no território; e b) produzir a autorreflexividade das sociedades para a formulação de políticas públicas (MÜLLER, 2015). Assim, a produção e a difusão do conhecimento com base em estatísticas estão vinculadas às necessidades dos governos de coletar dados relacionados à população, com objetivo de conhecer sua composição, seu tamanho e sua dinâmica, de forma a administrá-la. Consequentemente, a produção de estatísticas e a ação pública de recensear a população com a finalidade de coletar dados brutos¹¹ e formar rol de dados¹² têm origem comum.

Revel (1989) afirma que, apesar da existência longeva, a estatística só alcançou o *status* de ciência e os recenseamentos só se tornaram frequentes ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando o foco de aplicação passou a ser fortemente associado aos Estados nacionais e ao seu interesse de regular a população em seus territórios e de administrar as possessões coloniais.

A afirmação da monarquia absoluta apoiada num poderoso movimento de centralização administrativa marca um segundo momento nos séculos XVII e XVIII. As necessidades crescentes do Estado requerem uma apreensão mais exacta [*sic*] do Reino. Determinam, pois, uma série de inquéritos a um ritmo constante. Alguns são simples recenseamentos que deverão ter tido precedentes, provavelmente, no século XIV. Outros constituem verdadeiros trabalhos de estatística aplicando ao conjunto do território uma complexa grelha de leitura. (REVEL, 1989, p. 123).

Para Martin (2001, p. 16), as estatísticas são um produto direto dos recenseamentos. Destaca o autor que, no século XVI, na França, uma série de inquéritos censitários foram executados pelo governo, com o objetivo de administrar as populações e coligir dados para o

[...] estabelecimento de necessidades alimentares dos súditos do rei, manter os registros de polícia e o registro dos sujeitos a taxas e impostos (gabela, talha), construir estatísticas de “fogos” para estabelecer a repartição geográfica dessas taxas e impostos, constituir listas de homens aptos para a guerra ou fazer o inventário da subsistência (notadamente após as crises alimentares ou guerras).

¹¹ Dados brutos são o conjunto de valores numéricos não organizados, obtidos pela observação de um fenômeno ou por meio de instrumentos de coleta (SILVA *et al.*, 1996).

¹² Rol é quando os dados brutos são organizados de forma crescente ou decrescente; ou seja, é uma sequência ordenada dos dados brutos (SILVA *et al.*, 1996).

As estatísticas foram formuladas a partir desses inquéritos censitários e ganharam centralidade no agir administrativo do Estado francês, e seu desenvolvimento acompanhou o desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas. A sociologia francesa, em sua história institucional, metodológica e conceitual, é diretamente vinculada à história das instituições e das pesquisas estatísticas (MARTIN, 2001).

Desrosières (2004), em seu trabalho *La política de los grandes números: Historia de la razón estadística*, destaca que a necessidade de conhecer as populações e os territórios para melhor administrá-los deu origem à produção de dados distintos, vinculados à escola estatística alemã, diretamente associada à ação exclusiva do Estado na coleta, no tratamento e na disseminação das estatísticas, enquanto a escola inglesa (aritmética política) associou esse processo à ação de grupos sociais, portanto com maior independência em relação ao Estado.

Na escola estatística alemã, o território é a principal categoria de análise na coleta de dados, e as estatísticas revelam suas características. A estatística alemã se propõe a descrever os pormenores de uma determinada localidade como cópia e descrição fiel da realidade. Segundo Revel (1998, p. 126), essa técnica produziu um quadro monográfico detalhado do território e de seus elementos naturais e sociais, apurado pelos dados:

Ao número organizado em séries, esta estatística descritiva prefere o quadro monográfico que tem em conta todos os aspectos de uma situação local e procura reconstruir o sistema de relações que os une. À abstracção aritmética, opõe a fidelidade de uma cópia feita “a partir do real”. Porque tudo pode e deve entrar na descrição explicativa: as condições naturais – um solo, um clima, uma vegetação, um regime de águas – como as condições sociais – o número de homens, o seu “temperamento”, as suas actividades, o seu comportamento e aí suas tradições. É a combinação variável destes diferentes factores que define as particularidades do lugar. O inquérito propõe-se como objectivo muito mais aquilo a que se chama por vezes no século XVIII, uma “história natural” baseada na analogia do que um inventário sociológico [*sic*].

Na escola inglesa, ou aritmética política inglesa, como ficou conhecida, o território não é considerado uma categoria de análise primordial. Os dados são produzidos com intuito de construir séries temporais, destinadas a medir a evolução de um determinado aspecto em relação a um estado inicial, seu percurso e sua projecção em cenários e/ou condições futuras.

[...] princípios da aritmética política à maneira inglesa, não têm relação constitutiva com o espaço. Recolhe os dados em escalas variáveis, mas propõe-se fundamentalmente inscrevê-los numa série temporal; escolhe medir evoluções [...]. Os resultados destinam-se a ser comparados com dados futuros e este confronto permitirá destrinçar regularidades e tendências. Este modelo de análise encontra-se em toda uma vasta gama de inquéritos que incidem, cada um, de Colbert à Revolução – e para além dela

– sobre um tema único: o número de homens, a produção das minas e das manufacturas [*sic*], os recursos agrícolas, o comércio, as subsistências, os preços ou os salários. Constituem uma parte importante do enorme material estatístico reunido no último século do Antigo Regime pelos administradores, cada vez mais preocupados em dispor de avaliações globais para apoiar as suas opções [...]. (REVEL, 1989, p. 126).

Nesses termos, a estatísticas alemã produz evidências descritivas sobre o território e as condições naturais, sociais e populacionais a ele vinculadas (dados territoriais), ao passo que a aritmética política inglesa produz evidências sobre aspectos definidos (dados temáticos), baseadas em séries históricas. Essas escolas nos permitem reconhecer o censo como o instrumento com o qual se coletam os dados brutos, formam-se os róis de dados e constroem-se as séries temporais ou históricas (MARTIN, 2001; SANTOS, 2009; CAMARGO, 2016).

De acordo com Hakkert (1996), uma característica fundamental do censo é coligir dados para a elaboração de estatísticas de estoque e fluxo. O estoque corresponde aos dados sobre o estado da população em um determinado momento. São coletados dados sobre o seu tamanho, a distribuição territorial e a composição da população, por sexo, idade ou características socioeconômicas (HAKKERT, 1996). As estatísticas de fluxo, por sua vez, focalizam os dados da dinâmica populacional, ou seja, os eventos que transformam as características de nascimentos, óbitos, migração e mobilidade, entre outras categorias socioeconômicas (HAKKERT, 1996).

Ferraro (1979) afirma que o censo é o principal instrumento para a formação de estatísticas de estoque, coligindo dados sobre o estado da população no momento do recenseamento, sua localização e distribuição territorial, bem como sua estrutura, segundo a idade, o sexo, a raça, a religião, a atividade profissional, a instrução, etc. Ainda de acordo com Ferraro (1979), as estatísticas de fluxo, em geral, são formadas pelos instrumentos de registro dos eventos vitais, como os Registros Paroquiais e o registro civil, que informam o movimento natural da população (nascimentos, mortes, casamentos/separações) e o movimento migratório (imigração e migração). Com esses dois tipos de dado, é possível estabelecer dois tipos de análise:

A distinção entre estado e movimento da população traduz, em última instância, uma classificação geral dos dados demográficos sob o aspecto de seu conteúdo. Conforme se refiram as estatísticas demográficas a unidades estatísticas concretas (indivíduos, domicílios, etc.) num momento determinado de tempo, ou a unidades estatísticas abstratas, a eventos (nascimentos, mortes, etc.), num período determinado de tempo, ter-se-á análises do estado ou análises do movimento da população. (FERRARO, 1979, p. 255).

Depreende-se desses estudos que foi a partir da construção de róis de dados populacionais sobre o estado e o movimento da população que os Estados, no interstício entre os séculos XVI e o XIX, lançaram mão de um conjunto de instrumentos, ferramentas e dispositivos para conhecer os indivíduos sob sua jurisdição, com vistas a estabelecer os modos de regulação das populações ao alcance dos governos (BISSIGO, 2013; MACHADO, 2016). Em síntese, a ação de categorização operacionalizada pelos recenseamentos é uma tecnologia que evidencia relações políticas, culturais, sociais e econômicas (BOWKER; STAR, 1999).

De acordo com Foucault (2008), a população tornou-se o foco central da ação pública e de uma nova razão de Estado. Para esse fim, ela passou a ser definida como um conjunto finito de indivíduos em diferentes espaços e tempos, portanto ‘recenseável’. Isso implica dizer que dela se pode ter uma imagem relativamente fidedigna, mesmo que essa imagem consista de um rol de dados mutável ao longo do tempo. Assim, os censos e as estatísticas representam a instrumentação da ação pública com vistas a pôr ao alcance dos governos o conhecimento da extensão, da composição, dos problemas e da estrutura das populações, além de servirem como instrumentos para o autoconhecimento das sociedades. Esses instrumentos produzem evidências para a regulação da população, bem como regras e formas de medir.

Ainda segundo Foucault (2008), as sociedades disciplinares que emergiram da Europa no século XVIII e, posteriormente, a biopolítica do século XIX são expressões de poder na modernidade que demonstram como as instituições sociais e estatais surgiram para fabricar indivíduos por intermédio de técnicas disciplinares, e, nesse sentido, as estatísticas serviram para quantificar e descrever a população na jurisdição dos territórios.

Em vista disso, as informações produzidas a partir dos recenseamentos são orientadoras da ação pública e contribuem para a compreensão da natureza e do escopo de problemas políticos colocados em diferentes tempos e contextos. Instrumentos e estatísticas produzem métricas, isto é, formas e regras que orientam as relações entre a sociedade política (via poder administrativo) e a sociedade civil (via sujeitos administrados) por intermédio de dispositivos compostos por componentes técnicos (medidas, cálculos, regras de direito, procedimentos) e sociopolíticos (representações, símbolos).

A dimensão técnica corresponde aos elementos que compõem os instrumentos de recenseamento (os dados, as variáveis, as normas, os modelos analíticos e as técnicas de representação das estatísticas), e a dimensão sociopolítica é composta pelos paradigmas axiológicos e/ou quadros cognitivos e pelos atores da ação pública, presentes tanto no planejamento quanto na execução e no uso dos censos. Assim, os instrumentos empregados na

ação pública não são apenas precursores de uma racionalidade técnica. Seus aspectos técnicos (variáveis, parâmetros estatísticos, rol de dados, etc.) estão associados aos aspectos sociais, portanto são dispositivos técnicos-sociais (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ARTE DE GOVERNAR POPULAÇÕES

Este capítulo aborda os primeiros instrumentos que viabilizaram a coleta de dados sobre a população do Brasil no período colonial e imperial. Tem por objetivo demonstrar como, historicamente, as primeiras métricas foram formuladas: a métrica cristã-católica, a métrica fiscal-militar e a métrica do progresso. Os objetos de análise são os primeiros instrumentos empregados na coleta, no tratamento e na disseminação de dados populacionais (Registros Paroquiais, as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos) e o Censo de 1872, o primeiro realizado no Brasil. O pressuposto analítico considera que métricas são dispositivos de instrumentação da ação pública, de modo a articular relações entre o poder administrativo (governos) e os administrados (governados). Os instrumentos elaborados constituem-se como dispositivos técnicos e sociopolíticos compostos pela associação de três elementos: um substrato técnico; uma filosofia de gestão e uma representação mais simplificada da realidade considerada (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

3.1 OS PRIMEIROS DADOS POPULACIONAIS DO BRASIL: A ADMINISTRAÇÃO DO PODER RELIGIOSO E A MÉTRICA CRISTÃ-CATÓLICA

No Brasil, durante o período colonial, a produção dos primeiros róis de dados sobre a população ficou a cargo da Igreja Católica, que registrava em atas e livros próprios o batismo, o casamento e o óbito dos comungantes católicos em todas as suas paróquias (BOSCHI; BOTELHO, 2008). Esses registros individuais, conhecidos como Registros Paroquiais, eram realizados pelos vigários, responsáveis pela sua guarda e conservação nos arquivos das paróquias (MARCÍLIO, 2004).

Joaquim Norberto de Souza e Silva, ao elaborar em 1870 um compilado das estatísticas populacionais intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população*

geral do Império e de cada província de per si,¹³ publicado na série de *Documentos Censitários* do IBGE no ano 1951, descreve como era realizada a coleta de dados da população católica pelo instrumento dos Registros Paroquiais:

Datao dos tempos coloniaes as primeiras tentativas que se fizerão para o recenseamento da população desta parte da America. A Metrópole, querendo conhecer a demographia da sua colônia, começo a fazer o censo por meio das autoridades ecclesiasticas. Parão ainda hoje nos archivos do Conselho Ultramarino curiosíssimas informações remetidas pelos Bispos diocesanos durante o século passado. O que seria de difícil execução, não era tanto para aquelle tempo, em que toda a população era conhecida pelas listas desobrigas das freguesias. Orçava-se então o número dos habitantes pela designação de commungantes ou fregueses, limintando-se unicamente o computo á communhão católica, como observa Roberto Southey na sua *History of Brazil [sic]*. (SILVA, 1870, p. 1).

No livro *História do Império no Brasil*, publicado em 1864, J. M. Pereira Silva também destaca como eram esses procedimentos de coleta sob responsabilidade da Igreja.

Estavão os bispos incumbidos de organizar e remetter para a mesa de consciencia e ordens de Lisboa uma estatistica annual da população de sua diocese. Devemo suppôr incomplelas todas quantas elles remettêrão. Confiavão nos parochos para os arrolamentos do seus districtos pastoraes. Incluíão elles com exactidão os moradores que conhecião, e que procuravão os seus serviços espirituaes e lhes pagavão os emolumentos a que tinham direito. Formavão hypotheticamente o resto do calculo [sic]. (SILVA, 1864, p. 209).

Os registros dos eventos ligados aos ritos de sacralização da Igreja Católica foram estabelecidos durante o Concílio de Trento¹⁴ (de 1545 a 1569) e ratificados com a publicação do *Rituale Romanum*¹⁵ (1614) e do *Liber Status Animarum*¹⁶ (1614), que instituíram o instrumento do Registro Paroquial, pelo qual deveriam ser registradas informações acerca dos

¹³ No início do ano de 1870, Paulino José Soares de Souza, então ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, requisitou a Joaquim Norberto de Souza e Silva, chefe de seção deste de órgão, o inventário e a avaliação das estatísticas populacionais realizadas no Brasil até aquele momento. Para a realização deste trabalho, foram solicitados aos presidentes das vinte províncias relatórios detalhados contendo o compilado dos dados recenseados (SILVA, 1870; SENRA, 2006; POUBEL, 2013). O relatório final foi apresentado em 30 de abril de 1870 e, posteriormente, enviado para apreciação da Assembleia Geral.

¹⁴ Realizado na cidade italiana de Trento entre os anos de 1543 e 1563, o Concílio Geral e Ecumênico do Trento teve como objetivos cercear as heresias e reformar os costumes e dogmas católicos, propondo para tanto um conjunto de mudanças nas estruturas eclesiásticas. Segundo Dawson (2014), esse concílio permitiu reorganizar o governo eclesiástico e recobrar o poder da Igreja Católica, que se tornara disperso e desorganizado nos séculos anteriores. Disponível em: <https://bit.ly/3fQVH8I>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁵ É um livro litúrgico que contém todos os rituais normalmente administrados por um padre, incluindo o único ritual formal para exorcismo sancionado pela Igreja Católica Romana até finais do século XX, ritual para abençoar água, imagens etc. (DAWSON, 2014).

¹⁶ *Liber Status Animarum* (Livro do Estado das Almas) é a expressão latina para designar os registros que, após o Concílio de Trento (1545-1563), serviam aos padres de cada paróquia para o registro dos dados biográficos e religiosos dos paroquianos (DAWSON, 2014).

batismos, casamentos e óbitos dos comungantes católicos nas dioceses e paróquias (MARCÍLIO, 2004). Esse tipo de registro já era realizado pela Igreja Católica havia muitos séculos, entretanto, a novidade após o Concílio de Trento e o *Rituale Romanum* foi a obrigatoriedade de todas as dioceses e paróquias fazerem esses registros em livros específicos e remetê-los à Mesa de Consciência e Ordens em Lisboa.

O clero secular atendia às necessidades da assim chamada “sacramentalização” ou administração dos sacramentos obrigatórios, como sejam: o batismo, o casamento, a confissão anual no tempo pascal, a missa de defuntos. Estes sacramentos eram administrados à população em geral, não a grupos que livremente os aceitavam: eram considerados obrigatórios. Uma parte do clero secular tomava conta de capelanias das confrarias nas vilas; outra cuidava das paróquias nas vilas e no interior do país. (HOORNAERT, 1984, p. 13).

Dessa maneira, os bispos e párocos foram os primeiros atores responsáveis por coligir dados sobre a população no Brasil Colônia (SOUZA; SILVA, 1870). Essa ação de coleta de dados pela Igreja Católica insere-se em um conjunto de iniciativas tomadas pelo movimento da Contrarreforma, que buscava reestabelecer a autoridade da Igreja (MARCILIO, 2004; DAWSON, 2014) mediante um controle mais efetivo sobre a população, na medida em que o avanço do protestantismo ameaçava o seu monopólio de difusão do cristianismo, como afirma Nadalin (2004, p. 40):

Sabemos que a Igreja Católica Romana, mais tarde seguida pelas diversas denominações “protestantes”, anunciou precocemente o que viria a ser uma das características da “modernidade”. Desde o Concílio de Trento (1545-1563), instituiu formas de controle da sua população, definindo normas para padronizar os registros dos principais sacramentos que marcam a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. Dessa maneira, os padres foram ensinados como registrar os Batismos (e mais tarde a Crisma), os Matrimônios e os Sepultamentos. Tais normas foram completadas no século XVIII, por ocasião da instituição do *Rituale Romanum*, que, além de definir como fazer tais assentamentos, ensinava a fazer contagens periódicas dos paroquianos.

Durante os séculos XVI e XVII, a estrutura da Igreja Católica se alastrou pelo território colonial.¹⁷ Esse processo era parte da estratégia da Coroa portuguesa para conhecer e explorar de forma mais eficiente o território da Colônia (HOORNAERT, 1984), que se expandia pela ação das bandeiras e entradas. Como afirma Nadalin (2003, p. 222-223), a

¹⁷ De 1551 a 1676, havia apenas uma diocese no Brasil, a de Salvador da Bahia. A partir de 1676, foram criadas mais três: Pernambuco (1676), Rio de Janeiro (1676) e São Luís do Maranhão (1677), essa diretamente ligada à Metrópole. Outras três dioceses foram criadas na segunda metade do século XVIII: Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745) (HOORNAERT, 1984).

história do Brasil é uma história de migrações e deslocamentos populacionais, que promoveram a colonização do território por meio da ação de uma população migrante, formada por bandeirantes de ‘guerra’, por bandeirantes de ‘povoamento’ e por aventureiros de diversas castas sociais.

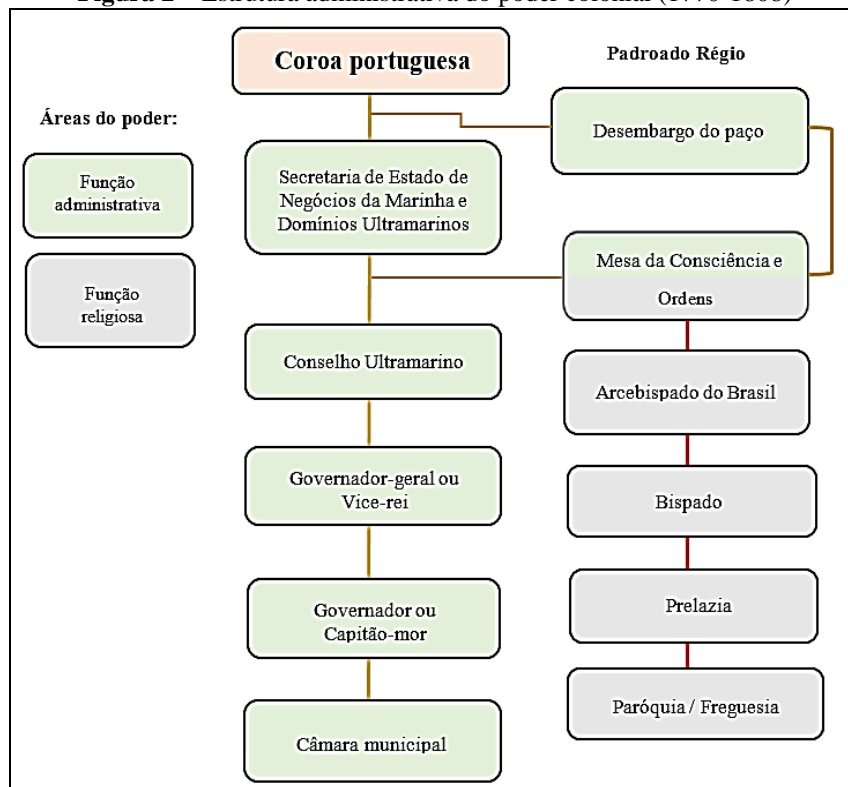
Assim, as paróquias se tornaram *locus* da vida social na Colônia, pois eram nesses locais que se celebravam, dispensavam-se e registravam-se os sacramentos obrigatórios aos comungantes católicos. Essa característica conferiu a esta instituição um caráter de controle burocrático da população, em razão de sua capacidade de produzir registros a partir dos sacramentos dispensados.

3.1.1 O Padroado Régio e o poder administrativo da Igreja: a métrica cristã-católica

Desde os primeiros séculos da colonização até o fim do Império, com a Proclamação da República, em 1889, Estado e Igreja compartilharam políticas de administração do território e da população pelo instituto do Padroado Régio.

A constituição de paróquias, a nomeação de padres, a remuneração de parte do clero, dentre outras, eram funções do Estado. Em contrapartida, os padres desempenhavam uma série de papéis como simples funcionários civis. O mais destacado deles era a constituição e controle do sistema de registro de eventos demográficos. Assim, ao clero cabiam os registros e a coleta de informações sobre nascimentos (através dos batizados), matrimônios e óbitos da população brasileira. Ao Estado cabia a co-responsabilidade [*sic*] na construção e conservação de templos, além da garantia da “decência do culto”, exercitada através da conservação das alfaias, paramentos e outros elementos do ritual católico. (BOSCHI; BOTELHO, 2008, p. 112-13).

O Padroado Régio era uma norma jurídica que estabelecia o controle direto da Coroa portuguesa sobre a administração da Igreja Católica. Esse controle era exercido pela Mesa de Consciência e Ordens, órgão com funções administrativas e religiosas, vinculado à Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (Figura 2).

Figura 2 – Estrutura administrativa do poder colonial (1770-1808)

Fonte: Atlas Histórico do Brasil (FGV, 2016). Com adaptações.

Essa norma expressa a indissociabilidade entre Estado e Igreja no período. No Brasil Colônia, esse aspecto foi especialmente observado na atuação de bispos e padres, que, além de cumprirem funções atinentes aos ofícios religiosos, eram considerados funcionários da Coroa. A Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho Ultramarino foram responsáveis por organizar, financiar e fiscalizar as práticas religiosas e a administração da Igreja Católica nos territórios coloniais (HOORNAERT, 1984).

A Igreja Católica tornou presente seu poder administrativo no território colonial ao assumir a atribuição de registrar e reportar aspectos da população por meio dos Registros Paroquiais. À medida que o território se ampliava, a figura do pároco e a circunscrição da paróquia se tornavam cada vez mais primordiais diante da ausência de jurisdições e autoridades estatais.

Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos como o da mão-de-obra [sic], estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil [...]. Nesse sentido, o papel da Igreja se torna relevante. Como tinha em sua mão a educação das pessoas, o “controle das almas” na vida diária era um instrumento muito

eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, do casamento e da morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de vida decente, a partida sem pecado deste “vale de lágrimas” dependiam dos atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema unção na hora da morte, o enterro em cemitério, designado pela significativa expressão “campo santo”. (FAUSTO, 2008, p. 60).

Esse recenseamento das ‘almas’ pela adesão aos hábitos católicos fornecia à Coroa portuguesa os dados da estrutura social básica e da dinâmica populacional. Esses dados básicos informavam o ciclo vital (vida e morte) dos indivíduos, tendo em tela que o batismo era um sacramento obrigatório até, no máximo, o oitavo dia de vida e os sepultamentos eram realizados nos cemitérios das igrejas. Também era de responsabilidade da Igreja Católica emitir as certidões e os atestados necessários para os fiéis contraírem matrimônio e, por conseguinte, realizarem os inventários *post mortem* e a transmissão de heranças. Dessa maneira, a paróquia era o núcleo central da vida cotidiana, e as autoridades eclesiásticas os principais recenseadores:

Sendo, como o foi, a religião católica sendo a oficial no Brasil Colônia e em todo o período do Império, todos os que aqui nascessem, morressem ou se casassem deveriam passar pelo registro da Paróquia, que se revestia, pois, e ao mesmo tempo, de um caráter religioso, com força de um ato civil de cada indivíduo. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891 (quando foram separados, o Estado da Igreja), deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado e dos índios e africanos pagãos, ainda não batizados). (MARCÍLIO, 2004, p. 16).

Esse instrumento era composto pelos livros de assento de batismo, as atas de casamentos, o rol de confessados e os registros de sepultamento (NADALIN, 2004), elaborados pelas autoridades eclesiásticas na circunscrição das suas paróquias e nos relatórios oriundos das desobrigas,¹⁸ realizadas nas regiões remotas do território colonial. Na ausência de instrumentos de caráter exclusivamente censitário, pelo menos até meados do século XVIII, fez-se dos Registros Paroquiais mantidos pela Igreja um importante repositório de

¹⁸ De acordo com Bressanin (2015), o termo “desobriga” designa o ato cristão-católico de exercer e obedecer às obrigações religiosas, ou seja, receber os sacramentos, ir à missa, seguir os preceitos pascais (jejum, oração, caridade, confissão), confessar e comungar. Portanto, de tempos em tempos, a Igreja Católica realizava as chamadas “desobrigas”, que consistiam em incursões realizadas pelos clérigos em regiões remotas do território, onde a população não contava com a presença de um pároco. O relatório com o quantitativo de pessoas em relação aos sacramentos dispensados era chamado ‘Lista de desobrigas’. As desobrigas funcionavam como recenseamentos, já que, naquele tempo, os padres representavam a Igreja e o Estado nos lugares mais remotos da Colônia.

dados sociodemográficos referentes à sociedade colonial. Os párocos, remunerados pelo Estado para desempenhar funções de funcionários civis, tinham como principal atribuição a manutenção dos Registros Paroquiais. Nesse sentido, a riqueza de dados presente nesse instrumento reside na regularidade de sua coleta, o que possibilitou a formação de róis de dados e séries históricas que perpassam séculos.

3.1.2 Os dados populacionais coletados pelos Registros Paroquiais

A literatura nos campos da História Social e da Demografia Histórica, ao abordar esse instrumento, aponta que seu conteúdo apresenta uma variabilidade de dados sociodemográficos, tendo em vista que sua elaboração seguia os critérios discricionários da autoridade eclesiástica local, que poderia descrever ou não os pormenores daqueles que recebiam os sacramentos (COSTA, 1990; MARCÍLIO, 2004; NADALIN, 2004). Esse maior ou menor detalhamento na compilação dos dados dos indivíduos e das famílias estava diretamente associado à condição social (livre/escravo) e à posse de propriedades. No conjunto dos Registros Paroquiais, as pessoas e as famílias mais abastadas, os altos funcionários da Coroa ou os militares de alta patente, dependendo do lugar, da época e do contexto, tinham seus assentamentos de batismo, casamento e sepultamento descritos com a maior riqueza de dados possível, enquanto os registros de escravos e homens livres menos abastados eram compostos apenas de informações básicas (NADALIN, 2004).

No Quadro 1, a seguir, são detalhadas as informações inscritas nos Registros Paroquiais, desagregadas segundo a condição social (livres/escravos e forros):

Quadro 1 – Especificação dos dados coletados pelos Registros Paroquiais – Brasil (continua)

	Livres		Escravos e forros	
	Informação requerida	Especificação	Informação requerida	Especificação
Batismo	Local de batismo	Paróquia	Local de batismo	Paróquia
		Capela filiada		Capela filiada
		Casa da família nos casos de urgência		
	Data do batismo	Dia/mês/ano	Data do batismo	Dia/mês/ano
	Prenome da criança	Indicando o sexo	Nome do escravo	Primeiro nome
	Condição da criança	Legítimo	Condição social	livre
		Ilegítimo		forro
		Exposto		Estado civil
	Nomes e sobrenomes dos pais			Local de moradia
				Cor do(a) proprietário(a)
Nomes e sobrenomes dos padrinhos e madrinhas	Com o respectivo estado civil	Prenome dos padrinhos		
		Origem	Se escravo(a) africano(a), indicava-se a nação pertencente	
Residência dos pais			Assinatura do vigário	

Quadro 1 – Especificação dos dados coletados pelos Registros Paroquiais – Brasil (conclusão)

	Livres		Escravos, forros ou inocentes	
	Informação requerida	Especificação	Informação requerida	Especificação
Casamentos	Local do evento	Paróquia	Local do evento	Paróquia
		Capela filiada		Capela filiada
	Data do evento	Dia/mês/ano	Data do evento	Dia/mês/ano
	Nomes e sobrenomes dos nubentes		Nome dos nubentes	
	Nomes e sobrenomes dos pais dos cônjuges		Nome completo dos(a) proprietários(a)	
	Origem dos cônjuges	Local de nascimento	Origem dos(as) escravos(as)	Se escravo(a) africano(a), indicava-se a nação pertencente
	Nomes completos dos quatro avós de cada nubente	Com suas respectivas naturalidades	Nome completo das testemunhas	
	Nome completo das testemunhas	Somente para famílias mais abastadas, com os respectivos estados civis	Assinatura do vigário e das testemunhas	
Óbitos	Data do óbito	Dia/mês/ano	Data do óbito	Dia/mês/ano
	<i>Causa mortis</i> (inserida a partir de 1799)		Prenome do(a) falecido(a)	
	Idade		Nome completo do(a) proprietário(a) (quando escravo)	
	Nome e sobrenome do(a) falecido(a)		Sacramentos dispensados ao falecido(a)	E/ou nome do(a) antigo(a) proprietário(a) (quando forro)
	Origem e residência do(a) falecido(a)		Local de moradia	
	Estado civil do(a) falecido(a)	Se solteiro(a), informar a filiação	Local de sepultamento	
	Naturalidade		Assinatura do vigário	

Fonte: elaborado pelo autor com base em Marcílio (1974, 2004), Costa (1990), Nadalin (2004), Campos e Merlo (2005).

De acordo com Marcílio (2000), com esses dados/variáveis presentes nos Registros Paroquiais, era possível aferir os seguintes aspectos, de caráter administrativo, para regulação da população colonial:

- 1) Cobertura da população recenseada, tendo em vista que a condição social (livres/escravos, forros e inocentes) abarcava quase a totalidade dos residentes nas paróquias, excluídos apenas os indivíduos que não recebiam os sacramentos, como os protestantes, os índios e os escravos pagãos;
- 2) Os dados eram individuais e coletivos. Com os dados individuais, era possível conhecer a dinâmica da população, pelo registro dos eventos do ciclo vital (nascimento e morte), a composição em termos de sexo e a movimentação pelas migrações (local de nascimento, casamento e óbito), ao passo que os dados coletivos permitiam conhecer a extensão e o limite territorial da paróquia;
- 3) Os dados eram nominativos, sendo as variáveis de identificação compostas pelos nomes e sobrenomes dos indivíduos. Esse tipo de dado possibilitava a reconstituição da trajetória de vida dos indivíduos e das famílias, fornecendo elementos probatórios para a realização de inventários *post mortem* e a transmissão de heranças;
- 4) Os dados eram cronológicos e territoriais, pois seu registro se realizava no local (paróquia ou residência) e no momento do evento (batismo, casamento e sepultamento). Esses aspectos permitiam o conhecimento da distribuição da população no território e seu movimento em relação às imigrações e migrações, um importante componente na análise da dinâmica populacional.

Não obstante os dados presentes nos Registros Paroquiais permitirem ao poder administrativo colonial conhecer a estrutura e a dinâmica das populações no território, suas finalidades estavam muito mais vinculadas ao desejo da Igreja Católica de controlar seus fiéis pelo registro dos sacramentos dispensados. O cristianismo acompanhou o processo de colonização do século XVI, ao longo do qual a Igreja Católica buscou expandir seu controle sobre as populações do Novo Mundo, e, nesse intento, os Registros Paroquiais contribuíram para criar um rol de dados acerca do ciclo vital dos indivíduos e das famílias, configurando-se como as primeiras bases de dados populacionais do Brasil.

As pesquisas contemporâneas no campo da Demografia Histórica utilizam os dados oriundos desses registros para o cálculo das taxas de fecundidade e mortalidade das populações no período colonial (NADALIN, 2003; TEIXEIRA, 2005; RODARTE; OLIVEIRA; SOUZA, 2018). Além disso, os dados/variáveis presentes nesse instrumento

seriam incorporados pelo instrumento do censo no final do século XIX, como, por exemplo, o matrimônio (estado civil). Esses instrumentos elaborados pela Igreja Católica foram responsáveis por coletar os dados que constituíram a primeira métrica de aferição dos aspectos sociais no Brasil, ao instituírem a coleta de dados para a classificação das populações, que, em sua dimensão técnica, reunia dados *quali-quantum* relacionados à estrutura e à composição das populações coloniais e, em sua dimensão sociopolítica, revelava formas de controle e regulação da sociedade segundo a adesão aos rituais católicos.

3.2 O PODER ADMINISTRATIVO DA METRÓPOLE NA COLÔNIA: A MÉTRICA FISCAL-MILITAR

Ao longo de todo período colonial, os Registros Paroquiais foram instrumentos importantes para o conhecimento/controlar da população colonial, tanto para Igreja quanto para o poder administrativo da Coroa portuguesa. Contudo, não foram os únicos instrumentos empregados nessa tarefa. A necessidade de defesa das capitanias e, depois, das províncias levou a Coroa portuguesa, desde os primeiros momentos da colonização, a empreender iniciativas de caráter militar, como a instalação de benfeitorias e a realização de inúmeras expedições, com vistas a garantir a defesa do território contra invasões estrangeiras.

Entre os séculos XVI e XVII, tão logo os demais países europeus se deram conta da “descoberta” de uma nova colônia nas Américas, a costa brasileira foi alvo de frequentes invasões. Piratas argelinos e marroquinos que viajavam entre a ilha da Madeira e Lisboa; corsários franceses, holandeses e ingleses que rondavam a costa de ambos os lados do Atlântico e atacavam todos os navios carregados de açúcar [...]. Piratas não eram, porém, os únicos problemas enfrentados pelos portugueses. Desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, a França tentou por duas vezes, como vimos, implantar uma colônia no Brasil. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 56-57).

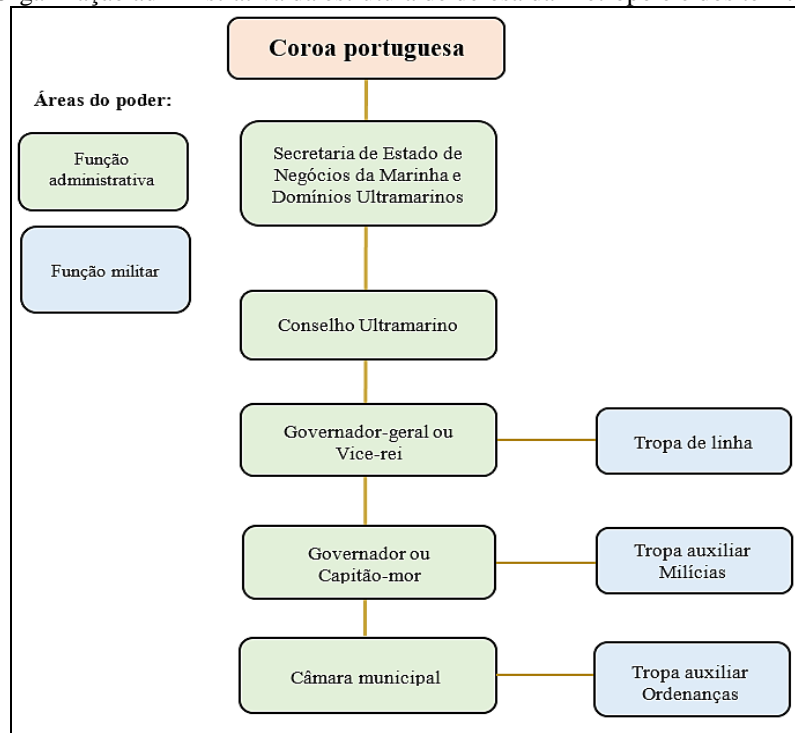
Com a instalação das Capitanias Hereditárias, a defesa do território passou a ser atribuição dos donatários. O Foral de Duarte Coelho, de 24 de setembro de 1534, determinou que os donatários teriam o título de capitão, o que lhes garantia a posse de armas e o direito de recrutar colonos em tempos de guerra (MELLO, 2006).

Na segunda metade do século XVI, as forças militares foram reorganizadas, tanto em Portugal quanto nas colônias (MELLO, 2006). Foram editadas normas definindo as obrigações militares dos colonos, motivadas pela intensificação das atividades comerciais do Império português:

A reorganização militar do Reino de Portugal, incluindo terras além-mar, era uma necessidade urgente: a partir da segunda metade do século XVI, houve um considerável aumento da ação de corso nos mares e costas marítimas do Reino de Portugal, infestados de piratas franceses, ingleses e mouros, e era preciso dar maior proteção ao tráfego comercial português em portos e navios, bem como aos seus domínios ultramarinos, onde o ataque de corsários colocava em risco a manutenção de várias possessões. (MELLO, 2006, p. 29-30).

A estrutura militar lusitana transferida para o Brasil se dividia em três tipos específicos de forças: os Corpos Regulares (conhecidos também por Tropa Paga ou de Linha), as Milícias ou Corpos de Auxiliares e as Ordenanças ou Corpos Irregulares (Figura 3):

Figura 3 – Organização administrativa da estrutura de defesa da Metrópole e dos territórios coloniais



Fonte: Atlas Histórico do Brasil (FGV, 2016).

Os Corpos Regulares, criados em 1640, eram o exército profissional português, a única força paga pela Fazenda Real. Essa força organizava-se em terços e companhias, cujo comando pertencia a fidalgos de nomeação real. As Milícias ou Corpos de Auxiliares, criadas em 1641, eram tropas de serviço não remunerado, mas obrigatório para os civis, constituindo-se em forças deslocáveis que prestavam serviço de apoio às Tropas Pagas. Organizavam-se em terços e companhias, sendo seu enquadramento feito em bases territoriais, junto à população civil. A completar o tripé da organização militar estariam os Corpos de Ordenanças. Criados pela Lei de 1549, promulgada por D. João III, e organizados conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e a Provisão das Ordenanças de 1574, os Corpos de

Ordenanças possuíam um sistema de recrutamento que abrangia toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, excetuando-se os privilegiados. Conhecidos também por paisanos armados, possuíam um forte caráter local e procuravam efetuar um arrolamento de toda a população para as situações de necessidade militar (COSTA, 2006, p. 110-112).

As normas¹⁹ criadas nesse período previam a posse de armas aos capitães donatários e aos colonos de idade entre 20 e 60 anos, de maneira proporcional à propriedade que possuísem, além da criação de milícias de colonos e indígenas, bem como do recrutamento obrigatório de homens entre 18 e 60 anos (MELLO, 2006). Essa organização da estrutura militar se dava em bases territoriais; assim sendo, para arregimentar soldados para as milícias e, mais tarde, para o Regimento de Ordenanças, era necessário recensear os indivíduos do sexo masculino nas comarcas e vilas. Esse ‘alistamento obrigatório’ seria realizado pelas chamadas Listas Nominativas. Esse foi com esse instrumento que os levantamentos populacionais passaram a ser executados diretamente por funcionários da estrutura burocrática da Metrópole (MARCILIO, 2000). Entretanto, o auxílio da Igreja Católica não foi desprezado nesse momento. Os Registros Paroquiais continuavam a ser utilizados, e os párocos permaneceram exercendo a função de produzi-los e de formar os róis de dados vitais, que eram remetidos para a Mesa de Consciência e Ordens.

Quando a Metrópole portuguesa resolveu proceder ao levantamento direto dos habitantes de suas colônias do Ultramar, recorreu às duas maiores instituições existentes nesses territórios: a Igreja, em primeiro lugar, e o Corpo Militar [...]. O quadro hierárquico da Igreja e das Companhias de Milícias oferecia o pessoal mais habilitado no conhecimento da terra e dos homens, a infraestrutura [*sic*] necessária para se chegar a todos os moradores. (MARCÍLIO, 2000, p. 33).

No interstício de 1750 a 1797, a Metrópole portuguesa intensificaria a ação pública referente aos levantamentos populacionais em suas possessões coloniais. Nesse momento, pôs-se em curso um conjunto de reformas administrativas, políticas e fiscais – as conhecidas Reformas Pombalinas –, com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as receitas oriundas da exploração das colônias. Nesse contexto, os levantamentos

¹⁹ Em 1542, fora editada pela Câmara da Capitania de São Vicente um termo que autorizava a formação de milícias compostas por colonos e índios; na sequência, em 1549, o rei D. João III outorgou uma lei estabelecendo as obrigações militares dos vassallos, de acordo com sua posição social e as propriedades que possuíam; em 1569, D. Sebastião, outorgou a Lei das Armas, prescrevendo o direito à posse de armas dos donatários e colonos. Por fim, em 1570, é promulgado o Regimento das Ordenanças, que instituiu o alistamento obrigatório para os indivíduos do sexo masculino entre 18 e 60 anos (MELLO, 2006).

populacionais foram tomados como uma ação pública imprescindível, com vistas a cumprir objetivos militares e econômicos (MATOS; SOUSA, 2015; SCOTT; MATOS, 2017).

3.2.1 Os dados populacionais coletados pelas Listas Nominativas

O alistamento para o serviço militar nas Tropas de Linha, nas Milícias e nas Ordenanças, feito pelas Listas Nominativas, introduziu a desagregação dos dados segundo as variáveis de sexo, faixa etária e fogo,²⁰ ausentes no instrumento dos Registros Paroquiais utilizados pela Igreja Católica. Permaneceu a recolha dos dados em caráter nominativo, observada nos Registros Paroquiais, porém, nas Listas Nominativas, registrava-se o prenome ao invés do sobrenome. Passaram a ser coletados dados sobre a ocupação e a renda, cujo registro era efetuado *in loco* pelos funcionários das Ordenanças, sendo o fogo a unidade censitária de coleta (Quadro 2):

Quadro 2 – Unidade censitária, dados e variáveis das Listas Nominativas – Brasil

Unidade censitária	Dados/Variáveis
Fogos	<ul style="list-style-type: none"> • Número de homens e mulheres, com as respectivas idades; • Nome e prenome do chefe de família; • Nome e prenome da mulher chefe do fogo; • Nomes e prenomes dos filhos e filhas, com as respectivas idades; • Prenomes dos filhos e filhas adotivos(as) (designados(as) nas listas como “expostos”); • Nomes e prenomes dos agregados (podiam ser considerados parentes e amigos) que habitavam o mesmo fogo; • Estado civil de todos os adultos; • Indicação de cor, no caso de mestiços e negros livres que habitavam o mesmo fogo; • Profissão do chefe do fogo; • Renda anual (a soma das rendas obtidas pelos membros que habitavam o fogo);

Fonte: elaborado pelo autor com base em Marcílio (1974, 2000).

Pela composição dos dados e das variáveis desse instrumento, é possível inferir que interessava à Metrópole portuguesa não apenas contar e conhecer os habitantes pela condição social e o sexo – essas informações já eram coligidas pelo Registro Paroquial – mas também enquadrar a população colonial por domicílio, segundo os nomes, as idades, o grau de parentesco em relação ao chefe da família, a renda e a ocupação. As intenções nesse momento eram estabelecer uma contagem e uma possibilidade de ordenação dos habitantes da colônia

²⁰ ‘Fogo’ era a denominação atribuída aos domicílios (BOTELHO, 1998; MARCÍLIO, 2000).

de maneira local e regional, para fins de recrutamento do serviço militar (proteção do território colonial); quantificar a produção (tributação, recolhimento de impostos e fiscalização); e definir o quantitativo de livres, escravos e libertos.

A inserção desses dados sugere elementos de uma política de regulação e intervenção em diferentes setores da vida pública pelas Listas Nominativas, com vistas a obter maior eficiência e racionalidade na exploração dos recursos e das rendas provenientes da Colônia. A observação desses aspectos permitia à Coroa portuguesa traçar estratégias para estender a presença de sua autoridade e do seu aparato burocrático nas diferentes regiões da Colônia, principalmente naquelas em que a ocupação era frágil, como no caso da Região Amazônica, ou naquelas em que a riqueza era abundante, no caso da Região das Minas, bem como nas fronteiras, onde a ocupação garantiria a posse e a proteção do território, como no caso da Região Sul (DIAS; ALVEAL, 2017; FONSECA, 2017; SCOTT; MATOS, 2017; STUMPF, 2017).

Nesse momento, foi forjada uma outra métrica: a econômica. As Listas Nominativas, ao escrutinar dados para além do ciclo vital dos indivíduos, conforme observado nos Registros Paroquiais, expandiram a produção de dados demográficos para outros campos da vida pública e privada na Colônia, criando informações para a regulação administrativa: em termos econômicos, pela aferição da capacidade contributiva da população, e em termos militares, pela disponibilidade de homens para compor a defesa do território.

3.2.2 O instrumento dos Mapas Estatísticos: padronização e disseminação dos dados populacionais

Ao longo de todo o período colonial, os levantamentos populacionais foram realizados por duas frentes: pela Igreja Católica, com o emprego dos Registros Paroquiais, e pelo Corpo Militar das Ordenanças, com uso das Listas Nominativas. A variabilidade de dados e informações nesses instrumentos levou a Metrópole a padronizar o tratamento e a disseminação dos dados a partir da década de 1770, instituindo o instrumento dos Mapas Estatísticos.

A confecção dos mapas representou um enorme esforço burocrático das autoridades centrais e administrações locais para realizar numeramentos extensivos a grandes unidades territoriais, como o caso das capitânicas brasileiras. Apesar do carácter “civil” destas listas – porque ordenadas pela Coroa –, Igreja e Exército viriam a desempenhar um papel de relevo na coleta dos dados. Apesar das lacunas inerentes a este tipo de informação – ao

nível da cobertura territorial, de alguns segmentos populacionais e da própria classificação dos “habitantes” –, tais fontes não podem, de modo algum, ser ignoradas. Elas fornecem ordens de grandeza insubstituíveis ao nível das tendências de crescimento da população, sua composição social, étnica e jurídica, bem como tendências de fecundidade e mortalidade. (SCOTT; MATOS, 2017, p. 434).

Essa padronização foi observada pelas Ordens Régias editadas nos anos de 1773, 1776 e 1797 (Quadro 3):

Quadro 3 – Unidade censitária, dados e variáveis das Listas Nominativas – Brasil

Ano	Norma	Objeto
1773	Ordem Régia de 17 de julho	Outorga às capitânicas a elaboração e o envio de Mapas Estatísticos com a relação do número de habitantes.
1776	Ordem Régia de 21 de maio	Institui um modelo único de Mapa Estatístico para coleta dos dados populacionais e estabelece o envio anual.
1797	Ordem Régia de 21 de outubro	Estabelece o envio anual de três Mapas Estatísticos populacionais, devendo a população ser classificada por idade, sexo, faixa etária e ocupação.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Matos (2017).

Após formadas as Listas Nominativas e os Registros Paroquiais, era iniciada a fase de tratamento²¹ e disseminação dos dados, com a produção dos Mapas Estatísticos, posteriormente enviados para Portugal, conforme previsto nas Ordens Régias de 17 de julho de 1773 e de 21 de maio de 1776. Essas Ordens Régias definiram que a tabulação dos dados seria realizada pelos membros das Companhias de Ordenanças com o auxílio dos clérigos, conforme aponta Botelho (1998, p. 18):

Em geral, os capitães-gerais (cabeças da administração das capitânicas gerais) reportavam-se aos capitães-mores (que encabeçavam as administrações municipais) e aos vigários das paróquias para que elaborassem tabelas da população local. A partir das listas de ordenanças (listagens de habitantes com finalidades militares ou fiscais) e de desobrigas (listagens de paroquianos que se confessavam na freguesia e pagavam as desobrigas), estes funcionários locais enviavam os dados solicitados.

²¹ A tabulação dos dados coligidos era feita em duas etapas: 1) os capitães-mores dos distritos tabulavam os dados para o distrito e depois para a vila inteira, consolidando os resultados em oito mapas para a população e cinco mapas para a produção e o comércio; 2) esses mapas eram enviados à Secretaria-Geral da capitania, que procedia à consolidação dos dados em mapas regionais (comarcas/capitânicas) e, em seguida, enviava-os para Portugal (MARCÍLIO, 2000).

Analisando-se os mapas produzidos a partir da segunda metade do século XVIII,²² é possível observar como eram organizados os dados presentes nas Listas Nominativas e nos Registros Paroquiais nesse instrumento (Quadro 4):

Quadro 4 – Dados e variáveis das Listas Nominativas (1750 a 1881) – Brasil

Dado	Variável
Sexo	<ul style="list-style-type: none"> • Homens • Mulheres
Idades [por faixas etárias]	<ul style="list-style-type: none"> • Homens: <ul style="list-style-type: none"> 0 a 7 anos 7 a 15 anos 15 a 60 anos Acima de 60 anos (com registro específico para todos acima dos 90 anos) • Mulheres: <ul style="list-style-type: none"> 0 a 7 anos 7 a 14 anos 14 a 40 anos Acima de 40 anos
Condição social	<ul style="list-style-type: none"> • Livre; • Escravo/Cativo; • Alforriado/Liberto; • Índio aldeado.
Cor	<ul style="list-style-type: none"> • Branco • Preto • Pardo • Mestiço • Mulato • Crioulo • Caboclo
Nascimentos por fogo	Ano de nascimentos
Óbitos por fogo	Número de óbitos por ano
Casamentos por fogo	Número de casamentos por ano
Fogos	Número e localização

Fonte: elaborado pelo autor dados obtidos repositório Colonial Populations (2020).

²² Os mapas podem ser consultados no *site* <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>. Esse repositório de Mapas Estatísticos é resultado do projeto *Counting Colonial Populations. Demography and use of statistics in the Portuguese Empire (1776-1890)*, coordenado pelos professores-pesquisadores Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira e Sousa, do Centro de História de Além-mar da Universidade Nova de Lisboa. Esse projeto tem por objetivo recolher, processar e analisar os Mapas Estatísticos que foram instituídos pelas Ordens Régias de fins do século XVIII. As séries de mapas cobrem todas as possessões portuguesas coloniais no período compreendido entre 1776 e 1890. Apesar da referência inicial ser o ano de 1776, foram encontrados registros de mapas anteriores a esse marco inicial no que diz respeito ao Brasil.

Esse instrumento empregado no tratamento e na disseminação dos dados populacionais buscava reunir dados sociodemográficos (idade, gênero, condição social, cor) presentes nas Listas Nominativa e dados do ciclo vital (nascimentos, casamentos, óbitos) oriundos dos Registros Paroquiais, agregados por capitania/comarca/vila/freguesia.²³ Reunidos, esses dados nos possibilitam demonstrar, com mais clareza, que as regras que presidiam as formas de medir e regular as populações no território da Colônia inauguraram um tipo de conhecimento estatístico originário das métricas cristã-católica e econômica, bem como de seus respectivos instrumentos.

As formas de medir são verificadas na elaboração de um tipo de “grelha de leitura”, na qual a população é classificada segundo seu estado e movimento (FERRARO, 1979). As Listas Nominativas forneciam os dados relativos ao estado (idade, gênero, condição social, cor/raça, ocupação), e os Registros Paroquiais os dados relativos ao movimento (nascimentos, casamentos, óbitos). O tempo – determinado nas Ordens Régias pela elaboração anual dos mapas – estabelecia a periodicidade de coleta, o que propiciava análises tanto do Estado quanto do movimento da população.

Quanto às formas de regulação, a distribuição dos dados por faixa etária, sexo e condição social sugere que os objetivos da Metrópole eram regular a população para fins de recrutamento militar (homens livres/escravos entre 15 e 60 anos), estimar a disponibilidade da força de trabalho (homens e mulheres escravos/as) e, a grosso modo, o potencial de fecundidade (mulheres livres/escravas entre 14 e 40 anos). Mensurar o estado da população escrava, por exemplo, era um objetivo vinculado ao maior ou menor ritmo de exploração das potencialidades econômicas do território colonial, tendo em vista que a mão de obra escrava estava envolvida em praticamente todas as atividades produtivas. Além disso, possibilitava à Coroa estimar o tamanho do plantel de cativos, sua concentração e dispersão territorial, as atividades econômicas realizadas e as posses dos proprietários, para fins de tributação. Na perspectiva da métrica cristã-católica, o estado e o movimento da população demarcaram a inserção e a prevalência dos hábitos católicos, bem como, conseqüentemente, o claro desejo de controle sobre os fiéis por parte da Igreja. Conforme destaca Marcílio (2000, p. 38),

Os sete anos marcavam, em princípio, o momento da iniciação do católico de ambos os sexos aos sacramentos da comunhão e da penitência. Considerava-se que aos sete anos a criança entrava na idade da razão. O agrupamento das idades do sexo feminino entre catorze e quarenta anos leva

²³ O território sob jurisdição de uma igreja matriz era conhecido por freguesia, composto pela aglomeração de várias capelas filiais ou aplicações. Já a administração civil era coordenada pelo Senado da Câmara, sendo a jurisdição o *termo* da vila, algo semelhante ao que conhecemos hoje como município (MALAQUIAS, 2012).

a supor imediatamente um critério de reprodução humana e de natureza político-populacional. Nessa faixa etária situa-se grosseiramente a fase potencialmente fecunda da mulher. Para os homens, o período compreendido entre quinze e sessenta anos correspondia, em primeiro lugar, a faixa etária em que, de acordo com as Ordenações do Reino, eles deveriam pertencer às companhias das milícias da terra, critério militar, portanto. Contudo, essa faixa etária representaria o período economicamente ativo, o potencial da força de trabalho adulta masculina, critério econômico, nesse caso.

O registro do ciclo vital dos indivíduos, contido nos Registros Paroquiais, marcou o exercício da autoridade da Igreja Católica e a inserção dos clérigos no território colonial como funcionários civis, legitimando o cumprimento das tarefas de levantamento da população, a eles atribuídas pelo Estado luso. A consolidação dessas variáveis nos Mapas Estatísticos deixa claro o estreito relacionamento entre Igreja e Estado na ação pública dos levantamentos populacionais, cada qual com seus objetivos nitidamente definidos. Para a Igreja Católica, os sacramentos que demarcavam o ciclo vital dos indivíduos permitiram-lhe calibrar sua influência e manter seu monopólio na difusão do cristianismo. Já para o Estado, essa ação viabilizava a estimativa do estado da população para fins econômicos e militares.

A partir de 1797, a Corte portuguesa buscou conhecer melhor os dados estatísticos de suas colônias, conforme é possível observar na carta que a rainha D. Maria I enviara ao governador da Capitania da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Carvalho:

Desejando Sua Majestade que a esta Côrte cheguem anualmente noções mui exatas e individuais de cada uma das capitânias do Brasil: Foi servida ordenar que se preparassem os mapas que acompanham esta carta e que os remetesse a V. Mc., a fim de que se principie um trabalho por meio do qual se possa chegar ao conhecimento: 1º, dos habitantes que existem na capitania; 2º, das ocupações dos mesmos habitantes; 3º, dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4º, da Importação; 5º, da exportação ; 6º, das produções da capitania, consumo e exportação das mesmas produções; 7º, dos preços correntes dos gêneros; 8º, do número dos navios que entram e saem. (MARCÍLIO, 1977).

Seguindo essa lógica, a Ordem Régia de 1797 faria importantes alterações nos dados coligidos pelas Listas Nominativas (MARCÍLIO, 2000; MATOS; SOUZA, 2015). Essa norma expôs as intenções da Coroa em aumentar o controle e a regulação sobre os produtos e as rendas oriundas da Colônia:

Na Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, D. Maria I introduziu importantes mudanças no processo de recensear as populações do Brasil. Norteava essas novas orientações uma política mercantilista mais ativa e preocupada: em racionalizar a máquina administrativa colonial, em aumentar a população e desenvolver por todos os meios a agricultura e o comércio coloniais. As mudanças sugeridas atingiram o processo de levantamento

nominativo dos habitantes, que foi enriquecido com novos registros, estabelecendo-se nova sistemática na elaboração e na tabulação dos dados censitários dessas listas de habitantes. Além disso, elaboram-se modelos de tabelas econômicas contendo dados sobre o consumo, importação, exportação, preços e movimento de navios, que deveriam complementar os mapas demográficos. (MARCÍLIO, 2000, p. 38).

Nas Listas Nominativas, a partir de 1797, passaram a constar a ocupação dos habitantes e o quantitativo de casados(as), solteiros(as) e viúvos(as); as faixas etárias foram uniformizadas, sendo as mesmas tanto para homens quanto para as mulheres; foram adotados intervalos quinquenais na faixa de 0 até dez anos, e intervalos decenais para pessoas acima dos dez anos (MARCÍLIO, 2000).

Esses instrumentos, bem como os procedimentos de coleta de dados instituídos pelas Ordens Régias no fim do século XVIII, teriam um uso de longa duração. Durante boa parte do século XIX até a realização do primeiro censo, em 1872, o recenseamento foi executado pelas Listas Nominativas e pelos Registros Paroquiais. Já a consolidação e disseminação dos resultados foi feita pelo instrumento dos Mapas Estatísticos.

Com o emprego dos Mapas Estatísticos, surgem os primeiros repositórios de dados regionais²⁴ com séries históricas de informações sociodemográficas e econômicas. Essa foi uma das vantagens trazidas pelas listas e pelos mapas em relação aos registros da Igreja Católica, pois permitiam a elaboração de séries históricas e, por conseguinte, análises mais fidedignas do estado e do movimento da população; ou seja, nesse momento, foi produzida uma estatística de estoque e fluxo populacional. Ao se analisar o repositório dos Mapas Estatísticos presentes no *site* Colonial Populations,²⁵ é possível conhecer a intensidade com que esses instrumentos foram utilizados no Brasil Colônia, entre 1750 e 1808²⁶ (Tabela 1):

²⁴ Desde o início da colonização até meados do século XVIII, não se conhecia a população da colônia desagregada por capitanias. As informações disponíveis nesse período eram do total da população, estimado a partir de dados oriundos de diversas fontes, cujos critérios e métodos empregados para obtenção eram completamente desconhecidos. Essas estimativas são consideradas pouco fidedignas, tendo em vista a ausência de dados populacionais relacionados aos períodos mais remotos da colonização (CARRARA, 2014; SENRA, 2006).

²⁵ Disponível em: <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁶ Esse período foi marcado por uma crescente importância do Brasil para o Império português, de tal forma que o governo metropolitano promoveu, pela gestão do Marquês de Pombal (1750-1777), medidas de revigoramento econômico da Colônia, revogando restrições a diversas atividades produtivas, com vistas a desenvolver a mineração e a siderurgia. Foi nesse período que houve um recrudescimento das tensões políticas entre Inglaterra e França e entre Portugal e Espanha. Diante dessas circunstâncias, em Portugal, cogitou-se a possibilidade de transferir a corte portuguesa para o Brasil – fato consumado em 1808 –, a colônia mais rica e a parte mais dinâmica das possessões portuguesas ultramarinas.

Tabela 1 – Recenseamentos populacionais realizados no período colonial (1750 a 1808) – Brasil

Capitania	Ano do primeiro recenseamento	Ano do último recenseamento	Nº de recenseamentos executados	Nº de mapas elaborados
Bahia	1775	1805	8	30
Ceará	1775	1804	5	6
Goiás	1773	1804	14	15
Grão-Pará	1775	1785	6	6
Maranhão	1777	1804	7	21
Mato Grosso	1767	1800	24	47
Minas Gerais	1767	1776	2	6
Paraíba	1798	1806	8	325
Pernambuco	1775	1800	4	5
Piauí	1762	–	1	1
Rio de Janeiro	1793	1804	4	9
Rio Grande do Norte	1792	1805	3	9
Rio Negro	1764	1787	2	18
Santa Catarina	1751	1806	7	23
São Paulo	1772	1805	11	18
São Pedro do Rio Grande do Sul	1791	1806	16	8

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos no repositório Colonial Populations.

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

No período, pelo número de levantamentos realizados, observa-se que, em Mato Grosso, São Pedro do Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Bahia e Paraíba, os levantamentos foram mais frequentes. Esse aspecto denota que as administrações locais atenderam, parcial ou totalmente, ao disposto nas Ordens Régias em relação ao envio anual dos Mapas Estatísticos. É importante destacar o expressivo quantitativo de 325 mapas da Capitania da Paraíba. Esse volume de mapas, produzido no interstício de oito anos, de acordo com os registros do repositório *Colonial Populations*, aponta para uma ampla cobertura das comarcas, freguesias e vilas. Esse aspecto confere a essa capitania a elaboração de um robusto rol de dados no período analisado.

Destes levantamentos realizados no período colonial, compreendidos entre 1750 e 1808, é possível inferir alguns aspectos importantes. O primeiro versa sobre os Registros Paroquiais e a contribuição de seus dados sobre o ciclo vital, que foram incorporados aos Mapas Estatísticos, juntamente com os dados oriundos das Listas Nominativas. Esse aspecto denota a relação entre o Estado e a Igreja Católica, instituída pelo Padroado Régio, que

conferiu à Igreja uma grande representatividade na colonização, ao atribuir funções administrativas civis aos seus membros. A administração eclesiástica seguiu a própria evolução administrativa da Colônia, pois a criação de capitânicas, comarcas e vilas foi acompanhada da criação de dioceses, prelazias, paróquias e freguesias. Dessa forma, os levantamentos populacionais, na origem, não eram um ato exclusivo do Estado colonial, tendo vista que a atuação das autoridades eclesiásticas e as prescrições da Igreja Católica configuravam os instrumentos utilizados.

Um segundo aspecto versa sobre as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos como instrumentos que indicam a inserção do Estado metropolitano na ação direta de produção dos dados populacionais. A partir daí é observada uma mudança nos objetivos. Se antes os Registros Paroquiais eram apropriados pelo Estado como um mero quadro sinóptico do quantitativo de ‘almas’ residentes no território, a adoção das Listas Nominativas e dos Mapas Estatísticos corresponde aos desejos da Metrópole portuguesa em conhecer para melhor ocupar o território colonial e medir as potencialidades de contribuição dos seus habitantes, com vistas a satisfazer objetivos econômicos (MARCÍLIO, 2000, 2004; SANTOS, 2009; POUBEL, 2013; BOTELHO, 2015). Esses instrumentos assumiram a função de construir as métricas para a regulação da população e do território, bem como de estabelecer de maneira mais exata os recursos disponíveis para os soberanos. Foi neste momento histórico que ocorreu a transição da métrica que governava as almas para a métrica que governava os súditos.

3.3 OS RECENSEAMENTOS NO BRASIL: O IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DA MÉTRICA DO PROGRESSO

Na viragem do século XVIII para o XIX, os recenseamentos ganharam uma certa periodicidade de execução e deram origem a um rol de dados sociodemográficos em que as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos foram os instrumentos empregados. Começavam, nesses tempos, a se formar as primeiras estatísticas mais ou menos consistentes sobre o Brasil, que não consistiam apenas de um esboço básico da população e do território, mas sim de um conjunto de instrumentos, procedimentos e princípios que forneceu as evidências de que existia uma população multiétnica e multicultural a ser administrada, e, para tal, tornava-se necessário mediações sociais, políticas e econômicas entre atores sociais diferentes e desiguais.

Estas estatísticas da população, suas características e circuitos de produção permitem, por isso, analisar a intensidade com que o Estado penetrava nos territórios e construía e negociava uma nova ordem. O conhecimento acumulado permitia, por um lado, elaborar modelos de ocupação e classificação do território, por outro moldava a forma como esses territórios eram entendidos e como as populações se imaginavam a si próprias. (MATOS; SOUSA, 2015, p. 76)

Vainfas (2006), ao analisar a trajetória dos recenseamentos no Brasil pós-Independência, argumenta que houve um constante esforço do Estado Imperial para construir e consolidar um saber estatístico que fosse capaz de subsidiar as ações do Estado de forma mais eficiente, e tal aspecto é consenso entre os(as) pesquisadores(as) dedicados(as) a esse tema (GIL, 2005, 2008, 2009, 2012; SENRA, 2005, 2006, 2008; SANTOS, 2009; FARIA FILHO, 2013; CAMARGO, 2013, 2015, 2016; POUBEL, 2013; BISSIGO, 2014; MACHADO; BICCAS; MATOS; SOUZA, 2015; MATOS, 2017).

No caso do Brasil, conforme discutido na seção anterior, a segunda metade do século XVIII foi palco de mudanças na administração da Metrópole e da Colônia, motivadas pela crescente necessidade da Monarquia portuguesa em criar instrumentos e técnicas capazes de apreender, da forma mais exata, as condições e potencialidades contributivas da população no território colonial.

O esforço de parte da elite portuguesa em colocar-se a par das transformações em curso no restante da Europa fez crescer, a partir da ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a preocupação como conhecimento do Império português. Tomava-se importante uma compreensão melhor da realidade das colônias (e mesmo da metrópole) a fim de que pudessem ser implantadas as reformas necessárias ao engrandecimento do Império. Estas reformas eram tanto administrativas quanto econômicas e sociais [...]. Nesse contexto proliferam as tentativas de contar a população portuguesa, tanto metropolitana quanto colonial. Conhecer o tamanho da população e compreender suas transformações torna-se uma necessidade premente para os condutores dos negócios do Estado. (BOTELHO, 1998, p. 16).

Contudo, as ações públicas censitárias realizadas até então, apesar de terem contribuído para o conhecimento e a administração da Colônia, ainda não podiam ser classificadas como um censo, no *scritto sensu* do termo. O censo com ampla cobertura territorial, periodicidade, com a aplicação de um único instrumento de coleta, bem como com uma técnica estatística definida ainda não estava estruturado no início do século XIX. Os que se produziram até esse momento foram classificados como censos parciais (AZEVEDO, 1990; BOTELHO, 1998), com frequência de realização irregular e a aplicação de três instrumentos (Registros Paroquiais, Listas Nominativas e Mapas Estatísticos). Além disso, a

execução compartilhada entre a Igreja Católica e o Estado impunha dificuldades de coordenação, pois a coleta estava condicionada aos critérios discricionários das autoridades locais (eclesiásticas e militares), que poderiam ou não seguir os procedimentos previstos nas normas criadas por uma administração que se encontrava a muitos quilômetros de distância da Colônia. Por isso, a realização de um censo geral seria uma meta fortemente perseguida após a Independência.

Ao abordar a produção do censo no Brasil, Botelho (1998), Senra (2006), Poubel (2013) e Bissigo (2014) destacam que esse instrumento iria se consolidar, em um percurso de avanços e retrocessos, ao longo do XIX. Nesse ínterim, as dificuldades de coligir informações, em virtude da grande extensão do território brasileiro, associada ao intenso processo de disputas sobre o formato de administração do Estado e o exercício legítimo de poder, sobretudo após a transferência da Monarquia portuguesa para o Brasil, em 1808, obstaculizaram a realização de um recenseamento com ampla cobertura do território até ano de 1872, quando foi realizado o primeiro Censo Geral.

O contexto das primeiras décadas do século XIX revelava uma situação de crise econômica e política no conjunto das monarquias absolutistas, instaladas na Europa desde o início do século XVI. O pensamento ilustrado e o liberalismo deram origem a um campo sociopolítico que condensou, historicamente, várias transformações (científicas, políticas e culturais) dentro de uma grande transformação, o fim do Antigo Regime. As transformações científicas e culturais subverteram a compreensão simbólica do mundo. O homem não era mais o mediador entre Deus e a natureza, como difundido pelo pensamento medieval, posteriormente apropriado pelas Monarquias Absolutas, mas sim aquele que investiga suas leis e as transforma por sua ação. As transformações políticas derrubaram a hierarquia das sociedades absolutistas e colocaram em seu lugar uma sociedade concebida e compreendida pelo progresso e pelo aperfeiçoamento dos indivíduos para produzir e participar da vida política. Dessa maneira, o pensamento liberal colocaria em xeque as bases políticas e econômicas do Absolutismo, instaurando um clima de crise e insuflando movimentos que levariam a sua queda e, conseqüentemente, a de todo o sistema colonial.

No plano econômico, em sua versão mais extremada, o liberalismo sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos [...]. No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles, e não no poder dos reis, se encontra a soberania. Esta é entendida como o direito de organizar a nação a partir de uma lei básica – a Constituição. (FAUSTO, 2008, p. 107).

O contexto econômico e político de crise, além da perturbação provocada pelas guerras napoleônicas (de 1803 a 1815), colocaram as nações europeias em um período de reestruturação. Em Portugal, a situação era caótica. Todas as circunstâncias mostravam-se negativas e contribuíam para o total desequilíbrio econômico. Entre os problemas, salientam-se os criados pela invasão francesa e pela transferência da Corte, os decorrentes de compromissos econômicos com a Inglaterra e aqueles oriundos da mudança das relações com o Brasil (FAUSTO, 2008).

No Brasil, porém, a situação era relativamente estável, apesar de a mineração (última atividade lucrativa do período colonial) ainda não ter sido substituída por outra atividade capaz de realizar a função de polo econômico. É importante destacar que essa época foi de euforia, provocada pelos estímulos dados às novas medidas econômicas, adotadas após a instalação da Monarquia portuguesa em 1808 (FAUSTO, 2008).

Com a transferência da Monarquia para a Colônia, as estruturas e as instituições estatais metropolitanas foram transplantadas, e as decisões políticas passaram a ser tomadas a partir do Rio de Janeiro (FAUSTO, 2008). Com a ‘cabeça’ da administração do Império português operando do Rio de Janeiro, foi determinado pelo Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros, ainda em 1808, o arrolamento da população.

E o aviso de 16 de março de 1808 (e não 1800, como por engano se tem repetido), expedido por D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois Conde de Linhares, ministro dos Negócios da Guerra, mandou proceder ao arrolamento da população de todas as Capitanias do estado do Brazil, exigindo ao mesmo tempo informações relativas ao exército, milícias, ordenanças, etc. Não se conhece, porém, o seu resultado si não quanto á totalidade da população apurada, que foi de 4.000.000 de indivíduos [*sic*]. (SOUZA; SILVA, 1870, p. 1).

Um segundo recenseamento seria realizado em 1819, quatro anos após a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em atendimento à Resolução de 24 de julho de 1818, que determinava a reorganização e divisão dos antigos bispados da Colônia (SOUZA; SILVA, 1870; BOTELHO, 1998; IBGE, 2003). Esse recenseamento foi coordenado por Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira,²⁷ que utilizou como fonte de consulta

²⁷ Jurista membro do Desembargo do Paço (Tribunal Supremo de Justiça de Portugal entre os séculos XVI e XIX) e da Mesa de Consciência e Ordens (órgão com funções administrativas e religiosas, vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) (AMARAL, 2006).

os Mapas Estatísticos, que abrangiam o período de 1809 a 1818,²⁸ conforme destaca Botelho (1998, p. 20):

Em 18 de junho de 1818, uma resolução da Mesa do Desembargo do Paço determinou que se consultasse sobre a divisão dos antigos bispados e a criação dos que parecessem mais necessários. Para isto, buscaram-se as bases necessárias para o estudo da matéria, levando ao estudo intitulado “A Igreja no Brasil”, do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira. Nele, tem-se a distribuição da população livre e escrava segundo o arcebispado da Bahia e os projetados arcebispados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Pernambuco, Pará e Maranhão. Para confeccionar tal estatística, segundo Joaquim Norberto de Souza e Silva, o autor reuniu os mapas remetidos pelos ouvidores ao Desembargo do Paço em 1809, 1815, 1817 e 1818, ou pelo diferentes magistrados e capitães-mores à Intendência Geral da Polícia em 1814, ou pelos vigários no mesmo ano.

Os recenseamentos de 1808 e 1818 mantiveram o objetivo de conhecer a população para fins militares e de controle por parte da Igreja. As Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos continuaram a ser os instrumentos utilizados para a coleta dos dados. Contudo, observa-se que, a partir do trabalho do conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, esses dados passaram a ser disseminados também pela iniciativa de pesquisadores²⁹ que buscavam reunir e analisar dados disponíveis para a elaboração de estimativas populacionais.

Após a Independência, em 1822, impunha-se aos poderes constituídos a tarefa de construir um Estado nacional, tendo como inspiração ideológica os princípios liberais, que alimentavam o ideal de progresso. E, nesse desafio, conhecer a sociedade para qual se deveria legislar e governar era urgente.

Apesar da evidente influência dos ideais liberais europeus nos movimentos ocorridos na Colônia desde os fins do século XVIII (Inconfidência Mineira – 1789, Conjuração Baiana – 1798, Revolução Pernambucana – 1817), no Brasil, os princípios liberais não foram construídos em meio à luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. No Brasil pós-Independência, esses ideais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam

²⁸ O repositório do *site* Colonial Populations registra o total de dez Mapas Estatísticos no período compreendido entre 1808 e 1818. Esses mapas contêm informações da população das Capitânicas de Minas Gerais, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Disponível em: <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁹ Obras de pesquisadores estrangeiros e nacionais são citadas com frequência para referenciar e elaborar estimativas populacionais do período colonial e imperial. Trabalhos como os de David Bailie Warden (*Historie de l' Empire du Brésil*), Robert Southey (*History of Brazil*), Saint-Hilaire (*Tableau général de la province de Saint-Paul e Voyage aux sources du Rio São Francisco at dans Province de Goiás*), J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe (*Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*), Daniel Parrish Kidder (*Sketches of residence in Brazil and travels in Brazil embracing historical and geographical notices of the empire and its several*). Dentre as obras nacionais, os trabalhos de Antônio Rodrigues Velloso Oliveira (*Igreja do Brasil*), Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (*O Patriota: jornal literário, político e mercantil*) e a Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) apresentam um vasto compilado de dados das capitânicas e províncias.

nas mesmas bases burguesas, nem teriam exatamente a mesma função (COSTA, 1979; MIR, 2004; FASUTO, 2008). Os adeptos das ideias liberais ou pertenciam às categorias rurais, ou eram descendentes delas. O Estado nacional a ser construído, empenhado em garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária, não estava disposto a renunciar ao latifúndio e à propriedade escravocrata. Entretanto, os entraves de ordem material e social impostos pelo analfabetismo em massa, a marginalização do povo em relação à vida política e a deficiência dos meios de comunicação impuseram a necessidade de compilar informações para quantificar, classificar e qualificar a população e o território brasileiro, com o objetivo de produzir e disseminar evidências empíricas capazes de explicar a realidade do país e orientar a ação do Estado:

A independência obtida 1822 acarretava o desafio de construir um Estado nacional. Tarefa colossal, à qual os parlamentares da primeira legislatura, empossados em 1826, entregaram-se como quem se vê compelido a tatear na escuridão. Já primeira sessão, em 14 julho, o deputado Custódio Dias observou “nós não temos os dados precisos para sabermos dos males que se devem remediar [...]”. Requisitou-se logo ao Poder Executivo que se recolhessem “informações circunstanciadas” sobre uma gama vastíssima de assuntos [...] não haviam estatísticas disponíveis sobre os diversos ramos do serviço público e por isso a sociedade para qual se deveria governar e legislar permanecia desconhecida [...]. Apesar da insegurança que tal situação transmitia, num contexto em que deputados e senadores citavam amiúde exemplos estrangeiros – de França, Holanda, Suécia, etc. – no intuito de firmar o princípio de que para legislar e governar era preciso antes contar, iniciativas nessa área permaneceram tímidas até início da década de 1850. (CHALHOUB, 2011, p. 37).

Esse aspecto é de grande valia para entendermos como foram processados os levantamentos populacionais após a Independência. No período precedente, verifica-se um contínuo esforço por parte dos poderes administrativos do Império em executar um recenseamento com ampla cobertura da população e do território, como uma ação pública de conhecimento e construção da nação (BOTELHO, 1998; GIL, 2007; POUBEL, 2013; BISSIGO, 2014). Dessa forma, o esforço empreendido foi direcionado à meta de realizar, usando-se o termo da época, um Censo Geral. Em vista disso, as operações censitárias e seus instrumentos anteriores – Registros Paroquiais, Listas Nominativas e Mapas Estatísticos – já não eram mais suficientes.

Nesses termos, Gil (2007) aponta que, no decorrer do século XIX, a produção de dados e estatísticas oficiais ganhou centralidade na agenda das políticas públicas dos países da Europa e dos EUA. Essa importância, segundo o autor, é resultante do paradigma da administração pública pautado nos preceitos de racionalidade, que estava em plena difusão

nesse momento e representava a abordagem mais adequada para o correto governo dos Estados nacionais e a inserção das sociedades na modernidade pela adesão à ciência e a técnica. E, nesse período, a modernidade é entendida como a consolidação do capitalismo industrial.

Tratava-se, por conseguinte, de um contexto em que dominar os princípios da ciência e suas técnicas era essencial para o desenvolvimento industrial e a elevação capacidade de produtiva dos países. É importante considerar que, durante todo o século XIX, época de consolidação e expansão do capitalismo industrial pela Europa e nos EUA, a comparação entre as nações pela capacidade produtiva e comercial instalada colocou em evidência a necessidade de aprimorar os instrumentos e criar métricas que pudessem aferir a superioridade de uma nação em relação às outras.

De acordo com Hobsbawn (1996), a modernidade do século XIX é marcada pelas mudanças operadas na economia capitalista em quatro aspectos: 1) consolidação da economia de mercado, fruto do consumo em massa; 2) entrada em uma nova era tecnológica, cuja inovação industrial é o Norte; 3) alta competição entre as economias industriais; 4) concentração econômica e controle de mercados. Nesse contexto, a estrutura econômica colocava os países industrializados como a ‘régua’ da métrica do progresso e da inserção na modernidade. O progresso estava associado ao desenvolvimento industrial, portanto,

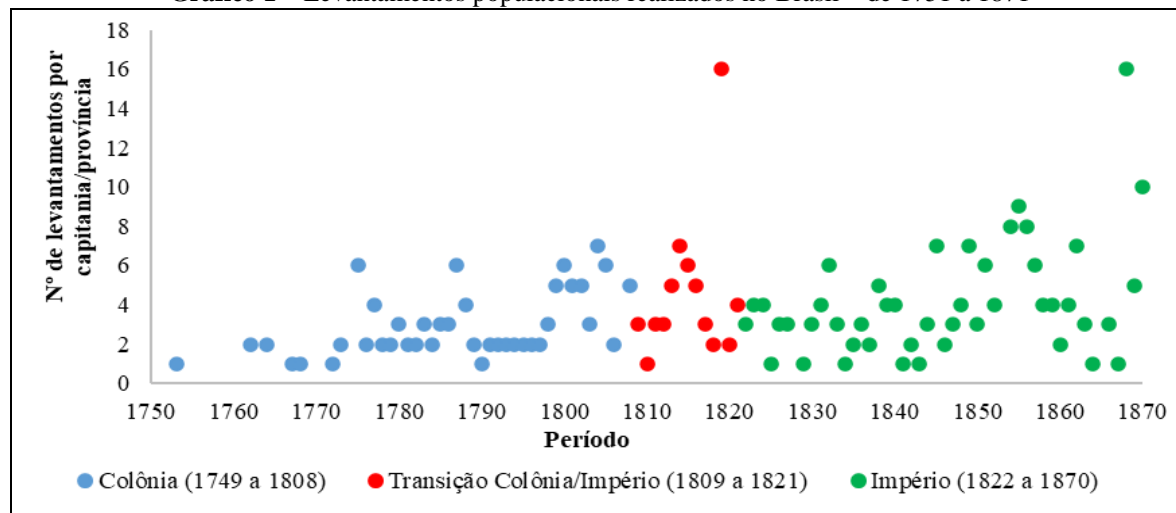
Em termos materiais, em termos de conhecimento e de capacidade de transformar a natureza, parecia tão patente que a mudança significava avanço, que a história – de todo modo a história moderna – parecia sinônimo de progresso. O progresso era medido pela curva sempre ascendente de tudo que pudesse ser medido, ou que os homens escolhessem medir. (HOBSBAWM, 1996, p. 46).

Diz Hobsbawm (1990) que os Estados passaram a requerer cada vez mais informações sobre as atividades comerciais, a economia, os transportes, etc., bem como sobre os indivíduos, instituindo diversos tipos de estatísticas (econômicas, sociais, demográficas), sobretudo por meio de recenseamentos realizados periodicamente. No Brasil, foi nesse momento historicamente situado que a métrica de aferição do potencial contributivo econômico da população começou a ser substituída pela métrica da modernidade e do progresso. Trata-se da mudança das ‘réguas’ de aferição sob as quais os instrumentos e a técnicas deveriam operar a ação pública e produzir evidências.

Uma análise comparativa entre os recenseamentos (Gráfico 1) no período colonial (de 1750 a 1808), na transição da Colônia para o Império (1808 a 1821) e no período imperial, até a realização do primeiro Censo Geral, em 1872 (de 1822 a 1872), permite-nos visualizar,

graficamente, a intensidade da produção dos recenseamentos locais realizados antes do Censo Geral de 1872:

Gráfico 1 – Levantamentos populacionais realizados no Brasil – de 1751 a 1871



Fonte: elaborado pelo autor com base em Souza e Silva (1870) e nos dados do repositório Colonial Populations (2020).

Os valores presentes no Gráfico 1 representam os levantamentos populacionais realizados pelas capitanias e pelas províncias a cada década, caracterizando o que Botelho (1998) classifica por censos parciais, realizados com o emprego das Listas Nominativas. Dessa forma, é possível inferir que, no período analisado, esses levantamentos vão se tornando mais frequentes a partir da década de 1770, até o ano de 1800. Essa regularidade pode ser produto das Ordens Régias editadas em 1773, 1776 e 1797, tendo em vista que elas instituíram a padronização dos dados/variáveis e dos procedimentos de coleta e disseminação dos dados populacionais (BOTELHO, 2008; MATOS, 2013, 2017; FONSECA, 2017).

A distribuição da frequência parecer ser mais esparsa na transição da Colônia para o Império (1808 a 1821), com uma média de três levantamentos por ano. Isso significa que poucas províncias conseguiram contabilizar suas populações nesse interstício. Tal aspecto pode ser resultante de um cenário político e social de forte instabilidade. De certo, o contexto político ao longo das décadas que sucederam a chegada da família real foi determinante para que o ritmo de execução desses censos locais fosse reduzido. Fausto (2008) descreve esses momentos pós-Independência como cruciais para a história política do Brasil, quando a unidade territorial e a forma mais adequada de administrar o Estado brasileiro (centralização ou descentralização) eram os temas que pautavam as disputas entre o Governo Central – cujas origens remontam à chegada de D. João VI e da Corte portuguesa, em 1808 – *versus* as

oligarquias regionais, consolidadas no período colonial. Senra (2006, p. 47) também enfatiza a importância desse momento:

Naquele momento, tudo estava por ser instituído e constituído: a ação legislativa, a ação executiva, a ação judiciária. A tradição colonial portuguesa não constituía um território brasileiro centralizado; não havia uma unidade brasileira. Grandes regiões relacionavam-se diretamente com Lisboa; cidades e vilas (Municípios) beneficiavam-se de autonomias e liberdades, ao arripio das vontades dos governadores portugueses; governadores, em geral, não deviam obediência aos vice-reis, título quase sempre de caráter pessoal. E, antes de tudo, não havia na tradição portuguesa uma cultura de monarquia constitucional, conforme se pretendia implantar. Ao contrário, a tradição monárquica portuguesa era autoritária e absolutista.

Nesse interstício, as discussões políticas giravam, essencialmente, sobre o ideário político de um governo, a soberania e a representatividade política, que implicavam a demarcação dos grupos em luta para ocupar e exercer o poder dentro de um Estado em construção. Para quem tinha se beneficiado diretamente da Coroa, o custeamento dos privilégios coloniais pelo novo poder central, instituído com a Independência, exigia que os espaços de liderança fossem fechados, e o poder distribuído a outros grupos políticos. Havia grupos que defendiam a descentralização, para garantir o espaço de poder já conquistado, e outros que apoiavam a centralização como espaço de poder por conquistar (MIR, 2004).

O período Regencial, no interlúdio entre o Primeiro Reinado (1822-1831) e o Segundo Reinado (1840-1889), sintetiza os conflitos entre o poder central e os poderes locais, conforme destaca Fausto (2008, p. 162-163):

As reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de suprimir ou diminuir as atribuições de órgãos da Monarquia e criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército [...]. Uma lei de agosto de 1834, chamada Ato Adicional, porque fez adições e alterações na Constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado [...]. Além disso, legislou-se sobre a repartição de rendas entre o governo central, as províncias e os municípios. Atribuiu-se às Assembleias Provinciais competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central. Essa fórmula vaga de repartição de impostos permitiu às províncias a obtenção de recursos próprios. [...] uma das atribuições mais importantes dadas às Assembleias Provinciais foi a de nomear e demitir funcionários públicos. Desse modo, colocava-se nas mãos dos políticos regionais uma arma significativa, tanto para obter votos em troca de favores como para perseguir inimigos.

A Regência foi crucial para a formação do Estado brasileiro, pois foi nesse momento que se consolidou a unidade territorial e se estabeleceram os limites entre a autonomia das províncias e o poder do Governo Central. Também foi o período em que o Estado imperial se consolidou, precedendo a formação de uma nação:

Como, porém, a construção da nação é um processo contínuo e articulado com a construção do Estado, não deixa de ser relevante identificar os momentos em que essa interação se evidencia. Assim, se a nação é construída a partir de uma ação positiva do Estado, ela interage com o processo de construção do Estado, reforçando-o e consolidando-o. No Brasil, se a consolidação do Estado imperial precedeu a formação da nacionalidade, o avanço desta reforçou os laços de solidariedade requeridos pela constituição de uma comunidade política. (BOTELHO, 2005, p. 324).

As lutas ocorridas no período pós-Independência para a manutenção da unidade territorial e o esforço empreendido pelas elites para construir um Estado, na luta pendular entre centralização e descentralização (FAUSTO, 2008), marcaram um longo período de instabilidade na sociedade brasileira.

O país era grande, e a corte desconhecia as especificidades de suas diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas, e davam a impressão de que assim continuariam para sempre. A emancipação política de 1822 consolidou-se em torno da corte, isto é, do Rio de Janeiro, privilegiando a instituição monárquica e a unidade nacional. O sentimento autonomista era, porém, forte nas províncias: desfeita a unidade do Império luso-brasileiro como consequência da ruptura com Lisboa, o debate girava ao redor de dois programas políticos decididamente antagônicos: o centralismo da corte, de um lado, e o autogoverno provincial, de outro. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 243).

Esses momentos trouxeram fortes contradições para as elites, que giravam em torno da manutenção da escravidão – a base de um país agroexportador como o Brasil –, já que os escravos eram a principal mão de obra nas fazendas de açúcar e café, principais produtos que o Brasil fornecia para o exterior (MIR, 2004; FAUSTO, 2008; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O conflito de mentalidades entre as elites rurais e uma crescente elite urbana, composta por profissionais liberais, figuras públicas e intelectuais, em sua grande maioria ligados à magistratura (MIR, 2004; FAUSTO, 2008; SCHWARCZ; STARLING, 2015), revelou, na ocasião, os embates entre monarquistas e republicanos, escravocratas e defensores do trabalho livre, liberais e conservadores, que se confrontavam para saber qual seria a vocação econômica do Brasil – agrícola ou industrial – e aquilatar a importância do desenvolvimento urbano, das novas tecnologias, das artes e do ensino público (MIR, 2004;

FAUSTO, 2008; SCHWARCZ; STARLING, 2015). E, de certo, à medida que esses embates começavam a colocar em evidência o passado do país e o confrontavam com as estruturas renovadoras do progresso emergente e suas promessas para o futuro, o panorama que se desenhava até então mostrava um passado em que as marcas do progresso foram insatisfatórias.

O modelo econômico, apoiado na escravidão, determinou a expansão do projeto de Império pelo território e lançou as bases sobre as quais se edificou o Estado. Mas esbarrou no desejo eurocentrado de fundação de uma sociedade moderna, na medida em que essa modernidade era compreendida como a expansão do modelo comercial capitalista, com o fortalecimento de um mercado interno e a integração com mercados externos. Dentro dessa perspectiva, a escravidão era vista como um entrave à modernização, como o motivo do atraso econômico do país em comparação com as nações europeias. Logo, tornou-se urgente a abolição da ‘velha’ ordem escravocrata, mas sem que isso representasse uma distribuição de poderes políticos e econômicos entre os grupos étnicos. Em resumo, a modernização, ou modernidade, ainda não estava subordinada à estruturação de uma sociedade que conforma cidadãos iguais em direitos.

Nesse contexto, tornou-se necessário construir as imagens do progresso, para colocá-las em oposição à imagem do Brasil agrário e escravista. Para tal, foi necessário confrontar a produção nacional e as condições em que a população se encontrava no território brasileiro com a produção e a população de outros países. Conforme se cita em um artigo de autoria desconhecida, provavelmente escrito em 1829, publicado na Revista do IHGB em 1895, “[...] uma povoação activa e indrustrioza [*sic*] é o principal agente da riqueza, força e poder de um Estado. O aumento progressivo da povoação é o termômetro da prosperidade da nação” (IHGB, 1895, p. 91). Essa citação nos permite refletir e inferir que a reprodução de um modelo social e econômico pautado no progresso industrial e urbano necessitava da construção de simbologias que identificassem o presente e projetassem o futuro, a fim de diferenciá-los estruturalmente do passado.

E, nesse contexto, é importante compreender como o censo, enquanto instrumento, e os dispositivos técnicos sob quais ele opera são tecnologias de governo que possuem uma dimensão legislativa e reguladora (LACOUSMES; LE GALÉS, 2012). As suas origens, que remontam às operações censitárias do século XVIII, permitem-nos reconstruir o percurso histórico em que o conhecimento e a política se associaram e impulsionaram o desenvolvimento de novas tecnologias de administração, sobretudo pela difusão de métricas que alimentavam diferentes modos de regulação da população.

Nesses termos, o quadro normativo (Quadro 5) construído no período pós-Independência começa a demarcar a transição dos levantamentos populacionais para fins fiscais e militares em direção aos recenseamentos destinados à aferição do progresso e à adesão à modernidade.

Quadro 5 – Normas do poder imperial sobre os recenseamentos populacionais (1823 a 1871)

Ano	Norma	Objeto
1823	Lei nº XXX, de 20 de outubro	Cria o cargo de presidente das províncias e os Conselhos Provinciais.
1826	Aviso Circular de 8 de agosto	Ordena às províncias remeter tábuas estatísticas à Assembleia Geral.
1829	Decreto de 25 de novembro	Cria a Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil.
1834	Decreto de 27 de outubro	Extingue a Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil.
1834	Lei nº 16, de 12 de agosto	Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei nº 16, de 12 de outubro de 1832.
1842	Regulamento nº 120, de 31 de janeiro	Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841.
1846	Lei nº 387, de 19 de agosto	Regula a maneira de proceder às eleições de senadores, deputados, membros das Assembleias Provinciais, juizes de paz e Câmaras Municipais.
1850	Lei nº 586, de 6 setembro	Manda reger no exercício de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento nº 555, de 15 de junho do corrente ano.
1851	Decreto nº 797, de 18 de junho	Manda executar o Regulamento para a organização do Censo Geral do Império.
1851	Decreto nº 798, de 18 de junho	Manda executar o Regulamento do registro dos nascimentos e óbitos.
1852	Decreto nº 907, de 29 de janeiro	Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo Geral do Império, e para o Registro dos nascimentos e óbitos.
1870	Lei nº 1.829, de 9 de setembro	Sanciona o Decreto da Assembleia Geral, que manda proceder ao recenseamento da população do Império.
1871	Decreto nº 4.676, de 14 janeiro	Cria na Corte do Império uma Diretoria-Geral de Estatística, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento.
1871	Decreto nº 4.856	Manda proceder, em execução do art. 1º da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, ao primeiro recenseamento da população do Império.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Souza e Silva (1870), IBGE (1995), Botelho (1998), Senra (2006) e Poubel (2013).

A Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, órgão da estrutura administrativa lusa, criado em 1736, juntamente com a Secretaria dos Negócios Interiores do

Reino³⁰ e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi responsável por coordenar os procedimentos para a realização dos recenseamentos até 1821 (MATOS; SOUZA, 2015). A partir desse ano, essa atribuição seria repassada para a Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, por força do Decreto de 23 de agosto, que determinava:

2.º Ficam pertencendo á Secretaria de Estado dos Negócios do Reino todos os objetos de agricultura, indústria, e artes, estradas, canaes, minas commercio, e navegação interior, estabelecimentos pios, instrução pública, escolas, collegios, universidade, academias, e mais corporações de sciencias, e belas artes, todos melhoramentos do interior, e quanto é relativo à estatística, e economia pública [*sic*]. (BRASIL, 1821).

Após a Independência, essa atribuição passaria a ser das Assembleias Provinciais, conforme dispunha a Lei de 20 de outubro de 1823. No artigo 24º, são citados os temas pelos quais as decisões administrativas deveriam ser encaminhadas de maneira colegiada, reunindo os presidentes e os Conselhos, dentre os quais “Formar censo, e estatísticas provinciais” (BRASIL, 1823, art. 24, § 7º). O Aviso Circular de 1826 reforçaria essa atribuição ao determinar às Assembleias Provinciais o envio das “Tábuas estatísticas” para a Assembleia Geral – salvo melhor juízo, as tábuas às quais se refere o Aviso são os Mapas Estatísticos.

Em meio à organização burocrática do Estado e aos esforços empreendidos para consolidar a unidade territorial e organizar as estruturas administrativas centrais, o Decreto de 25 de novembro de 1829 criou, dentro da estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, a Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil:

Sendo reconhecida a necessidade ele organizar-se a Estatística deste Imperio pelas vantagens, que elo seu exacto conhecimento devem resultar para os trabalhos da Assembléa Geral Legislativa, e para os actos do Poder Executivo: Hei por bem crear nesta Côrte uma commissão de Estatística geographica, natural, política e civil; e nomear para ella as pessoas constantes da relação junta, que com este baixa assignada por José Clemente Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários [*sic*]. (BRASIL, 1829).

Apesar de reconhecer a importância da produção de dados e estatísticas para apoio dos atos do Legislativo e do Executivo no Império, o Decreto de 25 de novembro de 1829 apenas definiu os cargos e os membros que deveriam compor a comissão, sendo os cargos de diretor, diretor adjunto e secretário subordinados ao ministro do Império, José Clemente Pereira

³⁰ Essa Secretaria, após a chegada da Monarquia portuguesa ao Brasil, em 1808, passou a chamar-se Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e, posteriormente, Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiro. Por força do Decreto de 13 de novembro de 1823, a denominação passou a ser Secretaria de Estado dos Negócios do Império (SÁ NETTO, 2013).

(BRASIL, 1829). O Decreto não apresenta os pormenores de como deveriam ser realizados os censos, tampouco um plano estatístico, a dotação orçamentaria, os instrumentos, a apuração e a disseminação dos resultados. Mesmo com a ausência de prescrições sobre o trabalho a ser executado, essa comissão perdurou por quase cinco anos, ao longo dos quais, porém, não apresentou nenhum resultado concreto. Acabou por ser extinta em 1834:

O Decreto de 25 de novembro de 1829 criou a Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil, que praticamente nada realizou em cinco anos de existência, sendo extinta pelo Decreto de 27 de outubro de 1834. Há duas versões do insucesso da Comissão. Uma atribui a inoperância, apesar da indiscutível competência de seus membros, ao fato de se tratar de um órgão central sem meios de ação no interior do País. Objetivando reunir e apurar dados, a inexistência de fontes informantes tornou improficuas as pesquisas, por absoluta falta, imperfeição ou deficiência de elementos. Segundo a outra, a ineficácia da Comissão se deveu a defeito de sua constituição, com ausência de profissionais, não podendo seus titulares consagrarem-se à atividade precisa ao êxito dos trabalhos, pelo acúmulo de outras ocupações. (IBGE, 1995, p. 10).

Esse decreto, porém, pode ser considerado a primeira tentativa do poder central de constituir um órgão com atribuições exclusivas de coordenação das ações públicas com foco na execução do Censo Geral, bem como de elaboração de estatísticas oficiais.

Ainda em 1834, ano em que a comissão foi extinta, a Lei nº 16, de 12 de agosto, fez alterações na Constituição de 1824 e propôs uma ação coordenada entre as Assembleias Provinciais e o Governo Geral na tarefa de coligir os dados, conforme disposto no artigo 11, parágrafo 5º: “Promover, cumulativamente com a Assembléia [*sic*] e o Governo Geral, a organização da estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias” (BRASIL, 1834).

Ato contínuo, em 31 de janeiro de 1842, o Regulamento nº 120, que trata da ação policial e criminal, aborda em seu artigo 54, parágrafo 17, que o recenseamento da população nas províncias ficaria a cargo dos delegados, subdelegados, juízes de paz e párocos (BRASIL, 1842). A atribuição da coleta aos delegados, subdelegados e juízes de paz³¹ tinha por objetivo cobrir a ausência dos membros das Ordenanças nesse trabalho, que foram extintas em 1831.

³¹ Com a chegada da Corte portuguesa em 1808 é criada a Intendência Geral de Polícia, chefiada por um desembargador que possuía *status* de ministro. Por sua vez, os desembargadores nomeavam nas províncias os delegados e subdelegados, que exerciam funções de caráter policial e judicial. Com a Constituição de 1824, os cargos de delegados e subdelegados são extintos e é criado o cargo de juiz de paz (juiz leigo, sem formação jurídica). Essa organização permaneceria até o ano de 1841, quando, por força da Lei nº 261, de 30 de dezembro, os cargos de delegados e subdelegados são restituídos e é criado o cargo de chefe de polícia, ambos de livre nomeação do imperador e dos presidentes das províncias. O cargo de chefe de polícia poderia ser ocupado por desembargadores e juízes de direito (com formação jurídica), já os cargos de delegado e subdelegado poderiam ser ocupados por juízes de paz e demais cidadãos. (BONELLI, 2003).

O Censo Geral continuaria a ser tratado de forma tangencial pela Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, que regulamentava as eleições para senadores, deputados, membros das Assembleias Provinciais, juízes de paz e Câmaras Municipais. No artigo 107, estabeleceu-se que, para fins de contagem e determinação do número de eleitores, um censo populacional deveria ser realizado a cada oito anos. Essa lei foi a primeira a introduzir uma regra de periodicidade na coleta dos dados populacionais, ao determinar períodos intercensitários de oito anos, algo que não fora observado nas normas anteriores.

Em síntese, de 1823 até 1846, as normas produzidas apresentaram algumas inovações, digamos, no que diz respeito à atribuição de competências para coleta, apuração e disseminação dos dados e também à periodicidade dessa coleta. Como não existe menção na literatura pesquisada ao instrumento empregado na coleta, diante dos resultados observados na seção anterior (Gráfico 1), é possível inferir que as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos continuaram a ser os instrumentos de coleta e disseminação dos resultados.

3.3.1 A construção do Censo Geral do Império: normas e instrumentos

O censo, enquanto instrumento de coleta de abrangência nacional, apareceria nas normas promulgadas na década de 1850. A Lei nº 586, de 6 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850), e o Decreto nº 797, de 18 junho de 1851 (BRASIL, 1851), foram as primeiras normas a trazer em seus escopos, de forma mais clara e sistemática, como o Censo Geral deveria ser executado.

A Lei nº 586/1850 tratava, na realidade, de regulamentar a execução do orçamento do Império para o biênio de 1851/1852, previsto pelo Decreto nº 555, de 15 de junho de 1850, que fixou a natureza e a finalidade das despesas nesse período e autorizou o Governo Central a despender os recursos necessários para a realização do Censo Geral do Império no menor prazo possível (BRASIL, 1850, Art. 17 § 3º). Já no Decreto nº 797, de 18 junho de 1851, o recenseamento aparece como a matéria central da regulamentação. Nessa norma, editada pelo Visconde de Monte Alegre, então ministro dos Negócios do Império, a responsabilidade de organização e execução ficou a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (CHALHOUB, 2011, p. 37). Esse Decreto institui a estrutura organizacional, os procedimentos de coleta e os dados/variáveis censitárias a serem agrupados(as).

Em relação à estrutura organizacional, foram criados cargos específicos, seguindo uma lógica de hierarquia em que as administrações locais dos Municípios executavam diretamente as tarefas ligadas à coleta e reportavam-nas para as administrações provinciais, que, por sua

vez, reportavam à administração central todas as questões relacionadas às rotinas e aos resultados do processo de recenseamento.

Foram criados três cargos para realização dos trabalhos: o diretor-geral do censo, diretamente ligado à Secretaria; o diretor do censo provincial, responsável pelos trabalhos em cada uma das províncias; o diretor municipal e os comissários, responsáveis pelos trabalhos nos Municípios (BRASIL, 1851).

Também foram definidos os dados/variáveis censitárias, de acordo com o artigo 11 do Decreto nº 797/1851:

Art. 11. As listas deverão conter:

1º Os nomes de todas as pessoas da família, menos dos Escravos, dos quaes bastará referir o número por sexo;

2º O estado (casado, solteiro, ou viuvo);

3º A idade;

4º A condição (ingenuo, liberto, ou escravo);

5º O lugar do nascimento;

6º Se he estrangeiro, de que Nação. Sendo Brasileiro se fará declaração do Cidadão naturalisado, e do que o não he. Sendo indigena (caboclo) será feita menção da tribu a que pertence;

7º A profissão ou modo de vida;

8º A qualidade que representa na família (cabeça de família, mulher, filho, parente, aggregado, ou outra qualquer qualidade, por que se repute fazer parte da família): tudo na conformidade do modelo nº 1 [*sic*]. (BRASIL, 1851).

O instrumento de coleta continuou a ser a Lista Nominativa. As listas deveriam ser entregues nos fogos pelos comissários designados pelo diretor municipal do censo no dia 1º de julho de 1852 (BRASIL, Art. 15, 1850), sendo de responsabilidade do chefe da família respondê-la e encaminhá-la até o dia 16 de julho aos comissários, conforme dispunha o artigo 16 do Decreto nº 797/1851:

Art. 16. Do dia 16 de Julho de 1852 até o fim do dito mez os cabeças de familia irão, ou mandarão entregar as listas, depois de cheias, aos Commissarios, os quaes, no acto de as receber, examinarão se estão regulares, e perfectas; e procurarão corrigir os erros e defeitos que encontrarem, por meio de declarações, que exigirão do mesmo cabeça da familia, ou de outras pessoas da casa, ou da visinhança, que para isso forem idôneas [*sic*]. (BRASIL, 1851).

Dessa forma, cabe destacar alguns pontos importantes deste decreto. O primeiro versa sobre a distribuição de competências. O Governo Central assumiu o encargo de coordenar as ações de execução da coleta; determinar quais informações deveriam ser coletadas; e elaborar mapas para a consolidação dos dados encaminhados pelas províncias. Por seu turno, as

províncias deveriam organizar as coletas nos Municípios e reportar ao diretor-geral do censo quaisquer dúvidas e sugestões. Aos Municípios foi reservada a tarefa de coletar os dados, com toda a complexidade que esse trabalho envolvia.

Apesar de a coleta não fazer parte das incumbências dos funcionários públicos municipais, conforme disposto pelo artigo 16 do Decreto nº 797/1851 (BRASIL, 1851), o recebimento, a conferência e a escrituração dos dados eram de responsabilidade dos diretores municipais do censo, dos comissários e dos demais órgãos da municipalidade. As províncias e o Governo Central ficavam com as atribuições referentes à consolidação dos dados coletados e à sua disseminação por meio do Mapa Estatístico.

Um segundo aspecto diz respeito ao tipo de informação a ser coletada, de acordo com o artigo 11 do Decreto nº 797/1851 (BRASIL, 1851). Além de ser uma tarefa diretamente realizada pelos cidadãos, responsáveis pelo preenchimento das listas, os dados/variáveis censitárias revelavam a necessidade de coligir dados sociodemográficos, no intuito de conhecer a composição da população em termos de gênero, idade e condição social (livre ou escravo); a movimentação populacional segundo a origem (local de nascimento); o estado civil, a profissão exercida e o *status* dentro da família daquele que respondia ao Censo.

A combinação da obrigação do registro civil de nascimentos e óbitos – posta pelo Decreto nº 798/2015 – com a realização de um Censo Geral (Decreto nº 797/1851) revela as intenções do Governo Imperial em criar um Sistema Oficial de Estatísticas, cujo objetivo se assentava no controle burocrático do movimento da população (CHALHOUB, 2011). Contudo, os Decretos nº 797 e nº 798/1851 não teriam efeitos práticos. Foram suspensos em 29 janeiro de 1852, por força do Decreto nº 907, conforme comenta Chalhoub (2011, p. 39):

Mas a lei não pegou, apesar da linguagem dura, no que concerne à sua aplicação. O registro civil começaria “impreterivelmente” em 1º de janeiro de 1852; a partir de então, não se enterraria ninguém nos campos santos sem certidão de óbito e os párocos exigiriam certidão de nascimento para batizar os recém-nascidos, salvo quando houvesse perigo de vida evidente. Ou seja, o acesso aos rituais centrais da religião católica, o assunto grave do salvamento das almas, passa a ater porteiros designados pela burocracia imperial. Ao longo do segundo semestre de 1851, preocupados com possíveis problemas na aplicação da lei, autoridades provinciais enviaram ofícios ao governo imperial para explicar que as condições concretas do país – distâncias enormes, estradas precárias, serviços públicos inexistentes – tornavam difícil o cumprimento do decreto nos termos em que fora lavrado. Em janeiro de 1852, revoltas populares rebentaram quase simultaneamente em Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e ao que parece em menor grau no Ceará, e em Minas Gerais. Acuado, o governo suspendeu a execução dos decretos do registro civil e do recenseamento geral em 29 de janeiro de 1852.

Após esse conturbado momento, o Censo Geral voltaria a ser objeto de legislação e regulamentação somente no ano de 1870, por força da Lei nº 1.829, de 9 de setembro. Essa lei, apesar de conter apenas três artigos, apresentou aspectos importantes em relação às demais editadas até então. No artigo 1º, foi determinado o período intercensitário, de dez em dez anos; além de multas em caso de não realização e previsão de recursos para execução (BRASIL, 1829). No artigo 2º, foi autorizada a criação da DGE, vinculada à estrutura institucional da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, como órgão responsável por dirigir e executar os trabalhos.

O Decreto nº 4.676, de 14 janeiro de 1871, regulamentaria as atribuições dessa diretoria. Iniciativas dessa natureza, de criar um órgão com atribuições exclusivas para realização do censo, ficaram de fora da legislação desde 1834, quando foi extinta a Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil. Além de coordenar as ações do censo, a DGE também ficou responsável pelos registros civis de nascimentos e óbitos, bem como por dirigir, coordenar, organizar e formular as estatísticas populacionais (BRASIL, 1870; BRASIL, 1871).

O Decreto nº 4.676/1871, dentre todas as normas elaboradas até então, figura como a mais avançada, pois determina com clareza, ao longo do texto, todos os procedimentos do censo, instituindo quatro categorias censitárias para agrupar os dados coletados, conforme exposto no artigo 2º:

Art. 2º - Para a boa ordem dos trabalhos da estatística, serão estes divididos em quatro grandes classes compreendendo: A 1ª todos os dados estatísticos que se referem população; A 2ª todos os dados que se referem ao território; A 3ª todos os dados relativos ao estado político, intelectual e moral; A 4ª todos os dados relativos ao estado agrícola, industrial e comercial [*sic*]. (BRASIL, 1871).

Apresenta também o nível de agregação dos dados, disposto no artigo 3º: “Os trabalhos concernentes a população deve compreender o número das pessoas existentes no Império, divididas por Províncias, Municípios, paróquias” (BRASIL, 1871). Nesse artigo, também são discriminados os dados/variáveis censitárias a serem coletados.

Para melhor compreensão, no Quadro 6, a seguir, são apresentadas as seguintes categorias de dados: dados estatísticos da população e dados estatísticos educacionais (estado intelectual):

Quadro 6 – Dados demográficos e educacionais do Censo Geral de 1872 – Brasil

Dados	Variáveis
Dados Demográficos (estoque e fluxo)	Raça; nacionalidade; sexo; estado civil; profissão; domicílio; condição social; religião; imigração e emigração; naturalizações; nascimentos; óbitos; casamentos e divórcios.
Dados educacionais (estado intelectual)	O número de escolas públicas e particulares de instrução primária de meninos e de meninas; e o número de alunos e alunas que as frequentavam, por províncias, Municípios e paróquias.
	O número de escolas públicas particulares de instrução primária para adultos, e o número de alunos que as frequentavam, por províncias, Municípios e paróquias.
	O número de escolas normais primárias para o professorado, e o número de alunos-mestres que as frequentavam, por províncias, Municípios e paróquias.
	O número de colégios, liceus, ginásios e institutos de instrução secundária, públicos e particulares, em cada província, Município e paróquia; e o número de alunos que os frequentavam, divididos por sexo e idade.
	O número e a sede dos estabelecimentos de ensino superior, com indicação da natureza do ensino e do número de alunos que frequentavam cada um deles.
	O número das pessoas de cada sexo encarregadas de cada um dos graus de ensino (primário, secundário, superior e especial), com as necessárias distinções entre catedráticos, substitutos, opositores, demonstradores, adjuntos e repetidores, quer do ensino público, quer do particular.
	O número e a sede dos estabelecimentos de ensino especial, compreendidos os grandes seminários, a Escola Militar, a Academia de Marinha, a Academia Imperial de Belas-Artes, o Instituto Comercial, o Liceu de Artes e Ofícios, as escolas agrícolas e semelhantes, e o número dos alunos que os frequentavam.
	O número, a sede e a denominação de todas as sociedades científicas e literárias, e o número de sócios honorários, efetivos e correspondentes.
O número e a sede de todos os museus, bibliotecas e arquivos públicos gerais, provinciais e municipais, e o das bibliotecas e museus particulares franqueados ao público, com o número: nos museus, dos indivíduos colecionados em cada um dos três reinos da natureza; nos arquivos, dos documentos arquivados, segundo a classificação que tivessem; e nas bibliotecas, das obras e dos volumes impressos e das obras e dos volumes manuscritos.	

Fonte: elaborado pelo auto com base no Decreto nº 4.676/1871 (BRASIL, 1871).

As novidades presentes no Decreto nº 4.676/1871 são a inserção dos dados sobre o número de estabelecimentos de ensino (público/privados) nas etapas da educação primária, secundária e superior; e o acesso a números da frequência escolar distribuídos por sexo. Esse decreto foi a primeira norma a inserir no instrumento do censo a coleta de dados sobre aspectos relacionados ao estado educacional da população. Até o ano de 1871, no quadro normativo, vigorou um profundo ‘silêncio’ em relação à produção e à disseminação de dados dessa natureza.

Por fim, o Decreto nº 4.856/1871 regulamentou o censo, estabelecendo o instrumento a ser utilizado, a data de realização e os agentes responsáveis por sua execução.³² Em relação ao instrumento a ser utilizado, o Decreto reforçava os dados a serem coligidos, a população a ser coberta e apontava a data de execução:

Da época do recenseamento, dos boletins ou listas de família, das pessoas que as devem encher e das penas e multas em que incorrem

Art. 1º O primeiro recenseamento da população será feito simultaneamente, em todo o territorio do Imperio, no dia 1º de Agosto de 1872.

Art. 2º Todos os habitantes do Imperio, nacionaes e estrangeiros, livres e escravos, serão recenseados no lugar ou habitação em que se acharem no referido dia. As pessoas, todavia, que nesse dia estiverem ausentes temporariamente do lugar de sua residencia habitual, serão tambem ahi inscriptas com a nota de - ausentes - e a declaração do lugar em que se acharem, se fôr sabido.

Art. 3º O recenseamento será feito por meio de boletins ou listas de familia, em que se declare, a respeito de cada pessoa - o nome, o sexo, a idade, a côr, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residencia o gráo de instrucção primaria, a religião e as enfermidades apparentes. Tambem se declarará relação de parentesco ou de convivencia de cada pessoa com o chefe da família, e a respeito das crianças de 6 a 15 annos se notará se frequentam ou não as escolas [*sic*]. (BRASIL, 1871).

Esse ‘silêncio’ nas normas em relação à aferição de dados estatísticos educacionais até o Decreto nº 4.856 talvez esteja associado ao fato de que, ao longo do processo de colonização do Brasil, a educação escolar fora tarefa exclusiva da Igreja Católica:

Justifica-se que o primeiro colégio só se tenha fundado em 1550, por ocasião da instalação do Governo Geral na Bahia, pelo fato de os portugueses não se terem trasladado para nosso litoral com propósitos de colonização agrícola ou pastoril, essencialmente fulcrada numa constelação familiar, mas de atividades mercantis e predatórias, como a coleta do pau-brasil. E, quando iniciada a cultura açucareira, de 1532 em diante, terem escolhido para o trabalho braçal índios ou africanos, cujas crianças – futuros escravos – dispensavam qualquer escolarização. Destes primeiros cinquenta anos sem escola derivam, porém, dois padrões que influenciarão definitivamente a educação escolar que se viria a implantar: o descompromisso do governo central em financiar as escolas públicas e o caráter autoritário e centralizador da invasão cultural que pela força do canhão, pela tecnologia do machado, da enxada e do facão e pela imposição da língua portuguesa e da religião católica moldou e projetou o currículo escolar oficial futuro. (MONLEVADE, 2000, p. 13).

³² Senra (2006) faz uma extensa descrição da legislação e da operação censitária de 1872. Em sua análise, destaca que, dentre os dezenove artigos que regulamentam o recenseamento no Decreto nº 4.856/1871, somente dois tratam diretamente de como deveria ser executado o trabalho de campo (art. 6º e art. 10). De acordo com as conclusões do autor, isso denota que os atores estatais envolvidos nesse processo conseguiam idealizar como seria o procedimento de coleta, mesmo que, até aquele momento, em fins do século XIX, uma operação daquele porte jamais tivesse sido realizada no Brasil. Aponta ainda que o instrumento de coleta seria a Lista de família, muito semelhante à Lista Nominativa, utilizada nos recenseamentos locais executados sob as Ordens Régias da Coroa portuguesa na transição do século XVIII para o XIX.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, ao longo de todo o período seguinte, que culminou com a Independência em 1822, informações sobre as condições educacionais da população seriam obliteradas pelo esforço do Estado colonial em instituir métricas que seguiam aspectos extorquidores, ou seja, visavam aferir o número de súditos disponíveis para empunhar armas e para produzir as riquezas desejadas (BOTELHO, 1998; MARCÍLIO, 2000).

Esse aspecto começaria a mudar com o crescente interesse das elites, no período pós-Independência, em instituir uma relação de poder e legitimidade entre Estado e sociedade. Nesse sentido, os dados estatísticos educacionais foram inseridos na classificação da realidade social, sobre a qual age o Estado, na figura do Governo Central e das elites locais, para construir mecanismos de controle societal em uma seara cujas influências políticas e sociais estavam historicamente associadas às ações coordenadas pela Igreja Católica. Foi um movimento do Estado no sentido de produzir instrumentos e técnicas de políticas públicas com vistas a construir o mecanismo de reconhecimento de subjetividades para alimentar a identidade comum que justificaria e legitimaria o Estado junto à população dispersa no território. Nos termos de Green (2011, p. 366), a “[...] educação foi convocada a construir a subjetividade da cidadania, justificando as posturas do Estado junto aos indivíduos e os deveres dos indivíduos para com o Estado”.

Ao coletar dados e produzir evidências sobre o estado educacional da população, o Estado passou a coordenar a construção da sua rede de ensino, no intuito de criar e formar o cidadão nacional. A educação laica e a escola pública foram tomadas como elementos fundamentais para a construção do Estado nacional. Assim, o acesso à instrução pública primária consitiu o primeiro desafio a ser enfrentado para garantir o *status* de Estado nacional moderno e alcançar o progresso. Eram metas claras, colocadas aos Estados da América Latina pela ‘régua’ do desenvolvimento industrial e econômico dos países europeus e dos EUA.

Garantir o acesso ao ensino primário para toda a população em idade considerada adequada para se frequentar a escola era fundamental para que se extinguisse o analfabetismo no país (ideal este pensado, naquele momento, no entanto, como restrito à população livre). Ora, a ignorância era vista como sinal de atraso e, portanto, proporcionar instrução em nível elementar para todos os indivíduos era preciso para que o Brasil pudesse figurar ao lado das “nações mais civilizadas”. O que se percebe é que desenvolver a estatísticas oficial e difundir o ensino primário são elementos constitutivos de um mesmo ideário que advoga para o país o alinhamento às ideias iluministas e a adequação às instituições características da Modernidade. Isto permite melhor compreender porque muito antes de ter

escolas suficientes para todas as crianças – muito antes de estarmos, sequer, perto disto – passa a ser considerado necessário contar as casas de ensino e os alunos. Descrever em números uma instituição que mal existe é, nessas circunstâncias, dar-lhe já alguma existência. As estatísticas querendo “mostrar” a situação da instrução no Brasil, fazem antes de sublinhar a importância da escola como elemento constitutivo de um país nacional, civilizado e moderno. Fazendo-a existir como número acabam por impor sua presença simbólica, mesmo que sua ausência física fosse prevalecente. (GIL, 2007, p. 56-57).

Os argumentos de Gil (2007) ao apontar a necessidade do censo de computar os estabelecimentos de ensino e a frequência escolar revelam dois aspectos presentes na trajetória das normas e dos instrumentos aplicados na ação pública do recenseamento: o primeiro versa sobre o ‘silêncio’ em relação ao levantamento de dados educacionais até o Censo de 1872; e o segundo está vinculado à origem da métrica do progresso associada ao censo como instrumento de aferição.

Destarte, esse ‘silêncio’ nas normas nos provoca as seguintes perguntas: como era realizada a coleta de dados relativos ao estado educacional da população em períodos anteriores ao Censo de 1872? Quando e como os róis de dados educacionais e escolares foram formados no Brasil? Essas questões surgem vinculadas aos achados desta pesquisa até aqui: os Registros Paroquiais, as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos formaram os primeiros instrumentos para a coleta e produção de róis de dados populacionais no Brasil, porém esses róis são omissos em relação aos aspectos educacionais; o recenseamento foi realizado por diferentes atores sociais, portanto não se tratava apenas de uma ação do Estado para a sociedade (*top down*), tendo em vista que as autoridades eclesiásticas e os residentes nas paróquias e vilas eram convocados a participar do censo preenchendo as Listas Nominativas e encaminhando-as para as autoridades recenseadoras; Estado e Igreja elaboraram e executaram diferentes regras para medir aspectos sociais, segundo valores políticos e ideológicos distintos e diferentes fins; dos Registros Paroquiais surgiram os dados/variáveis relativos ao ciclo vital dos indivíduos; as Listas Nominativas ampliaram o leque de dados/variáveis ao instituir a coleta de características sobre a renda, a ocupação e a distribuição da população por faixas etárias, além de introduzirem a coleta domiciliar pela adoção do fogo como unidade censitária de coleta; os Mapas Estatísticos, ao padronizar a disseminação dos dados, criaram condições técnicas para proceder às análises do estado e do movimento da população; com o emprego dos Mapas Estatísticos, verifica-se a formação de róis de dados acerca do estoque e do estado da população, segundo a condição social e o sexo; foram observadas três métricas de aferição

dos aspectos demográficos e sociais: a métrica cristã-católica, a métrica fiscal-militar e a métrica do progresso, que passou a computar os aspectos educacionais da população.

4 DA CONTAGEM DOS GOVERNADOS AOS INDICADORES DO PROGRESSO

Neste capítulo, são investigados os primeiros instrumentos de políticas utilizados para coligir dados sobre a educação escolar no Brasil. O estudo demonstra como e por que, a partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu uma mudança da métrica fiscal-militar para a métrica do progresso. Para este fim, são analisadas as reformas empreendidas pela administração da Coroa portuguesa e o uso dos primeiros dados sobre a educação escolar. Em seguida, são analisados os registros administrativos e os mapas escolares produzidos pelas províncias durante o período imperial, entre 1834 e 1889. São analisados também os dados educacionais coletados pelos Censos de 1872 a 1920. O capítulo demonstra como se efetuou a construção de róis de dados educacionais e escolares, bem como as lógicas que orientaram a seleção dos atributos medidos. A ação pública em torno da educação escolar provida pelo Estado constituiu-se em um dos referentes orientadores da métrica do progresso em um país onde persistia a ordem social escravocrata.

4.1 A EXPLORAÇÃO COLONIAL E AS REFORMAS DO PODER ADMINISTRATIVO

Os Registros Paroquiais, as Listas Nominativas e os Mapas Estatísticos foram os primeiros instrumentos empregados na produção dos levantamentos populacionais. Com o auxílio desses instrumentos, foi formulado um conhecimento estatístico acerca da população a partir do século XVI. Desses instrumentos derivaram os primeiros róis dados e as primeiras estatísticas públicas de estoque populacional. A elaboração e a operação desses instrumentos envolveram a aliança da administração da Metrópole e, posteriormente, a do Império com a Igreja Católica – sob o regime do Padroado Régio. A partir da segunda metade do século XVIII, os poderes administrativos coloniais preocuparam-se com o desenvolvimento de práticas administrativas relacionadas com a defesa e a exploração mais intensiva da Colônia e, para esses fins, orientaram a coleta de dados empregados na formulação e implementação de políticas nos territórios da Metrópole e das colônias.

4.1.1 Reformas da administração e a exploração colonial

Em 1750, com a morte de D. João V, ascendeu ao trono português D. José I (1750-1777), tendo como Secretário de Estado do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Por mais de 25 anos, ele administrou os negócios do Império português

com o objetivo de retirar o atraso de Portugal em relação aos centros dinâmicos da economia europeia e diminuir seu grau de dependência para com a Inglaterra (MAXWELL, 1996). Esses princípios que nortearam as ações administrativas de Pombal, de acordo Maxwell (1996), foram formados quando ele atuava como representante diplomático de Portugal na Inglaterra. Maxwell (1996) aponta que o futuro Secretário de Estado do Reino português, no período em que atuou como diplomata, investigava as causas, as técnicas e os mecanismos do poder econômico do Império britânico. À época, todo o comércio inglês era administrado mediante o registro de dados. Após assumir o cargo de ministro em 1750, Pombal iniciou uma série de reformas visando a um único objetivo: recuperar a economia do Império português, estreitando o controle sob as possessões coloniais. Para isso, procurou substituir o direito canônico pelo direito civil na condução dos negócios do Reino e afirmar o Estado como entidade acima da sociedade e da Igreja Católica (defesa do despotismo esclarecido). Nesse sentido, organizou políticas de fomento às manufaturas para a Metrópole e empresas de monopólios mercantis, que foram expandidas para os territórios coloniais, visando obter maior racionalização administrativa e maior capacidade de arrecadação (MAXWELL, 1996; FAUSTO, 2008; FERLINI; 2009; CANCELA, 2012).

Esse período foi marcado por uma crescente importância do Brasil para o Império português, de tal forma que o governo metropolitano promoveu, pela gestão do Marquês de Pombal (1750-1777), uma série de medidas de revigoramento econômico na Colônia, revogando restrições para diversas atividades produtivas e procurando desenvolver a mineração e a siderurgia. Para garantir a presença da autoridade e do aparato administrativo metropolitano nas diferentes regiões da Colônia, realizou uma reorganização administrativa que acabou por redefinir a ocupação do território (MAXWELL, 1996; FAUSTO, 2008; FERLINI; 2009; CANCELA, 2012). Em 1763, o Brasil, que havia sido elevado à categoria de vice-reino, teve sua capital transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Com essa transferência, reconhecia-se que o centro econômico-militar havia passado do Nordeste para o Centro-Sul, a partir da exploração aurífera. Foi um recurso estratégico para melhor controlar a saída de metais preciosos e proteger os interesses portugueses no Sul da colônia, então em guerra com os espanhóis, devido à demarcação de fronteiras (BICALHO, 2006; VASCONCELOS, 2011).

Fausto (2008) atesta a criação de duas Companhias de Comércio na Colônia brasileira, neste período: a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), que passou a deter o monopólio do tráfico de escravos africanos e do transporte naval de outras mercadorias, e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), que também detinha

exclusividade comercial entre as capitanias da região e a Metrópole, inclusive do tráfico de escravos. Nessa reorganização das estruturas administrativas e da economia do território, a questão dos indígenas e a atuação dos membros da Companhia de Jesus tornaram-se centrais na ação política pombalina, tendo em vista que, para assegurar o controle metropolitano sobre a população e o território, Pombal buscou retirar a autonomia das ordens religiosas para atuar na catequese dos índios e no ensino dos colonos (RIBEIRO, 1992; FAUSTO, 2008).

No Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se constasse com uma população nascida no Brasil e identificada com os objetivos lusos, seria inviável o controle de vastas regiões semipovoadas. Daí adoção de uma série de medidas com relação aos indígenas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta, sendo um ponto central do conflito. (FAUSTO, 2008, p. 111).

No Brasil, as ordens religiosas, sobretudo os jesuítas, foram fundamentais no processo de colonização, primeiro atuando na propagação de ritos e hábitos católicos, para a aculturação dos indígenas e, posteriormente, no desenvolvimento de um projeto educacional destinado à consolidação dos costumes dos colonizadores entre os colonizados, executado por meio do ensino dos filhos dos colonos, principalmente dos filhos dos senhores de engenho (RIBEIRO, 1992; VEIGA, 2007; SAVIANI, 2008). As reformas empreendidas por Pombal atingiram os jesuítas sobretudo no que dizia respeito ao ensino na Colônia. Após dois séculos de atuação dessa ordem religiosa no campo educacional, as reformas pombalinas avançaram sobre esse ensino visando combater “[...] os males advindos do ensino monástico para os interesses econômicos e políticos do Estado, criando assim uma escola que, antes de servir à fé, servisse aos imperativos da Coroa” (JUNIOR, 2000, p. 159).

4.1.2 Educação colonial e a administração laica das escolas

As normas da Companhia de Jesus sobre como ensinar, como aprender e como administrar uma instituição de ensino eram pautadas no *Ratio Studiorum*,³³ compilação de textos normativos elaborada pela Companhia desde 1548 até sua publicação definitiva, em 1599. Para Saviani (2008), a norma tinha um caráter universalista, por abranger a organização do ensino em todas as localidades em que estivessem estabelecidos os jesuítas. Conforme expõe Mesquita (2013), a ação pedagógica dos jesuítas era direcionada pela catequese para os índios e pela fundação de colégios para os colonos.

A esse respeito, afirma Gomes (1982, p. 30-31) sobre a criação oficial do ensino de primeiras letras no período do Marques de Pombal:

[...] foi ele quem, pela primeira vez na nossa história, planeou uma rede de escolas primárias públicas que, de certa maneira, faria a cobertura das principais povoações do País [Portugal]. Como é evidente, muito antes do Marquês, já se ensinavam no nosso País as primeiras letras. Estava, porém, muito arreigada a ideia de que a obrigação de ensinar (sobretudo as primeiras letras) competia à família e à Igreja, e só supletivamente ao Estado. Aliás, até ao século XVIII, não é fácil distinguir a acção [*sic passim*] da Igreja e a acção do Estado no que diz respeito ao ensino e a outros domínios, como a assistência. O que é indubitável é que, desde tempos muito remotos, houve aulas de ler e escrever, mesmo em Colégios destinados ao ensino secundário e até nas Universidades – tanto na de Coimbra como na de Évora. Que, antes do Marquês, havia mestres de ler e escrever pagos pelo Estado, provam-no algumas passagens da Carta de Lei de 10 de novembro de 1772, que estabeleceu o subsídio literário de que falaremos adiante.

A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa editou um conjunto de instrumentos normativos (Quadro 7) que estabeleciam procedimentos e currículos para orientar a educação escolar nas colônias, sem a interveniência dos missionários. Essas normas instituíram procedimentos para operacionalizar os objetivos de secularização do ensino, apoiado pelos ideais de laicidade da educação, com base nos princípios iluministas (RIBEIRO, 1992; MENDONÇA, 2005; NETO; MACIEL, 2006, 2008; NETO; STRIEDER, 2019; VEIGA, 2007; SAVIANI, 2008; NETO; TAGLIAVINI, 2011).

³³ “Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica, ganhou *status* de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, as funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno. Antes do documento em questão ser elaborado, a ordem tinha suas normas para o regimento interno dos colégios, os chamados Ordenamentos de Estudos, que serviram de inspiração e ponto de partida para a elaboração da *Ratio Studiorum*.” (TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006).

Quadro 7 – Normas da Coroa Portuguesa e a instrução pública na Metrópole e nas colônias (1757 a 1772)

Ano	Norma	Objeto
1755	Carta de Lei de 6 de junho	Concedia liberdade aos índios, tornando ilegal qualquer iniciativa com vistas a sua escravidão.
	Carta de Lei de 7 de junho	Dava fim à autoridade temporal de que os missionários gozavam em relação às populações indígenas.
1757	Ordem de 3 de maio, confirmada pelo Alvará Régio de 17 de agosto de 1758	Estabeleceu o Diretório, que se deveria observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão, substituindo a administração, antes submetida às ordens religiosas, e determinando a abertura de escolas públicas para meninos e meninas em todas as povoações de índios.
1759	Alvará de 28 de junho	Estabeleceu uma reforma geral dos estudos menores: retirou os Jesuítas todas as prerrogativas sobre o ensino, extinguindo as classes e escolas por eles dirigidas. Criou o lugar de diretor dos estudos e vários lugares de professores, objetos de nomeação régia. Estabeleceu a criação de aulas públicas de latim, grego e retórica, atribuindo privilégios aos seus professores e proibindo a criação de quaisquer outras sem autorização prévia do diretor dos estudos.
1771	Alvará de 4 de junho	Extinguiu a Direção-Geral de Estudo e mandou entregar à Real Mesa Censória a administração e a direção dos estudos das Escolas Menores, incluindo não apenas o Real Colégio dos Nobres mas todos e quaisquer outros colégios e magistérios que fossem criados para os estudos das primeiras idades.
1772	Carta de Lei de 6 de novembro	Regulamentou a criação de Escolas Menores, definiu o concurso para provimento dos cargos de professores régios e estabeleceu as Aulas Régias nas comarcas, cidades e vilas.
	Carta de Lei de 10 de novembro	Estabeleceu a criação do Subsídio Literário.
	Alvará de 10 de novembro	Regulamentou os procedimentos para o recolhimento e registro dos impostos destinados ao provimento do Subsídio Literário.
1773	Alvará de 11 de novembro	Determinou a ampliação do número de professores para o estabelecimento das Escolas Menores nas terras, vilas e lugares que constavam de um mapa que o acompanhava.

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Repositório Digital da História da Educação.

Ao dar publicidade ao Diretório dos Índios no Pará e no Maranhão, a Ordem Régia tinha por objetivo regulamentar a política de aculturação dos povos indígenas, associada aos interesses dos colonizadores no país (COELHO, 2007). Esta norma, entre outras medidas, estabelecia a administração laica nos aldeamentos indígenas, substituindo o controle religioso exercido pelos missionários pela administração dos funcionários do Reino. Na área educacional, a aculturação dos indígenas passaria a fundamentar-se em princípios laicos, que envolviam, primordialmente, o aprendizado da língua portuguesa e a miscigenação (COELHO, 2007; VEIGA, 2007; SAVINAI, 2008).

Duas Cartas de Lei, anteriores ao Diretório (PORTUGAL, 1957), haviam vedado a escravidão dos índios (PORTUGAL, 1955) e retirado a autoridade temporal de que os

missionários gozavam (PORTUGAL, 1955a) nos aldeamentos (BOTO, 1996; SILVA, 2004; MENDONÇA, 2005). De acordo com Coelho (2007), iniciativas de membros da Igreja Católica (bispo secular D. Miguel de Bulhões) e do próprio governador da Capitania do Grão-Pará demonstram o quanto o Diretório foi um instrumento político impulsionado pela pressão exercida pelos colonos contra a atuação dos missionários jesuítas.

Portugal (1959) estabeleceu também a obrigatoriedade de abertura de escolas para meninos e meninas nos aldeamentos, com o objetivo de difundir o ensino da língua portuguesa.

[...] haverá em todas as povoações duas escolas públicas, uma para meninos, na qual se lhes ensine a doutrina cristã, a ler, escrever e contar, na forma que se pratica em todas as escolas das nações civilizadas; e outra para meninas, na qual, além de serem instruídas na doutrina cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura e todos demais ministérios próprios daquele sexo. (DIRECTORIO..., § 7, *apud* GOMES, 1982, p. 25).

Dois anos após, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 determinava a extinção das escolas e métodos de ensino dos jesuítas em Portugal e em todos os territórios coloniais e, ao mesmo, tempo criava as Aulas Régias de gramática latina, grego e retórica. Esse Alvará criou também o cargo de diretor-geral dos estudos, com as funções de organizar e fiscalizar o progresso da instrução pública, cuja nomeação, na Colônia, ficava a cargo do governador-geral. Entre as funções do diretor-geral dos estudos estavam as de administrar, coordenar, avaliar e fiscalizar as aulas e os(as) docentes, que deveriam constituir classes próprias (aulas ou escolas), subsidiadas com recursos da Coroa.

Esse Alvará não representou a cisão do Estado português com a Igreja, nem com o ensino religioso, mas sim a substituição da estrutura administrativa da Igreja Católica pela estrutura administrativa do Estado no que se refere à educação escolar (VEIGA, 2007). As Ordens Régias sobre o ensino, editadas no período pombalino, representaram a subordinação da Igreja Católica ao poder administrativo da Metrópole.³⁴ Segundo Ribeiro (1992), o Alvará de 1759 atingiu diretamente uma rede de 20 colégios, 12 seminários, um colégio e recolhimento feminino e as escolas de ler e escrever, criada e administrada pelos jesuítas. Toda essa estrutura, por força dessa norma, seria substituída por Aulas Régias avulsas e por Escolas Menores, sob controle do diretor-geral de estudos:

³⁴ A Igreja Católica aceitou a expulsão dos jesuítas em 1759. O Papa Clemente XIV, em 1773, acabou extinguindo a Companhia de Jesus, por considerar que ela provocava mais problemas do que vantagens (FAUSTO, 2008, p. 112).

Tanto em Portugal, quanto no Brasil, retomou-se o sistema de ensino que vigorava antes da criação dos colégios jesuíticos e que incluía aulas avulsas em salas alugadas, nos prédios das antigas escolas da Companhia de Jesus ou mesmo na casa do professor. Assim, as denominações “aula”, “aula régia”, “escola” e “cadeira” designavam um mesmo modelo: estudos avulsos ministrados por um professor régio – isto é, autorizado e nomeado pelo rei. Somente no século XIX, com a criação dos liceus e novos colégios, retomou-se a reunião dos estudos, que convive por um bom tempo com a estrutura de aulas avulsas. (VEIGA, 2007, 134-135).

O cargo de diretor-geral de ensino seria extinto em 1771, pelo Alvará de 4 de junho, e suas atribuições transferidas para a Real Mesa Censória, localizada em Lisboa.

Dependendo a execução dos melhores Regulamentos, que tenho ordenado, e dos que ao diante fôr Servido ordenar, assim para o Estudo das Sciencias maiores, como para os das Escolas menores em beneficio da educação, e instrucção da mocidade; de huma vasta, contínua, e vigilante aplicação, a qual, com tem mostrado a experiência de todos os tempos, não podendo caber nas forças de huma só Pessoa, necessita precisamente de huma Corporação, cujos Membros cooperem todos com zelo, e com atividade ao referido fim do progresso, e adiamento dos Estudos: Sou Servido a commetter á Real Meza Censoria toda a Administração, e Direção dos Estudos das Escolas Menores destes Reinos e seus Dominios; incluindo nesta administração, e Direção não só o Real Collegio De Nobres, mas todos, e quaisquer outros Collegios e Magisterios [...] [*sic*]. (PORTUGAL, 1771).

De acordo com Alvará de 1771, em virtude da amplitude das responsabilidades e da importância da instrução pública, as atribuições conferidas a uma única pessoa poderiam resultar no fracasso das reformas pretendidas. As reformas que organizaram a instrução pública em Portugal e nas suas colônias teriam continuidade em 1772 (Quadro 7), com a reformulação dos Estudos Menores, subdivididos em ensino de ler, escrever e contar, e com a adoção das disciplinas de Humanidades (MENDONÇA, 2005; MONTI, 2018). Além de estabelecer critérios para a escolha de docentes, a Lei de 6 de novembro de 1772 criou e regulamentou as Escolas Menores, estabelecimentos que ensinariam os primeiros conteúdos dedicados às ciências, à gramática latina e às artes de ler, escrever e contar.

Para prover a estrutura e o funcionamento das Escolas Menores e das Aulas Régias nas localidades designadas, o Alvará e a Carta Régia de 10 de novembro de 1772 estabeleceram o

Subsídio Literário.³⁵ Esse tributo, que incidia sobre o comércio de carne e a produção de vinho e cachaça, era recolhido pelas Câmaras Municipais e empregado no pagamento dos docentes (MONLEVADE, 2000; VEIGA, 2007; SAVIANNI, 2008; FONSECA, 2013; CURY, 2018).

O subsídio literário visava centralizar o recolhimento de taxas para a manutenção das escolas. Até então as aulas eram mantidas, tanto na Colônia como em Portugal, pelas taxas sobre a produção da carne, sal, água ardente, vinho e vinagre. A nova regulamentação determinava a unificação do recolhimento dessas taxas pelas câmaras municipais e o depósito dos valores, a cada quatro meses, na caixa geral a junta de finanças. (VEIGA, 2007, p. 137).

Veiga (2007) afirma que o Subsídio visava centralizar o recolhimento de taxas para a manutenção das escolas, ao abolir quaisquer outras coletas e arrecadações anteriormente destinadas ao pagamento dos mestres de ler e escrever. Silva (2007) esclarece que, nas colônias, o Subsídio Literário era decorrente da taxação da produção de aguardente e da carne, e no Brasil estava sob a responsabilidade das Juntas da Real Fazenda, instaladas em algumas capitâneas. Além da remuneração dos(as) docentes, o Subsídio era destinado para outros fins de manutenção do ensino, conforme aponta Carvalho (1978, p. 128):

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações.

A oferta da educação, por intermédio das Escolas Menores e das Aulas Régias, introduziu procedimentos de controle da frequência dos alunos e dos mestres-escolas:

Item III. Ordeno: Que todos os sobreditos Professores subordinados à Mesa, sejam obrigados a mandarem a ela no fim de cada Ano Letivo às relações de todos , e cada um dos seus respectivos Discípulos; dando conta dos progressos e morigeração deles, para por elas regular a Mesa as Certidões, que há de fazer expedir pelo seu secretário, evitando-se assim o abuso, com que em um tão grande número de Professores podia haver alguns, que

³⁵ O Subsídio Literário criou um sistema de recolhimento de taxas para prover as Aulas Régias e as Escolas Menores. Era recolhido pelas Juntas da Fazenda, que também procediam ao cálculo e ao pagamento da remuneração dos(as) docentes. As Juntas da Fazenda foram criadas por Pombal em 1761, quando foi instalada a Real Fazenda em Lisboa, com objetivo de centralizar a receita e a máquina de arrecadação da Coroa. O primeiro tesoureiro foi o próprio Pombal, isto é, o primeiro ministro da Fazenda. Nas Capitâneas, foram instaladas tesourarias, ou Juntas da Fazenda, em diferentes jurisdições, mas todas vinculadas à Real Fazenda. Os funcionários das Juntas eram judiciais (em geral, magistrados) e civis (PACHECO, 1979; SILVA, 2004; CHAVES, 2013).

passassem as suas Certidões com ódio, afeição, ou maior aceitação de Pessoas. E porque isto poderia também acontecer na expedição das sobreditas Relações: Mando que a Mesa, nos casos ocorrentes se informe ou pelos seus Comissários; ou por outros Magistrados; ou pelos Párcos; ou por pessoas, de cuja probidade tiver boas noções. (PORTUGAL, 1772).

Normas Régias atribuíam aos(às) docentes o controle da frequência, do desempenho e da disciplina (morigeração) dos(as) alunos(as). Destaca Silva (2008, p. 27) a este respeito:

Para receber seu ordenado, os mestres enviavam para a Câmara um documento informando o número de alunos que frequentavam suas aulas contendo nome, filiação e frequência, como era descrito na lei de 1772. A partir daí o mestre recebia dos vereadores o “Atestado”, espécie de documento comprovando que seus serviços foram corretamente prestados naquele trimestre. Nos livros de matrículas dos alunos constava ainda o dia, mês e ano de matrícula, a naturalidade, o domicílio, o nome dos responsáveis por sua educação e a falta que eles, porventura, cometiam. Esses registros representavam um controle da Coroa sobre a atuação dos mestres, pois seria a partir dessa lista que eles poderiam receber o Atestado e, de posse dele, seus ordenados.

Esses instrumentos operacionalizaram as primeiras práticas de administração da instrução inicial como parte do projeto político colonial. Coelho (2007) reporta, no que diz respeito ao Diretório, o modo como a educação escolar dos povos indígenas esteve associada a um “projeto civilizatório dos ingênuos ou selvagens”. Müller (2015) afirma que, desde o seu início, a soberania do Estado se fez sentir por meio de suas ações e que a arrecadação de impostos constituiu um dos primeiros dispositivos de constituição de políticas reguladoras da ação pública, ou seja, de novas maneiras de governar. Nesse sentido, a legislação do período pombalino construiu os primeiros instrumentos de governo das populações na Colônia, por meio da educação escolar.

4.1.3 O uso de dados demográficos como referenciais para a instalação da educação escolar laica

A Lei de 6 de novembro de 1772 adotava critérios de localização geográfica e densidade populacional para distribuir a criação de Escolas Menores e Aulas Régias. Nela consta, como anexo (Figura, 4), um mapa com a distribuição por comarcas, cidades e vilas, de acordo com a população de alunos(as) pertencentes às Escolas Menores e dos mestres

considerados necessários. Gomes (1982, p. 32) afirma que corógrafos peritos³⁶ elaboraram, por ordem do Marquês de Pombal, um Plano e Cálculo Geral dos habitantes de cada uma das Câmaras, para estabelecer, “por um regular e prudente arbítrio”, aquelas que poderiam contar com as Escolas Menores.

³⁶ Responsáveis pela descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular, num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de código(s), as suas características mais notáveis (HOUAISS, 2009).

Esse ‘Mapa dos professores e mestres das Escolas Menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e Escolas neste Reino de Portugal e seus Domínios’ (Figura 4), ou “Plano Regulador”, como denomina Gomes (1982), revela a existência de um cálculo preliminar, que associava um quantitativo de mestres à população dos termos e comarcas.

Veiga (2007) sintetiza os números planejados para a Colônia do Brasil:

Tabela 2 – Distribuição das Aulas Régias e dos mestres por capitânicas (1772) – Brasil

Capitânicas	População estimada	Comarcas	Mestres de ler, escrever e contar	Aulas de Humanidades (grego, retórica, filosofia, gramática latina)			
				Docentes			
				Grego	Retórica	Filosofia	Gramática latina
Rio de Janeiro	215.678	*	2	1	1	1	2
Bahia	226.848	*	4	1	1	1	3
Pernambuco	229.743	*	4	1	1	1	4
Minas Gerais	362.847	Mariana	1	–	1	–	1
		Villa Rica	1	–	–	–	1
		Sabarará	1	–	–	–	–
		São João Del Rei	1	–	–	–	1
São Paulo	119.958	*	1	–	1	–	1
Pará	57.666	*	1	–	1	–	1
Maranhão	47.410	*	1	–	–	–	1
Total	1.260.150	*	17	3	6	3	15

Fonte: elaborado pelo autor com base em Portugal (1772) e Veiga (2007).

Notas: * Não se aplica.

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em 1773, o Alvará Régio (Tabela 2) ampliou o número de Escolas Menores, criando na América Portuguesa os lugares de professor de gramática latina e mestre de ler para a Comarca de Rio das Mortes.³⁷ Gomes (1982) informa que a ampliação ocorrida em 1773 foi decorrência do encaminhamento, pelas vilas e pessoas principais, de requerimentos pedindo a abertura de escolas. Marcadé (1982, p. 12) esclarece que, em Portugal, após a legislação do período de Pombal, para se criar uma escola eram necessários créditos estatais, pois era isso o que justificaria o controle do recrutamento como também o pagamento dos salários à inspeção estatal. Também considera imprecisos os dados que informaram as decisões, por tratar-se de um período pré-estatístico.

³⁷ A Comarca do Rio das Mortes foi uma das três primeiras existentes na Capitania das Minas Gerais. No final de 1713, a recém-nomeada Vila de São João del-Rei assume o posto como cabeça da Comarca do Rio das Mortes (VAL; ROSÁRIO, 2014).

4.2 A PRODUÇÃO DOS RÓIS DE DADOS E DAS ESTATÍSTICAS ESCOLARES: OS REGISTROS ADMINISTRATIVOS DAS PROVÍNCIAS

A literatura brasileira dedicada ao estudo das estatísticas em educação (FERRARO, 2002; FERRARO; KREIDLOW, 2004; GOUVÊA, 2006; KOMATSU; GIL, 2007, 2008, 2012, 2019; CALDEIRA-MACHADO, 2008; GOUVÊA; XAVIER, 2013; CUORE; CATANANTE, 2016) associa a produção inicial de dados educacionais aos censos e às estatísticas demográficas. Nesses estudos, são recorrentes as análises dos dados sobre o grau de instrução da população, coletados desde o Censo de 1872. A partir desses estudos, é possível concluir que os instrumentos utilizados até a década de 1870 para a recolha de dados populacionais eram omissos em relação à coleta de dados para aferição do estado e da estrutura educacional da população brasileira. De modo geral, consideram que o Censo de 1872 foi o primeiro que obteve sucesso na recolha de dados em grande escala e, por isso, é tomado como o ponto de partida das séries históricas de estatísticas públicas que tratam de aspectos relacionados à educação.

Gil (2019, p. 49) destaca que, no Brasil, as estatísticas de educação têm uma história articulada com a das estatísticas demográficas oficiais:

Embora tenha havido iniciativas provinciais mais recuadas no tempo, foi apenas em 1871 que o governo imperial deu consequência às solicitações de realização de um censo populacional, criando, naquela ocasião, a Diretoria Geral de Estatística. A atribuição principal do órgão era a realização dos recenseamentos (o primeiro dos quais feito em 1872), mas em seu regulamento desde o início constaram responsabilidades quanto à coleta e sistematização dos números da instrução pública, entre outras áreas como saúde, segurança pública, estradas.

De acordo com Gil (2019), a coleta de dados educacionais no Brasil teve início com o Censo de 1872. Esta conclusão considera que os dados educacionais no país foram originalmente coletados pelos Censos Demográficos. Se recuarmos no tempo, é possível concordar com a afirmação de Gil (2019) a respeito do fato de que os dados e as estatísticas educacionais estão vinculados com os dados e as estatísticas demográficos, pois evidências produzidas a partir dos Registros Paroquiais e das Listas Nominativas – instrumentos utilizados no período colonial – criaram as primeiras bases de dados sobre o tamanho e a estrutura da população, que orientaram a instalação das Aulas Régias e das Escolas Menores

no final do século XVIII e, mais tarde, em 1827, a criação e instalação das Escolas de Primeiras Letras.³⁸

Ao mencionar que as estatísticas educacionais e as estatísticas demográficas estão historicamente vinculadas, Gil (2019) coloca em destaque a necessidade de investigar como esse tipo de dado foi coletado, tratado e disseminado ao longo tempo. Pois não se trata apenas de discutir sua presença, seus usos discursivos e programáticos, mas sobretudo de investigar como esse tipo de dado relativo à população passou a figurar como um dado recenseável. Isso requer um olhar atento ao modo como se formaram os róis de dados educacionais, a como, historicamente, esses róis reverberaram em indicadores educacionais e a como foram concebidos outros instrumentos de políticas públicas, além dos censos, destinados a escrutinar os aspectos educacionais da população no Brasil.

4.2.1 Legados da administração colonial

No período imperial, a normatização da administração pública foi considerada um dos pilares fundamentais para a organização do corpo social e político da nação. Assim, a ênfase de que caberia aos poderes públicos organizar a administração do Império significou, entre outras coisas, a implementação de um novo arranjo entre os poderes administrativos locais e nacionais, para viabilizar a administração do todo e das partes, ao mesmo tempo em que o país buscava se alinhar ao discurso do progresso e da racionalização científica, corrente na Europa e nos EUA.

Nesses termos, quando as análises repousam sobre os instrumentos que coletam dados educacionais no Brasil, as pesquisas de Faria Filho e Resende (1999), Resende e Faria Filho (2001), Veiga (2005, 2008), Machado (2008), Vidal (2008), Machado, Biccas e Faria Filho (2013) apontam para a importância dos registros administrativos produzidos nas províncias pelos poderes administrativos e por sua burocracia especializada durante a segunda metade do século XIX. Outros estudos, como os de Carrato (1968), Monlevade (2000), Silva (2004) e Fonseca (2013, 2014), mencionam a presença de dados sobre o número de alunos(as) e sua frequência nos registros administrativos produzidos pelas Câmaras Municipais, em virtude

³⁸ Conforme já discutido no terceiro capítulo, a Lei de 6 de novembro de 1772 adotava critérios de localização geográfica e densidade populacional para distribuir as Aulas Régias e as Escolas Menores no Brasil Colônia. Com esses mesmos critérios, a Lei de 15 de outubro de 1827 mandou criar as Escolas de Primeiras Letras nas comarcas, vilas e Municípios mais populosos. Essas leis, ao utilizar critérios de densidade populacional, apontam para o uso de dados demográficos na criação e distribuição das aulas e das escolas, pois os únicos repositórios de dados produzidos e disseminados até então fornecem informações sobre o tamanho e a distribuição da população residente. Esses dados são oriundos dos Registros Paroquiais e dos levantamentos populacionais locais realizados pelas províncias com uso das Listas Nominativas.

desse tipo de informação ser utilizada para orientar a arrecadação do Subsídio Literário e o pagamento dos docentes.

Às Câmaras Municipais³⁹ foram atribuídas, desde o período colonial, funções de controle e regulação da instrução pública. E, em conjunto com as Juntas da Fazenda das capitâneas, deveriam fiscalizar as aulas e escolas e atestar o trabalho dos(as) docentes. Dessas atividades decorreu a produção de um *corpus* documental enviado periodicamente aos órgãos fazendários, para que procedessem aos pagamentos dos(as) docentes. Além dessas funções, as Câmaras eram responsáveis por mediar as relações entre a população e a administração central – funcionando, inclusive, como tribunal de primeira instância e Tribunal de Relações Cíveis (REIS; BOTELHO, 1998; CAMARGO, 2013) – no trato das demandas relacionadas à instrução pública. Sobre esse aspecto, Monlevade (2000, p. 22) aponta:

É bem verdade que as Aulas Régias, de nível primário ou secundário, as primeiras de alfabetização e aritmética, e as segundas de disciplinas específicas como latim, gramática, retórica, filosofia e outras, se implantaram devagar e esparsamente. Muitas Câmaras Municipais deixaram de arrecadar o subsídio literário pela simples razão de que o analfabetismo geral era compatível com o estágio econômico, social e político da maioria das vilas e municípios.

Os documentos relacionados ao controle da arrecadação e das despesas dos recursos do Subsídio Literário podem ser considerados os primeiros registros administrativos com escrituração regular das rotinas relacionadas ao cotidiano escolar. Portugal (1772, item III) já estabelecia a obrigação de registrar os dados dos alunos, das famílias e da frequência escolar para fins de controle das despesas. No entanto, esse tipo de fonte revela-se de difícil consulta, apesar dos esforços de alguns pesquisadores em demonstrar dados oriundos destas fontes, tendo em vista que, na viragem do século XVIII para o XIX, no Brasil, houve o erguimento de diversas vilas e municipalidades por todo território, com suas respectivas Câmaras (CAMARGO, 2013). Outro aspecto de entrave na produção desses registros diz respeito à distribuição das aulas e escolas, limitada às vilas e cidades mais populosas, resultando na esparsa presença do ensino estatal no território durante o período colonial.

O quadro sombrio de Moreira de Azevedo, desse fim de tempo colonial, não parece [exagerado], com quanto não seja exclusivo desses tempos. “Só havia escolas nas cidades e villas mais importantes, enquanto os outros pontos do paiz viviam na mais completa ignorância. Exceptuando os seminários e as

³⁹ De acordo com Reis e Botelho (1998), as Câmaras Municipais foram criadas na Colônia quando da fundação da cidade de Salvador (1549), por Tomé de Souza. Na Metrópole, esses órgãos eram conhecidos por Conselhos. As Câmaras foram responsáveis por regular toda vida social, econômica e política das comarcas e vilas.

aulas monásticas, só se podia beber alguma instrução, frequentando-se as poucas Aulas Régias de Latim, de Rethorica e de Philosophia, e o mui limitado número de escolas de instrução elementar [...] *[sic]*. (BRASIL, 1926, p. 466).

A legislação após a Independência trataria sobre a expansão e regulamentação da instrução pública no território do Império. A Constituição de 1824 introduziu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (SAVIANI, 2008; VEIGA, 2007, CURY, 2008). Desnecessário esclarecer que, nesses tempos, entendiam-se por cidadãos a população livre e branca.

Transcorridos dois anos de vigência do texto constitucional, em sessão plenária de 26 de maio de 1826, o deputado Gonçalves Martins apresentou uma proposta de projeto de lei que tratava da criação de Escolas de Instrução Primária no Império e solicitava ao governo estatísticas relacionadas à instrução pública no Brasil (BRASIL, 1926, p. 468). Os deputados que compunham a Comissão de Instrução Pública da Câmara apresentaram alguns dados esparsos sobre a situação do ensino nas províncias do Império:

A Comissão de Instrução opina que se espere a estatística. O Sr. Almeida e Albuquerque: “não sabemos a quanto deita o subsídio literário, e para mestres com 100\$ (annuaes) melhor é não os ter. O Sr. Marcos Antônio cita o Sr. Ferreira França: “há certa idade própria para aprender”. O Sr. Pinto Lago, “na província do Piauí, onde há livres 80.000 habitantes, não existe uma escola de primeiras letras, nem de grammatica latina [...]. O Sr. Cunha Mattos: “na província mesmo de Minas não encontrei um menino que andasse nas escolas: na minha (Goyaz) há 5 cadeiras em 23 parochias, 2 de grammatica, 2 de primeiras letras, 1 de filosofia. O Sr. Souza França propõe se officie ao Governo para o provimento de cadeiras de primeiras letras em todas as freguesias do Império, mantidas pelo subsídio literário da respectiva província. O Sr. Costa Aguiar informa: na comarca do Rio Negro (depois Província do Amazonas) não há uma só escola. O Brasil terá 680 e tantas freguesias, segundo o Sr. Souza França. Na Província das Alagoas há apenas uma cadeira de primeiras letras, diz o Sr. Costa e Silva. Propõe o Sr. Hollanda Cavalcanti considerar professores públicos, e como taes percebendo 300\$000 annuaes do Thesouro, os cidadãos que leccionarem a mais de 20 homens livres; o mesmo estipendio, de 10 a 20 discipulos, não havendo escolas a dez léguas de circunferência; 200\$, de 8 a 12 alumnos, não havendo escolas dez léguas em redor *[sic]*. (BRASIL, 1926, p. 469).

Os dados apresentados pelos deputados da primeira legislatura (de 1826 a 1829) dão conta da forma como o ensino fora organizado desde as Leis e Alvarás Régios de 1772. O ensino era individualizado, resultante do modelo das Aulas Régias, tendo em conta que a maior parte das escolas funcionavam em espaços informais, dando ao ensino um caráter doméstico (VIDAL; FARIA FILHO, 2005; SAVIANI, 2008). A Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral apresentou, em 16 de junho de 1827, projeto de lei que mandava

criar as Escolas de Primeiras Letras, agora baseadas no método de ensino mútuo lancasteriano (BRASIL, 1926). Esse projeto resultaria na Lei de 15 de outubro de 1827, que, assim como a Lei Régia de 6 novembro 1772, mandava estabelecer as Escolas de Primeiras Letras nas comarcas, vilas e Municípios mais populosos.

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art 2º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, enquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fór possivel estabelecerem-se.

Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento [*sic*]. (BRASIL, 1926).

Destaca-se que essa lei manteve critérios populacionais para o estabelecimento das escolas estatais. Os dados demográficos, no período, eram o único conhecimento disponível à administração pública. Os repositórios de dados produzidos, sistematizados e disseminados até então forneciam os estoques, a distribuição e o estado da população, segundo variáveis de sexo, idade e condição social. Conforme se depreende dos argumentos apresentados pelos deputados em 1826, notava-se a ausência do Estado na oferta do ensino por quase todo território do Império e não existiam estatísticas públicas formadas sobre a situação do ensino.

Nesse sentido, o Ato Adicional de 1834 (Lei nº 16 de 12 de agosto) trouxe em seu escopo a formação das estatísticas públicas, conforme expresso no art. 11, § 5º, como atribuição das Assembleias Legislativas Provinciais. Esse dispositivo criaria os serviços de estatísticas públicas nas províncias durante as décadas seguintes a 1834. Essas instituições seriam responsáveis por subsidiar a coleta, a sumarização e a disseminação dos dados resultantes dos registros administrativos públicos, oferecendo aos presidentes e às Assembleias Provinciais a empiria necessária à ação pública, conforme destaca Senra (2016, p. 16):

Enquanto as repartições de estatística existiram, os relatórios dos presidentes das províncias foram mais completos e consistentes em suas argumentações. As estatísticas apareciam nos discursos, tema a tema, além de aparecerem em longos anexos tabulares. Como esperado, as estatísticas configuravam um saber distinto e robusto ao exercício dos poderes legislativo e executivo,

mormente deste diante daquele, em suas argumentações: forma de saber e fonte de poder.

As reformas do ensino primário e secundário, previstas no Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, consagraram à inspeção escolar⁴⁰ a tarefa de formar as estatísticas da instrução pública, atribuindo aos inspetores escolares a reponsabilidade por coletar os dados oriundos da escrituração das escolas e consolidá-los nos chamados mapas escolares.⁴¹

Art. 3º Incumbe ao Inspector Geral:

§ 5º Coordenar os mapps e informações que os Presidentes das provincias remetterem annualmente ao Governo sobre a instrucção primaria e secundaria, e apresentar hum relatorio circunstanciado do progresso comparativo neste ramo entre as diversas provincias e o municipio da Côrte, com todos os esclarecimentos que a tal respeito puder ministrar [*sic*]. (BRASIL, 19854).

A administração da instrução pública impunha a necessidade de produzir empiria sobre o funcionamento das escolas e das aulas; dessa forma, os “[...] Mapas Estatísticos despontaram, no início do século XIX, como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social” (VIDAL, 2008, p. 43).

A partir desse instrumento, foi demandada dos docentes e dos demais administradores escolares a produção de mapas mensais, trimestrais e anuais com o quantitativo de matrículas, a frequência, o comportamento e o aproveitamento (aprovados/reprovados) dos(as) alunos(as).

No caso dos professores, estes deveriam preencher mapas mensais de frequência, contendo dados sobre número de alunos matriculados, presença e pertencimento de gênero, a serem remetidos às juntas municipais e relatórios diversos, assim discriminados: “os professores devem enviar dados anuais e semestrais para notar a frequência e comportamento dos alunos, além dos registros mensais, onde mais prontamente anotam sua frequência, seguindo modelos elaborados, aprovados e fornecidos pela municipalidade, a fim de serem examinados pelas autoridades escolares municipais e governantes. São igualmente obrigados a enviar aos pais de alunos, desde que foram admitidos

⁴⁰ Os serviços de inspeção escolar foram criados e regulamentados por força do Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851. Esse decreto criou o cargo de inspetor-geral da instrução, que, dentre várias atribuições, era incumbido de produzir estatísticas sobre a instrução pública nas províncias.

⁴¹ Esses mapas são tabelas demonstrativas com o número de alunos(as) matriculados(as) e frequentes, seu aproveitamento (aprovados/reprovados) e comportamento. Com base nesses dados informados pelos docentes, as inspetorias de instrução pública e outras repartições dos órgãos públicos das províncias organizavam, ao final de cada ano, um mapa geral com os dados consolidados das diversas escolas (públicas/particulares), enviando-o, posteriormente, às Secretarias de Governo e ao Legislativo. Esses mapas escolares eram instrumentos estatísticos que informavam as condições do ensino público e particular nas províncias, parte da rotina burocrática das escolas e dos serviços de inspeção, que, aos poucos, principalmente a partir de 1834, foi se instalando na administração pública (ABREU, 2006; GOUVÊA, 2006; VIDAL, 2008; AMORIM, 2012).

na classe, um cartão impresso onde consta a sua admissão, convenientemente preenchido e assinado, no qual se registra o resultado do ensino durante este tempo. (GOUVÊA, 2006, p. 4-5).

Esse instrumento era utilizado para o pagamento dos(as) docentes, que era efetivado trimestralmente. Na época, normas do poder central condicionavam o recebimento da remuneração ao preenchimento desses mapas (ANDRADE; CARVALHO, 2009; GIL; EL HAWALT, 2015). A escrituração das rotinas escolares pelos docentes e demais funcionários das escolas e da inspeção escolar foi a prática pela qual começou a se registrar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, a existência da instrução pública no Brasil. Os dados da educação escolar começaram a ser registrados de modo mais padronizado a partir de então, o que representava uma mudança qualitativa na forma dos registros provenientes do período colonial, realizados nas escolas e encaminhados à administração das vilas e cidades. Conforme apontam Gil e El Hawalt (2015, p. 21):

Mapas de frequência, livros de matrícula, livros de frequência, atas de exames, fichas de registro de matrícula, boletins de notas, registros de inspeção, atas de reuniões escolares, diários de classe, atestados de frequência, livros de ponto de professores, livros de registro de infrações disciplinares,⁴² diplomas. Estes são alguns dos suportes da escrita escolar que pretende organizar, fiscalizar, classificar e atestar as práticas de professores e alunos na escola. Nos séculos 19 e 20 essas escritas se diversificaram e especializaram, de modo concomitante e articulado ao processo pelo qual a própria escola foi imaginada, institucionalizada e expandida na sociedade brasileira.

Uma vez consolidados os dados das escolas nos mapas escolares pelos serviços de inspeção, os presidentes e as Assembleias Provinciais, de posse dessas informações, incluíam-nas nos relatórios administrativos, para dar visibilidade às condições de oferta e organização da instrução pública e particular.

⁴² Anexa ao Relatório da Província do Amazonas de 1848, constava a tabela 'Dos castigos e recompensas das Escolas de Instrução primária na Província do Amazonas'. Nesse anexo, são classificadas os atos considerados como indisciplina por parte dos(as) alunos(as), tais como a falta de bons modos e costumes, brigas, desobediência e falta de respeito com os(as) professores(as), falta de asseio e descuido para com o uniforme e os materiais escolares. Essas infrações são classificadas em grau mínimo, médio e máximo, aos quais são atribuídos correções e castigos, que vão desde a advertência oral até o castigo físico, com a aplicação da palmatória. Também são classificadas as recompensas para os(as) alunos(as) por bom comportamento e atos notáveis, que vão desde a menção honrosa até a distribuição de medalhas e certificados e a dispensa da realização das lições por até uma hora diária. (AMAZONAS, 1848).

4.2.2 A sistematização de dados e as estatísticas provinciais de estoque escolar

Esses relatórios anuais são conhecidos como ‘Relatórios dos Presidentes das Províncias’, registros administrativos oficiais elaborados para fins de detalhamento da situação administrativa das províncias e apresentados às Assembleias anualmente, em geral, na primeira sessão ordinária da casa legislativa no ano. Nessa sessão, os presidentes apresentavam aos deputados informações sobre a situação administrativa da província, além de dirigirem uma fala (discurso)⁴³ em que buscavam resumir as informações contidas no documento e apresentar uma avaliação diagnóstica dos diversos ramos dos serviços públicos (VIDAL, 2008).

Por conter informações detalhadas acerca dos diversos ramos dos serviços públicos, esse instrumento é uma forma de comunicação oficial entre o Executivo (secretários de governo e os presidentes das províncias) e o Legislativo. Em seu conteúdo, constam descrições, balanços, prestações de contas, justificativas e análises das ações públicas dos secretários de governo e dos presidentes. São um balanço que buscava validar, pelo discurso político de cada presidente e por dados estatísticos confirmatórios, as ações públicas dos poderes administrativos em relação aos negócios públicos. Dessa maneira, podem ser considerados uma prestação de contas anual para efeito de confirmação das atribuições do poder Executivo e de sua administração perante o imperador e as Assembleias Provinciais. De acordo com Faria Filho e Resende (1999, p. 202), esses relatórios apresentam a seguinte estrutura:

Os relatórios são basicamente estruturados da seguinte maneira: uma introdução, onde o presidente cumprimenta a Assembléia [*sic*], fala das dificuldades de governar a Província e exalta a Família Real, além de, geralmente, dar notícias sobre a saúde da mesma; e um desenvolvimento, que estrutura os ramos do serviço público basicamente nos seguintes aspectos: Administração da Fazenda, Administração da Justiça, Cadeias, Empresas, Engenharia, Estradas, Força Pública, Iluminação Pública, Instrução Pública, Jardim Botânico, Legislação Provincial, Limites de Terras, Obras Públicas, Pontes, Secretaria da Presidência, Segurança Individual, Tipografia Provincial, Tranquilidade Pública.

Na busca por essas fontes primárias, encontramos um volume extenso, já digitalizado e disponível para consulta *on-line*. Diante desse *corpus* documental, o repositório Center for

⁴³ O artigo 80 da Constituição de 1824 determinava que os presidentes das províncias deveriam assistir à instalação dos trabalhos das Assembleias Provinciais, que se fazia sempre no primeiro dia de dezembro. Nessa sessão de abertura, os presidentes eram convocados a dirigir uma fala acerca dos serviços públicos e das ações realizadas para seu melhoramento.

Research Libraries⁴⁴ conserva e dissemina um farto número de Relatório dos Presidentes e Das Assembleias (coleção catalogada por *Brazilian Government documents. Provincial presidential reports, 1830-1930*). Em consulta a essa base, foi possível extrair dados concernentes à instrução pública nas províncias brasileiras no interstício de 1834 a 1889. Portanto, esses relatórios são registros administrativos do Estado Imperial, nos quais se encontram dados sobre a instrução pública reunidos e sumarizados de forma sistemática e disseminados com periodicidade que cobre 54 anos de história do período Imperial no Brasil. No Quadro 8, a seguir, são apresentados os dados sobre a instrução pública publicados nos relatórios do período de 1834 a 1889:

Quadro 8 – Relatórios dos Presidentes das Províncias do Brasil catalogados pelo Center for Research Libraries (1834 a 1889)

Província	Nº de relatórios catalogados	Período catalogado	Observação
Alagoas	52	1835 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834, 1838, 1841 e 1857.
Amazonas	49	1848 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834-1847, 1849, 1850 e 1851.
Bahia	52	1823 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1824, 1825, 1826, 1827, 1829 e 1831-1838.
Ceará	49	1836 a 1888	Não catalogados os relatórios de 1834, 1835, 1839, 1845, 1846, 1879 e 1889.
Espírito Santo	53	1836 a 1888	Não catalogados os relatórios de 1834, 1835, 1837 e 1839.
Goiás	52	1835 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834, 1844, 1884 e 1885.
Maranhão	53	1836 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834, 1835 e 1842.
Mato Grosso	47	1835 a 1888	Não catalogados os relatórios de 1834, 1841, 1842, 1843, 1855, 1867, 1870, 1885 e 1889.
Minas Gerais	50	1837 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834, 1835, 1836, 1838, 1839 e 1841.
Paraná	31	1854 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834-1853 e 1881-1885.
Paraíba	51	1837 a 1888	Não catalogados os relatórios de 1834, 1835, 1836, 1885 e 1889.
Pará	52	1833 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834-1837 e 1865.
Piauí	55	1835 a 1889	Não catalogado o relatório de 1834.
Rio de Janeiro	55	1835 a 1889	Não catalogado o relatório de 1834.
Rio Grande do Norte	52	1835 a 1888	Não catalogados os relatórios de 1834, 1869, 1884 e 1889.
Rio Grande do Sul	49	1829 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1831-1834, 1836, 1838, 1839 e 1840-1845.
Santa Catarina	55	1835 a 1889	Não catalogado o relatório de 1834.
Sergipe	44	1835 a 1878	Não catalogados os relatórios de 1834 e após o ano de 1878.
São Paulo	51	1838 a 1889	Não catalogados os relatórios de 1834-1837 e 1839.

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no repositório Center for Research Libraries – *Brazilian Government Documents. Provincial Presidential Reports, 1830-1930*.

⁴⁴ Disponível em: www.crl.edu. Acesso em: 20 set. 2020.

Esses documentos começaram a ser produzidos com maior periodicidade a partir de 1834, de certo, por força do Ato Adicional que estabeleceu como competência das províncias elaborar e informar suas estatísticas públicas ao Governo Geral, além das receitas, das despesas e do orçamento anual. Em consulta a essa base, foi possível extrair dados concernentes à instrução pública no período compreendido entre 1834 e 1889. Assim, esses documentos são os primeiros registros administrativos do Estado Imperial em que se encontram dados sobre a instrução pública coletados ano a ano e disseminados com periodicidade, o que os caracteriza como um repositório permanente de dados educacionais. No Quadro 9, a seguir, são apresentados os dados educacionais contidos nos relatórios do período recortado:

Quadro 9 – Dados sobre instrução pública e privada presentes nos Relatórios dos Presidentes das Províncias do Brasil (1834 a 1889) (continua)

1. Escolas públicas de instrução primária
1.1. Número de escolas para meninos; 1.2. Número de escolas para meninas; 1.3. Número de escolas mistas; 1.4. Número de alunos; 1.5. Número de alunas; 1.6. Matrículas; 1.7. Frequência; 1.8. Aprovados/reprovados; 1.9. Localização da escola.
2. Escolas particulares de instrução primária
2.1. Número de escolas para meninos; 2.2. Número de escolas para meninas; 2.3. Número de alunos; 2.4. Número de alunas; 2.5. Frequência; 2.6. Localização da escola.
3. Escolas públicas de instrução secundária
3.1. Número de aulas por cadeiras (aulas avulsas); 3.2. Número de alunos(as) frequentes; 3.3. Número de alunos(as) matriculados(as); 3.4. Número de alunos(as) ouvintes; 3.5. Aprovados/reprovados; 3.6. Liceus (número de liceus e alunos/as por cadeira); 3.7. Localização das aulas e liceus.

Quadro 9 – Dados sobre instrução pública e privada presentes nos Relatórios dos Presidentes das Províncias do Brasil (1834 a 1889) (conclusão)

4. Escolas privadas de instrução secundária
4.1. Número de aulas por cadeiras;
4.2. Número de alunos(as) frequentes;
4.3. Número de alunos(as) matriculados(as);
4.4. Número de escolas particulares subvencionadas por recursos públicos;
4.5. Localização das aulas.
5. Docentes da instrução pública (primária/secundária)
5.1. Número de docentes;
5.2. Lista Nominativa de docentes;
5.3. Número de alunos(as);
5.4. Vencimentos;
5.5. Gratificações;
5.6. Movimentação docente (concursos, nomeações, promoções, licenças, remoções, exonerações e aposentadorias).
6. Outros dados
6.1. Lista Nominativa dos inspetores da instrução pública, com vencimentos e gratificações;
6.2. Lista de pessoal empregado nas Secretarias de Instrução Pública;
6.3. Orçamento da província para a instrução pública;
6.4. Despesa pública da província com instrução pública (pessoal e material);
6.5. Créditos adicionais para a instrução pública;
6.6. Doações de particulares para a instrução pública;
6.7. Grau de instrução dos réus em processos judiciais; ⁴⁵
6.8. Assistência escolar.

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no repositório Center for Research Libraries – Brazilian Government Documents. Provincial Presidential Reports, 1830-1930.

Todas as províncias utilizavam os mapas escolares para consolidar os dados escolares, que constavam em anexo aos relatórios. Os dados eram agregados por província na maioria dos relatórios. Em alguns casos, foram observados desagregados por Municípios, comarcas e vilas, ou por escolas e liceus. Dados sobre a instrução pública primária e secundária foram publicados com maior frequência, sobretudo em relação ao número de alunos(as), de escolas para ambos os sexos e de escolas mistas. No que diz respeito às escolas particulares, os dados eram escassos na maioria das províncias. Em alguns relatórios, esse dado começou a ser publicado a partir da década de 1860, como é o caso da Província do Mato Grosso, que

⁴⁵ É recorrente nos relatórios a compilação de dados dos julgamentos realizados nas províncias. Esses dados compõem o ‘Mapa Geral dos julgamentos proferidos pelo júri’, que identifica o grau de instrução dos réus (sabe ler e escrever/analfabeto).

divulgou o número de escolas privadas pela primeira vez no Relatório de 1862 e apresentou uma tabela com o número de estabelecimentos particulares e alunos(as) em 1864, relativa ao período de 1854 a 1863. A Província de Goiás, ao contrário do observado nas demais, possui séries históricas mais completas de dados relacionados às escolas particulares.

Com relação aos(as) alunos(as), os relatórios apresentam com maior frequência o quantitativo de matrículas das escolas públicas de instrução primária, desagregado por sexo. São recorrentes tabelas comparativas com o número total de matrículas na província e sua distribuição por escolas de instrução primária, aulas e liceus de instrução secundária. Não há registro da idade ou faixa etária dos(as) alunos(as) matriculados(as). Dados relativos à frequência e ao desempenho (aprovado/reprovado) foram observados em poucos relatórios.

A frequência à escola era uma questão reiteradamente anunciada pelos presidentes como um grave problema na maioria das províncias. No registro desse dado, dois aspectos conflitantes à época colocavam em pauta a confiabilidade dos números anotados e das estatísticas elaboradas: o primeiro dizia respeito ao pagamento dos(as) docentes, que era condicionado ao número e à frequência dos(as) alunos(as), conforme aponta Faria Filho (1998, p. 117): “[...] a consequência disso é que nenhum professor confessava, através de seus mapas, uma frequência menor do que aquela exigida por lei”.⁴⁶ Assevera Faria Filho (1998) que esse aspecto trouxe graves consequências para produção das estatísticas de frequência à escola nesse período.

O segundo aspecto estava ligado à obrigatoriedade de matrícula e frequência. Esse tema fez parte das discussões acerca das políticas públicas para a instrução escolar em boa parte do Império, porém, em virtude da autonomia para organizar e legislar sobre a instrução pública, fruto do Ato Adicional de 1834, cada província legislava a bel-prazer sobre esse critério (SCHNEIDER; NETO; ALVARENGA, 2012). Sobre a obrigatoriedade, ainda é importante anotar que parcela significativa da sociedade provincial “[...] entendia que a obrigatoriedade do ensino era uma ofensa ao pátrio poder, ao conjunto de direitos e responsabilidades que a família possuía sobre seus filhos, entre eles, de decidir se a prole seria, ou não, escolarizada” (SCHNEIDER; NETO; ALVARENGA, 2012, p. 180).

Fato é que tanto as burlas na anotação da frequência, apontadas por Faria Filho (1998), quanto os diferentes critérios adotados pelas províncias para legislar sobre a obrigatoriedade

⁴⁶ Faria Filho (1998), ao mencionar a exigência em lei de anotação da frequência escolar por parte dos(as) docentes, faz referência à Província de Minas de Gerais, que, por força do artigo 5º da Lei nº 13, de 28 de agosto de 1835, determinou que “[...] Serão demitidos os atuais Professores, ou Professoras, cujas escolas não frequentarem tantos alunos, e alunas, quantos a elas podiam concorrer, atenta a população dos respectivos lugares: serão porém removidos, se esta infrequência proceder de falta de população, ou de outra causa [sic]” (MINAS GERAIS, 1835).

escolar, além da resistência das famílias em enviar os(as) filhas(as) para as escolas, são elementos importantes a serem considerados em relação à produção do dado e às estatísticas dele derivadas. Ou seja, para além de um dado técnico de aferição da frequência escolar, existe uma dimensão social a ser considerada, que afeta diretamente a produção do dado.

É importante destacar que, nos relatórios analisados, é comum encontrar cálculos do número de alunos(as) e do número de escolas primárias e secundárias em relação à população livre da província. Via de regra, esse cálculo busca demonstrar a cobertura da instrução primária da população, conforme destacado pelo então presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 1862:

Nesta província durante o anno de 1860 as 41 aulas de primeiras lettras que estavam providas effectiva ou interinamente, de entre as 47 creadas, forão frequentadas por 913 alumnos, e, pois, calculada a população livre em 45,000 almas verifica-se que existe funcionando uma eschola para 1097 habitantes e 22 alumnos para cada uma eschola [*sic*]. (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 33).

Esse tipo de cálculo começou a figurar com maior frequência nos relatórios a partir da década de 1850. Em Minas Gerais, no relatório apresentado pelo presidente Alexandre Joaquim de Sequeira em 1850, dava-se destaque à cobertura da instrução secundária em relação à população livre, na proporção de um aluno matriculado para cada 1.666 habitantes livres:

Do mappa n.º 3 vê-se, que frequentarão no anno de 1849, 584 alumnos as aulas instrucção secundaria [...]. Nem sabemos do aproveitamento, que tiveram os 584 alumnos, que frequentarão as diversas aulas de instrucção secundaria, para avaliarmos, se compensados estão os sacrificios feitos pelas províncias com esse oneroso legado dos tempos colomnaies. Sobre isto acresce, que adoptando n.º de um milhão, geralmente recebido, para a população livre desta província, teremos que, despresadas fracções, elevado o dos alunos da instrucção secundaria a 600, a proporção é de 1 para 1666 [*sic*]. (MINAS GERAIS, 1850, p. 15).

Apesar da ausência de dados em relação à idade ou à faixa etária dos(as) educandos(as) matriculados(as), na Província do Ceará, no relatório do ano de 1853, e na Província de Goiás, em 1869, foram apresentadas estimativas da população livre em idade escolar e do número de matrículas. Conforme o relatório apresentado à Assembleia Provincial do Ceará pelo então presidente, Joaquim Vilella de Castro Cavares, na sessão ordinária de 1º de setembro de 1853, eis a estimativa do acesso da população livre de 7 a 14 anos na instrução primária:

Computando em um terço da população os indivíduos de 1 a 14 anos, e em 3/7 deste terço os de 7 a 14, temos 42.855 meninos de 7 a 14 anos, e conseqüentemente em idade de escola. Ora ainda concedendo que um numero igual ao dos que frequentam escolas publicas recebem o ensino particularmente, temos que somente 4.524 meninos de ambos os sexos recebem instrução primaria, e que dela [são] privados 38.231, vindo a sofrer essa falta principalmente o sexo feminino, para qual o qual só há 11 cadeiras de instrução primaria em toda a província [sic]. (CEARÁ, 1853, p. 33).

Em Goiás, o relatório apresentado pelo presidente Ernesto Augusto Pereira na sessão ordinária da Assembleia, em 1º de junho de 1869, destaca a baixa frequência da população livre em idade escolar nas escolas de instrução primária:

É deploravel a frequencia que se observa nas escolas da provincia; segunda as ultimas estatisticas á provincia de Goyaz tem uma população de 240 mil almas, destas abatendo-se os escravos e indigenas e considerando-se exagerado o numero poder-se-há considerar a população livre em numero de 150 mil almas, e sobre esse numero calculando-se que 5 por cento sejam crianças em estado de frequentar as escolas, a frequencia deveria ser de 7.500 meninos e todavia devo vos declarar que segundo o relatório do inspector geral da instrução publica sómente 1.153 alumnos frequentão as aulas [sic]. (GOIÁS, 1869, p. 24).

Com relação aos docentes, informava-se com regularidade o quantitativo desses profissionais. Esses dados não eram apresentados em números absolutos, mas em listas nominais. Nelas constavam o nome do(a) docente; as disciplinas ministradas; a forma de provimento do cargo (efetivo, vitalício ou temporário); e os valores do vencimento e das gratificações. Também eram publicados os atos administrativos de nomeação, remoção, licenças, aposentadorias, exonerações e promoções. Essas informações são recorrentes em relação aos docentes das escolas primárias, sempre destacando o processo de habilitação, seleção e nomeação.

As gratificações, em diversas províncias, eram concedidas para o pagamento do aluguel das casas onde funcionavam as escolas e, em alguns casos, estavam vinculadas ao número de matrículas, à frequência e ao desempenho dos(as) alunos(as). Essas gratificações são recorrentemente citadas nos relatórios da década de 1860, entretanto, no Ceará, em fala dirigida aos deputados da Assembleia Provincial durante a sessão ordinária de 1º de agosto de 1836, o presidente da Província Martiniano D' Alencar recomendou o pagamento de gratificação aos docentes de acordo com o desempenho dos(as) alunos(as):

[...] julgo conveniente marcar-se no entanto huma gratificação a todo Mestre, que apresentar no fim do anno um numero dado de discípulos, prontos nas materias exigidas na Ley de 15 de outubro de 1827, sendo maior a

gratificação na proporção do maior discípulos prontos. Com este estímulo confio que os Mestres se tornarão mais pressurosos no cumprimento de seus deveres, do que chamando-os à responsabilidade que quase sempre se torna efêmera. (CEARÁ, 1836, p. 6).

O presidente Martiniano D' Alencar sugeria que as gratificações fossem pagas aos(as) docentes da instrução primária que melhor preparassem seus(suas) alunos(as) nas matérias discriminadas pelo Art. 6º da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu o ensino da leitura e da escrita; do cálculo das quatro operações aritméticas, de frações e proporções; das noções gerais de geometria; da gramática da língua nacional; dos princípios da moral cristã e da doutrina católica.

Já no discurso do presidente da Província da Bahia Francisco Gonçalves Martins, proferido na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em 1º de março de 1851, ressaltava-se que tanto os vencimentos quanto as gratificações dos(as) docentes deveriam ser calculados levando-se em consideração o número de alunos(as), a frequência e a localização das escolas de instrução primária:

[...] ocorre-me dizer que, sendo em todos os Países mais adiantados na instrução primaria a paga do professor augmentada á proporção do número de discípulos que ele ensina, o que certamente desperta o seu zello [...]. muito convinha estabelecer-se hum certo numero de alunos com o qual não devessem os professores desta Capital receber o ordenado de 600\$rs., e que este numero não fosse menor de 50, que de ordinário frequentassem a aula, e não que apenas constassem da matricula, augmentando-se 25\$rs, aos que adquirissem por seu zello mais 10 alumnos, e assim á proporção, e da mesma sorte se diminuíssem 50\$ rs., no ordenado do professor que tivesse apenas 40 alumnos, 100\$ rs., no que só tivesse 30, e 200\$ rs. n'aquelle cuja aula fosse apenas frequentada diariamente por 20 discípulos. Sendo o ordenado de 300\$ rs. o que a Lei estabeleceu para os professores de ensino simultâneo, parecia justo que só essa quantia recebesse o Professor de fora da Capital que não reunisse 20 alumnos ordinariamente em sua aula, e que só percebesse os 400\$ rs. ultimamente decretados o que tivesse mais de 20 discípulos. Muitas aulas de fora desta Cidade são frequentadas diariamente apenas por 10 e 12 alumnos [...]. Para que se animasse o zello dos Professores de fora, cuja atividade faz reunirem-se em sua aula mais de 40 a 50 alumnos, parecia conveniente dar-lhes huma gratificação de 2\$ rs. mensaes por cada alumno que acima do numero de 40 frequentasse diariamente e com proveito a escola. (BAHIA, 1851, p. 6).

Esse aproveitamento seria atestado pelos inspetores da instrução pública e confirmado pelo diretor-geral de ensino. Essa proposta de associar os vencimentos e as gratificações dos(as) docentes ao seu desempenho é um importante elemento de investigação na administração pública da educação no Brasil, tendo em vista que propostas e programas semelhantes, de acordo com Cassettari (2012), foram implementados na Inglaterra, em 1862,

e em diversos outros países ao longo do século XIX, sendo os casos das Províncias do Ceará (1836) e da Bahia (1851) os registros mais recuados no tempo.

Os relatórios também apresentavam um extenso conteúdo de dados relativos às despesas com instrução pública primária e secundária. Essas informações, concernentes ao financiamento da educação pública no Brasil Império, entre 1834 e 1889, discriminavam as despesas com pessoal, manutenção e provimento de ‘utensílios’ (tais como mesas, cadeiras, quadro, giz, pena, tinta, papel, livros, etc.) para as escolas de instrução primária e secundária, os liceus e a assistência aos estudantes (bolsas de estudo em escolas particulares e para o provimento de materiais e uniformes aos alunos pobres; e bolsas de estudos para alunos em curso superior, no Brasil e no exterior). Também apresentavam cálculos do custo-aluno e do gasto público com instrução primária e secundária em relação às receitas provinciais.

Na Província do Amazonas, o relatório apresentado pelo presidente João Wilkens de Mattos em 4 de abril de 1869 destaca que o custo por aluno na instrução pública secundária para o ano de 1868 foi da ordem de 150\$323 (AMAZONAS, 1869, p. 23). Nesse mesmo relatório, afirma-se que o gasto público com instrução pública (primária e secundária) entre 1852 e 1862 foi de 649\$156 rs., sendo que cada aluno matriculado no período custou 27\$497, representando a totalidade desse gasto 14% das receitas da Província no interstício de dez anos (AMAZONAS, 1869, p. 23).

De acordo com Zichia (2008), nesse momento estava em discussão como o Brasil poderia se alinhar ao progresso dos demais países europeus. De acordo com esse argumento, o país somente alcançaria essa meta ao priorizar a instrução da população, o que implicava o aumento das despesas com a instrução primária, sobretudo com a participação de recursos do Governo Central.

[...] Ato Adicional conferiu às províncias o direito de fixar as despesas e os impostos a elas necessários, já que a necessidade residia na difusão da instrução em todo o Império. Era reivindicado o auxílio financeiro do poder central e, por isso, era imprescindível precisar os impostos, de modo a determinar as fontes de sua receita. Em algumas propostas os recursos apareciam vinculados à criação de estabelecimentos profissionais ou normais de ensino. O projeto de reforma da instrução pública, nº 186, proposto pelo Ministro do Império, Sr. Paulino de Souza, em 6 de agosto de 1870, insistia na legitimidade e necessidade de colaboração dos poderes gerais para o desenvolvimento da instrução no Brasil, apesar de mostrar conhecimento das dificuldades financeiras que assolavam tanto o poder central, como os governos locais. (ZICHIA, 2008, p. 59).

Esses dados e cálculos, relativos às receitas provinciais e às despesas com a instrução pública, foram divulgados com frequência nos relatórios da década de 1860 em diante. Vale

destacar, a título de exemplo, os percentuais das receitas provinciais gastos com a instrução divulgados nos Relatórios de 1875: Amazonas, 11%; Pará, 22,5%; Maranhão, 20,6%; Rio Grande do Norte, 35%; Pernambuco, 19,1%; Alagoas, 18,4%; Sergipe, 18,58%; Bahia, 22,4%; Rio de Janeiro, 20,8%; São Paulo, 18%; Santa Catarina, 34,6%; Rio Grande Sul, 21%; Minas Gerais, 26,3%; Mato Grosso, 29,4%.

Outros dados presentes nos relatórios dão conta do quantitativo de inspetores da instrução pública, listados nominalmente, com seus respectivos vencimentos e gratificações. Vale frisar que essa função poderia ser exercida por párocos, delegados de polícia nomeados pelos presidentes ou por funcionários e membros das Câmaras Municipais.

De uma forma geral, pode-se afirmar que, nesse momento, as províncias produziam estatísticas do estoque de matrículas, docentes, aulas e escolas públicas e particulares. Esse aspecto é bastante significativo, pois o fato de a população escolar e a oferta da instrução pública e particular serem quantificadas implicava a formação de uma ‘imagem’ relativamente precisa da presença física das escolas no território.

Essa estatística de estoque formada pelos registros administrativos resultaria na primeira publicação disseminada internacionalmente, que reuniu dados que davam conta da instrução pública no Império brasileiro. Trata-se do livro *O Império no Brasil na Exposição Universal de 1867*, organizado pelo senador Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) e pelo ministro da justiça José Ildefonso de Sousa Ramos, em razão da participação do Brasil na Exposição Universal de Paris.

Essas Exposições Universais, realizadas desde 1851, chegavam a sua quarta edição em Paris, no ano de 1867, e eram consideradas como o momento de expor os avanços tecnológicos e industriais das nações. No contexto do século XIX, envoltos pela mentalidade do progresso, franqueada pelo discurso de modernização, os países centrais buscavam na produção de estatísticas, na disseminação de informações e no imperialismo meios de criar símbolos capazes de forjar e reproduzir uma visão de mundo que marcasse a superioridade técnica e científica de uma nação sobre a outra. Essas feiras se tornaram um espaço pedagógico e imperialista de constituição dessa nova mentalidade de progresso das nações, nas quais se propagava o discurso de cientistas, industriais, imperadores e burgueses, que buscavam consolidar os símbolos do progresso e da civilização (PESAVENTO, 1997; SANJAD, 2017).

No contexto brasileiro, a interação com essa nova visão de mundo começou a ser processada em meados do século XIX, em meio à busca por romper com as heranças do passado colonial português, visto como o indutor do atraso. Dessa maneira, essa publicação

de 1867 consiste em um amplo estudo corográfico do Brasil, que aborda temas da geografia física (clima, vegetação, hidrografia, relevo, etc.), da população, da economia (indústria, comércio, agricultura, infraestrutura), da organização dos poderes e da instrução primária e secundária.

No capítulo *Cultura Intellectual*, a publicação reúne dados referentes ao ensino público e destaca que a instrução primária e secundária nas províncias era regulada pelos respectivos presidentes e Assembleias, com base nos regulamentos elaborados pelo Governo Central (BRASIL, 1867, p. 92). Aponta ainda que o “[...] ensino publico primário é gratuito, e na fôrma do respectivo regulamento tem de torna-se obrigatorio logo que o governo o julge oportuno” [sic] (BRASIL, 1867, p. 90).

Dados relacionados à instrução pública na capital do Império são apresentados com maior riqueza descritiva. Para a cidade do Rio de Janeiro, constam informações sobre o número de escolas mantidas pelo governo e o gasto anual destinado à manutenção do ensino.

O ensino público primário é gratuito, e na fôrma do respectivo regulamento tem de torna-se obrigatório logo que o governo julgue oportuno. O Estado despende anualmente com 42 escolas de instrucção primaria do município da capital do Império, das quaes 25 são do sexo masculino e 17 do sexo feminino, cerca de 120:000\$, não incluindo neste algarismo as despesas com a inspecção [sic]. (BRASIL, 1867, p. 90).

Das províncias são divulgados o quantitativo de alunos(as), sem discriminação por etapas e tipos de estabelecimento de ensino (público ou privado), conforme a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Número de alunos(as) por províncias em 1867 – Brasil (continua)

Províncias	Alunos(as)		
	Masculino	Feminino	Total
Alagoas	2.888	1.231	4.119
Amazonas	412	52	464
Bahia	7.709	2.453	10.162
Capital do Império	4.775	3.659	8.434
Ceará	3.852	1.355	5.207
Espírito Santo	934	114	1.048
Goiás	1.176	389	1.565
Minas Gerais	14.705	2.204	16.909
Maranhão	3.557	1.035	4.592
Mato Grosso	–	–	–
Pará	3.828	1076	4.904
Paraná	1.975	526	2.501
Paraíba	1.975	509	2.484
Pernambuco	5.332	1.514	6.846

Tabela 3 – Número de alunos(as) por províncias em 1867 – Brasil (conclusão)

Províncias	Alunos(as)		
	Masculino	Feminino	Total
Piauí	1.014	37	1.051
Rio de Janeiro	5.924	2.452	8.376
Rio Grande do Norte	1.206	300	1.506
Rio Grande do Sul	6.293	3.793	10.086
Santa Catarina	1.674	681	2.355
São Paulo	7.882	3.796	11.678
Sergipe	2.154	1.043	3.197
Total	79.265	28.219	107.484

Fonte: Brasil (1867, p. 91).

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Essa primeira estatística oficial da instrução pública disseminada internacionalmente permite-nos estabelecer algumas comparações entre as províncias e demonstra como os critérios demográficos, presentes nas normas desde os fins do século XVIII, foram decisivos para a instalação da rede pública de ensino do Império.

Províncias como as de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, que, pela importância histórica na produção do açúcar e na mineração, bem como pelo *status* político de que gozavam, concentravam o maior número de alunos. Pretensamente óbvia essa conclusão, porque eram esses territórios que aglutinava boa parcela da população, atraída, ao longo dos séculos, pelas atividades econômicas que ocuparam a ação pública do poder administrativo colonial.

Apesar de não haver na publicação qualquer referência à fonte desses dados e tampouco à metodologia de coleta e aos instrumentos utilizados, é possível inferir que o quantitativo de alunos(as) compilado nessa tabela tenha origem nos Relatórios dos Presidentes das Províncias e que sua coleta fora executada pelos serviços de inspeção escolar, porque, até então, esse era o único registro administrativo que consolidava os dados escolares coligidos pelos mapas, tornando-os, desse modo, viáveis para tratamento e divulgação.

Esses dados produzidos e contidos nos registros administrativos provinciais podem ser classificados como a primeira tentativa, por parte do Estado imperial, de construir uma imagem da educação pública no país. Nesses termos, é necessário considerar os argumentos apresentados por Gil (2005), que advogam que a descrição por números dos estabelecimentos escolares, dos(as) professores(as) e dos(as) alunos(as) era uma forma de dar existência a uma instituição, que, nesses tempos, quase não existia. A tarefa, nesse momento, era inserir a

educação na construção coletiva do ideal de nação, por intermédio dos números e de um aparato administrativo regular, dedicado a seu funcionamento.

A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas, também, esse Estado de condições de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse povo se desviasse do caminho traçado. (FARIA FILHO, 2007, p. 137).

Esses dados são tipicamente de estoque escolar, que mensuram o tamanho e a cobertura da educação escolar provida pelo Estado. Mesmo diante de uma grande extensão territorial e de disparidades entre as províncias em termos de concentração da população, levavam ao conhecimento do Governo Central a evidência de que a presença da escola pública estatal era esparsa e deficiente. Mas, vale frisar, eram conhecimentos sobre o estoque, a oferta e o atendimento da população livre em relação à instrução pública; uma eficiente manipulação estatística, que tinha o objetivo de obliterar qualquer correlação entre a instrução pública, fundada nos princípios liberais de progresso, e a estrutura social, historicamente organizada com base na escravidão.

Assim, a instrução pública foi inserida como um dado de controle por parte dos governos provinciais e, sobretudo, do Governo Central. Essa inserção decorreu da necessidade de o conhecimento estatístico apoiar a construção de uma imagem completa da nação em contínuo progresso, mas, no caso, essa imagem não seria completa se não apresentasse o quantitativo de escolas e da população livre.

Portanto, os dados escolares presentes nos Relatórios dos Presidentes das Províncias buscavam demonstrar o progresso da instrução pública. Era necessário quantificá-la, mas, para além da descrição de números absolutos, cumpria também correlacioná-la com a população livre; ou seja, não bastava contar, era preciso demonstrar o quanto a oferta da instrução pública financiada pelo Estado avançava na cobertura da população. Daí decorre que as estatísticas escolares elaboradas nesse instrumento e nesse período começaram a apresentar correlações, na forma de indicadores, entre a cobertura escolar da população livre e os recursos públicos destinados à provisão da instrução pública, mesmo que até então não fosse uma prática administrativa recorrente.

Assim sendo, as estatísticas escolares começaram a ser produzidas pelos dados e séries históricas disponíveis nos Relatórios dos Presidentes das Províncias. Esse é mais um

instrumento que marca as intervenções políticas e sociais no processo de escolarização da população no Brasil, em razão de produzir informações sobre o funcionamento da educação escolar. Esse aspecto chama a atenção para os instrumentos que produzem dados escolares e educacionais, os quais Desrosières (2005) classifica como fontes de produção das estatísticas públicas.

Uma breve distinção entre os dados coletados pelo censo e pelos registros administrativos nos permite compreender esses dois instrumentos como fontes para sistematização das estatísticas: os censos coletam informações sobre diversos aspectos da população, inclusive a educação, ao inquirir sobre o grau de instrução (sabe ler e escrever/analfabeto), enquanto os registros administrativos coletam informações da população presente nas escolas (número de matrículas, frequência, desempenho, comportamento, etc.). Como ponto em comum, os dois instrumentos recolhem dados dos indivíduos, porém, enquanto fontes de dados educacionais, deles derivam diferentes estatísticas.

Ferraro (1979) aponta essa distinção entre as estatísticas produzidas por esses instrumentos classificando-as como estatísticas educacionais e estatísticas escolares. Ferraro discute essa distinção ao abordar o uso desses dados nas pesquisas em educação, propondo uma tipologia de classificação das estatísticas educacionais e escolares segundo três critérios: conteúdo da informação, tempo da coleta e população considerada.

Essa classificação nos possibilita distinguir os tipos de dados e as estatísticas originadas desses dois instrumentos. Os censos têm como característica a enumeração individual, a simultaneidade nas datas de operação (em geral de dez em dez anos) e a cobertura universal da população e do território. Em termos de estatísticas educacionais derivadas, esse instrumento fornece, desde 1872, o estoque e o fluxo⁴⁷ de escolarização da população, via de regra aferido pelos níveis de alfabetização e analfabetismo. Dessa forma, dos censos derivam uma estatística social, que, em fins do século XIX, no Brasil, tornou possível a produção de bases de dados populacionais, fundamentais para a constituição de um conhecimento administrativo destinado a criar condições de governabilidade para um Estado-

⁴⁷ Uma característica fundamental do censo é coligir dados que permitem a elaboração de estatísticas de estoque e fluxo. O estoque corresponde aos dados sobre o estado da população em um determinado momento. São coletados dados populacionais sobre seu tamanho, a distribuição territorial e a composição, por sexo, idade, características socioeconômicas, grau de instrução, anos de escolarização, etc. As estatísticas de fluxo focalizam os dados da dinâmica populacional, ou seja, os eventos que transformam as características de nascimentos, óbitos, migrações, transições entre séries/etapas de ensino, mobilidade entre categorias socioeconômicas, etc. (HAKKERT, 1996).

Nação emergente,⁴⁸ inclusa nesse aspecto a criação de redes de instrução pública nas províncias.

Já os registros administrativos são, por definição, um cadastro que descreve de maneira exaustiva o agir administrativo das burocracias especializadas e o movimento dos serviços públicos (ou privados) em diferentes aspectos, quer sejam os tributos arrecadados, as importações, os nascimentos, os casamentos, os óbitos, os crimes, as escolas, as matrículas, etc. (SENRA, 1996; FERREIRA, 2008). Portanto, os registros administrativos constituem um repositório de dados de análise útil, pois as informações coletadas podem ser os únicos registros disponíveis a cobrir uma determinada população por um extenso período, construindo bases de dados e séries históricas estatísticas. Seguindo os critérios de Ferraro (1979) nos quesitos tempo de coleta e população considerada, esses registros, enquanto fonte de dados estatísticos sobre a população, fornecem uma vantagem em relação aos censos no que se refere à detecção de características não observáveis da população no tempo da coleta, pois sua produção é contínua, em virtude de estar vinculado às ações e às rotinas administrativas (SENRA, 1996).

Ao longo do século XIX, os poderes administrativos do Império buscaram, bem antes das operações censitárias serem consolidadas pelo censo, medir o progresso da instrução pelo estoque de educação ofertada ano a ano e, com essa forma de medir, pretendiam escrutinar como a instrução pública alcançava a população livre e o custo desse atendimento para o erário provincial. Nesses termos, os registros escolares que alimentavam os Relatórios dos Presidentes das Províncias começaram a fornecer séries históricas de dados escolares que permitiriam a formulação de análises do estoque educacional da população, ou seja, as estatísticas educacionais não tinham como única fonte os censos.

A análise dos Relatórios dos Presidentes das Províncias nos permitiu conhecer a origem das estatísticas e dos indicadores educacionais, aspecto esse que não foi possível identificar na literatura do campo da História da Educação que aborda esse tema.

A organização da estrutura de administração da instrução pública no século XIX fornece aos(as) pesquisadores(as) um vasto *corpus* documental, que guarda dados e informações que viabilizam a investigação do seu conteúdo. A historiografia das estatísticas educacionais encontra nos trabalhos de Faria Filho e Resende (1999), Resende e Faria Filho (2001), Machado (2008), Machado, Biccás e Faria Filho (2013), Vidal (2008), Gouvêa (2006)

⁴⁸ De acordo com Botelho (1998, 2005), o censo foi projetado como um instrumento para que as elites no governo conhecessem e medissem a população, com vistas a construir um ideal de nação. À época, a preocupação era demonstrar em que estágio de civilização e progresso o Brasil se encontrava em relação às nações europeias.

e Gil (2007, 2008, 2009, 2012, 2019) um inventário extenso dos dados escolares produzidos no período imperial e nos primeiros anos da República. Essas pesquisas buscam discutir os processos de organização da instrução pública e de escolarização da população, sobretudo no Império, bem como analisam os usos discursivos das estatísticas educacionais na condução das decisões políticas acerca da instrução pública. Entretanto, essa mesma literatura apresenta uma lacuna em relação à análise dos instrumentos e dispositivos que coletam as informações e formam as bases de dados educacionais, das quais derivam as estatísticas. Porém, vale enfatizar que esta literatura fornece muitas evidências acerca da produção de estatísticas escolares e seus usos discursivos no debate sobre as políticas públicas educacionais no Império e na República.

Essas evidências viabilizaram o percurso de pesquisa deste estudo, tendo em vista que o rol de dados e as estatísticas escolares, conforme foi possível demonstrar, foram originalmente produzidos pelos registros e pelo agir administrativo de uma burocracia especializada no interior das províncias. Portanto, esse tipo de dado foi produzido por diferentes instrumentos e articulado com as variáveis demográficas nas análises estatísticas. Dessa maneira, os relatórios são uma importante fonte de dados sobre a instrução pública no período imperial, e a consulta a esses documentos revelou um vasto conteúdo de temas relativos à instrução primária e secundária, que compõem as primeiras bases de dados sobre a instrução escolar no Brasil.

A instrução primária e os dados referentes às receitas provinciais, ao orçamento e ao gasto público com a instrução são recorrentes, o que torna esses relatórios um interessante repositório de informações para investigar o acesso, a oferta e o financiamento da educação, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando esses instrumentos, em boa parte das províncias, passaram a apresentar dados mais completos e as análises estatísticas começaram a apresentar e discutir séries históricas de dados, bem como a formular indicadores de oferta (como o número de alunos[as] por escolas/o número de escolas por habitantes livres), de acesso (número de escolas por habitante na condição de livre/número de alunos por habitante livre) e de financiamento da instrução pública (percentual da receita das províncias gasto com instrução pública/gasto médio por aluno).

Outros dados não tratados neste texto, porém presentes nos relatórios, trazem a discussão sobre a participação do Governo Central no financiamento da instrução primária; as escolas particulares subvencionadas por recursos públicos; os regulamentos e a fiscalização da instrução primária nos Municípios; a comparação de resultados em termos de recursos

empregados; a expansão da instrução pública entre as províncias, etc. Enfim, um vastíssimo conteúdo de dados quantitativos e qualitativos, que requer um estudo mais aprofundado.

4.3 OS CENSOS DE 1872 A 1920 E OS DADOS EDUCACIONAIS: INDICADORES DA MÉTRICA DO PROGRESSO

4.3.1 O Censo de 1872: dados educacionais coligidos e variáveis analisadas

O Censo Geral do Império de 1872 é considerado o primeiro recenseamento do Brasil. Esse *status* lhe foi atribuído em função da grande complexidade da operação censitária realizada, em comparação com as operações locais executadas em períodos anteriores. Conforme aponta Senra (2006, p. 335), apesar da complexa tarefa a ser executada diante da dispersão geográfica da população, das limitações na comunicação e da falta de prática e experiência, “[...] fez-se o censo e, independente das circunstâncias, não por concessão à relatividade das circunstâncias, mas por si mesmo, fez-se um bom censo, ainda visto como de valor”.

Anteriormente, os dados populacionais eram coletados por diferentes instrumentos (Listas Nominativas, Registros Paroquiais, Mapas Populacionais e Registros Administrativos) e seguiam diferentes temporalidades. O Censo de 1872 teve por objetivo tornar possível uma visão global do estado e do movimento da população em um quadro (tabelas) que organizasse e descrevesse, em números absolutos, o conjunto de aspectos observados da população dentro de um mesmo tempo, coletado por um único instrumento. A reunião de diferentes dados/variáveis em tabelas sintetiza e agrupa de forma direta características que são observadas isoladamente, o que nos permite “[...] trabalhar os dados para transformá-los em informações, para compará-los com outros resultados, ou ainda para julgar sua adequação a alguma teoria” (MORETTIN; BUSSAB, p. 1).

Diante do prescrito pelo Decreto nº 4.676/1871, a apuração dos resultados foi centralizada na DGE. Conforme o disposto nos artigos 13 e 14, os presidentes das províncias enviariam todo material do censo para a DGE, na Corte, para que, à medida que os resultados coletados fossem recebidos, se desse início ao processo de apuração (SENRA, 2006; PAIVA *et al.*, 2012).

Durante o processo de apuração dos dados, a DGE divulgava relatórios anuais, encaminhados ao Ministério dos Negócios do Império, dando conta da marcha das apurações e dos problemas enfrentados:

A seu turno, os relatórios elaborados pela repartição de estatística, dirigidos anualmente ao Ministro dos Negócios do Império, e por esses (quase sempre) enviados às aberturas das Assembleias Gerais, dão conta do trabalho de apuração, revelando surpresas e mais surpresas quanto ao crescente volume dos papéis, que chegavam aos borbotões [...]. Os espaços físicos nunca eram suficientes, muito menos o número de pessoas alocadas na apuração; o tempo e o custo aumentavam, e o novo censo, a ser feito no final 1880, corria o risco de encontrar os trabalhos de apuração ainda em curso, o que seria ruim, mais que isso, seria um desastre. (SENRA, 2006, p. 363).

No relatório dos trabalhos estatísticos realizados até 1874, o então diretor-geral da DGE, conselheiro Manoel Francisco Correia, informa ao ministro e secretário dos Negócios do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira que a apuração em algumas províncias já se encontrava concluída, inclusive com os resultados já impressos, enquanto em outras ainda estava em andamento (SENRA, 2006; BISSIGO, 2014). O trabalho de apuração da DGE perdurou até meados do ano de 1876. A fim de que não houvesse atrasos, para as 25 paróquias em que o recenseamento não fora executado, procedeu-se ao cálculo estimado da população (DGE, 1877, p. 7), porém não foram informadas as fórmulas de cálculo dessa estimativa. Enfim, os resultados finais foram divulgados em 31 de dezembro de 1876, em 23 volumes, que continham 8.546 tabelas com os dados das 20 províncias, desagregados pelas 1.440 paróquias recenseadas (SENRA, 2006; BISSIGO, 2014). Na mesma data, a DGE encaminhou para o ministro e secretário de estado dos Negócios do Império Dr. João Bento da Cunha Figueiredo o último relatório de apuração, intitulado ‘Relatório e Trabalhos Estatísticos’, contendo análises de alguns dados do Censo. O diretor da DGE à época, Manoel Francisco Correia, destaca nesse relatório a importância do Censo:

Acha-se concluída a impressão de todo o trabalho do recenseamento da população do Império, feita em vinte e três volumes contendo 8.546 quadros. Esse serviço pela primeira vez executado em um Estado de vasta extensão e cuja população, comparativamente diminuta, acha-se disseminada por todo território, não pode pretender o cunho de um trabalho perfeito. Paizez mais adiantados só depois de varias tentativas poderão organizar censo exactos. Não é, portanto, de estranhar que o primeiro recenseamento do Brazil resinta-se de algumas lacunas e imperfeições na maior parte devidas ás condições e hábitos especialíssimos dos habitantes do interior de algumas provinciais. Não sendo perfeito é o melhor que nas actuaes circunstancias se poderia alcançar. Os resultados obtidos, se não são de um completa exactidão, muito aproximão da verdade. Sobre o trabalho feito, um ilustre escritor estrangeiro manifestou o seo juízo nos seguintes termos: << [...] Não faltará, talvez, quem taxe de inexactos alguns resultados contidos nelle, nem póde-se exigir numa operação deste gênero precisão mathematica. Seirão, porém, quaisquer as objecções que se lhe fizerem, o que nos parece inegável é que o presente recenseamento ministra dados preciosos e ignorados até hoje para se poder avaliar a situação actual do Imperio e até certo ponto prever-lhe o futuro. (DGE, 1876).

É importante frisar que, nas palavras do diretor da DGE, os resultados desse primeiro censo, com ampla cobertura territorial e da população, podem ser questionados em termos de qualidade e confiabilidade. No entanto, operações censitárias com essa amplitude somente encontraram pleno sucesso na exatidão dos resultados, mesmo em países desenvolvidos, nas palavras de Manoel Correia, após diversas tentativas. Outros aspectos destacados foram a importância do censo para conhecer e avaliar as condições em que o Império se encontrava naquele momento e o uso dos resultados para planejar (ou estimar) cenários futuros.

Os resultados foram apresentados por um plano tabular, a partir do qual foram produzidas seis tabelas para cada uma das 1.440 paróquias recenseadas, contendo os seguintes dados (Quadro 10):

Quadro 10 – Organização das informações divulgadas no Censo de 1872, por atributos pessoais e socioeconômicos, segundo quadro padronizado disponível por paróquia – Brasil

Quadros paroquiais	Atributos pessoais e socioeconômicos
1. Quadro geral da população	Sexo, condição, cor, estado civil, religião, nacionalidade, nível de alfabetização, frequência escolar de crianças, defeitos físicos e número de casas (habitadas e desabitadas) e de fogos
2. População presente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idade
3. População ausente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idade
4. População em relação à nacionalidade brasileira	Sexo, condição, estado civil, cor, província de origem
5. População em relação à nacionalidade estrangeira	Sexo, condição, estado civil, religião, país de origem
6. População em relação à profissão	Sexo, condição, estado civil, nacionalidade, profissão

Fonte: Paiva *et al.* (2012).

Esses dados e variáveis conservam um aspecto recorrente na trajetória das estatísticas públicas no Brasil até aquele momento, isto é, a possibilidade de formular análises do estado da população pelo seu estoque. Conforme destaca Ferraro (1979), esse tipo de análise nos permite reconhecer os eventos vividos por uma população no ano da coleta dos dados. Abordar o estado da população foi um expediente recorrente até esse primeiro censo, tendo em vista que, anteriormente, eram utilizados inúmeros instrumentos na coleta das informações sobre a população – como já mencionado, os Registros Paroquiais e as Listas Nominativas –, o que provocava uma dispersão de dados em diversas bases, construídas no interior das províncias. Dessa forma, até então, as análises do movimento da população pelo instrumento do censo não eram recorrentes, pois as séries históricas dos eventos vividos por uma mesma população, ou coorte, em diferentes tempos (FERRARO, 1979), estavam dispersas dentro dos

Relatórios Provinciais. Para além do conteúdo dos dados, o tempo de coleta e a construção de séries históricas, típicas da aritmética política inglesa, são importantes componentes a serem considerados, como assevera Ferraro (1979, p. 256):

A base desta segunda distinção não é mais o conteúdo da informação, mas a dimensão tempo, ou seja, a maneira como o tempo é considerado na análise. Se se faz um corte no tempo e se considera apenas um momento ou um período determinado, a análise é do tipo transversal. Se, ao contrário, se contempla uma série de momentos ou uma sucessão de períodos de tempo, a análise é do tipo longitudinal.

Nos resultados do Censo de 1872, os dados relativos à instrução da população estão presentes na categoria censitária ‘Gráo de instrucção [sic]’, que fornece informações sobre o estado educacional em termos de alfabetização da população adulta e da frequência da população na faixa etária de 6 a 15 anos (Quadro 11):

Quadro 11 – Dados e variáveis sobre instrução da população livre e escrava no Censo de 1872 – Brasil

	Dado	Variável
Estado educacional (população acima de 5 anos)	Sexo	Homem
		Mulher
	Instrução	Saber ler e escrever
		Analfabetos
	Condição social	Livre
		Escravo
Frequência escolar (6 a 15 anos)	Sexo	Menino
		Menina
	Instrução	Frequenta a escola
		Não frequenta a escola

Fonte: DGE ([1874?]).

A anotação da frequência escolar foi estabelecida pelo art. 3º do Decreto nº 4.856/1871, que instruiu a execução do censo e mandou registrar, por domicílio, por meio das listas de famílias, os residentes na faixa etária de 6 a 15 anos que frequentavam ou não a escola.

O registro da frequência denota a combinação entre elementos presentes na métrica cristão-católica e na métrica do progresso. Na perspectiva cristã-católica, conforme aponta Marcílio (2000), a coleta de dados dos indivíduos por faixa etária, introduzida pela Lista Nominativa, tendo como referente os 7 anos de idade, correspondia a um preceito da Igreja Católica, que considerava essa idade como aquela em que a criança entrava na idade do

discernimento (idade da discricção),⁴⁹ estando apta a receber o sacramento da confirmação (crisma) e a realizar a penitência e a comunhão. A presença desse tipo de variável no Censo de 1872 constitui um ‘legado’ da *expertise* da Igreja na ação pública do recenseamento. É uma herança da estreita relação entre essa instituição e o Estado na administração da Colônia que perdurou no período imperial.

No processo de construção dos poderes administrativos do Império, percebe-se que a burocracia eclesiástica, pela sua capilaridade territorial, foi fundamental para que as normas e as ordens do Governo Central chegassem a todo território. Essa estreita relação constituía um Padroado Civil, expresso nos artigos 5º e 102 da Constituição de 1824, que instituiu o catolicismo como a religião oficial do Brasil e determinou que a nomeação dos bispos e a provisão de recursos para as Igrejas seriam atribuições direta do imperador (NEVES, 1997; SANTIROCCHI, 2010). Portanto, não é totalmente estranho o fato de que um costume católico, como a idade de discricção ou idade da razão, tenha sido tomado como referência para determinar a idade mínima obrigatória para a frequência escolar.⁵⁰

Na perspectiva da métrica do progresso, dialogando com os pressupostos de Veiga (2005), a institucionalização da obrigatoriedade escolar em determinadas faixas etárias é um processo sociopolítico de produção de um imaginário de sociedade que tem como hipótese a existência da “obrigação do homem social” para a realização da identidade coletiva e coesa, ou seja, trata-se de projeto de escolarização com vistas à produção dos cidadãos (VEIGA, 2005, p. 96). A autora ainda destaca:

Na trilha dos monopólios, a monopolização dos saberes elementares pelo Estado apresenta-se como condição de normatização social pela criação de uma rede de racionalidades promotora da coesão da sociedade sendo a escola produzida como uma unidade de referência civilizatória. Isso tornou possível outra organização da sociedade constituída de letrados e não-letrados [*sic*] na perspectiva de civilizados e ignorantes, como novos adjetivos indicadores de diferenciação social, estabelecendo com isso novos

⁴⁹ A idade de discricção, ou idade da razão, entre os 7 e 8 anos, foi definida pelo IV Concílio de Latrão, em 1215, no pontificado do Papa Inocêncio III. Esse concílio, o maior dentre os realizados na Idade Média, resultou em 70 cânones, que legislavam sobre as práticas pastorais da Igreja e também sobre as heresias e punições. No cânone 21, é determinado que todo cristão fiel, chegada à idade de discernimento, deve por si mesmo confessar seus pecados uma vez por ano, cumprir as penitências a ele atribuídas e receber o sacramento da Eucaristia (RUST, 2007; ARRUDA, 2011; SILVA, 2015).

⁵⁰ Na Constituição de 1824, o princípio da gratuidade de oferta da educação escolar por parte do Estado já era explícito, entretanto a obrigatoriedade de frequência escolar era um quesito ausente no texto constitucional. Porém, a legislação infraconstitucional do período de 1835 a 1882, em quase todas as províncias, já previa tanto a gratuidade quanto a obrigatoriedade. Nesse período, as normas educacionais locais traziam a obrigatoriedade como um princípio, todavia diversas dificuldades, relatadas com frequência nos relatórios dos presidentes das províncias, apontam para a inexistência desse quesito. A pobreza, a escassez de escolas, o trabalho infantil e a indiferença dos pais para com a educação dos filhos são frequentemente citadas como condicionantes da baixa frequência escolar nas províncias (ZICHIA, 2008).

laços de interdependência entre os sujeitos. No acontecimento da obrigatoriedade escolar esteve a ambição de inscrever o povo no tempo da civilização. (VEIGA, 2005, p. 77).

A aferição do quantitativo de alunos(as) pelo Censo, segundo a faixa etária de 6 a 15 anos, corresponde ao mapeamento da presença do Estado enquanto provedor da educação pública primária, a fim de circunscrever o país e a população dentro da métrica do progresso pela adesão ao processo de escolarização formal. Corresponde também ao desejo de controle do Estado sobre a educação, de maneira que, uma vez tornado esse quesito uma rotina obrigatória, fecha-se o ciclo do monopólio do Estado moderno: o monopólio da força física, o monopólio da tributação e o monopólio dos saberes primários (VEIGA, 2005, p. 76). O século XIX marca a construção da escola pública enquanto instituição social; dessa forma, a divisão do ensino por faixas etárias e, conseqüentemente, por classes de ensino é uma das principais características da escola moderna (BATISTA, 2018).

Voltando aos resultados do Censo, é importante destacar que, no Relatório de 1876, nota-se uma mudança nos parâmetros de análise estatística. Operam-se, nesse momento, diversos cálculos, com o objetivo de estabelecer comparações entre as províncias, bem como entre o Brasil e os outros países. Essa análise do estado populacional passou a ser mais detalhada, com apresentação de cálculos que identificavam a população livre segundo a razão entre os sexos (percentual de homens e mulheres), por exemplo:

O número dos varões excede o das mulheres em proporção considerável de 51,29 para 48,71. A razão desta proporção entre os dous sexos é superior mesmo a Bélgica, cuja população masculina está para a feminina como 50,16 para 49,81; da Itália, onde os varões estão para as mulheres como 50,04 para 49,96; da França e da Inglaterra, das quaes a primeira conta 49,59 varões para 50,41 mulheres, e a segunda apenas 48,85 varões para 51,15 mulheres. Creio que nenhum outro paiz oferece relativamente uma população masculina superior a do Brazil [*sic*]. (DGE, 1877, p. 8-9).

Ao destacar a superioridade percentual dos homens em compração às mulheres – sugerida pela cultura e pela estrutura social da época, caracterizadas pela presença majoritária dos homens no mundo do trabalho –, o relatório ressalta a maior disponibilidade de força de trabalho no Brasil, se comparado aos outros países citados.

Com relação à condição social da população, os resultados são comparados entre as províncias e o Município, na razão entre livres e escravos:

Na epocha do recenseamento, havia em todo Imperio 1.510.806 escravos, o que dava 1 escravo para 5,5 habitantes de condição livre. Mais se aproximavão da média proporcional do Rio Grande do Sul (1: 5,4), o

Município Neutro (1: 4,6), Minas Geraes (1: 4,5), S. Paulo (1: 4,3). Apresentarão maior proporção de escravos as províncias do Rio de Janeiro (1: 1,6), Espírito Santo (1: 2,6), Maranhão (1: 3,7). As províncias onde o elemento servil menos avultava são: Amazonas (1 escravo para 57,8 livres), Ceará (1: 21,6), Rio Grande do Norte (1: 16,9), Parahyba (1: 16,4), Goyaz (: 14), Paraná (1: 11). Em todas as mais provinciais a proporção dos escravos ficava abaixo da média. Em 8.419.672 habitantes livres, encontram-se no Império do Brasil 4.318.699 varões e 4.100.973 mulheres. (DGE, 1877, p. 8-9).

Foi calculada também a distribuição percentual da população por: estado civil x sexo; raças x sexo (para cada grupo de 1.000 habitantes); religião (para cada grupo de 300 a 400 habitantes); nacionalidade (para cada grupo de 100 habitantes); densidade populacional (população por km²); profissionais e categorias profissionais (para cada grupo de 100 habitantes). Taxar a população por grupos de 100 ou 1.000 habitantes permite a comparação entre locais (províncias e países) com populações de diferentes tamanhos, neutralizando assim o crescimento populacional e permitindo o estabelecimento de comparações. Percebe-se um minucioso trabalho estatístico, no qual os dados e suas variáveis são cruzados com o objetivo de descrever o estado da população em seus pormenores, de acordo com cada província.

Os dados sobre instrução, ou estado intelectual, os que mais nos interessam aqui, são analisados para a população livre (Tabela 4):

Tabela 4 – Estado intelectual da população livre, segundo o Censo de 1872 – Brasil

População adulta						Analfabetos por 100 habitantes		
Sabe ler/escrever			Analfabetos					
Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1.012.097	550.981	1.563.078	3.306.602	3.549.992	6.856.594	76,56	86,56	81,53

Fonte: DGE (1877, p. 9).

Os dados são apresentados considerando-se os alfabetizados (saber ler e escrever) e os analfabetos, por sexo, faixa etária e a proporção para cada grupo de 100 habitantes. Destaque-se o fato de não haver registros, nesse relatório, do estado intelectual da população escrava, apesar de constarem nos 23 volumes com os resultados finais do Censo (Tabela 5).

Tabela 5 – População por condição social, de acordo com o sexo e a frequência à escola

Condição social	Homens		Mulheres		População em idade Escolar (de 6 a 16 anos)	
	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Frequêntam a escola	Não frequêntam
Livres	1.012.097	3.306.602	550.981	3.549.992		
Escravos	958	804.212	445	705.191	320.749	1.581.705
Brasil	1.013.055	4.110.814	551.426	4.255.183		

Fonte: DGE ([1874?]).

Entre os homens livres – 84,2% da população masculina –, apenas 23% sabiam ler e escrever, condição está necessária à participação como eleitor. De acordo com Carvalho (1996), em 1872, os votantes chegavam a um milhão, o que correspondia a 13% da população livre.

O diagnóstico da DGE aponta o analfabetismo em massa da população no agregado para todo o Brasil e no desagregado por províncias. Nos termos do relatório:

É pouco animador o quadro da estatística intelectual; mas o impulso que entre nós vae a instrucção popular faz esperar que não decorrerá muito tempo sem varie melhor a proporção ora existente entre os que sabem e os que não sabem ler. Da população livre recenseada sabem ler e escrever 1.563.078 habitante; não sabem 6.856.594. Portanto em mil pessoas 185,65 estão no primeiro caso, e 814,35 são analphabetas. (DGE, 1877, p. 18-19).

Retirar do Relatório de 1876 a população escrava – mesmo com os dados já consolidados nos resultados gerais do censo –, cujo diagnóstico era mais dramático em relação ao analfabetismo,⁵¹ e dar ênfase à importância da instrução pública para reduzir essa condição entre a população livre colocam em evidência a educação como um importante componente de aferição do progresso da nação. No relatório, também foi destacada – para efeito discursivo de minorar o quadro desanimador do estado intelectual – a comparação entre os resultados das províncias brasileiras e o antigo Reino de Nápoles:

Só no município da Côrte pouco mais da metade de população livre sabe ler e escrever, 50,16 pessôas em 100. Nas províncias o número dos analphabetos é superior ao dos que não são. A desproporção menos sensível dá-se no Parana, onde há 34 pessôas que sabem ler por 66 que não sabem. No Pará a relação é de 33 para 67, no Rio de Janeiro e Maranhão de 31 para 69, e no Rio Grande do Sul de 29 para 71. As províncias em que mais avulta o numero de analphabetos são: Alagôas, Amazonas, Ceará, Parahyba e Minas Geares, onde, em 100 habitantes, ha na primeira 18 que sabem ler e nas outras sómente 15 que receberão instrucção. Si de algum consolo pôde servir

⁵¹ Considerando os resultados para a população escrava, a proporção era de 99 analphabetos para cada 100 habitantes.

esta consideração, notarei que nenhuma província do Brasil está, quanto ao grau de ignorância, no estado em que se achava em 1862 o antigo Reino de Nápoles. (DGE, 1877, p. 20).

Nas palavras do Conselheiro Manoel Francisco Correia, então diretor da DGE e relator dos resultados do Censo de 1872, o Brasil se encontrava em uma situação menos desconfortável, naquele momento, aos olhos do progresso europeu, do que o Reino de Nápoles, que nos idos anos de 1862 fora anexado ao Reino da Itália, em ato contínuo à unificação dos Reinos, iniciada em 1861.

Entretanto, os resultados do Censo de 1872 apontavam uma enorme distância entre a população alfabetizada e a analfabeta. Considerando o total da população, inclusos as crianças e os escravos, o percentual de alfabetizados caía de 21,9% para 15,74%. Assim, os resultados que versam sobre o estado intelectual da população, que de fato deixavam evidente o abismo existente em relação à condição social, foram manipulados estatisticamente, a fim de evitar que os dados coligidos denunciasses que o estado intelectual da população no Brasil era pouco animador (BISSIGO, 2014).

Obliterar a escravidão e seus resultados era um ato técnico e social para aferir o progresso naquele momento. Alencastro (1997) considera esse expediente outra “grande manipulação ideológica-estatística” operada no Censo de 1872, haja vista o objetivo deliberado de arrefecer a escravidão, visando à construção da imagem de um país que em breve seria partícipe do seleto grupo das nações modernas:

Num lance de grande significado ideológico – numa das duas gigantes manipulações estatísticas do Império –, os organizadores do Censo de 1872 decidem que cada um dos 1.508.566 escravos do país devia ser computado como católicos. Acatólicos só havia 27.744 entre os africanos livres, os outros estrangeiros e os brasileiros. Nenhum – nem um único – entre os escravos. Trezentos e cinquenta anos depois do início da escravidão negra no Brasil, o governo do Império não podia admitir – numa só cidade, numa só paróquia, numa só fazenda, num só sobrado – a fraude do argumento associando a posse de escravos ao dever de catequização dos negros. Dever do qual, supostamente, desincumbiam-se os senhores. A ordem pública ditava a manipulação estatística que ocultava a desordem privada. [...] Por decisão eminentemente ideológica, os organizadores do recenseamento [1872] decidiram que não havia, em nenhum canto do Império, nenhum escravo branco. Todos são computados como pretos (69%) ou pardos (31%). À diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco. (ALENCASTRO, 1997, p. 82-86).

A concentração de saber, poder político e econômico entre poucos na sociedade e suas tensões para com um Estado que, naquele momento, ainda se organizava e estava no

retrovisor do progresso, se comparado aos Estados europeus, fizeram prevalecer uma imagem de sociedade que não admitia qualquer juízo que a associasse à escravidão, vista como um entrave ao progresso.

A cena política e social das décadas finais do século XIX não trouxe significativas mudanças nas relações entre classes e/ou grupos sociais. Mantiveram-se as relações históricas e estruturais de hierarquização racial, de gênero, de renda e de exclusão social. As elites governantes, formadas por proprietários de terras, homens e brancos, autorreconheciam-se como os únicos cidadãos com plenos direitos. Isso era expresso pela proibição da participação política aos não proprietários e, depois, aos analfabetos, bem como pela concentração de renda, pela não consideração da diversidade étnica e cultural, etc.

Machado de Assis (1839-1908), em crônica publicada no jornal *Ilustração Brasileira*, em 1876, repercute os resultados do Censo de 1872 e afirma que era falacioso pensar em opinião pública nacional e sufrágio universal diante dos elevados algarismos de analfabetos. Constata esse parecer machadiano:

Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases: o algarismo não tem frases, nem retórica. Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país dirá: Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito superior a todos os direitos. A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade: A nação não sabe ler. Há 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles: é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado [...]. As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas – “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base: há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: “Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...” dirá uma coisa extremamente sensata.

O progresso e o analfabetismo em massa da população não deveriam coexistir, mas, pelo menos nos dados e nas análises estatísticas daquele momento, eram temas controversos

que não deveriam ser associados. E comunicar o ingresso da população livre na instrução pública ofertada pelo Estado representava uma forma de acesso razoável ao progresso. Daí decorre o fato de, sugere-se, nos números sobre a população contidos no Relatório de 1876, a população escrava ter sido desconsiderada em certos temas, sobretudo em relação ao estado educacional, tratado como tema da população livre.

4.3.2 Os Censos de 1890 a 1920: difusão dos dados educacionais, construção de séries históricas e a fabricação de indicadores nacionais da expansão da instrução primária

Após a Proclamação da República, o censo seria objeto de regulamentação na Constituição de 1891, em seu art. 28, § 2º: “Para esse fim mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao Recenseamento da População da República, o qual será visto decenalmente” (BRASIL, 1890); bem como no Decreto nº 659, de 12 de agosto de 1890, que prescreveu instruções para a realização do recenseamento. No art. 4º, determinava-se a coleta de dados relativo à instrução, nos seguintes aspectos: alfabetização (sabe ler e escrever) e grau de instrução (possui ensino secundário ou superior, ou se possui título ou diploma científico, literário ou artístico). A partir da promulgação desse Decreto, passou-se a requer dados relativos ao grau de instrução, variável ausente no Censo de 1872.

A operação censitária de 1890 apresentou problemas no tocante à cobertura da população recenseada e à qualidade dos dados coletados (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). Em que pese as estruturas estatais do Governo Central na coordenação do Censo, a DGE foi esvaziada ao longo da década de 1880, após concluir os trabalhos dos Censo de 1872 e outros que lhe foram demandados pelo regulamento de criação dessa diretoria, em 1871. Foi, nas palavras de Senra (2006), rebaixada de diretoria estatística para seção de estatísticas,⁵² com redução do seu quadro de funcionários e ampliação da demanda de trabalho, tendo em vista que lhe passou a ser requerida a formação de estatísticas policiais e judiciais:

E aí começa o calvário da diretoria, tida e dita como sendo demasiado dispendiosa, com trabalhos morosos, e, não raro, com resultados questionados. Ia aí uma série de problemas, à época de difícil percepção: *Primeiro*, ainda não havia um forte saber fazer as estatísticas, pese os

⁵² A Lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879, que fixa as despesas e receitas do Império, no Art. 1º, parágrafo único, mandou extinguir a DGE, e seus funcionários foram transferidos para Secretaria de Estado dos Negócios do Império e da Fazenda, que passou a realizar os trabalhos de formação das estatísticas oficiais. O Decreto nº 8.341, de 17 de dezembro de 1881, recria a DGE como uma Seção anexa à 3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

esforços dos corógrafos e as prescrições dos Congressos Internacionais de Estatística, vale dizer, os conceitos eram escassos, à espera de avanços nas ciências sociais, os processos eram precários, à espera de métodos de pesquisas. *Segundo*, ainda não havia um forte poder fazer as estatísticas, pese o avanço da legislação e da criação da própria instituição estatística, vale dizer, faltavam especialistas e faltava representação especializada nas províncias (onde havia os registros administrativos, fonte primeira das individualidades). *Terceiro*, pese a demanda crescente por estatísticas, a cada instante surgindo novos temas, havia dificuldade em utilizá-las no cotidiano das decisões, vale dizer, não se compreendia suas possibilidades, e, sobretudo, suas limitações; perceber a natureza das estatísticas, e daí bem usá-las, não era (e não é) trivial. Daí, não há de se espantar que um novo censo tenha sofrido contínuos adiamentos. Marcado para realizar-se em 1890 (Art. 13 da Lei no 3.348, de 20 de outubro de 1887; lei orçamentária), o segundo censo geral do país, só seria feito pelo regime republicano, para tanto impondo-se a restauração da repartição de estatística. (SENRA, 2006, p. 271).

Mesmo diante desse cenário, o Censo seria executado em 31 de dezembro de 1890, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 659/1890. Em termos técnicos, esse Censo conservou as mesmas bases do Censo de 1872, no que se refere aos instrumentos de coleta, à estrutura organizacional, ao cronograma e às penalidades impostas, caso não fosse executado; e a paróquia continuou a ser a região censitária de referência (BOTELHO, 1998; GOUVÊA; XAVIER, 2013). A principal mudança é observada na constituição das comissões censitárias locais, com a retirada dos párocos do processo de recenseamento:

[...] a laicização repentina do Estado, promovida pela Proclamação da República, fez com que as comissões censitárias fossem preferencialmente presididas pelo subdelegado do distrito, sendo também compostas por mais três membros indicados pelos presidentes das mesmas. Esse quadro, no qual as comissões assumiriam a face de “funcionário público”, fez com que predominasse a desconfiança e até mesmo a resistência da população em relação aos trabalhos dos recenseadores. (GOUVÊA; XAVIER, 2013, p. 104).

O trabalho de apuração durou sete anos. Em outubro de 1898, alguns resultados foram divulgados em volume único e na Sinopse do Censo. E, de fato, as dificuldades impostas pelo esvaziamento da DGE e pela reorganização das estruturas administrativas pós-Proclamação da República afetaram a operação do censo e a apuração dos resultados. Na publicação que reúne os resultados finais, Francisco Mendes Rocha, diretor da DGE na ocasião, alerta que as dificuldades do momento inviabilizavam a divulgação dos dados completos:

Novo volume de recenseamento sucede agora ao da Synopse, satisfazendo assim ao compromisso tomado pela Repartição quando distribuiu o quadro geral da população por sexo e por paróchias. Os quadros organizados com os elementos censitários do inquérito de 1890, e ora publicados, representam a

escolha dos mais interessantes dados que o último censo pôde fornecer. Salvo as múltiplas combinações imaginadas sem nenhuma consideração, às dificuldades de tempo e de dinheiro [...] Afastando-se inteiramente do plano imaginado no começo do serviço, resumiu, esta Directoria, em um só volume de 446 paginas todo material que, segundo o plano primitivamente adoptado, deveria preencher mais sete volumes de igual numero de paginas [*sic*]. (DGE, 1898).

No Relatório Final do Censo de 1890, os dados educacionais foram divulgados segundo as seguintes variáveis (Tabela 6):

Tabela 6 – Grau de instrução da população, segundo o Censo de 1890 – Brasil

Dado	Variável	Homens	Mulheres	Total
Sabem ler e escrever	Brasileiros	1.237.494	684.482	1.921.976
	Estrangeiros	148.360	50.223	198.583
Não sabem ler nem escrever	Brasileiros/estrangeiros	5.852.077	6.361.279	12.213.356
Total			14.333.915	

Fonte: DGE (1898, p. 373). Com adaptações.

Os dados da população alfabetizada (sabem ler e escrever) foram separados segundo as variáveis nacionalidade (brasileiros e estrangeiros) e sexo. Já a população analfabeta foi contabilizada pela nacionalidade (brasileiros/estrangeiros) e desagregada por sexo. Nesse censo, não houve a previsão da coleta dos dados da população de 6 a 15 anos que frequentava a escola. A ausência desses dados, que informam a frequência à escola primária da população nessa faixa etária, segundo Oliveira (2003), antecipou as alterações que viriam a ser processadas na Constituição de 1891 com a retirada da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, antes prevista pela Constituição de 1824:

[...] embora a linha geral dos debates do final do Império apontasse na direção da construção de um sistema nacional de ensino que se colocando a instrução pública, com destaque as escolas primárias, sob a égide do governo central, o advento do regime republicano não corroborou com essa expectativa. Seja pelo argumento de que, se no Império, que era um regime centralizado, a instrução estava descentralizada, a *fortiori* na República Federativa, um regime político descentralizado, a instrução popular deveria permanecer descentralizada; seja pela força da mentalidade positivista no movimento republicano; seja pela influência do modelo norte-americano; seja pelo peso econômico do setor cafeeiro que desejava a diminuição do poder central em favor do mando local, o certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana. (SAVIANI, 2008, p. 170-171).

Os resultados desse censo, divulgados em 31 de dezembro de 1897, limitaram-se a reunir as tabelas, diferentemente do que ocorrera na apuração do Censo de 1872, quando houve um significativo esforço para elaborar estimativas e proceder ao cálculo de taxas e coeficientes. Na sinopse, Francisco Mendes da Rocha assevera que as agitações políticas advindas da Proclamação da República afetaram diretamente a operação censitária de 1890:

É, pois, em cumprimento d'esse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam senão com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da Republica, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro. Muitas foram as causas que fizeram a sim desmerecer essa obra, cujos resultados deveriam bem corresponder aos sacrifícios exigidos para a sua execução. Tendo o Brasil passado pela mais completa transformação política em 15 de novembro de 1889, não era certamente em 1890, quando todo o paiz se preocupava com a sua reorganização a época mais propicia para uma operação censitária. N'esse procedeu-se em toda a Republica á eleição de Deputado á Constituinte, que se reuniu a 15 de novembro, e preparavam-se todos os Estados para as eleições de suas respectivas Assembléas. As autoridades federaes, como as estaduaes, achavam-se inteiramente absorvidas com a organização dos diversos serviços, e não era natural acreditar-se que uma operação, difficilmente realizavel em um período normal, fôsse exequivel em circumstancias tão críticas [*sic*]. (DGE, 1898, p. III).

Essa reorganização administrativa do Estado durante a transição do Império para a República impôs dificuldades ao planejamento, à execução e à apuração do Censo de 1890, que se manteriam nos Censos de 1900 e 1910. Essas duas operações censitárias colecionaram problemas de toda ordem, tanto operacionais quanto políticos.

No Relatório da DGE de 1908, que reúne os dados apurados do Censo de 1900, o diretor José Luiz S. de Bulhões Carvalho, que havia tomado posse em 26 de abril de 1908, discorre sobre as dificuldades imposta ao trabalho de apuração dos dados do censo, em virtude do sucateamento sofrido pela DGE desde o fim do século XIX:

Reduzida a 17 funcionarios, muito mal retribuidos, a Directoria Geral de Estatística <<arrastava uma vida ingloria de inercia e relaxamento>>. As diversas reformas por que passou desde a época da sua criação em 1870 não lhe asseguraram os meios indispensaveis para o seu desenvolvimento futuro nem os elementos necessarios para funcionar regularmente. A' reorganização decretada em 1890 pelo primeiro governo da Republica, seguiram-se modificações em escala regressiva, que a collocaram em situação de não poder absolutamente cumprir o seu programma nem justificar o onus da respectiva verba orçamentaria. Tanto no Imperio como na Republica, a estatística foi sempre, sinão esquecida, pelo menos collocada em segundo plano, não se preocupando jamais os poderes publicos em considera-la a base essencial da administração. (DGE, 1908, p. 3).

A Portaria de 20 de janeiro de 1900 prescreveu os procedimentos de coleta e determinou a data de 31 de dezembro do mesmo ano para o início do recenseamento. Em 29 de janeiro de 1901, quando foram apurados os resultados parciais para a cidade do Rio de Janeiro, observaram-se erros e omissões que despertaram críticas sobre a qualidade da operação executada e a confiabilidade dos dados coletados (IBGE, 2003).

A apuração dos resultados desse Censo, após identificados os problemas de coleta em relação à cidade do Rio de Janeiro, ficaria estagnada entre os anos de 1906 e 1908. No Relatório da DGE de 1908, Bulhões Carvalho justifica os atrasos na apuração dos resultados:

Quando assumi o cargo de Director Geral de Estatística, vim ainda encontrar por concluir e completamente paralyzado os trabalhos do recenseamento realizado a 31 de Dezembro de 1900. Reconhecendo desde logo a necessidade urgente de termina-lo, nomeei uma Comissão composta dos Snrs. José Marques de Oliveira, Oziel Bordeaux Rego e Luiz de Oliveira Figueiredo, para examinar o estado em que se achava aquelle serviço e informar-me sobre o que faltava para sua conclusão. Pelo cuidadoso exame a que procedeu, verificou a alludida Comissão que, dos 20 Estados da Republica, não havia sequer um em que a apuração estivesse definitivamente acabada. (DGE, 1908, p. 10).

Esse problema relatado por Bulhões Carvalho em 1908 não era o único em relação ao Censo de 1900. Na Sinopse do Censo, divulgada em 1905,⁵³ o então diretor do DGE, João Sabino Damasceno, já havia reportado inúmeros problemas em relação à cobertura da população e ao envio dos resultados pelos Estados. Alagoas foi o único Estado que enviou dados de todos os Municípios. Outros Estados enviaram resultados incompletos para poucos Municípios, como o Rio de Janeiro e Santa Catarina, que não remeteram os dados de apenas um Município; o Espírito Santo, cujos dados de um único distrito (São José do Príncipe) do Município de Rio Pardo não foram informados; e o Pará, que, dos 28 Municípios, deixou de enviar os dados de apenas seis (DGE, 1905, p. V).

Em outros Estados, os problemas de cobertura e envio dos dados foram mais significativos: no Ceará, dos 79 Municípios, 44 não enviaram; em Goiás, dos 37 Municípios, 20 não enviaram; em Mato Grosso, dos 53 Municípios, 34 não enviaram; em Minas Gerais, dos 509 Municípios, 205 não enviaram; em São Paulo, dos 171 Municípios, 44 não enviaram. Em relação aos Estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Paraná, na Sinopse do Censo, informava-se que houve subnotificações em relação a alguns Municípios e

⁵³ Em virtude dos problemas identificados no recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, que atrasaram a apuração, os resultados desse Censo ficaram dispersos em duas publicações: Sinopse do Censo (1905) e Relatório da DGE (1908), apresentado ao então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Miguel Calmon du pin e Almeida.

distritos, mas sem precisar quais foram. Em relação ao Rio Grande do Sul, os boletins contendo os dados do censo foram extraviados (DGE, 1905, p. V-VIII).

Diante desse cenário, em que a operação censitária de 1900 colecionou problemas de cobertura e subnotificações das populações na maioria dos Estados, a DGE recorreu ao Registro Civil⁵⁴ para obter os dados omissos ou validar aqueles que eram considerados pouco confiáveis. Utilizou também dados de censos locais, realizados pelos Estados, como nos casos do Mato Grosso e de São Paulo, que haviam realizado um recenseamento no ano de 1898.

Outra estratégia utilizada pela DGE na Sinopse do Censo, divulgada em 1905, foi estimar a população dos Estados pelo cálculo da Taxas de Crescimento Populacional⁵⁵ (Tabela 7):

⁵⁴ O Registro Civil, após fracassadas as tentativas de implementação, com a revogação dos Decretos nº 907, de 29 de janeiro de 1852, e nº 5.604, de 25 de abril de 1874, enfim foi regulamentado pelo Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888 (SENRA, 2006; COSTA, 2016).

⁵⁵ Essas taxas são calculadas para determinar o crescimento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado; o valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes aos períodos intercensitários; indica o ritmo de crescimento populacional e é influenciada pela dinâmica dos nascimentos, dos óbitos e das migrações. É utilizada para analisar variações geográficas e temporais do crescimento da população e realizar estimativas e projeções populacionais para determinados períodos (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE, [ca. 2011]).

Tabela 7 – Comparação da população por Estados, segundo os Censos de 1872, 1890 e 1900 – Brasil

Estados	População total			Crescimento absoluto	Período intercensitário				
					De 1872 a 1890		Crescimento absoluto	De 1890 a 1900	
	1872 (<i>Ni</i>)	1890 (<i>Ni / Nf</i>)	1900 (<i>Nf</i>)		Taxa de crescimento No período	Média Anual		Taxa de crescimento No período	Média Anual
Alagoas	348.009	511.440	649.273	163.431	0,4696	0,0216	137.833	0,2695	0,0242
Amazonas	57.610	147.915	249.756	90.305	1,5675	0,0538	101.841	0,6885	0,0538
Bahia	1.379.616	1.919.802	2.117.956	540.186	0,3915	0,0185	198.154	0,1032	0,0099
Ceará	721.686	805.687	849.127	84.001	0,1164	0,0061	43.440	0,0539	0,0053
Espírito Santo	82.137	135.997	209.783	53.860	0,6557	0,0284	73.786	0,5925	0,0443
Goiás	160.395	227.572	255.284	67.177	0,4188	0,0196	27.712	0,1217	0,0116
Maranhão	360.640	430.854	499.308	70.214	0,1947	0,0099	68.454	0,1588	0,0148
Mato Grosso	60.417	92.827	118.025	32.410	0,5364	0,0241	25.196	0,2714	0,0243
Minas Gerais	2.102.689	3.184.099	3.594.471	1.081.410	0,5143	0,0233	410.372	0,1289	0,0122
Pará	275.237	328.455	445.356	53.218	0,1933	0,0099	116.901	0,3559	0,0309
Paraíba	376.226	457.232	490.784	81.006	0,2153	0,0109	33.552	0,0734	0,0071
Paraná	126.722	249.491	327.136	122.769	0,9688	0,0384	77.645	0,3112	0,0275
Pernambuco	841.539	1.030.224	1.178.150	188.685	0,2242	0,0113	147.926	0,1436	0,0135
Piauí	211.822	267.609	334.328	55.787	0,2633	0,0131	66.719	0,2493	0,0225
Rio Grande do Norte	233.979	268.273	274.317	34.294	0,1466	0,0076	6.044	0,0226	0,0022
Rio Grande do Sul	446.962	897.455	1.149.070	450.493	1,0779	0,0395	251.615	0,2804	0,0250
Rio de Janeiro	819.604	876.884	926.035	57.280	0,0699	0,0038	49.151	0,0560	0,0055
Santa Catarina	159.802	283.769	320.289	123.967	0,7758	0,0324	36.520	0,1287	0,0122
São Paulo	837.354	1.384.753	2.279.608	547.399	0,6537	0,0283	894.855	0,6462	0,0511
Sergipe	234.643	310.926	356.264	76.283	0,3251	0,0158	45.338	0,1458	0,0137

Fonte: DGE (1905, p. X-XI). Com adaptações.

Apesar de a DGE não informar na Sinopse as fórmulas de cálculo aplicadas na aferição das taxas de crescimento populacional, é possível inferir, pela análise dos resultados, que foram calculadas duas taxas: a Taxa de Crescimento Relativo e a Taxa de Crescimento Médio Anual (ou Taxa de Crescimento Geométrico, como é referida na Sinopse), em que N_f e N_i são o total da população apurada no início e no fim do período intercensitário, sendo que N_i é a população inicial considerada e N_f a população final considerada. O instante de tempo (t) corresponde ao período intercensitário em número de anos.

Para o período intercensitário de 1872 a 1890, no cálculo da Taxa de Crescimento Relativo, a população inicial (N_i) foi a registrada no Censo de 1872, e a população final (N_f) a registrada no Censo de 1890. O instante de tempo (t) considerado foi de 10 anos – apesar de transcorridos 18 anos entre um censo e outro. Já no cálculo da Taxa de Crescimento Anual, o instante de tempo (t) considerado foi de 18 anos. No interstício de 1890 a 1900, o instante de tempo (t) considerado no cálculo de ambas as taxas foi de 10 anos, sendo a população inicial (N_i) referente ao Censo de 1890, e a população final (N_f) referente ao Censo de 1900.

Para além da discussão sobre os resultados do Censo de 1900 em relação aos diferentes ritmos de crescimento da população entre os Estados, o cálculo das taxas em questão aponta um aspecto caro para as análises desta tese: a transição de uma análise do estado para uma análise do movimento da população. Conclui-se que essa transição é produto da disponibilidade de dados organizados nos Censos de 1872 e 1890, bem como da regulamentação do Registro Civil em 1888, dados esses que, aliás, foram utilizados para confrontar, confirmar e completar os dados do recenseamento de 1900, ou seja, nesse momento a estatística pública no Brasil já contava com séries históricas de dados demográficos.

Observa-se um deslocamento do simples registro e contagem, fonte de dados objetivos sobre o presente, para o uso do cálculo das probabilidades, possibilitando a projeção do futuro, indicando cenários sustentados em cálculos numéricos. Neste sentido, o recurso à teoria da probabilidade iria fornecer subsídios para o planejamento administrativo, conferindo condições de previsibilidade, numericamente sustentada. (GOUVÊA; XAVIER, 2013, p. 101).

Superava-se assim uma análise do estado populacional e instituía-se uma análise do movimento populacional, na qual se compara a população em diferentes tempos (FERRARO, 1979). O diretor da DGE à época, João Sabino Damasceno, na introdução da Sinopse, chama à atenção para o modo como essa análise foi tomada como estratégia na superação das dificuldades impostas pelos diversos problemas de ordem operacional nesse censo:

Acredito que o terceiro Recenseamento do Brasil, embora incompleto em muitas localidades fornecerá dados muito mais aproximados da verdade do que os anteriores. De alguns Estados as informações recebidas podem ser consideradas - completas -, muito embora de um ou outro districto se tenham extraviado os boletins censitários. De outros as falhas do serviço poderam ser até certo ponto sanadas com o recurso de cálculos feitos sobre bases diversas de modo a permittir o confronto dos resultados obtidos. De outros, e esses em pequeno número, felizmente á falta de melhores elementos, recorreu-se, para o cálculo das populações deficientes, á comparação dos resultados dos recenseamentos anteriores. (DGE, 1905).

Nessas idas e vindas da apuração do Censo de 1900, os dados acabaram dispersos pela Sinopse de 1905 e pelo Relatório de 1908. Os dados educacionais encontram-se no Relatório divulgado em 1908. Foram publicados os resultados com o número de alfabetizados e analfabetos entre brasileiros(as) e estrangeiros(as) menores de 15 anos e maiores de 15 anos (Tabela 8):

Tabela 8 – Grau de instrução da população, segundo a idade de referência no Censo de 1900 – Brasil

Sexo	Analfabetos brasileiros		Analfabetos estrangeiros		Analfabetos de nacionalidade ignorada		Total de analfabetos
	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	Menores de 15 anos	Maiores de 15 anos	
Homens	3.171.812	2.480.815	86.613	163.805	13.393	30.955	5.950.393
Mulheres	3.062.723	3.294.186	82.883	171.184	12.411	25.602	6.648.989
Total	6.234.535	5.775.001	172.495	334.989	25.804	56.557	12.599.382

Fonte: DGE (1908, p. 32). Com adaptações.

Nesses dados, ao contrário do observado no Censo de 1890, o estado educacional da população (alfabetizada e analfabeta) é discriminado para a população abaixo e acima dos 15 anos. Tal aspecto demonstra que, nesses dois Censos (1890 e 1900), ora uma faixa etária, ou idade de referência, não é considerada, ora é considerada.

Diferentemente do Censo de 1872, que escrutinou a frequência escolar na faixa etária de 6 a 15 anos, priorizando, portanto, dados relativos à instrução primária, os Censos de 1890 e 1900 não se propuseram a fazer uma estatística escolar; o foco era investigar o grau de instrução da população pela variável ‘Sabe ler e escrever/Não sabe ler nem escrever’, independentemente da frequência escolar, sobretudo porque as operações censitárias realizadas até então eram consideradas excessivamente minuciosas (OLIVEIRA, 2003).

No Censo de 1910, as perturbações de ordem política foram determinantes para sua não execução, sobretudo as fortes disputas em torno do controle do poder central e da sucessão presidencial. A natureza federalista do regime republicano, do ponto de vista das

características políticas básicas, não apresentou grande ruptura em relação ao Império. No início da Primeira República, manteve-se o predomínio das oligarquias locais, compostas pelos grandes proprietários de terras, que estabeleciam as regras do jogo político, resultando nas passagens históricas resumidas na política dos governadores, na política do café com leite e no coronelismo (FAUSTO, 2008). Nesse ínterim, algumas alterações foram processadas, como a substituição do voto censitário – baseado no direito de voto daqueles que possuíam rendas – pelo direito de voto a todos os brasileiros natos ou naturalizados que fossem alfabetizados; e os novos partidos no âmbito dos Estados representavam a oposição entre os monarquistas (liberais e conservadores) e os republicanos.

Rompido o pacto de alternância do poder que caracterizava a “política do café com leite”, os anos de 1909 e 1910 assistiram a uma acirrada disputa pela Presidência da República. Vitoriosa a candidatura de Hermes da Fonseca, este se defrontaria, nos primeiros meses de seu mandato, com o levante conhecido como a Revolta da Chibata. Num clima de crise militar e convulsão política, em que o governo recorreu ao Estado de Sítio, o Decreto do 4º Censo, firmado pelo Presidente Nilo Peçanha, não chegou a sair do papel. (OLIVEIRA, 2003, p. 21).

Nesse clima político de disputas entre as oligarquias locais pelo controle do poder central, o Censo Demográfico previsto para 31 de dezembro deixou de ser executado:

O [IV] Censo Decenal da República deveria realizar-se em 31 de dezembro de 1910, mas, por motivos conjunturais, cuja crítica minuciosa consta do relatório apresentado pelo Diretor Geral de Estatística ao Ministro da Agricultura, em fevereiro de 1915, deixou de ser levado a efeito na época prefixada, transferido que foi para 30 de junho do ano seguinte, sendo afinal definitivamente suspensos os respectivos trabalhos, após o dispêndio de avultadas verbas. Responde pelo malogro do Censo de 1910 o cerceamento da autonomia da Diretoria Geral de Estatística, por força das condições especiais em que se encontrava o País, então profundamente agitado por perturbações de ordem política. (IBGE, 2003).

Superadas as dificuldades da primeira década do século XX, o Censo de 1920 foi executado em 1º de setembro,⁵⁶ prescrevendo em seu regulamento a coleta de dados sobre a população, sobre a indústria, o comércio e a agricultura.

Nunca antes o País planejara tão minuciosamente um recenseamento; e jamais o fizera de fato geral, populacional e também econômico. Um planejamento minucioso, amplo e irrestrito, obtendo cadastros (até mesmo fazendo-os), traçando divisões dos espaços urbanos, e rurais, começara antes mesmo da aprovação da legislação pertinente, autorizando a realização censitária, e aportando-lhe orçamento. O conteúdo e o cuidado dos planos atestavam maturidade, mesmo quando vistos com os olhos de hoje, mais ainda para os padrões da época. Não apenas foi pensado o trabalho de campo, o que era comum, mas também as demais etapas do processo de trabalho, sobretudo a apuração, sempre um ponto fraco do processo censitário, seu verdadeiro calcanhar de Aquiles. A apuração foi pensada antes, o que era raro, vale dizer, antes mesmo de iniciado o trabalho de campo (coleta), já se concebera a apuração, já se idealizara a divulgação dos resultados. Para cortar os prazos, pensou-se nas máquinas de apuração, e se as trouxe à rotina; feito isso, desde o início, a metade do sucesso estava garantido. (SENRA, 2006a, p. 498).

A métrica do progresso permanecia como fundamento sociopolítico das operações censitárias. Fundamentada na quantificação e na comparação, passou a demandar a demonstração da trajetória da sociedade e da nação dentro do processo de modernização e civilização, cujo ponto futuro eram os países industrializados da Europa e os EUA. O Norte desse censo seria demonstrar como o Brasil se ombreava com as nações modernas. As estatísticas deveriam projetar e firmar a nova imagem do Brasil pela pujança das suas riquezas naturais, da sua agricultura, da sua indústria nascente e pela expansão da instrução pública (OLIVEIRA, 2003).

Esse Censo foi regulamentado pela Lei nº 4.017, de 9 de janeiro de 1920, e pelo Decreto nº 14.026, de 21 de janeiro. Nesses instrumentos normativos, a DGE continuava como a ‘cabeça’ na coordenação-geral do censo (na Capital Federal, o recenseamento seria realizado diretamente por seus funcionários) e na apuração e divulgação dos resultados; nos Estados, foram nomeados delegados gerais e seccionais, com as atribuições de coordenar e

⁵⁶ Houve um significativo engajamento da imprensa, sobretudo dos jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, em defesa da realização do Censo de 1920. Articulistas dos jornais *O Paiz* e *A noite* empreenderam um caloroso debate, no ano de 1919, sobre a importância da realização desse recenseamento, em virtude do fracasso do Censo de 1910. Promulgada a lei e o regulamento do censo em janeiro de 1920, teve início uma forte propaganda do governo, com o apoio da imprensa, no sentido de conscientizar e engajar a população a participar da operação censitária. Pouco a pouco, ao longo do primeiro semestre de 1920, o recenseamento foi empolgando a imprensa e os demais setores da sociedade. A Igreja Católica, por intermédio dos bispos, nas principais capitais brasileiras, foi convocada a exortar seus rebanhos a participar. As Forças Armadas (Exército e a Marinha) foram empregadas na divulgação, com a tarefa de distribuir folhetos informativos à população sobre a importância do censo (SENRA, 2006a).

fiscalizar a coleta e a remessa dos dados para a DGE; nos Municípios e nos distritos, foram formadas comissões censitárias, destinadas a montar as equipes de agentes recenseadores e de agentes especiais para fiscalização (SENRA, 2006a).

As experiências acumuladas nos Censos de 1890 e 1900 em relação aos atrasos na apuração fizeram com que fosse estipulado um prazo para a execução do trabalho, conforme previsto no Art. 16 da Lei nº 4.017/1920: “Os trabalhos do recenseamento, inclusive a publicação dos resultados parciais e totais, deverão ficar concluídos no prazo máximo de quatro anos, a contar de 1 de setembro de 1920 [sic]” (BRASIL, 1920). Nesse sentido, os resultados começaram a ser divulgados em 1922, e o Censo foi concluído em 1930. Senra (2006a) aponta que as publicações divulgadas em 1929 e 1930, apesar de extrapolarem em muito o tempo previsto, já tinham seus dados apurados dentro do prazo estipulado pelo instrumento legislativo de regulação do Censo.

Seguindo um plano editorial minucioso, que consistia não apenas em apresentar os dados em tabelas, as publicações com os resultados desse Censo caracterizam-se por um amplo estudo, no qual se observam a definição de parâmetros estatísticos, o cálculo de taxas e coeficientes, o cruzamento de diferentes bases de dados, a elaboração de gráficos e infográficos, etc., algo até então inédito na divulgação dos resultados dos censos. Para a divulgação, foi confeccionada e impressa uma série de cinco volumes, organizados por tema e conteúdo (Quadro 12):

Quadro 12 – Publicações da DGE com os resultados do Censo de 1920 – Brasil (continua)

Volume	Tema	Conteúdo	Data
Vol. 1	Introdução	Aspectos físicos do Brasil: geologia, flora e fauna. Evolução do povo Brasileiro: histórico dos inquéritos demográficos.	1922
	Anexos	Decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento.	1922
Vol. 2 (1ª parte)	População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)	Histórico da cidade e dos inquéritos censitários. Crescimento e distribuição da população, segundo o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a idade, o grau de instrução, os defeitos físicos e as profissões.	1923
Vol. 2 (2ª parte)	Agricultura e Indústria (Distrito Federal)	Área e valor dos imóveis rurais. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado. Produção agropecuária e florestal. Mecanismos e instrumentos agrários. Beneficiamento da produção. Indústria. Modo de organização, capital empregado e época da fundação das empresas. Força motriz. Pessoal. Período de funcionamento das fábricas. Principais despesas anuais. Produção. Salários.	1923
Vol. 2 (3ª parte)	Estatística predial e domiciliária do Rio de Janeiro	Estatística predial. Natureza, condição, número de pavimentos, propriedade e densidade dos prédios. Estatística domiciliária. Aplicação, natureza e densidade dos domicílios. Distrito Federal.	1924

Quadro 12 – Publicações da DGE com os resultados do Censo de 1920 – Brasil (conclusão)

Volume	Tema	Conteúdo	Data
Vol. 3 (1ª parte)	Agricultura	Superfície territorial, área e valor dos imóveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado.	1923
Vol. 3 (2ª parte)	Agricultura	Superfície do Brasil. Área recenseada e área cultivada. Produção agrícola. Produção florestal. Produção animal.	1923
Vol. 3 (3ª parte)	Agricultura	Instrumentos e máquinas agrícolas dos estabelecimentos rurais. Beneficiamento da produção.	1927
Vol. 4 (1ª parte)	População	População por Estados, Municípios e distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.	1926
Vol. 4 (2ª parte/Tomo I/Tomo II)	População	População por Estados, Municípios e distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.	1928
Vol. 4 (3ª parte)	População	População por Estados e Municípios, segundo os defeitos físicos, a idade, o sexo e a nacionalidade.	1928
Vol. 4 (4ª parte)	População	População por Estados e Municípios, segundo o grau de instrução, a idade, o sexo e a nacionalidade.	1929
Vol. 4 (5ª parte/Tomo I/Tomo II)	População	População por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões.	1930
Vol. 4 (6ª parte)	Estatística predial e domiciliária do Brasil	Estatística Predial: natureza, condição, número de pavimentos, propriedade e densidade dos prédios, por Estado, Município e distrito. Estatística domiciliária: aplicação, natureza e densidade dos domicílios.	1930
Vol. 5 (1ª parte)	Indústria	Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento da fábrica. Principais despesas de custeio. Produção anual.	1929
Vol. 5 (2ª parte)	Salários	Taxas do salário profissional nas indústrias, segundo a idade e o sexo dos operários jornaleiros. Confronto regional dos salários médios. Taxa do salário diário nas profissões rurais.	1928
Vol. 5 (3ª parte)	Complemento do censo econômico	Empresas de eletricidade. Iluminação. Abastecimento de água. Esgotos. Usinas açucareiras.	1929

Fonte: Senra (2006a, p. 531-534).

Os dados educacionais foram divulgados no Volume IV (4ª parte – *População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos, segundo o gráo de instrucção, por idade, sexo e nacionalidade*). Fez-se um minucioso apanhado do estado educacional da população, abrangendo dados sobre o analfabetismo, os estabelecimentos de ensino, as matrículas e o gasto público destinado à manutenção do ensino primário. Os números da instrução pública foram confrontados com distintos aspectos da população, na busca por estabelecer padrões, médias e regularidades, pelas quais se poderiam conhecer os possíveis desvios e riscos em relação ao progresso da educação.

As análises principiaram pelo número de escolas primárias e sua distribuição segundo a dependência administrativa (federal, estadual, municipal, privada). Os censos predial e domiciliário forneceram os dados sobre os prédios e as residências (públicos e privados) utilizados como escolas nas áreas urbanas e rurais. Do total de 21.748 escolas de ensino primário em funcionamento no ano de 1920, 4.712 (22%) eram mantidas pelos Municípios; 9.612 (44%) eram subvencionadas pelos Estados; 6.977 (32%) eram custeadas por particulares; e 447 (2%) mantidas pela União (DGE, 1928, p. IV).

Com base nos dados das receitas e despesas da União, dos Estados e dos Municípios divulgados na publicação *Estatísticas das finanças do Brasil*, elaborada pela DGE em 1926, foram apresentados a despesa nominal e o percentual da receita aplicada pelos Municípios e o Distrito Federal, no ano 1919, na oferta e manutenção da instrução primária (Tabela 9):

Tabela 9 – Despesa com a instrução pública dos Estados e Distrito Federal - Brasil

Estados e Distrito Federal	Receita (em mil réis)	Despesa com instrução pública	
		Importância (em mil réis)	% da receita
Alagoas	879:206\$	3:342\$	0,40
Amazonas	2.333:189\$	6:497\$	0,30
Bahia	9.452:885\$	43:2215\$	4,60
Ceará	1.076:681\$	9:155\$	0,90
Distrito Federal	51.013:314\$	12.330:677\$	24,20
Espirito Santo	1.201:136\$	17:434\$	1,50
Goyaz	635:567\$	76:112\$	12,00
Maranhão	1.451:476\$	138:876\$	9,60
Matto Grosso	1.462:206\$	49:258\$	3,40
Minas Geraes	14.781:944\$	415:726\$	2,80
Pará	7.856:282\$	353:014\$	4,50
Parahyba do Norte	771:004\$	49:276\$	6,40
Paraná	2.260:128\$	18:617\$	0,80
Pernambuco	5.771:356\$	331:075\$	5,70
Piauí	596:320\$	21:350\$	3,60
Rio de Janeiro	7.401:184\$	185:575\$	0,50
Rio Grande do Norte	606:399\$	82:560\$	13,60
Rio Grande do Sul	20.246:234\$	771:251\$	3,50
Santa Catharina	1.768:197\$	127:392\$	7,20
São Paulo	38.420:466\$	650:666\$	1,70
Sergipe	574:816\$	16:596\$	2,60
Total	170.559:990\$	16.085:670\$	9,40

Fonte: DGE (1928, p. VI).

Nota-se, pela inserção desses dados no Relatório do Censo, que as receitas e despesas públicas com a educação primária eram um componente de verificação de como os governos subnacionais administravam os recursos públicos destinado à sua oferta. Essa discussão já havia sido recorrentemente observada nos Relatórios dos Presidentes das Províncias ao longo da segunda metade do século XIX, ou seja, a disseminação de dados da contabilidade pública⁵⁷ encontrou nesses relatórios seus primeiros repositórios, conforme observado no capítulo anterior, ao passo que no Censo de 1920 esses dados passaram a compor o plano de análise estatística. No contexto da métrica do progresso, o controle das finanças públicas representava uma resposta à necessidade dos governos (central e local) em conhecer o meio em que atuavam e as modificações que o afetavam, de modo a determinar a ação pública e suas repercussões, algo que se tornou essencial, no século XX, para administração racional e técnica dos Estados modernos. Dessa forma, é necessário que os dados estatísticos dispersos sejam inscritos em um esquema coerente, que ponha em evidência suas relações recíprocas. Tal aspecto foi destaque na análise da correlação entre a oferta da educação primária e os gastos públicos dos Municípios:

Segundo consta de estatísticas officiaes, todas as Municipalidades do Brazil dispenderam, em 1919, com a instrucção publica, sómente cerca de 9,4% do total das suas rendas, [...] porcentagem assás inferior á applicada pelos Estados para identico fim (12,8%). Conforme mostram os algarismos abaixo mencionados, applicaram á instrucção publica menos de 1% das suas rendas as municipalidades dos Estados de Alagôas (0,4%), Amazonas (0,3%), Ceará (0,9%), Paraná (0,8%) e Rio de Janeiro (0,5%), variando os coefficients, verificados nos outros Estados, entre o maximo de 13,6%, no Rio Grande do Sul, e o mínimo 'de 1,5%, no Espírito Santo [*sic*]. (DGE, 1928, p. VI-V).

O relatório segue com a análise da oferta da educação primária segundo a população escolar (em idade escolar) e o número de matrículas (frequência escolar), em razão do número de escolas primárias (federais, estaduais, municipais e particulares) nos Estados (Tabela 10):

⁵⁷ A contabilidade pública no Brasil teve início no período colonial, com o surgimento das primeiras alfândegas em 1530, destinadas ao controle contábil do comércio. No século XVII, voltou-se para a tributação e a fiscalização da mineração, com a criação das Casas de Fundação e da Moeda. No início do século XIX, com a chegada da Coroa portuguesa, criou-se o Erário Régio, que estabeleceu regras contábeis para administração da Fazenda Real. A partir de então, a escrituração contábil tornou-se obrigatória para os órgãos públicos. Após a Independência, a Constituição de 1824 estabeleceu os princípios gerais da administração pública e criou o Tesouro Nacional e as Tesourarias Provinciais, para executar, controlar e escriturar as receitas e as despesas públicas, além de estabelecer a elaboração anual do orçamento público, visando ao controle periódico das receitas e despesas. Na segunda metade do século XIX, a contabilidade pública no Brasil entraria em fase de caos, pois os relatórios e balanços contábeis, tanto do Governo Central quanto dos governos provinciais, eram elaborados de forma intempestiva e sem um padrão nos procedimentos. Tal aspecto perdurou até as primeiras décadas da República; a ausência de um sistema de contabilidade pública organizado motivou a recusa da Inglaterra em conceder um empréstimo ao Brasil em 1914 (CONCEIÇÃO, 2012).

Tabela 10 – Número de escolas, população em idade escolar e frequência escolar por Estados e no Distrito Federal – Brasil

Estados e Distrito Federal	Escolas	População em idade escolar		Frequência escolar	
		Total	Estimativa por escola	Matriculados	Por escola
Alagoas	528	192.074	364	16.059	30
Amazonas	232	56.426	243	8.249	36
Bahia	1.695	557.995	329	68.782	41
Ceará	697	225.247	323	31.671	45
Distrito Federal	680	172.467	251	112.955	165
Espirito Santo	365	76.641	210	16.537	45
Goyaz	245	84.256	344	9.679	40
Maranhão	415	144.400	348	21.043	51
Matto Grosso	232	44.457	192	8.961	39
Minas Geraes	3.694	1.318.365	357	254.446	69
Pará	620	239.684	387	31.154	50
Parahyba do Norte	439	204.524	466	19.816	45
Paraná	723	131.544	186	27.625	38
Pernambuco	1.290	344.048	267	52.445	41
Piauhy	226	110.875	491	8.751	38
Rio de Janeiro	1.076	250.093	232	58.852	55
Rio Grande do Norte	337	85.578	254	16.330	48
Rio Grande do Sul	3.241	470.123	145	136.599	42
Santa Catharina	884	183.164	207	46.984	53
São Paulo	3.757	732.081	195	289.291	77
Sergipe	369	77.168	209	13.400	36
Total	21.748	5.704.393	262	1.249.449	57

Fonte: DGE (1928, p. VI). Com adaptações.

O acesso à instrução primária foi calculado pela razão entre o número de matrículas de alunos(as) em idade escolar (6 a 15 anos) e a população na mesma faixa etária, ou seja, foi realizado o cálculo da Taxa de Atendimento Escolar (Tabela 11).

Tabela 11 – Taxa de Atendimento Escolar por Estados, segundo o Censo de 1920 – Brasil

Estados e Distrito Federal	População escolar			Matrículas nas Escolas Primárias					
				Nº por sexo			Em relação à população escolar		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	% masc.	% fem.	% total
Alagoas	84.592	107.482	192.074	7.866	8.193	16.059	9,30	7,62	8,36
Amazonas	28.782	27.644	56.426	4.564	3.685	8.249	15,86	13,33	14,62
Bahia	282.600	275.395	557.995	35.671	33.111	68.782	12,62	12,02	12,33
Ceará	114.480	110.767	225.247	16.729	14.942	31.671	14,61	13,49	14,06
Distrito Federal	86.299	86.168	172.467	55.810	57.145	112.955	64,67	66,32	65,49
Espirito Santo	38.557	38.084	76.641	9.503	7.034	16.537	24,65	18,47	21,58
Goyaz	43.560	40.699	84.259	5.486	4.193	9.679	12,59	10,30	11,49
Maranhão	73.207	71.193	144.400	11.481	9.562	21.043	15,68	13,43	14,57
Matto Grosso	25.655	18.802	44.457	5.474	3.487	8.961	21,34	18,55	20,16
Minas Geraes	674.605	643.760	1.318.365	146.396	108.050	254.446	21,70	16,78	19,30
Pará	123.671	116.013	239.684	17.205	13.949	31.154	13,91	12,02	13,00
Parahyba do Norte	102.717	101.807	204.524	9.723	10.093	19.816	9,47	9,91	9,69
Paraná	77.574	56.970	134.544	16.030	21.595	37.625	20,66	37,91	27,96
Pernambuco	171.684	172.364	344.048	24.469	27.976	52.445	14,25	16,23	15,24
Piauhy	56.613	54.272	110.885	4.621	4.130	8.751	8,16	7,61	7,89
Rio de Janeiro	126.902	123.191	250.093	32.941	25.911	58.852	25,96	21,03	23,53
Rio Grande do Norte	42.968	42.790	85.758	8.818	7.512	16.330	20,52	17,56	19,04
Rio Grande do Sul	239.396	230.727	470.123	76.629	59.970	136.599	32,01	25,99	29,06
Santa Catharina	93.292	89.872	183.164	25.530	21.454	46.984	27,37	23,87	25,65
São Paulo	372.655	356.426	729.081	156.292	132.999	289.291	41,94	37,31	39,68
Sergipe	38.894	38.274	77.168	6.791	6.609	13.400	17,46	17,27	17,36
Brasil	2.898.703	2.802.700	5.701.403	678.029	581.600	1.249.449	23,39	20,75	21,91

Fonte: DGE (1928, p. V). Com adaptações.

Para o cálculo da Taxa de Atendimento Escolar, foram considerados todos os indivíduos na faixa etária de 6 a 15 anos (população em idade escolar), sem discriminar se eram alfabetizados ou não, em razão do número de matrículas nas escolas primárias. Em relação às matrículas nas escolas primárias, a origem desse dado foi omitida na publicação. Não foi informada qual a base de dados que sustentavam esses números, tampouco se essas matrículas correspondiam à frequência de alunos(as) na faixa etária de 6 a 15 anos. Mesmo diante da ausência dessa informação, nota-se que houve um esforço para calcular a Taxa de Atendimento de acordo com as seguintes fórmulas de cálculo, informadas na publicação:

$$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de matrículas por sexo}}{\text{População escolar por sexo}} \times 100 \quad (1)$$

$$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ total de matrículas}}{\text{População escolar total}} \times 100 \quad (2)$$

A discussão desses resultados na publicação aponta que a escassez de recursos aplicados no custeio da educação primária resultaria na deficiência da cobertura da população escolar na maioria dos Estados:

Para demonstrar essa necessidade, basta fazer o confronto do numero de escolas com a matricula dos alumnos, em 1920, nos varios estabelecimentos escolares [...] Exceptuado o Districto Federal, onde a matricula attinge, em 1920, á média de 166 alumnos, verifica-se em todos os Estados um numero médio de matrículas - assás reduzido, variando entre o minimo de 30 alumnos, no Estado de Alagôas, e o maximo de 77, no Estado de São Paulo. Em todo o Brazil, a matricula média por escola, em 1920, não excede de 57 alumnos. Tomando-se por base a frequencia escolâr, correspondente em 1920 a 68 % da matricula [...]. Maior é ainda a deficiencia, em relação á população escolar, nas médias correspondentes á matricula dos alumnos. No Brazil, considerado em globo, a relação porcentual attinge a 23,39 matrículas, no sexo masculino, 20,37 matrículas no sexo feminino, e 21,90 matrículas, nos dois sexos ; variando nos Estados as mesmas relações desde o maximo de 64,67 %, 66,32% e 65,49 %, no Districto Federal, até o mínimo de 8,16 %, 7,28% e 7,73 %, no Piauihy. Destacam-se no quadro estatístico, com mais apreciaveis coefficients, os Estados de São Paulo (41,94 %, 36,81 % e 39,52 %) e do Rio Grande do Sul (32,01%, 25,99 % e 29,06 %) [sic]. (BRASIL, 1928, p. VII).

Esse diagnóstico não foi uma novidade trazida pelos números do Censo de 1920. Tal condição se arrastava desde o período imperial, quando já era amplamente conhecido que a instrução primária estava muito longe de atingir parâmetros mínimos de cobertura da população em idade escolar nos moldes dos países industrializados, devido à distribuição desigual da população no território e à baixa frequência à escola (ZICHIA, 2008). Nos Relatórios dos Presidentes das Províncias, no período de 1834 a 1889, por diversas vezes foi reiterado que a frequência à escola primária era baixíssima, sendo um dos maiores entraves citados para garantir a expansão da oferta da instrução primária.

Dessa forma, as leis, decretos e regulamentos, do Império aos primeiros anos da República, apontam uma preocupação com o número de escolas, sua gestão e método; o foco recaía sobre a oferta da instrução primária, provida por províncias marcadas pela desigualdade de recursos e pela concentração da população (ZICHIA, 2008). Assevera o diagnóstico

estatístico do Censo 1920 que o problema da educação não estava circunscrito à escassez dos recursos públicos, nem a solução ao seu aumento progressivo, mas perpassava pela adoção de medidas mais eficazes, que obrigassem a frequência à escola (BRASIL, 1920, p. VII).

A análise segue com a comparação entre os resultados dos Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920, com objetivo de examinar a trajetória do estado educacional da população em relação aos coeficientes de analfabetismo e alfabetização por grupo de 1.000 habitantes (Tabela 12):

Tabela 12 – Coeficiente de analfabetismo da população acima de 6 anos, segundo os Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920 – Brasil

Censo	Sabe ler	Não sabem ler	Total
1872	1.564.481 186	6.834.253 814	8.398.734 1.000
1890	2.120.559 185	9.324.332 815	11.444.891 1.000
1900	4.448.681 331	8.973.578 669	13.422.259 1.000
1920	7.454.698 309	16.684.601 691	24.139.299 1.000

Fonte: DGE (1920, p. IX). Com adaptações.

Por constituírem uma grande base de dados quantitativos, as análises presentes no Censo, em sua maioria, eram do tipo transversal, que aborda o estado da população em um único momento, ou seja, no ano de execução do censo, sem compará-la com resultados anteriores. Essa análise transversal prevaleceu nos Censos de 1872 e 1890 e começou a mudar no de 1900, quando os componentes da dinâmica populacional são considerados para o cálculo estimativo do tamanho da população dos Estados em que houve falhas na operação de recenseamento que resultaram em subnotificações. Essa análise das séries históricas de dados populacionais empregada em 1900 para estimar a população passou a ser empregada nos dados educacionais coletados no Censo de 1920.

Ao comparar o estado educacional (alfabetização e analfabetismo) e proceder ao cálculo dos coeficientes para os três censos anteriores, os parâmetros estatísticos adotados expressam o esforço dos poderes administrativos da República em mapear o movimento das variáveis educacionais pela elaboração desses indicadores, que buscam comparar o estado educacional da população em diferentes momentos, portanto introduzem uma análise do movimento educacional da população pelo estoque de analfabetos, com o objetivo de aferir o progresso da nação no enfrentamento ao analfabetismo.

Dessa forma, os resultados do censo foram utilizados como um indicativo da trajetória a ser seguida e da meta a ser alcançada, conforme destacado na introdução do Volume IV (4ª parte):

O ASSUMPTO ora versado nesta publicação é de indiscutível relevancia. Os elementos estatísticos nella reunidos fornecem valioso subsidio para o esclarecimento e a solução de um problema que deve preoccupar bastante, não só a attenção dos dirigentes, como tambem â. daquelles que se interessam verdadeiramente pelo futuro do Brazil. Analysando os algarismos representativos da cultura intellectual dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, em 1920, teve a Directoria Geral de Estatística o ensejo de assignalar que, em materia de instrucção elementar, não chegára ainda a capital da Republica, naquella época, ao gráo de aperfeiçoamento a que já haviam attingido, na America e na Europa, outros centros urbanos de igual importancia; estando bem longe de poder adaptar a pratica da Hollanda, da Noruega, da Dinamarca e da Suissa, que aboliram por inutil, nos inqueritos censitarios, o quesito relativo ao analphabetismo. Ora, se assim succedia, em 1920, na principal cidade do Brazil, evidentemente muito mais precarias deviam ser, na mesma época, as condições do paiz, quanto a instrucção publica, na restante e enorme área do territorio nacional. Entretanto, apreciando os algarismos colligidos no recenseamento de 1920 em confronto com os registrados em períodos anteriores, nota-se que, embora vagaroso o progresso do ensino elementar no Brazil, vae se operando continuamente, em todos os Estados, a redução do coefficiente dos analphabetos. Para esse resultado favoravel, muito têm contribuído as providencias tomadas ultimamente pelas administracções locaes, no sentido de melhorar a cultura intellectual do povo brasileiro quanto á instrucção primaria, mais cuidada e melhor diffundida, graças ao auxilio prestado ás Municipalidades pelo governo da maior parte dos Estados [*sic*]. (DGE, 1928).

Nesses termos, aferição do movimento educacional da população foi um componente de suma importância para identificar a distância em que o país se encontrava perante a meta de se equiparar com as nações industrializadas e modernas. Nesse momento, foi operada uma mudança nas regras que presidiam as formas de medir, uma mudança de métrica.

Se, durante o século XVIII até a independência, em 1822, os instrumentos utilizados e as estatísticas produzidas buscavam por evidências, com vistas a apoiar a ação pública voltada ao controle da população em termos militares e fiscais, no período pós-Independência, paulatinamente, essa métrica viria a ser substituída pela métrica do progresso do Estado nacional moderno, cuja instrução pública se inseria como uma dimensão de importante aferição.

Nesse caminho, o instrumento do censo se consolidou e começou a incorporar dados/variáveis sobre o ‘estado intelectual’ da população. Medir e descrever a presença física do Estado pelo número de escolas, alunos(as), professores(as), funcionários(as), gasto

público, etc. tornou-se imprescindível para demonstrar como a nação brasileira pretendia, ou desejava, equiparar-se às nações desenvolvidas.

O censo, seus resultados, os parâmetros e as análises estatísticas adotadas nas operações de 1872, 1890 e 1900 configuram-se como o instrumento e a técnica fundamentais na produção das evidências necessárias ao agir do Estado sobre a população. E os dados educacionais foram inseridos, tratados e discutidos no intuito de demonstrar como a educação pública estatal se espalhava pelo imenso território. Entretanto, o instrumento, seus dispositivos e a técnica utilizada eram portadores de um quadro cognitivo, social e normativo cujo escopo não considerava a educação como um direito universal:

Se nos países ditos centrais, a comparação internacional viabiliza o monitoramento reflexivo das capacidades governativas, no Brasil ela será vista como revelação de uma fraqueza, que deve ser combatida em nome da aspiração progressista partilhada pelas elites, em seu afã de encontrar seu lugar entre a civilização europeia e a barbárie que as cercava. Esta fraqueza seria ora ocultada, ora relativizada no discurso oficial do Império. Independentemente de sua magnitude, a simples revelação numérica de taxas como as de analfabetismo [...] credenciavam o país ao seletivo grupo de nações que já haviam realizado ou estavam realizando um censo moderno. No entendimento técnico e político da época, a realização da contagem exaustiva, se bem-sucedida, já era, em si mesma, um dos indicadores de desenvolvimento dos Estados. Os censos permitiam às elites apresentar e documentar suas aspirações como se fossem realidades estabelecidas. (CAMARGO, 2016, p. 127).

Em decorrência disso, era necessário obliterar da imagem da nação o conflito entre o progresso e sua herança mais pujante, legado de um passado marcado pela escravidão: a imensa massa populacional que, por reiterados anos e governos, foi deixada de fora da instrução pública provida pelo Estado. Assim, a métrica do progresso apoiava-se no ideário dos grupos dominantes, que compartilhavam condições econômicas e sociais próprias, apropriando-se da educação.

Após a abolição da escravidão, na transição do Império para República, o instrumento do censo tornou-se exclusivo nas operações censitárias – os Registros Paroquiais foram substituídos pelo registro civil, e os registros administrativos ficaram circunscritos às rotinas burocráticas no interior das províncias. Porém o cenário político nas primeiras décadas do século XX acabou por inviabilizar ou tornar sem efeito as operações censitárias. Retomadas essas operações com sucesso em 1920, a métrica do progresso foi a régua em que tanto o Estado quanto a sociedade buscaram se referenciar, contudo a técnica e análise estatística mudaram. A partir desse momento, não os números não seriam apenas descritos; eles também passariam a ser associados ao tamanho da população e a sua distribuição, na busca por

mensurar o quanto a educação provida pelo Estado era capaz de garantir o acesso à escola e formar os cidadãos e cidadãs necessários ao progresso.

Como produto dos censos realizados, a DGE organizou para cada um deles um conjunto de publicações (relatórios e sinopses estatísticas) contendo a apresentação e a análise dos dados coletados. Para a preparação desses documentos, foram utilizadas informações de outras bases, tais como os registros administrativos dos Estados, o registro civil, os registros da contabilidade pública, etc. Foram formulados indicadores (Quadro 13) e séries retrospectivas, com o objetivo de reconstruir a evolução da instrução pública e do estado educacional da população.

Quadro 13 – Composição dos dados e estatísticas produzidas nos primeiros recenseamentos nacionais, associados à educação – Brasil (continua)

Censo	Dados coletados	Descrição das variáveis	Indicadores	Inferências
1872	Demográficos	Sexo (homens/mulheres)	Nº de analfabetos por 100 habitantes na condição de livres.	Nível educacional da população (estoque educacional da população acima de 15 anos (alfabetizada e analfabeta), segundo sua idade, sexo, condição social (livres e escravos) e localização territorial. Estoque de escolarização (frequência escolar da população de 6 a 15 anos).
		Condição social (livre/escravo)		
		Idades	Nº de analfabetos por 100 habitantes na condição de livres, excluída a população menor de 5 anos.	
	Educaçãois	Grau de instrução (saber ler e escrever/analfabetos)	População de 6 a 15 anos por 100 habitantes na condição de livres que frequenta a escola.	
Frequência escolar da população de 6 a 15 anos (frequente/não frequente)				
1890	Demográficos	Sexo (masculino/feminino)	Não foram calculados indicadores	Nível educacional da população (estoque educacional da população acima de 15 anos (alfabetizada e analfabeta) segundo sexo, condição social (livres e escravos) e sua localização territorial.
		Nacionalidade (brasileiros/estrangeiros)		
		Idades		
	Educaçãois	Sabem ler e escrever		
		Não sabem ler nem escrever		
1900	Demográficos	Sexo (homens/mulheres)	Não foram calculados indicadores	Nível educacional da população (estoque educacional da população acima de 15 anos (alfabetizados e analfabetos), segundo sexo, idade, nacionalidade, religião e localização territorial.
		Nacionalidade (brasileiros/estrangeiros/ignorada)		
		Religião (católicos/protestantes)		
	Educaçãois	Analfabetos brasileiros (maiores de 15 anos e menores de 15 anos)		
		Analfabetos estrangeiros (maiores de 15 anos e menores de 15 anos)		

Quadro 13 – Composição dos dados e estatísticas produzidas nos primeiros recenseamentos nacionais, associados à educação – Brasil (conclusão)

Censo	Dados coletados	Descrição das variáveis	Indicadores	Inferências
1900	Educaçãois	Analfabetos de nacionalidade ignorada (maiores de 15 anos e menores de 15 anos)	Não foram calculados indicadores	Nível educacional da população (estoque educacional da população acima de 15 anos (alfabetizados e analfabetos), segundo sexo, idade, nacionalidade, religião e localização territorial.
		Analfabetos católicos		
		Analfabetos protestantes		
1920	Demográficos	Sexo (masculino/feminino)	Nº e média de alunos(as) por escolas primárias. Nº de alunos(as) de 7 a 14 anos por escolas primárias. Taxa de Atendimento Escolar. Coeficiente de analfabetos por 1.000 habitantes. Coeficiente de analfabetos da população acima de 6 anos por 1.000 habitantes. Coeficiente de analfabetos da população acima de 15 anos por 1.000 habitantes. Coeficiente de analfabetos por sexo e por 1000 habitantes. Coeficiente de analfabetos por sexo, faixas etárias e por 1.000 habitantes. Taxa de analfabetismo por sexo, faixas etárias e nacionalidade.	Nível educacional da população (estoque educacional da população acima de 6 anos e acima de 15 anos (alfabetizada e analfabeta), segundo sexo, idade e localização territorial. Estoque de escolarização (frequência escolar da população de 7 a 14 anos), segundo sexo, idade e localização territorial.
		Idades		
		Nacionalidade (brasileiros/estrangeiros)		
	Educaçãois	Nº de escolas primárias		
		Grau de instrução (sabe ler e escrever/não sabe ler nem escrever)		
		Frequência escolar da população escolar 7 a 14 anos (frequente/não frequente)		

Fonte: elaborado pelo autor com base em DGE ([1874?]); DGE (1898); DGE (1903); DGE (1905); DGE (1905); DGE (1908); DGE (1928).

Os Censos de 1872 a 1920, ao formar bases dados demográficos (sexo, idade, nacionalidade e religião) e os indicadores do estado educacional da população (alfabetizado/analfabetos), tornaram possível a descrição das condições da população em termos educacionais no momento (ou ano) da operação censitária, associadas aos aspectos relativos à sua estrutura, segundo características como sexo, idade, condição social, cor, raça,

etc., e a sua localização e distribuição territorial (FERRARO, 2002). Desse modo, esses indicadores do estado educacional da população buscavam identificar, descrever e avaliar as várias dimensões da realidade educacional do país em um construto final que cumprisse o objetivo de indicar o quanto a instrução pública provida pelo Estado alcançara a população no território nacional.

E os resultados – aquilo que indicavam os indicadores –, desde 1872, apontavam uma quase infindável massa populacional de analfabetos, que necessitava da instrução primária. Sobre esses temas, as sinopses estatísticas apresentam avaliações que demonstram a dimensão política de interpretação dos dados. Os resultados dos Censos colocam o analfabetismo como a principal variável interveniente no progresso material e moral da nação. Parafraseando Forquim (1995), o analfabetismo é um fato estatístico irrecusável nesses tempos.

No Censo de 1920, a análise retrospectiva dos dados educacionais corresponde à expectativa dos poderes administrativos constituídos e da sociedade em não só olhar o passado, mas também projetar ou estimar cenários futuros. Em vista disso, descrever para conhecer tornou-se insuficiente; era necessário planejar e predizer para calcular o futuro e estabelecer controle sobre as possibilidades educacionais.

O Censo é um instrumento de políticas públicas concebido não apenas para a administração racional do Estado e das coisas públicas, mas também como uma ação pela qual se governa a crescente complexidade das relações sociais, sobretudo pelo seu movimento em termos de aspectos educacionais. Portanto, na ocasião, não bastava apenas demonstrar por números a presença da instrução pública, tornava-se necessário comparar o passado e o presente, a fim de predizer possíveis metas, tendo como réguas o progresso, a civilização e a modernidade.

A busca por medidas precisas dos aspectos educacionais da população, a construção de equivalências e a observação de distorções em relação aos aspectos educacionais das populações de outros países traduziram os interesses dos atores políticos e sociais na época, principalmente em relação à construção de novas formas de medir os aspectos populacionais, substituindo antigas práticas de contagem e administração da população por modernas tecnologias de quantificação. É o caso do uso de estimativas populacionais para determinar a população em idade escolar em períodos intercensitários e proceder ao cálculo da Taxa de Atendimento de Escolar. Todavia, esse indicador, derivado do Censo de 1920, trouxe consigo uma questão amplamente debatida, desde o Império, relativa ao ensino primário obrigatório. Dessa forma, urge investigar como, nos primeiros anos da República, a frequência escolar e o ensino obrigatório se tornaram variáveis recenseáveis.

5 A FABRICAÇÃO DE DADOS E INDICADORES DO PROGRESSO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste capítulo, são investigadas a produção e a difusão das estatísticas escolares no período da Primeira República. Foram analisadas três publicações da DGE: o Relatório de 1903, o Anuário Estatístico Brasileiro (AEB) e o Inquérito Censitário Escolar. Para esse fim, apresenta-se o contexto geral do arranjo federativo republicano e sua influência na coleta, no tratamento e na difusão das estatísticas escolares, sobretudo das relativas à instrução pública primária, com o objetivo de analisar o contexto e a produção do primeiro Inquérito Censitário Escolar no Brasil (Censo Escolar) e as mudanças efetuadas nos dados e nas variáveis de aferição da instrução pública. O capítulo conclui que a coleta mais padronizada de dados nacionais, possibilitada especialmente pelo primeiro Censo Escolar, demonstra uma mudança na métrica do progresso, que transita da aferição do estado educacional da população (estoque de alfabetizados e analfabetos) para a aferição da oferta e do acesso ao ensino primário, com a matrícula e a frequência obrigatória da população em idade escolar.

5.1 REPÚBLICA, ELEIÇÕES E ANALFABETISMO

Nas primeiras décadas republicanas, as relações históricas e estruturais da sociedade brasileira mantiveram-se intactas. A reprodução do modelo social e econômico prosseguiu continuamente desde os períodos colonial e imperial. Carvalho (1998) afirma que o federalismo estabelecido com o golpe republicano de 1889 tinha por base uma realidade sociológica que vinha desde a época colonial. As elites governantes, formadas por proprietários de terras, homens e brancos, autorreconheciam-se como os únicos cidadãos portadores dos direitos de cidadania. Isso estava expresso desde o texto constitucional de 1824, que vedava a participação política aos mendigos e analfabetos (BRASIL, 1891, art. 70). Os dados do primeiro recenseamento geral do país apuraram que, entre a população masculina, apenas 23% sabiam ler e escrever. A questão do analfabetismo, portanto, é posta como um problema eminentemente político, vinculado à questão eleitoral.

Na Constituição de 1824, o reconhecimento como cidadão restringia-se àqueles nascidos no país, aos ingênuos ou libertos. Estavam também excluídos do voto todos aqueles cuja renda líquida anual fosse inferior a 100 mil réis (BRASIL, 1824, art. 92). Os assalariados eram excluídos por dependerem economicamente dos patrões (CARVALHO, 1996).

As análises do mundo rural do Império, que respondia por 80% da população e por quase toda a riqueza, concordam em que se tratava de um mundo oligárquico dominado por grandes proprietários com seus escravos e seus dependentes. Era um mundo sem direitos civis e em que os direitos políticos eram tutelados pelos senhores de terra. (CARVALHO, 1998, p. 179).

Na República, o aumento da renda mínima para a inscrição como eleitor e o aumento das exigências para comprovação de renda reduziram o número de votantes para 100 mil. A questão do voto expõe a natureza das relações políticas estabelecidas no regime federalista republicano, conforme apontam Schwarcz e Starling (2015, p. 322):

[...] [o voto] era entendido como moeda de troca, as relações de poder se desenvolviam a partir dos municípios, e na ponta desse relacionamento está o fenômeno do coronelismo. Coronel era o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que ligou os proprietários rurais ao governo. Com a República, a Guarda perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservavam o poder político nos municípios onde viviam. Daí em diante, o coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociação entre os chefes locais e os governadores dos Estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional, baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas fazendas e latifúndios brasileiros.

Ao analisar o exercício da cidadania no Brasil durante a transição do século XIX para o século XX, Carvalho (1996, p. 5) afirma que, “[...] além da capacidade política de votar e ser votado, os principais pontos de contato entre o cidadão e o Estado no Brasil do século XIX foram a Guarda Nacional, o serviço militar, o serviço do júri, o recenseamento e o registro civil”. A Constituição de 1891 determinou as bases institucionais do novo regime: presidencialismo e federalismo. Implementou-se uma série de mudanças, para bem marcar a ruptura com o passado Imperial, e a Igreja foi apartada do Estado pela criação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. O federalismo, por vez sua vez, organizava o novo regime em bases descentralizadas: as províncias se tornaram Estados, com maior autonomia e controle fiscal, enterrando de vez o centralismo monárquico do passado como componente institucional de coesão nacional (SCWARCZ; STARLING, 2015).

Nesse sentido, essa secularização do aparato administrativo e institucional na Primeira República passou a requerer procedimentos e técnicas racionais, que envolviam, cada vez mais, o processo de obtenção da empiria necessária para se governar a população. Assim se explicam as medidas secularizadoras adotadas pela República, como a supressão dos símbolos religiosos nas repartições públicas, a instituição do casamento civil, a laicização dos cemitérios e da instrução pública (CARVALHO, 1996). Esse tempo de transição cultural e

política, enquanto elemento que sustentaria uma recém-criada República federativa, estava imbricado com a realidade educacional do país, que reverberou em um debate público na sociedade brasileira, cujos argumentos em discussão classificavam o evidente analfabetismo da população como um entrave ao progresso e uma afronta aos princípios liberais e republicanos.

O escritor José Veríssimo (1857-1916), na obra *A Educação Nacional*, publicada sob a forma de artigos no periódico *Jornal do Brasil*, em 1892, debate sobre a importância da instrução primária na construção da República. O escritor tece críticas às condições decadentes da instrução pública, que se arrastavam desde o Império, e aponta que antigas batalhas, como o enfrentamento ao analfabetismo, eram fundamentais para o processo de formação do caráter nacional e do cidadão patriótico e republicano (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Destacam Schueler e Magaldi (2009, p. 41):

[Veríssimo] Argumentava que, a despeito das mudanças, a educação escolar republicana trazia aspectos de continuidade em relação à época progressista. A crítica mais contundente dirigia-se ao que considerava excessos do regime federativo implantado pela República. Para ele, a situação do ensino primário teria se agravado ainda mais, pois, sob a forma da federação, foi concedida a cada Estado plena liberdade para gerir os negócios da instrução pública. Em suas considerações sobre a temática educacional, o autor parecia se aproximar de um personagem, criado por um dos maiores escritores da época, o Conselheiro Aires, de Machado de Assis, em *Esau e Jacó*. Para o Conselheiro, assim como para Veríssimo, talvez o regime político tivesse “*trocado a roupa*”, sem que tivesse “*mudado de pele*”. (grifos no original).

Veríssimo, tendo como base o cenário educacional apurado pelo primeiro (1872) e o segundo (1890) censos nacionais, registra que a instrução pública no Brasil não ia nada bem, ao pontuar a estreita associação entre a escolarização da população e a construção da nação e do progresso. Essas críticas demonstram que a aferição estatística da realidade educacional incitava tensões entre os poderes administrativos e a sociedade. Ou seja, as estatísticas não eram puramente técnicas. Em outras palavras, elas originavam preocupações difusas, que, na Primeira República, deixaram inquietos tanto os poderes administrativos constituídos quanto a sociedade. Conforme aponta Paiva (1990, p. 10),

A divulgação dos índices de analfabetismo em diferentes países do mundo na virada do século releva que a questão vinha adquirindo nos países centrais e, certamente, tocou os brios nacionais. Entre os países considerados, o Brasil ocupava a pior posição, divulgando-se internacionalmente os dados oferecidos pelo Censo de 1890, que indicava a existência de 85,21% de iletrados, considerando-se a população total. Tais índices chegavam a 82,63% se excluídos os menores de cinco anos. Em 1900 esse índice era de 74,59%, incluindo o Distrito Federal (onde eram certamente mais elevados

os níveis de alfabetização), caindo para 69,63% se fossem excluídos os menores de cinco anos.

O analfabetismo era o inimigo público, a variável social e o foco das tensões entre a civilização e a barbárie, o entrave ao progresso da nação. Entendendo a nação como uma comunidade política imaginada, como propõe Benedict Anderson, sem a difusão das letras, da cultura ilustrada e de uma instrução primária que permitisse aos cidadãos e cidadãs da República compartilhar a leitura dos periódicos, frequentar os círculos literários, as bibliotecas, os teatros, votar e participar da vida política, não seria possível aos membros dessa comunidade criar uma “camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008), fundamental para a construção da nacionalidade e para a adesão da população às ideias e aos sentidos do progresso.

Essa tensão pública entre os elevados níveis de analfabetismo e o quadro cognitivo do progresso prosseguiria nas primeiras décadas da República, a partir da aferição dos censos. Foi o momento historicamente situado em que as estatísticas do estado educacional da população reverberaram os impasses entre o passado, o presente e o futuro desejado. E a ação pública no enfrentamento desse problema avaliava como fundamental a construção de referenciais e de um conjunto de matrizes cognitivas e normativas que definissem, ao mesmo tempo, os instrumentos com os quais a sociedade, cada vez mais complexa, pudesse se reconhecer e agir sobre ela mesma, bem como os temas e espaços de sentido nos quais os grupos sociais iriam interagir (MÜLLER, 2018).

5.2 INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

As quatro décadas da Primeira República no Brasil (1890, 1900, 1910 e 1920) foram palco de intensas transformações no campo educacional. Nessas primeiras décadas, educação e trabalho se apresentaram como alternativas para superar o atraso intelectual e material em que o país se encontrava e figuraram como a única via de preparação da população para forjar uma sociedade livre e apta a seguir nas sendas do progresso.

O país, nesse momento, ainda conservava a feição rural de outros tempos: cerca de 60% da população residia em zonas rurais. A taxa de analfabetismo permanecia alta e era bastante homogênea no território, com percentuais muito próximos do Norte ao Sul do país, com exceção da Capital Federal, conforme destaca Paiva (1987, p. 84), e os censos evidenciavam essa situação: no Censo de “[...] 1890 [fora] apurada a existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); o de 1900 encontrou

75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos)”.

Embora o país fosse predominante rural, o crescimento urbano e industrial tomava corpo e demandava a qualificação da população para o trabalho industrial. O trabalho nas zonas rurais também exigia mudanças, tendo em vista que a estrutura do trabalho nesses locais havia sido alterada com o fim da escravidão e a inserção de trabalhadores livres na execução das tarefas produtivas do campo.

As ações políticas se voltaram para a formação de um novo cidadão, isto é, era parte dos ideais republicanos “desemburrar” o homem, proporcionando-lhe os saberes elementares que garantissem a sua participação nas ações políticas e econômicas, nascentes no final do século XIX. Podemos destacar que, se antes o sistema de produção era essencialmente agrário e a maioria da população pobre acreditava ser desnecessário qualquer tipo de instrução formal para o exercício da atividade no campo, com o advento da República surgiram as primeiras tentativas de implantação de um parque fabril, sendo indispensável a formação de mão de obra que pudesse atuar na produção em larga escala, com o mínimo de desperdício. (SILVA, 2019, p. 151).

Na Constituição de 1891, a distribuição de competências entre os entes da federação colocou sob responsabilidade da União o provimento da instrução pública primária e secundária apenas no Distrito Federal. Quanto aos demais entes, os Estados mais ricos assumiram diretamente a oferta da instrução pública primária e secundária, enquanto os Estados mais pobres transferiram essa responsabilidade para os Municípios (OLIVEIRA, 2010, 2012). Essa transferência de responsabilidades para Estados e Municípios motivou um atendimento educacional diferenciado entre os entes, principalmente

[...] nos Estados do Sul e Sudeste que assumiram a responsabilidade pelo atendimento educacional e construíram, ao longo do século XX, sistemas próprios de ensino, recorrendo subsidiariamente aos municípios; [enquanto] os Estados do Norte e Nordeste em que estes se omitiram de construir um sistema de ensino de massas, tal responsabilidade foi precariamente assumida pelos municípios. (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Diante dessa organização, surgiram diversas propostas de reforma da instrução pública, muitas das quais no âmbito da União, e outras a partir de iniciativas dos Estados. Conforme aponta Vieira (2008), a Primeira República foi pródiga na formulação de propostas de reforma da instrução pública. Registram-se entre 1890 e 1925: a Reforma Benjamin Constant (1890-1891); a Reforma Epitácio Pessoa (1901); a Reforma Rivadávia Corrêa (1911); a Reforma Carlos Maximiliano (1915); e a Reforma João Luiz Alves (1925).

Esse conjunto de reformas, de acordo com os apontamentos de Nagle (1976), fora marcado por um intenso debate sobre o modelo de organização da instrução pública, sobre os investimentos na expansão das escolas e sobre a importância da escolarização em massa da população.

Nagle (1976, p. 99) destaca esse momento como o instante de tempo em que se difundiram discursos⁵⁸ pela ampliação das instituições escolares e pela disseminação da educação escolar como o único caminho possível para “[...] incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo”. Alcançar essa meta demandou uma nova configuração para a instrução pública. Os poderes administrativos da União e dos Estados se preocupavam, essencialmente, em revisar as normas, de forma a garantir a institucionalização do ensino (SILVA, 2019). Entre 1890 e 1925, ampliou-se a legislação nacional de educação (Quadro 14):

Quadro 14 – Legislação nacional de educação afeta à instrução primária e secundária – Brasil (1890-1920)
(continua)

Tipo de norma	Data	Ementa	Abrangência
Decreto nº 981	8 de novembro de 1890	Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal.	Ensino Primário e Ensino Secundário
Decreto n. 982	8 de novembro de 1890	Altera o Regulamento da Escola Normal da Capital Federal.	Escola Normalista
Decreto nº 1.075	22 de novembro de 1890	Approva o Regulamento para o Gymnasio Nacional.	Ensino Ginasial
Decreto nº 3.890	1º de janeiro de 1901	Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.	Ensino Superior e Secundário
Decreto nº 3.914	26 de janeiro de 1901	Approva o Regulamento para o Gymnasio Nacional.	Ensino Ginasial
Decreto nº 8.659	5 de abril de 1911	Aprova a Lei Organica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República.	Ensino Superior e Ensino Primário
Decreto nº 8.660	5 de abril de 1911	Aprova o Regulamento do Collegio Pedro II.	Ensino Secundário

⁵⁸ Nagle (1976) aponta que uma das principais transformações sociais observadas na Primeira República foi o surgimento de dois movimentos no campo educacional: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. O entusiasmo pela educação, conforme explica o autor, pautou-se na concepção de que, por meio da ampliação das escolas e da difusão da cultura escolar, far-se-ia a incorporação de grande parcela da população e, desta maneira, seria possível trilhar os caminhos do progresso, firmando o país no seletivo grupo das nações cultas. Esse movimento teria um caráter quantitativo, pautado nos argumentos de expansão das escolas e de alfabetização da população. Já o otimismo pedagógico apoiava-se na ideia de que certas teorizações sobre o processo de escolarização apontavam para a formação dos cidadãos brasileiros, um movimento de caráter qualitativo, voltado para a transformação do ensino, com o objetivo de melhoria das condições didáticas e pedagógicas das redes de instrução pública.

Quadro 14 – Legislação nacional de educação afeta à instrução primária e secundária – Brasil (1890-1920) (conclusão)

Tipo de norma	Data	Ementa	Abrangência
Decreto nº 11.530	18 de março de 1915	Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica	Ensino Superior e Ensino Secundário
Decreto nº 16.782-A	13 de janeiro de 1925	Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providencias.	Ensino Primário e Ensino Secundário

Fonte: elaborado pelo autor com base em Vieira (2008).

As normas nacionais do período regulamentaram o ensino superior e o secundário. O ensino primário recebeu apenas dispositivos pontuais, por tratar-se de prerrogativa administrativa dos Estados. Essas normas, todavia, não correspondem a uma organização sistêmica do ensino primário e secundário, mas sim a um conjunto de decretos que regulamentavam aspectos específicos dessas etapas de ensino. Esse quadro normativo reforçava os princípios constitucionais e federativos que determinavam aos entes subnacionais, sobretudo aos Estados, a competência de prover o ensino primário e secundário; e à União, a responsabilidade pelo ensino superior, além do ensino primário e secundário no Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro).

Como efeito direito, alguns Estados também reformariam suas legislações educacionais, com intuito de organizar suas respectivas redes de ensino, colocando-as em consonância com o prescrito pelas normas nacionais. Nesse mesmo período, a reorganização administrativa das redes de ensino de São Paulo e Minas Gerais são paradigmáticas, pois o prescrito e executado por esses entes federativos foi tomado como referência para outros Estados, como Ceará, Maranhão, Espírito Santo e Mato Grosso (ALMEIDA, 2009; REIS, 2011; FRANCO; ASSIS, 2013), conforme destaca Souza (2009, p. 69):

No início do século XX, governos e responsáveis pela educação em vários estados brasileiros viam o sistema de ensino público implantado em São Paulo como uma referência, um sistema modelar a ser adotado, com ou sem reparos, nas mais diferentes regiões do país. O prestígio irradiado pelas iniciativas implementadas no início da República sobrepujava, no imaginário das elites políticas e intelectuais, os inúmeros problemas existentes no aparelho escolar de São Paulo. A força dessa representação, ainda pouco explorada na historiografia da educação brasileira, ancorava-se nos ideais liberais de educação, na crença no poder da escola e no modo de conceber o desenvolvimento regional e nacional atrelado à modernização nacional.

Complementando esse argumento, vale citar Faria Filho (2000), que destaca a criação dos grupos escolares em Minas Gerais como um recurso da época para reorganizar o ensino e reinventar as escolas, com o objetivo de tornar mais crível e efetiva a escolarização de conhecimentos necessários para a construção de uma racionalidade alinhada aos princípios republicanos e instituir uma cultura urbano-industrial.

De um modo geral, a preocupação política e administrativa do momento era expandir a escolarização formal da população. Os poderes administrativos, tanto na União quanto nos Estados, por intermédio de sucessivas reformas, buscaram estabelecer uma estrutura administrativa que fosse capaz de sustentar e expandir as redes escolares de instrução pública. Desse modo, entre 1889 e 1920, ampliou-se o *corpus* da legislação educacional em âmbito nacional e estadual, com uma profusão de leis e decretos para regulamentar a escola primária e secundária, com o claro objetivo de reformar os “escombros da instrução pública” herdada do Império e inaugurar novos tempos, uma nova Era de reinvenção da educação nos moldes republicanos (SCHUELER; MALGADI, 2009).

5.3 DADOS E INDICADORES DA EXPANSÃO ESCOLAR NA REPÚBLICA: A DIFÍCIL TAREFA DE ORGANIZAR AS ESTATÍSTICAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

O projeto educacional republicano das primeiras do século XX colocou em evidência a urgente expansão do ensino primário como o remédio para todos os males que afligiam o país (SALDANHA, 1992; SILVA, 2019). Dessa maneira, para que se conhecesse como e para onde a instrução primária deveria se expandir, era necessário aferir a situação real da população em idade escolar. Portanto, organizar e padronizar a produção e a disseminação das estatísticas educacionais e escolares tornou-se questão de primeira ordem.

Conforme apontado nos capítulos anteriores, é *mister* concluir que, durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a produção das estatísticas educacionais ficaram circunscritas às operações decenais do censo e, ao mesmo tempo, as estatísticas escolares eram derivadas dos registros administrativos das províncias e depois dos Estados. Dessa maneira, os dados e as informações sobre a instrução pública no país, nesse momento, foram produzidos por instrumentos distintos: censos e registros administrativos. Esses dois instrumentos produziram uma dispersão das informações estatísticas, que impôs aos poderes administrativos da República a imperiosa tarefa de padronizar e organizar nacionalmente as estatísticas escolares e educacionais. Neves e Faria Filho (2002, p. 33) destacam que:

Embora pudéssemos sentir a preocupação com a realização de estatísticas educacionais desde a Segunda metade do século XIX, nem a Monarquia, em toda sua duração, nem a República, nos seus primeiros anos, conseguiram dar conta de organizá-las.

A tarefa nesse momento assemelhava-se à montagem de um quebra-cabeça sobre um tabuleiro, no qual os Estados detinham a autonomia para a produção das estatísticas públicas, bem como para legislar e organizar a instrução primária e secundária, desde 1834. Embora a DGE tivesse como uma de suas atribuições, desde sua fundação, em 1871, organizar e disseminar as estatísticas dos diversos ramos dos serviços públicos, a produção dos dados estatísticos era uma atividade circunscrita às burocracias especializadas no interior dos entes subnacionais. A Lei nº 4.676, de 14 janeiro de 1871, determinou que os trabalhos da DGE deveriam ser divididos em três seções temáticas, sendo a 3ª seção responsável pela coleta e disseminação de todos os dados relativos ao estado político, intelectual e moral da população. Apesar de sua atribuição administrativa fundamental ser a organização dos censos decenais, a DGE incorporou também a tarefa de fazer a coleta, o tratamento e a agregação dos dados escolares:

Art. 5º Os trabalhos concernentes á estatística do estado politico, intellectual e moral do Imperio, devem comprehender: § 2º Quanto ao estado intellectual: 1º O numero das escolas publicas e o das particulares de instrucção primaria de meninos e de meninas; e o numero de alumnos e alumnas, que as frequentam, por Provincias, municipios e parochias; 2º O numero das escolas publicas e das particulares de instrucção primaria para adultos, e o numero de alumnos por Provincias, municipios e parochias; 3º O numero das escolas normaes primarias para o professorato, e o numero de alumnos-mestres que as frequentam por Provincias, municipios e parochias; 4º O numero dos collegios, lyceus, gymnasios e institutos de instrucção secundaria, assim publicos como particulares, em cada Provincia, municipio e parochia, e o numero de alumnos que os frequentam, divididos por sexos e idades; 5º O numero e a séde dos estabelecimentos de ensino superior, com indicação da natureza do ensino e o numero de alumnos que frequentam cada um delles; 6º O numero e a séde dos estabelecimentos de ensino especial, comprehendidos os grandes seminarios, a escola militar, a academia de marinha, a academia imperial de bellas artes; o instituto commercial, o lyceu de artes e officios, as escolas agricolas, e semelhantes, e o numero dos alumnos que as frequentam; 7º O numero das pessoas de cada sexo encarregadas de cada um dos grãos de ensino primario, secundario e superior e do especial, com as necessarias distincções de cathedricos, substitutos, oppositores, demonstradores, adjunctos e repetidores, quer do ensino publico, quer do particular; 8º O numero, a séde e a denominação de todas as sociedades scientificas e litterarias, e o numero de socios honorarios, effectivos e correspondentes; [sic]. (BRASIL, 1871).

Com relação a essa atribuição, prevista na Lei nº 4.676/1871, Gil (2007) afirma que a crescente importância da instrução pública para as elites possibilitou a inclusão da

organização das estatísticas educacionais, ou, nos termos da época, as estatísticas do estado intelectual da população, como uma das atribuições da Diretoria. Destaca a autora:

A crescente importância dada pelas elites brasileiras à difusão da escola associada à circunstância de terem os responsáveis pela DGE especial apreço pelo assunto, favoreceram a inclusão das estatísticas de ensino entre as tarefas prioritárias da repartição. Embora se possa considerar, pelo olhar retrospectivo, que pouco se tenha feito naquele momento acerca do tema, fato é que as estatísticas da instrução estavam entre as atribuições da Diretoria e foram efetivamente organizadas – mesmo que em base simples – durante os primeiros anos de funcionamento do órgão. Os relatórios desses primeiros anos dedicam várias páginas aos arrolamentos dos números da educação primária e secundária nas províncias, o que não acontece para cada um dos assuntos cuja coleta de dados estava atribuída à repartição. (GIL, 2007, p. 60).

Neves, Faria Filho (2000) e Gil (2007) colocam uma importante discussão em relação à organização das estatísticas educacionais em fins do Império e nas primeiras décadas da República. De fato, os dados e as estatísticas escolares, encontravam-se dispersos pelos Relatórios das Províncias/Estados e, ao mesmo tempo, os censos coletavam dados e produziam estatísticas sobre o estado educacional da população pela aferição do estoque de alfabetizados e analfabetos. Esse aspecto deve-se à condição inerente ao processo de produção das estatísticas públicas, que envolvia as formas de coleta dos dados e seus instrumentos, bem como seu tratamento e sua disseminação, realizados pelos diferentes órgãos da estrutura administrativa alocados em sua cadeia de produção.

Nesse sentido, é importante ter em tela que as primeiras décadas da República apresentam um alto grau de incertezas quanto à organização institucional e administrativa, tendo em vista que as rotinas políticas e administrativas do Império foram quebradas com a passagem para a República, criando uma indefinição quanto aos procedimentos de governo em âmbito federal, exacerbada pela forte autonomia administrativa das oligarquias nos Estados (LESSA, 2001). A República, em seus primeiros momentos, implementou uma ordem política que guardava profunda correlação com o ‘federalismo monárquico’ do passado Imperial, no qual o Executivo federal dependia diretamente das bancadas legislativas estaduais (Política dos Governadores) e, em contrapartida, fortalecia essas oligarquias por intermédio das verbas federais (LESSA, 2001). Bello (1976), ao analisar esse período inicial da história republicana, aponta que as oligarquias estaduais fortalecidas converteram a Federação em um agrupamento de grandes e pequenos feudos, muito mais empenhados em seus interesses regionais do que nos interesses nacionais. E esse cenário, de acordo com Senra

(2006), acabou por embaralhar a produção das estatísticas públicas nacionais. Assevera esse autor em *Federação forte, estatísticas fracas*:

Fortalecia-se a federação. Os Estados, em especial os grandes, claro, faziam o que bem queriam. E não será diferente no que tange à elaboração das estatísticas. As ações da Diretoria Geral de Estatística - DGE serão ignoradas, até mesmo em seus esforços de fazer cumprir o preceito constitucional de fazer-se censo de dez em dez anos. Que nas demais estatísticas houvesse resistências e reticências, vá lá!, mas não o seria aceitável na dificuldade (se não mesmo negação) a um preceito constitucional. Mas se deu! A descentralização administrativa, com seus excessos, sacrificou interesses nacionais, entre os quais a elaboração das estatísticas. Ora, à época, afora os censos, as estatísticas eram derivadas, essencialmente, dos registros administrativos. Na essência, a DGE assim atuava. Demandava informações aos “proprietários” dos registros, na grande maioria estaduais (pese haver os federais). Remetia-lhes algum formulário de agregação, em geral parecido com os quadros (tabelas) de divulgação (quando não os mesmos). Para bem fazê-lo, os técnicos da DGE deviam ter domínio do formato e do conteúdo dos registros, precisando supor que, entre os Estados, eles seriam os mesmos, ao menos bastante semelhantes. Nada disso ocorria, em geral. E quando ocorria, implicava, inevitavelmente, imputar atividade complementar aos operadores dos registros, vale dizer, além de preenchê-los, conservá-los, e usá-los no sentido gerencial, agora, aos mesmos registros deviam voltar, num manuseio “especializado”, diferente do habitual, no sentido da elaboração das estatísticas. Ora, por simples que fosse essa tarefa, era uma tarefa adicional; e aos leigos talvez não fosse fácil e simples. (SENRA, 2006, p. 54-55).

Também era trabalho da DGE, desde sua fundação, em 1871, além de organizar os censos, instar os Estados e Municípios a informar os dados estatísticos dos diversos ramos dos serviços públicos. Sobre este trabalho, Gil (2007, p. 95) menciona que “[...] as limitações de comunicação e entendimento entre a Diretoria-Geral de Estatísticas e as diversas regiões do país [...] impediam a realização de confiáveis totalizações nacionais”. E, de fato, essas dificuldades apontadas pela autora foram por diversas vezes relatadas nas publicações oficiais da DGE, do Império à República.

Via de regra, os diretores da DGE reportavam em relatórios anuais as dificuldades de coletar informações junto aos poderes administrativos locais. Em relatório do ano de 1875, o diretor da DGE José Maria do Coutto informa ao ministro dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira as dificuldades impostas pelas autoridades das províncias no envio dos dados estatísticos requeridos:

Grandes e constantes têm sido os embaraços com que há luctado esta Directoria [para] organizar alguns dos múltiplos trabalhos que lhe estão cometidos. Si por algumas autoridades são fornecidos os dados com a melhor vontade, dedicação e probidade por outras são ministradas informações apenas incompletas [...] algumas auctoridades há que nem

siquier procuram atender as solicitações que lhes são dirigidas. [...] no relatório de 1873, na qualidade de diretor geral interino, tive a honra de apontar a V. Exc. os meios que me pareceram aceitáveis para obviar taes inconvenientes. O tempo e a pratica têm demonstrado a imprescindível necessidade que há de ser esta Directoria auxiliada por secções permanentes de estatísticas nas províncias ou por delegados seus nomeados pelo governo imperial. Só assim poderá ella marchar sem óbices e então conseguir todos elementos necessários á organização de qualquer ramo da estatística [*sic*]. (DGE, 1875, p. 5-6).

A proposta apresentada por José Maria do Coutto apontava para a necessidade de colocar na ponta do processo de produção das estatísticas, ou seja, dentro da burocracia provincial, funcionários nomeados pelo imperador ou por seus ministros, no intuito de dirimir as omissões dos poderes administrativos locais no envio das informações. Entretanto, essa precariedade no processo, relatada por Coutto em 1875, manteve-se nas primeiras décadas da República. No Relatório de 1903 encaminhado para o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o então diretor-geral da DGE, João Sabino Damasceno, destaca as dificuldades de coleta dos dados juntos às repartições públicas estaduais:

Apresento-vos os resultados dos trabalhos effectuados na Repartição a meu cargo, durante o anno de 1902, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 1º do Decreto 331 de 12 abril de 1890. O estreito, limitadíssimo mesmo, meio de acção de que disponho, em virtude da organização que trouxe para essa Repartição a última reforma, não me permitiu fazer mais do que irieis encontrar neste volume, e, devo mesmo dizer-vos, uma grande parte desse resultado foi obtido por um esforço, muito louvável, dos funcionários que aqui servem [...]. A despeito disso, entretanto, ainda não foi possível atingir a um estado de perfeição relativa, e o evidencia sobejamente a oscilação constante observada na remessa de informações de alguns Estados. E' preciso dizer mesmo, para justificar essas considerações que alguns desses funcionários já apresentaram como excusa ao fornecimento de informações a esta Repartição, o facto de serem funcionários estadoaes e não estarem assim presos ás disposições de leis federaes [*sic*]. (DGE, 1903, p. V-VI).

Essa crítica posta por Damasceno aos entraves colocados aos trabalhos da DGE é enfatizada nos comentários sobre os dados da instrução pública e privada encaminhados por alguns Estados em 1901, divulgados no Relatório de 1903. Destaca o diretor que as diferentes formas de organização da instrução pública e privada entre os Estados impôs dificuldades em padronizar um instrumento de coleta (questionários) que viabilizasse uma divulgação e um tratamento estatístico uniforme dos dados. Damasceno também critica a forma de organização da instrução pública nos Estados:

Grandes reformas têm sofrido esse importante ramo dos serviços públicos, sem que obedeçam a um systema geral único, que seria de vantagem incontestável para esta Repartição, porque formularia um typo só de

questionário, adotando igualmente para o trabalho de apuração das informações apenas um padrão de mappa [tabela]. Para avaliar-se bem a dificuldade com que lutou essa Directoria para sua realização, basta citar dois Estados, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. No primeiro, o Secretario do Interior, de então, Dr. José Izidoro Martins Junior, divorciava-se da opinião geral, no tocante á questão do ensino secundário, sendo adepto da sua manutenção a cargo do Estado. No segundo Estado era o próprio poder legislativo que retirava das Municipalidades qualquer atribuição referente ao ensino público, para entrega-lo somente ao poder executivo estadual, razão por que, no quadro [tabela] desenvolvido por municípios, deixa de figurar esse ultimo Estado [...]. Outros Estados, porém, mantiveram a teoria do ensino secundário em mãos particulares. Só esse ligeiro confronto, que acabamos de fazer, demonstra quão dificultosa torna-se para essa Repartição a execução de um trabalho qualquer que ele seja, em que as medidas em uso, formando a legislação que o rege, são por demais desencontradas [*sic*]. (DGE, 1903, p. 134-135).

A República herdou um sistema de ensino do Império bastante diversificado em sua forma de organização e de complexa administração, tendo em conta que a descentralização da instrução pública instituída pelo Ato Adicional de 1834 e mantida pelo princípio federalista constitucional de 1891 teve consequências, em virtude da transferência aos entes federados da competência para a oferta da instrução primária e secundária. Como se vê, todo o processo de federalização da República não apenas trouxe a impossibilidade de conformação de um sistema nacional de educação, mas também afetou o processo de construção de um sistema nacional de estatísticas públicas, cuja adversidade na construção das estatísticas da instrução pública espelha as dificuldades de coordenação e cooperação administrativa entre os entes federados nas primeiras décadas republicanas.

Em 1916, Bulhões Carvalho voltou a repercutir as dificuldades de cooperação e coordenação entre a União, os Estados e os Municípios no processo de produção das estatísticas da instrução pública. No relatório dirigido ao então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. José Rufino Beserra Calvacanti, Carvalho tece críticas contundentes às dificuldades de coleta dos dados sobre a instrução pública e particular, que se arrastavam desde a criação da DGE, ainda no Império:

A estatística do ensino público e privado representa o mais extenso e penoso dos serviços incumbidos á 4^a Secção. A arduidade desse encargo é irrecusável, uma vez que se atenta á circumstancia de não terem conseguido o Ministério dos Negócios do Império, durante todo o extinto regimen político, e a Repartição de Estatística, desde o seu estabelecimento, em 1871, até 1907, organizar trabalho algum que desse idéa suficientemente aproximada das condições do Brazil, sob este relevante aspecto [...] [*sic*]. (DGE, 1916, p. 108).

Carvalho destaca que os dados sobre a instrução pública primária, referentes ao número de alunos(as) e escolas, coligidos entre 1871 e 1884, apresentavam uma série de falhas, omissões e duplicidades, que os tornaram, em suas palavras, “inaproveitáveis” (DGE, 1916, p. 109). E ainda aponta que, no interstício de 1884 a 1903, esses dados desapareceram das publicações oficiais da DGE e dos ministérios. Assevera Carvalho:

Depois desses números, vindos a lume em 1883 e 1887, nada mais apareceu, acerca do mesmo objeto, em documentos officiaes, até ano de 1903 quando a Directoria Geral de Estatística apresentou os resultados das pesquisas que fizera com referência ao anno de 1901. Taes resultados, apesar de limitada a indagação ao número de escolas e á respectiva matricula, são absolutamente inaproveitáveis, pela sua notória deficiência, posta ainda mais em evidencia por innumeradas duplicatas [*sic*]. (DGE, 1916, p. 109).

A crítica de Carvalho em 1916 é a mesma que fora feita pelo diretor-geral da DGE José Sabino Damasceno em 1903. Em ambos os casos, as críticas são direcionadas aos procedimentos de produção dos registros administrativos escolares nos Estados e Municípios, que, em virtude da diversificada forma de organização da instrução pública, impunham dificuldades ao processo de coleta das informações.

Todavia, o que os diretores da DGE alertavam é que as condições da época inviabilizaram a produção de estatísticas escolares mais refinadas e específicas, que dessem conta não apenas do estado educacional da população como um todo, mas também fornecessem informações completas, fidedignas e periódicas (ano a ano), com as quais fosse possível apurar o processo de expansão das escolas e a escolarização da população em cada um dos entes federados. Estes temas, expansão das escolas e escolarização da população, estavam diretamente associados à necessidade de escrutinar a frequência da população em idade escolar e à disponibilidade de escolas para oferta do ensino obrigatório. Nesse momento, esses temas, em voga e em debate desde o Império, tornaram-se variáveis com alto grau de importância para a aferição da expansão da instrução pública. Daí a necessidade de investigar os instrumentos elaborados para aferir essas variáveis, para além dos Censos Demográficos executados até esse momento.

5.4 PADRONIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA:

INSTRUMENTOS DE COLETA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DOS DADOS ESCOLARES

Na primeira década do século XX, o trabalho da DGE na elaboração das estatísticas públicas encontrou forte resistência por parte dos Estados e Municípios. Afora os dados gerados pelos censos, as estatísticas eram derivadas dos registros administrativos, cujos proprietários, em sua maioria, eram os poderes administrativos dos Estados. A DGE demandava aos entes federados o envio das informações, em geral utilizando algum formulário ou questionário para agregação dos dados requeridos.

Na execução dessa tarefa, os técnicos da Diretoria esbarravam na falta de padronização do conteúdo dos registros administrativos, pois, em geral, o formato destes variava de acordo com os Estados e os Municípios (SENRA, 2006a). Apesar dos esforços da DGE em coletar os dados, agregá-los e deles derivar as estatísticas, a organização política e administrativa nacional lhe impunha uma série de dificuldades, no sentido de fazer com que as Unidades da Federação, onde estavam os registros públicos com os dados primários, atendessem às requisições da Diretoria. Mesmo com as fortes críticas dos diretores da DGE à qualidade dos dados e à coleção de problemas relacionados ao processo de coleta e disseminação das estatísticas educacionais diante da forte autonomia administrativa dos entes federados, a DGE, no interstício de 1903 a 1927, reuniu em três publicações os dados da instrução pública coletados dos Estados e Municípios, com objetivo de padronizar e organizar as estatísticas escolares. Essas publicações são: o Relatório da DGE (1903), o Anuário Estatístico Brasileiro (1908 a 1912) e a Estatística da Instrução (1907 a 1914). Nesta tese, essas publicações são abordadas com objetivo de identificar os instrumentos utilizados na coleta dos dados escolares e as estatísticas deles derivadas.

5.4.1 O Relatório de 1903: a coleta dos primeiros dados escolares da República

A DGE, em virtude da ausência de dados consolidados para todo o país sobre a instrução pública primária e secundária em fins do século XIX e início do século XX, elaborou um questionário para ser encaminhado aos Estados no início do ano de 1901, com a finalidade de escrutinar o número de escolas e alunos(as) matriculados(as). Os dados requeridos estavam discriminados por escolas públicas e privadas, masculinas, femininas e mistas. Quanto aos(às) estudantes matriculados(as), os dados requeridos eram discriminados

por sexo (masculino/feminino) e faixas etárias: menores de 7 anos, de 7 a 14 anos e maiores de 15 anos (Figura 5):

Figura 5 – Instrumento elaborado pela DGE para a coleta de dados da instrução pública e privada em 1901

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA													
INSTRUCÇÃO PUBLICA													
Qual o numero de escolas existentes neste municipio em 1901 ?													
PUBLICAS													
de instrução primaria.....										Sexo masculino			
										Sexo feminino			
										Mistas			
de instrução secundaria.....										Sexo masculino			
										Sexo feminino			
										Mistas			
PARTICULARES													
de instrução primaria e secundaria.....										Sexo masculino			
										Sexo feminino			
										Mistas			
Numero de alumnos matriculados durante o mesmo anno nas diversas escolas													
ESCOLAS	Sexo		IDADES										
	N.	F.	Menores de 7 annos	7	8	9	10	11	12	13	14	Maiores de 14 annos	
Publicas de instrução primaria													
Sexo masculino.....													
Sexo feminino.....													
Mistas.....													
Publicas de instrução secundaria													
Sexo masculino.....													
Sexo feminino.....													
Mistas.....													
Particulares de instrução primaria e secundaria													
Sexo masculino.....													
Sexo feminino.....													
Mistas.....													
Ha escolas profissionais neste municipio (*) ?													
No caso affirmativo													
Quaes as suas designações ?			Quaes os seus fins ?			Quantos matriculados em 1901 ?							
						Mascullinos		Femininos					
Municipio..... em..... de..... de 190.....													
Estado d..... O.....													
(*) Nesses quesitos devem ser incluídas todas as escolas de instrução superior.													

Fonte: DGE (1903).

O processo de distribuição dos questionários aos Estados, bem como as formas de coleta dos dados e quem seria responsável direto por essa tarefa na burocracia dos entes subnacionais foram omitidos nos documentos da DGE. As instruções eram bastante precárias, e não havia orientações e regulamentos que estabelecessem normas e procedimentos vinculados a essa coleta, realizada em 1901. A única orientação disponível, informada no Relatório de 1903, dizia que os questionários seriam enviados aos Estados, que, por sua vez, os encaminhariam aos Municípios, para que fosse executada a coleta das informações requeridas. Entretanto, acredita-se, ou melhor, especula-se, salvo melhor juízo, que esse trabalho tenha sido realizado pelos funcionários da inspeção escolar nos Estados e Municípios.

A devolutiva desses questionários explicita as dificuldades reiteradamente mencionadas em relatórios anteriores da DGE. No trabalho de tratamento e análise dos dados escolares, relata-se que, dos 1.131 municípios existentes, 638 não retornaram as informações

requeridas; a Capital Federal (cidade do Rio de Janeiro) também não enviou as informações, perfazendo o total de 639 casos omissos; 46 Municípios enviaram informações incompletas; 446 enviaram informações completas; e o Estado do Rio Grande do Sul enviou o número de escolas primárias sem discriminar o quantitativo de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares, nem o quantitativo de Municípios que atenderam às solicitações da DGE (Tabela 13).

Tabela 13 – Devolutiva dos questionários encaminhados pela DGE aos Estados e Municípios em 1901 – Brasil

Estados e Capital Federal	Municípios					
	Dados				Taxa de resposta	Taxa de não resposta (%)
	Total	Completos	Incompletos	Não enviados		
Brasil	1131	446	46	639	43,5	56,5
Alagoas	34	12	2	20	41,2	58,8
Amazonas	25	4	1	20	20	80,0
Bahia	128	44	7	77	39,8	60,2
Capital Federal	–	–	–	–	–	–
Ceará	80	43	4	33	58,8	41,3
Espirito Santo	29	15	2	12	58,6	41,4
Goiás	37	21	2	14	62,2	37,8
Maranhão	53	19	4	30	43,4	56,6
Mato Grosso	12	2	1	9	25	75,0
Minas Gerais	136	34	4	98	27,9	72,1
Pará	50	13	0	37	26	74,0
Paraíba	36	18	2	16	55,6	44,4
Paraná	38	24	2	12	68,4	31,6
Pernambuco	58	28	4	26	55,2	44,8
Piauí	34	18	–	16	52,9	47,1
Rio de Janeiro	48	16	–	32	33,3	66,7
Rio Grande do Norte	37	20	1	16	56,8	43,2
Rio Grande do Sul	66	40	–	26	60,6	39,4
Santa Catarina	27	16	3	8	70,4	29,6
São Paulo	172	56	6	110	36	64
Sergipe	30	3	1	26	13,3	86,7

Fonte: elaborado pelo autor com base em DGE (1903).

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Considerando os Municípios que enviaram os dados completos, somados àqueles que enviaram os dados incompletos, a taxa de resposta do questionário foi de 43,5%, enquanto a

taxa de não resposta ficou em 56,5%. Excluídos os Municípios que enviaram os questionários incompletos – obviamente por essa condição criar problemas de totalização e gerar estatísticas pouco fidedignas – o percentual de retorno foi de 39,4%. Os Municípios dos Estados de Sergipe (86,7%), do Amazonas (80%), do Mato Grosso (75%), do Pará (74%) e de Minas Gerais (72,1%) apresentaram elevadas taxas de não resposta ao questionário. Santa Catarina foi o Estado com a maior de taxa de resposta: 70,4% dos Municípios atenderam ao requerimento da DGE.

Fato é que uma parcela significativa dos Municípios foi omissa à requisição de informações encaminhada pela DGE. Se adicionarmos na taxa de não resposta aqueles Municípios que enviaram dados incompletos, a omissão de informações salta de 56,5% para 60,5%. Essa baixa adesão à solicitação da DGE nessa coleta de dados em 1901 levou o diretor-geral da repartição à época, João Sabino Damasceno, a registrar uma contundente crítica à administração pública dos Estados e Municípios. Assevera Damasceno que,

Em diversos serviços, que tem procurado realizar esta Repartição, encontra logo grandes dificuldades, porque tudo está dependendo de informações [...]. Quer dizer, portanto, que ficamos á mercê da compreensão que cada indivíduo tenha do desempenho da sua função, para obter-se algum esclarecimento que possa ser proveitoso. De tal modo esta Repartição terá, forçosamente, de apresentar trabalhos incompletos, como este, o que acarretará para seus créditos tão graves prejuízos, que poderão até affectar a sua própria existência [...]. E' preciso, penso, deixar claro tudo isso, a fim de que se possa categoricamente afirmar que, dependo a vida desta Repartição dos elementos que devem emanar de outras e não lhes sendo este prestados, ou o Governo estabelece sobre o caso medidas positivas ou terá de vê-la reduzida ao serviço demográfico [*sic*]. (DGE, 1903, 135-137).

É importante ressaltar que a crítica colocada por Damasceno foca na excessiva descentralização administrativa de todo processo de coleta dos dados da instrução pública – extensiva a todos os outros temas das estatísticas públicas –, que acabava por sacrificar os serviços de agregação e tratamento estatístico realizados pela DGE, tendo em vista que esta requisitava os dados aos “proprietários dos registros” (Estados/Municípios), que, em muitos casos, resistentes ao envio das informações, impunham dificuldades ao trabalho final da Diretoria, pois “[...] sem receber essas informações, que na atual linguagem, dizemos primária, ou, sofisticando, de primeira ordem (se não de primeira, exatamente, ainda de ordem baixa, sem maiores agregações), nada se fazia, então” (SENRA, 2006a, p. 55).

5.4.2 O Anuário Estatístico Brasileiro

O esforço da DGE em padronizar as estatísticas públicas nacionais e, em especial, as estatísticas da instrução pública seguiu seu curso com a publicação do AEB em 1916. Esse instrumento foi elaborado com objetivo de recuperar, organizar e fornecer séries históricas de dados territoriais, econômicos, sociais, educacionais e demográficos de maneira que as informações coletadas e publicizadas constituíssem uma empiria das modificações por que passavam as sociedades ao longo do tempo, capturando sua dinâmica social, econômica e demográfica (FILHO; SILVA, SIDNEY, 2003). De acordo com Senra (1997), os anuários estatísticos são elaborados para atender a três finalidades, a saber: ser a síntese de um sistema estatístico; ser um catálogo de informações estatísticas; ser a representação de um conhecimento estatístico. Ainda segundo Senra (1997), os anuários “[...] têm por finalidade última a transformação de multiplicidades dispersas em totalidades organizadas, pondo-as ao alcance da compreensão de um amplo público, em uma irrestrita ação publicizante”.

A produção do AEB foi regulamentada pelo Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907. Este Decreto reformou os estatutos da DGE, atribuindo-lhe a competência para a execução de todos os trabalhos de levantamento estatístico em território nacional. Para tal fim, foi criado o Conselho Superior de Estatística, cuja principal atribuição era coordenar e uniformizar os trabalhos de coleta preparados pelas repartições estatísticas estaduais e municipais. Assim, é importante observar que, com o Conselho, estabelecia-se um órgão central com função orientadora, tendo os demais órgãos papel de executores, quer fossem da esfera federal, estadual ou municipal. Buscava-se, portanto, estabelecer uma unidade na produção das estatísticas nacionais (SENRA, 1991). A atribuição do AEB foi determinada pelo § 7º do art. 2º do Decreto nº 6.628/1907: “[...] publicar em anuário, boletins mensais ou trimestrais o resultado geral ou parcial dos serviços executados pela DGE” (BRASIL, 1907).

O AEB iniciou sua série histórica de publicações⁵⁹ no ano de 1916, com três volumes temáticos que reuniam dados e análises estatísticas sobre o território e a população (vol. I); a economia e as finanças (vol. II); os cultos, a assistência, a repressão e a instrução (vol. III). Os dados coletados e informados nessas publicações são do período de 1908 a 1912. Os volumes I e II foram publicados em 1916, e o volume III (contendo os dados da instrução pública) foi

⁵⁹ O Anuário Estatístico Brasileiro é uma publicação anual inicialmente elaborada pela DGE e, posteriormente pelo IBGE (órgão sucessor da DGE). Essa publicação reúne dados de diversos temas em uma série histórica retrospectiva, cujos primeiros volumes foram publicados em 1916; e o último, em 2019. *Home page* disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 13 maio 2019.

publicado com bastante atraso, em 1927. O grande interstício entre a publicação dos primeiros dois volumes e a do último é um indicativo das dificuldades de coordenação enfrentadas pela DGE na organização das estatísticas. Em virtude do atraso na publicação, não houve análise dos dados coletados, sendo apresentadas apenas tabelas com as informações consolidadas. Na introdução, o então chefe da 4ª seção estatística da DGE, Affonso Celso Parreiras Horta, destaca o conteúdo dos dados presentes no Volume III e alerta sobre as dificuldades de execução dos trabalhos e a importância de publicar os resultados mesmo transcorrido um longo período após a coleta das informações:

Entregue ao prelo a parte relativa ao estado intellectual e moral, e realizada, paulatinamente, a composição, revisão e impressão dos originaes enviados á typographia, não foi possível concluir o Volume III e ultimo elo Anuario, devido á superveniencia de trabalhos indispensaveis ao preparo do recenseamento de 1º de Setembro de 1920. Adiada até agora a divulgação do material já prompto para o referido Volume III, apesar mesmo do periodo decorrido, seria absurdo perder-se tão precioso acervo de dados, colligidos, annos a fio, com immenso esforço e incançavel paciencia e pertinacia, pela Secção que, desde 1907 até o anno passado, teve a ventura de ser chefiada pelo excepcional estatístico que se chamou ÜZIEL BORDEAUX REGO, cuja competencia e capacidade de trabalho se haviam tornado proverbias no functionalismo publico. Para não demorar a publicação de tão valiosos inqueritos, adicionando lhe commentarios e quadros, que a retardariam ainda mais, com prejuizo da sua opportuna divulgação, limito-me, consoante o vosso parecer, a mencionar em rapida synthese os assumptos sobre que versa o Volume, e que hão ele, sobremaneira, interessar a todos quantos examinarem, attentamente, os respectivos quadros discriminativos e de resumo, tal a valia dos numeros delles constantes e a maneira por que foram concatenados, em tabellas modelares, que constituirão para muitos verdadeiras novidades, embora referentes a um periodo algo remoto. (DGE, 1916, p. VII).

Em síntese, o Volume III do primeiro AEB, publicado em 1927, reuniu informações sobre o número de estabelecimentos ou cursos, o corpo docente e as matrículas do ensino primário e secundário (público e privado), do ensino militar, do ensino profissional e do ensino superior do Distrito Federal (Município do Rio Janeiro), desagregadas pelos distritos (bairros). Essas mesmas informações foram apresentadas apenas para os oito Estados que as enviaram: Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Apesar do parco retorno de informações por parte dos Estados, o AEB apresenta uma série histórica de dados escolares de 1908 e 1912. Esses dados do período constituem um repositório de informações sobre a educação escolar que marca os esforços dos poderes administrativos da República em mapear, ano a ano, a oferta e o acesso da população à instrução primária.

Dessa maneira, o AEB levanta uma reflexão importante: a coleta de dados temáticos (territoriais, econômicos, sociais, escolares e demográficos) em agregados nacionais e desagregados por Estados, ano a ano, permite-nos relacionar o atendimento escolar com o crescimento da população em idade escolar e estimar (ou confirmar), convenientemente, a cobertura dos serviços educacionais em relação à população. Apesar desse cálculo não estar presente nas publicações do AEB, a disponibilidade dos dados viabiliza seu uso, e, por sua vez, o uso nos possibilita construir inferências. Ou seja, a importância de conhecer os dados e usá-los refere-se ao fato de que se tem um serviço de estatística cujos resultados são colocados ao alcance da sociedade mediante uma publicidade obrigatória, e as evidências estatísticas nos permitem referenciar, no caso da instrução primária, em que medida a educação escolarizada é uma variável indispensável ao progresso do país. Portanto, o AEB é um instrumento de aferição e acompanhamento do progresso, pois busca reunir e padronizar os dados colocando-os em séries cronológicas que permitam a descrição das trajetórias e dos cenários anunciados pelos dados no ano da coleta, bem como predizer e estimar trajetórias e cenários futuros.

5.4.3 O Inquérito Censitário Escolar: o primeiro Censo Escolar nacional

No AEB, concebido para ser uma síntese de divulgação das estatísticas nacionais, logo se evidencia que, pela abrangência dos dados coletados, esse instrumento apresenta uma grande e diversificada temática de informações, na qual os dados escolares são um dentre tantos temas a serem escrutinados. Além disso, observa-se que, na produção do anuário, poucos Estados enviaram os dados requeridos, conforme apresentado na seção anterior. Assim, a DGE, entre os anos de 1908 e 1914, sob a coordenação de Bulhões Carvalho, começou a executar coletas anuais exclusivamente dedicadas à instrução pública (DGE, 1916).

Além das informações do número de escolas, matrículas e docentes, a Diretoria passou requer junto aos Estados dados da contabilidade pública acerca das despesas públicas com a instrução primária e secundária. Esse conjunto de informações demonstra o esforço empreendido na busca por organizar as estatísticas educacionais, pois, conforme enfatizado na própria publicação, “[...] não dispondo o Brasil de um aparelho prático, perfeito e regularizado, para collecta dos elementos necessários á estatística do ensino, procurou a Directoria Geral de Estatística organiza-la por todos os meios ao seu alcance [...]” (DGE,

1916, p. V). As tarefas da DGE em relação ao processo de coleta do inquérito escolar foram organizadas segundo as seguintes orientações:

- 1º Expedição de questionários a todas as Municipalidades, para colheita dos números do ensino publico e particular, em cada ponto do paiz e correspondência com outras autoridades locais afim de suprir a falta de respostas dos poderes municipais;
- 2º Appelo aos governos dos Estados para o conseguimento de notícias de todas as instituições educativas que eles custeam ou auxiliam;
- 3º Busca direta de documentos estatísticos sobre os cursos superiores, profissionais e secundários, públicos e particulares, e ainda sobre os caracter primário quando, a esse proposito falecem satisfactorios subsídios de origem municipal;
- 4º Apuração definitiva de todos os dados do movimento escolar, oficial e privado, compreendendo a classificação das escolas e a dos mestres, da matrícula, da frequência e dos alunos prontos em cada curso;
- 5º Procura e coordenação de elementos sobre os dispêndios federaes com o ensino;
- 6º Analoga pesquisa quanto aos gastos dos Estados;
- 7º Idêntica investigação acerca das despesas municipais. (DGE, 1916, p. V).

No interstício de 1908 a 1914, a DGE enviou questionários aos Estados e Municípios, para que as administrações locais realizassem a coleta de dados relativos ao ensino público e particular. Além dos Municípios e Estados, as instituições privadas também foram instadas a prestar informações. Ao requer as informações diretamente aos Municípios, a DGE tinha como objetivos reduzir a complexidade da operação de coleta dos dados e garantir dados mais fidedignos. Entretanto, esse esquema de coleta revelou-se de difícil execução, tendo em vista que a decisão de envio das informações era um ato administrativo discricionário dos poderes administrativos locais, conforme destaca Gil (2007, p. 102-103):

Como alguns Estados não respondessem aos pedidos da DGE, foi solicitado aos municípios que fornecessem também elementos sobre as escolas subordinadas àquela instância administrativa. Nas circunstâncias em que as autoridades municipais se recusavam a recolher informações acerca das escolas estaduais e/ou particulares, restava à Diretoria a alternativa de solicitar diretamente a cada instituição os números desejados. A tarefa tornava-se, contudo, mais difícil quando os municípios não apenas se recusavam a recolher aqueles dados, como também se abstinham de prover a lista das escolas localizadas em sua circunscrição [...]. O procedimento de coleta das estatísticas escolares consistia, de modo geral, em primeiro lugar, no envio de questionários abrangentes às Municipalidades, compreendendo perguntas sobre as escolas municipais, estaduais e particulares. Enviar os questionários diretamente aos municípios assentava-se na convicção de que, pela proximidade física, as administrações locais pudessem prover informações mais corretas, completas e atualizadas. As demandas aos órgãos estaduais e aos estabelecimentos de ensino buscavam, portanto, apenas completar as informações recebidas dos municípios, sanando as lacunas existentes.

No total, foram enviados 62.230 questionários no período, a uma média de 8.890 por ano. Foram devolvidos 14.444 questionários, a uma média de 2.063 por ano. *A priori*, esse processo de coleta foi bastante semelhante ao realizado pela DGE em 1901, que, em resumo, conforme já comentado anteriormente, fracassara em virtude da alta taxa de não respostas dos Estados e Municípios. Em princípio, a taxa de respostas a esse questionário foi baixíssima, de apenas 23,21%, significativamente inferior à coleta realizada em 1901. Entretanto, com a experiência acumulada nos processos de coleta anteriores e já de posse de um diagnóstico que apontava a extrema dificuldade de obter colaboração dos poderes administrativos locais, a DGE, para completar as informações não enviadas pelos Estados e Municípios no período, valeu-se de outras fontes para a obtenção dos dados, tais como “[...] relatórios, almanacks, jornaes e outras publicações de caracter regional, e, sobretudo, de notas benevolmente fornecidas por autoridades e particulares” (DGE, 1916, p. V).

Os resultados finais desse inquérito escolar foram divulgados em 1916, na publicação *Estatística da Instrução*, em volume único, com 640 páginas, que davam publicidade aos resultados do ‘Inquérito Censitário Escolar (1908 a 1914)’ e apresentavam uma memória sobre o estado educacional da população, abrangendo os dados dos censos realizados no tempo do Império e nos primeiros anos da República. A publicação encontra-se organizada em três partes: Introdução, Seção I e Seção II.

Na Introdução, são apresentados o processo de coleta das informações requeridas, a legislação que regulamentava a recolha dos dados, além de uma discussão sobre o histórico e a situação do Brasil em relação à produção das estatísticas educacionais, bem como sobre a necessidade da interferência dos poderes públicos nacionais no provimento da instrução pública primária. É destacada, nessa seção introdutória, a importância das estatísticas educacionais na garantia da efetiva ação governamental na administração da instrução pública e na fiscalização da instrução particular, sobretudo para informar e orientar o governo federal no auxílio aos Estados e Municípios para o provimento das etapas iniciais da educação (DGE, 1916, p. LVII).

Reunidos no mesmo volume, dá publicidade a Directoria Geral de Estatística a dous interessantes trabalhos levados a efeito sob seu patrocínio: um inquérito censitário da instrução pública e particular em todo Brazil e uma memória sobre o seu estado actual e os antecedentes da estatística escolar, com esclarecimentos e comentários relativos á sua organização e aos resultados obtidos. Aparecem essas publicações com a maior oportunidade, justamente no momento em que o Congresso Nacional cogita do assumpto, afim de atenuar os males que o analfabetismo acarreta á Republica Brasileira, prejudicando o seu progresso e colocando-a em nível inferior á situação de outros paizes do continente americano e europeu.

Na seção I (Quadros Gerais), são apresentadas as tabelas contendo os dados da instrução primária e secundária (estadual, municipal e particular); do ensino superior; do ensino profissional e do ensino militar, agregadas por Estados. Na Seção II (Quadros Parciais), essas mesmas informações são apresentadas desagregadas por Municípios. Nessas seções, é realizada uma extensa e minuciosa análise estatística dos dados, comparando os resultados do Brasil com os de outros países da Europa e da América, além de comparar os resultados dos Estados brasileiros entre si.

No plano das análises estatísticas, buscou-se realizar cálculos não apenas do número de matrículas, de estabelecimentos de ensino e da frequência escolar. A população escolar, ou a população em idade escolar, passou a figurar como uma variável importante para determinar a expansão das redes públicas e privada de ensino. Entretanto, não havendo números censitários precisos, pois o último Censo de 1910 não fora executado, os técnicos da DGE recorreram ao cálculo estimado da população em idade escolar (7 a 14 anos), a partir dos dados do Censo de 1900 (DGE, 1916, p. CCVII).

Esse inquérito censitário escolar é o primeiro trabalho da DGE em que foi realizada uma extensa coleta de dados escolares, seguida de uma minuciosa análise estatística dos dados da instrução pública e particular. Foram coletadas informações de estabelecimentos de ensino federais, estaduais, municipais e particulares; do ensino militar; do ensino profissional; e dos diferentes níveis de ensino (superior, secundário e primário). Os dados coletados, a descrição das variáveis de coleta, os indicadores calculados e o tipo de análise estatística realizada são apresentados no Quadro 15, a seguir:

Quadro 15 – Dados, variáveis, indicadores e tipo de análise estatística do Inquérito Censitário Escolar (1907 a 1914) – Brasil

Dados	Descrição das variáveis	Indicadores calculados	Tipo de análise estatística
Demográficos	Sexo (masculino/feminino)	Número de escolas por: tipo de escola, dependência administrativa, níveis de ensino e grupos de 100, 1.000 e 10.000 habitantes.	Estoque de escolas, matrículas e pessoal docente
	Idades (faixa etária de 7 a 14 anos)		
Instrução pública e particular	Escolas	Número de escolas	Estoque de escolarização da população em idade escolar (7 a 14 anos)
		Tipo de escola (masculina/feminina/mista)	
Instrução pública e particular	Escolas	Dependência administrativa da escola (federal/estadual/municipal/particular)	Estoque de escolas, matrículas e pessoal docente
		Número de matrículas	
		Número de alunos(as) frequentes	
		Níveis de ensino (superior/secundário/primário/profissional/militar)	
	Alunos(as)	Número de frequentes	Estoque de escolarização da população em idade escolar (7 a 14 anos)
		Número de concluintes	
		Número de aprovados	
Pessoal docente	Número de docentes	Número de matrículas por docentes. Número de alunos(as) concluintes e aprovados(as) por docentes.	Fluxo escolar (matrículas/concluintes/ aprovados)

Fonte: DGE (1916).

Esse instrumento, pela abrangência das variáveis de coletas, permitiu o constructo de uma série de indicadores (taxas), com objetivo de informar não só o estoque de escolas, matrículas, do pessoal docente e da população em idade escolar. Abordou, em caráter inédito dentro dos trabalhos estatísticos e das publicações da DGE, o fluxo escolar, coligindo dados sobre o número de alunos(as) concluintes e aprovados(as), depois confrontando-os com as matrículas existentes e a frequência escolar, classificadas dentro da publicação como “coeficientes de aproveitamento”. As análises estatísticas, desagregadas por sexo e dependência administrativa, denotam essa inédita abordagem dos números da instrução pública e particular primária:

Mas a maneira melhor de apurar onde se apresentam proporcionalmente mais vultuosas as conclusões do curso primário consistem, sem dúvida, em comparar os números delas aos da matrícula e da frequência, que lhes correspondem, e em seguida cotejar as relações resultantes, às quaes, em falta de designação mais expressiva, chamamos coeficientes de aproveitamento. Um deles indica o número de alunos que terminaram os estudos, entre 1.000 matriculados, e o outro registra quocientes que se obtém, uma vez adoptadas por divisores, em vez das quantidades dos discípulos inscriptos, as dos comparecentes. Mostra a primeira tabela que, no complexo dos estabelecimentos públicos e particulares, o número dos educandos que finalizaram a aprendizagem representa aproximadamente 4% da matrícula, tanto para sexo masculino como para o sexo feminino, cabendo as relações mais altas ao Estado do Amazonas e as menores ao de Minas Geraes [...]. Não só á matrícula senão também á frequência, se podem, ou antes, se devem comparar os números de alunos que concluíram os estudos do primeiro gráo. Esta ultima confrontação é até mais legitima e instructiva do que aquella, pois na população real e estável das escolas primárias, isto é, na que com assiduidade assiste ás aulas, é que, naturalmente, se incluem os discípulos dotados de persistência bastante para chegarem ao complemento da sua preparação [*sic*]. (DGE, 1916, p. CCXV-CCXVII).

Aqui vale uma nota em relação ao que a relatoria da Diretoria classificou como “coeficiente de aproveitamento”. Ao transformar os dados absolutos em dados relativos, os técnicos da Diretoria, erroneamente, consideraram ‘taxas’ e ‘coeficientes’ como sinônimos. Entretanto, os coeficientes são razões (divisões) entre valores de variáveis da mesma espécie, numa relação da parte para o todo, enquanto as taxas são coeficientes multiplicados por uma potência de 10 (em geral, por cem ou por mil), para facilitar a interpretação dos resultados. Portanto, ao indicar que 4% dos(as) alunos(as) matriculados(as) no ensino primário concluíram esse nível de instrução, a referência seria a uma ‘taxa de aproveitamento’, e não a um ‘coeficiente de aproveitamento’.

Desfeita essa ligeira confusão de termos, outro aspecto importante na elaboração dos indicadores nesse instrumento é o cálculo de taxas por 100, 1.000 e 10.000 habitantes. Esses

indicadores são proporcionais ao tamanho da população considerada, logo eles permitem comparar populações (países, Estados, Municípios, distritos, bairros) de tamanhos diferentes. Dividindo o indicador por fatias menores da população, é possível entender e comparar a distribuição geográfica de forma mais significativa, conforme destacado na publicação, em relação à frequência da população em idade escolar para o grupo de 1.000 habitantes:

No Brasil, considerando em globo, de mil pessoas em idade escolar de seguirem cursos primários somente 137 estavam alistadas nelles e dessas apenas 96 compareciam às aulas. Quanto aos sexos, o masculino apresentava 148 alumnos inscriptos e 102 frequentes por mil indivíduos de idade escolar, e o feminino 126 e 90, respectivamente [sic]. (DGE, 1916, p. CCXI).

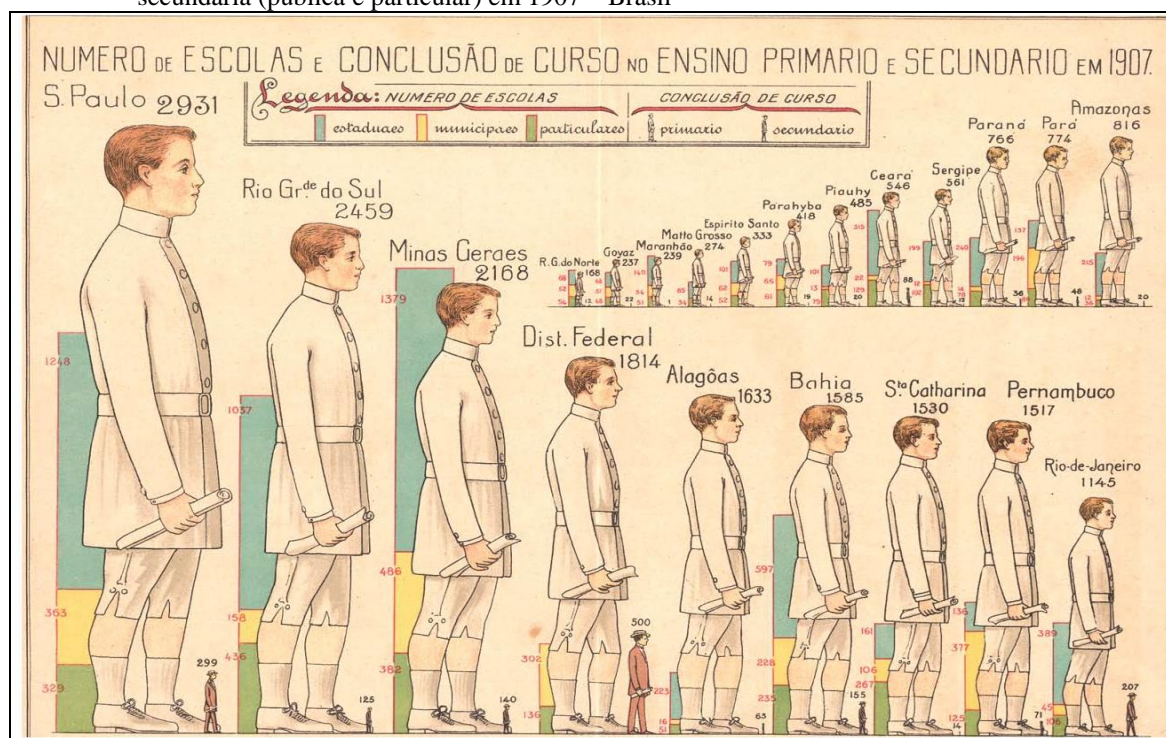
A frequência da população em idade escolar (7 a 14 anos) nas escolas de instrução primária (públicas e privadas) foi objeto de intensa e exaustiva análise nos resultados desse inquérito. Muitas e muitas páginas das 640 que dão publicidade aos dados coligidos foram dedicadas às análises destes números. E o plano editorial da publicação lançou mão de gráficos e infográficos (Figuras 6 e 7) para comunicar de forma clara e objetiva os resultados apurados:

Figura 6 – Infográfico com o número de escolas e a média geral da frequência escolar da instrução primária (pública e particular) em 1907 – Brasil



Fonte: DGE (1916).

Figura 7 – Infográfico com número de escolas e o número de alunos(as) concluintes da instrução primária e secundária (pública e particular) em 1907 – Brasil



Fonte: DGE (1916).

Em si, os dados e as análises estatísticas dos dados coletados por esse instrumento não trazem nenhuma novidade, pois a conclusão aponta para uma enorme defasagem entre a escolarização formal e os níveis de desenvolvimento do estado educacional da população desejados na época, conclusão reiteradas vezes posta pelos números dos Censos de 1872, 1890 e 1900. Os resultados indicam “[...] de maneira inconcussa, que a situação actual do ensino está longe de garantir para próximo futuro o desaparecimento da alta quota com que figura em nossos censos demographicos a massa dos analfabetos [sic]” (DGE, 1916, p. CCXI).

Essa conclusão advém dos tímidos indicadores de expansão quantitativa da instrução primária, sobretudo em relação aos números de escolas e matrículas e à frequência escolar. Os dados coletados entre 1907 e 1914 indicavam que todos os esforços realizados nas primeiras décadas da República não foram suficientes para acompanhar o crescimento da população em idade escolar e, em vista dos resultados apresentados em 1916, “[...] não pode haver dúvida alguma de que, fora do domínio temporal propriamente dito, é para a escola primária que sobretudo, se devem voltar as vistas dos responsáveis pela direcção dos negócios públicos [sic]” (DGE, 1916, p. CCXI). Corroborar essa crítica a comparação do número de escolas, professores(as) e alunos(as) do ensino primário, por grupos de 10.000 e 1.000 habitantes, entre o Brasil e alguns países da Europa (Tabela 14):

Tabela 14 – Número de escolas, docentes e alunos(as) do Brasil e dos países europeus – comparação por grupos de 10.000 e 1.000 habitantes

Países	População	Escolas		Professores(as)		Alunos(as)	
		Total	Por 10.000 habitantes	Total	Por 10.000 habitantes	Total	Por 1.000 habitantes
Brasil	21.711.287	12.448	6	15.586	7	638.378	29
Alemanha	62.013.000	61.198	10	168.255	27	9.779.356	158
Áustria-Hungria	48.149.000	41.811	9	145.225	30	7.049.284	146
Bélgica	7.318.000	14.537	20	32.476	44	1.376.410	188
Bulgária	4.158.000	4.715	11	9.473	23	433.430	104
Dinamarca	2.635.000	4.299	16	10.923	41	407.325	155
Finlândia	2.975.000	4.965	17	5.614	19	180.475	61
França	39.279.000	87.798	22	168.587	43	6.324.648	161
Grã Bretanha e Irlanda	43.734.635	32.848	8	186.580	43	7.470.185	171
Grécia	2.631.952	3.527	13	4.457	17	248.256	94
Espanha	19.245.000	32.000	17	35.200	18	2.350.000	122
Holanda	5.747.000	6.219	11	33.514	58	989.767	172
Itália	33.776.000	80.901	24	87.908	26	3.711.085	110
Montenegro	230.000	132	6	–	–	–	–
Noruega	2.331.000	–	–	7.964	34	365.234	157
Portugal	5.269.000	6.898	13	7.211	14	309.060	59
Romênia	6.684.000	4.831	7	7.555	11	542.208	81
Rússia	126.873.000	92.501	7	170.894	13	5.738.289	45
Sérvia	2.784.000	1.272	5	2.375	9	132.051	47
Suécia	5.378.000	14.462	27	18.882	35	750.153	139
Suíça	3.604.000	5.635	16	12.946	36	568.749	158

Fonte: DGE (1916).

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Essa comparação expõe o quanto a instrução primária no Brasil estava quantitativamente distante de boa parte dos países europeus. Os resultados do país em relação ao número de escolas são comparativamente mais próximos aos de Montenegro, Romênia, Rússia, Grã-Bretanha e Áustria-Hungria e superiores aos da Sérvia. Já em comparação com o número de professores(as) e alunos(as), a distância é bastante significativa. O peso dessa demonstração numérica é indicativo de que a comparação quantitativa entre variáveis condicionantes da instrução primária nesse momento – diante dos desafios ou da necessidade de atacar o analfabetismo em massa da população – impôs-se como método para fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças entre países distintos. Ao estabelecer essas comparações, a realidade externa foi tomada para exemplificar as práticas e as experiências de

outros países, com vistas a legitimizar as decisões das políticas públicas para a instrução primária.

Dizer a verdade não é um crime de lesa-patriotismo. E' um dever não só dos governantes, mas também dos que auxiliam os poderes públicos na obra bemfazeja do engrandecimento da pátria. A verdade, honesta e sinceramente dita, só pode fazer bem. E' o melhor incentivo para procurarmos corrigir os defeitos que nos deprimem, como collectividade, no confronto internacional. Os dados numéricos não permitem sobredourar de illusorio optimismo a gravidade de nossa situação. Eles mostram, á evidencia meridiana, quanto estamos ainda longe de formar ao lado daqueles paizes, onde, como a Dinamarca, na Noruega, na Hollanda e na Suissa o quesito relativo ao conhecimento da leitura e da escripta já há muito desapareceu, por inútil, dos instrumentos censitários [...]. ao inquérito censitário sobre o ensino, está comprovada por algarismo irrefutáveis a precária situação da maioria dos habitantes do Brazil quanto ao gráo de instrução, tornando-se evidente a necessidade da interferência dos poderes públicos nacionais no provimento do ensino elementar [...]. Para a lucta contra o analfabetismo têm sido lembrados no Congresso Nacional vários alvitres, no sentido da interferência do Governo da União, entendendo uns que é lícito ao poder central, não só subvencionar e auxiliar, como ainda estabelecer e manter diretamente institutos de educação preliminar, e parecendo a outros mais de acordo com o espírito da Constituição o auxílio indirecto á instrução primária, mediante acordos com os governos dos Estados [*sic*]. (DGE, 1916, p. III-IV).

Esse foi o momento historicamente situado em que a instrução primária e, em longa duração, a educação básica contemporânea tornaram-se objeto de comparação internacional. Visava-se comparar a que distância a instrução pública do Brasil se encontrava da meta, qual seja, equiparar-se aos países europeus na erradicação do analfabetismo, de modo a fazer com que, conforme destacou a relatoria da Diretoria, esse dado desaparecesse do instrumento do Censo Demográfico pela inutilidade de aferição de um aspecto da população já superado, tal qual ocorrera na Dinamarca, na Noruega, na Holanda e na Suíça.

Os números das nações europeias foram o marco de referência e, embora o diagnóstico de precariedade da instrução primária seja atemporal ao período republicano, a expansão da instrução pública primária no discurso político e social era fortalecida e justificada pela comparação com os dados internacionais. Em termos argumentativos, na comparação entre as estatísticas escolares do Brasil com as dos países europeus, descritas como exemplares ou modelares, o exemplo estrangeiro era a meta a ser alcançada e, dessa forma, o exemplo a ser seguido. Portanto, um projeto de expansão da instrução pública primária de caráter nacional, com a promoção direta da União, que alcançasse esses números universais passou a ser condicionante da modernização do país e um indicador de progresso diante das outras nações do mundo.

Esse comparatismo das estatísticas educacionais, que emerge com força e evidência dos dados coligidos, exerceu o papel de mecanismo de indução e ajustamento da sociedade brasileira a um projeto universal de modernidade e progresso. Feitos o inquérito escolar abrangente e essa análise comparativa, não apenas se esclareceu a situação da instrução primária no período de coleta dos dados (1908 a 1912), em um diagnóstico mais completo e explicativo, como também o prognóstico de progresso se tornou mais claro, permitindo o planejamento da expansão quantitativa da instrução primária e, como efeito direto, a possível redução das taxas de analfabetismo da população em geral.

Esse inquérito escolar – ou, melhor classificando-o, esse primeiro Censo Escolar – coloca em evidência um importante componente técnico e político. A instrução pública, assim como outros ramos dos serviços públicos, é composta de fatos e observações. Parece necessário, portanto, formar para esse ramo, como se formou para outros ramos, grupos de variáveis capazes de viabilizar observações de todos os fatos (objetivos, subjetivos, materiais e imateriais), organizando-os em estatísticas analíticas que permitam relacioná-los e compará-los, para deduzir, a partir das observações, certos princípios e determinadas regras, de modo que um diagnóstico do todo e das partes possa legitimar bases lógicas sustentadas pelas estatísticas, objetivando, principalmente, propósitos político-ideológicos.

Em sua dimensão técnica, esse inquérito nos ajuda a pensar o quanto as estatísticas escolares marcam diferenças em relação às estatísticas educacionais, produtos dos censos. Em geral, o instrumento do censo nos fornece dados sobre o estado educacional da população, limitando-se a registrar os indivíduos que sabem e não sabem ler e escrever, ou seja, o estoque de alfabetizados e analfabetos. Além disso, o censo pode registrar, como os de 1872 e 1920, a população que frequenta a escola, segundo determinada faixa etária. Entretanto, é importante salientar que a frequência à escola é um dado que desapareceu do instrumento do censo nos anos de 1890 e 1900.

É evidente que os estoques de alfabetizados e analfabetos apurados pelos censos são importantes e nos permitem avaliar a expansão quantitativa da educação escolar e, com base nesses dados, produzir indicadores, estimar cenários futuros e estabelecer metas. Entretanto, esse tipo de dado censitário se torna insuficiente se quisermos aferir certos aspectos da dinâmica quantitativa dos serviços educacionais. Saber, por exemplo, como o estoque educacional da população varia segundo a trajetória de acréscimo ou decréscimo da taxa de analfabetismo não nos permite analisar outras variáveis que atuam diretamente na dinâmica desta, tais como o número de estabelecimentos de ensino ou o pessoal docente empregado na

tarefa do ensino. A aferição do estado educacional da população por uma só variável não elimina outras que lhe são concomitantes ou contextuais.

Desse modo, para sintetizar aquilo que desejamos dizer, o censo é um instrumento destinado a aferir a população segundo atributos sociais, culturais, econômicos, etários, etc., porque permite indicar uma situação de totalidade desses atributos em diferentes níveis de agregação geográfica (nacional/local) e administrativa (União, Estados, Municípios). Entretanto, para conhecer a situação de oferta e acesso da população à instrução primária, a tarefa é bem mais complexa, se temos em vista que é igualmente complexa a organização da educação escolar entre os entes federados, que, historicamente, dificultam diagnósticos situacionais concretos e também projeções estatísticas críveis. As críticas de João Damasceno, diretor da DGE no Relatório de 1903, em relação às diversas reformas que a instrução pública sofreria nas primeiras décadas da República, sem que se estabelecesse um sistema educacional único (nacional, nos termos contemporâneos), ilustram como a organização da educação escolar impunha dificuldades à produção de estatísticas aceitáveis naqueles tempos.

Diante dessas condições, a construção desse Inquérito Censitário Escolar se impôs, tendo em vista a necessidade de um diagnóstico quantitativo mais preciso da capacidade de atendimento escolar dos entes federados. Assim, esse instrumento trouxe como inovação a coleta conjugada de diferentes variáveis escolares, que permitiram uma série de correlações multivariadas, possibilitando, por sua vez, uma descrição mais minuciosa da situação escolar dos Municípios e dos Estados. Portanto, esse instrumento pode ser considerado o primeiro Censo Escolar realizado no Brasil, pois seus resultados apontam para uma ampla cobertura da situação escolar no território nacional, até então não observada nos resultados do Censo Demográfico e nos demais instrumentos elaborados pela DGE e destinados a esse fim. O próprio nível de desagregação dos dados por Municípios é um exemplo da extensão qualitativa desse instrumento. Anteriormente, esse tipo de informação não era encontrado nas publicações da Diretoria – as sinopses estatísticas dos censos, por exemplo, eram apresentadas com os dados agregados por Estado.

Entretanto, definir o Inquérito Escolar como o primeiro Censo Escolar implica recuperar a construção histórica desse instrumento no âmbito da administração escolar do Brasil. A historiografia desse instrumento aponta para a execução de censos escolares desde o fim do século XIX. O registro mais recuado no tempo data de 1888, quando, na Província de Santa Catarina, durante o governo do presidente Augusto Fausto de Sousa, fora elaborado um regulamento que mandava executar o recenseamento de todas as crianças em idade escolar

(SCHÜEROFF, 2018). Os resultados desse Censo Escolar foram divulgados no Relatório Provincial de 26 de julho de 1889:

Não consignando a Directoria da Instrucção em seu relatorio o numero de matriculas, frequencias, nem dos exames prestados no fim do anno, é impossivel fazer uma demonstração exacta do pouco ou nenhum resultado obtido na instrucção primária official; mas tomando por base o ultimo recenseamento escolar, vê-se que elle nunca attingio em sua matricula a mais de 4.600 alumnos, sendo a frequencia nunca superior a 2.700, e não se apresentando a exames mais de 300 alumnos; o que prova não só a pouca frequencia das escolas, mas ainda o resultado quasi negativo de 100:000\$ mais ou menos dispendidos annualmente com este serviço. As poucas horas dedicadas pelos professores ao ensino dado uma só vez ao dia muito contribue para esse resultado, e os exames do fim do anno, comparados com os das escolas e collegios particulares, que funcionam duas vezes ao dia, mostram claramente a diferença do aproveitamento entre umas e outras [*sic*]. (SANTA CATARINA, 1889, p. 8).

Já nas primeiras décadas da República, os Estados da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo⁶⁰ elaboram regulamentos específicos, destinados a reestruturar a instrução primária, em virtude da Reforma Benjamin Constant, de 1890. Os respectivos regulamentos colocaram a execução do recenseamento como instrumento necessário para investigar a população em idade escolar, a cobertura de matrículas e a frequência obrigatória à escola.

Na Bahia, após a nomeação do presidente Manoel Vitorino Pereira, em 1890, foi promulgado um decreto reformando a instrução pública em todo o Estado, substituindo um conjunto de leis locais que vigoravam desde 1881 (NUNES, 2001; NEGRÃO; PEREIRA, 2013). Esse decreto instituiu diversas alterações na organização da instrução primária, sobretudo ao determinar a frequência obrigatória para as crianças de 6 a 13 anos e o recenseamento escolar.

No Maranhão, o Decreto nº 41, de 1º de setembro de 1891, sancionado pelo presidente do Estado Lourenço Augusto de Sá Albuquerque, reformou o ensino público e, nos arts. 77 a 80, estabeleceu a realização do Censo Escolar anual, com a coleta de informações sobre as crianças em idade escolar residentes nos Municípios (MARANHÃO, 1891). A execução do recenseamento ficou a cargo das Câmaras Municipais, que nomeariam uma comissão responsável pela organização dos trabalhos. De acordo com o Decreto, seria publicado um

⁶⁰ Esses Estados citados foram pioneiros na inclusão do recenseamento escolar na legislação educacional local. Entretanto, outros Estados brasileiros também executaram Censos Escolares entre 1909 e 1927, tais como: Amazonas, em 1909; Piauí, em 1913; Ceará, em 1918, 1922, 1923 e 1925; São Paulo, em 1920; Espírito Santo, em 1927; Rio de Janeiro, em 1927 (ALMEIDA, 2009; FRANCO; ASSIS, 2013; GAZÉ, 2013; MOTA, 2015; OLIVEIRA, 2015).

edital determinando o período em que os pais ou responsáveis deveriam encaminhar às comissões censitárias das Câmaras a relação das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos.

Em Minas Gerais, a Lei nº 41 de 1892, que reorganizou a instrução pública no Estado, determinava, em seu art. 27, a execução do recenseamento escolar para fins de verificação da frequência escolar, em observância às medidas relativas ao ensino obrigatório para meninos e meninas de 7 a 13 anos de idade, conforme previsto no art. 53 dessa mesma Lei, que instituiu a obrigatoriedade do ensino para essa faixa etária. A execução do Censo Escolar tinha previsão anual, e a tarefa de coligir e informar esses dados foi atribuída aos conselhos escolares municipais e distritais. Entretanto esses recenseamentos não lograram o êxito esperado, tendo em vista a falta de funcionários da seção estatística da Secretaria do Interior, responsável por consolidar e dar publicidade aos dados coligidos pelos Municípios. Conforme assevera o presidente do Estado Affonso Penna, em relatório de 21 de abril de 1894, as dificuldades encontradas “[...] para levantamento da estatística minuciosa das matriculas e frequência de alunos das escolas públicas e particulares, torna-se preciso dotar a respectiva secção da Secretaria do Interior com mais alguns empregados *[sic]*” (MINAS GERAIS, 1894, p. 12).

Em 8 de setembro de 1892, a Lei nº 88 reformou a instrução pública no Estado de São Paulo e determinou, em diversos artigos, a organização do recenseamento escolar. A tarefa de realizá-lo foi atribuída às Câmaras Municipais, aos inspetores municipais de ensino e aos docentes (Art.ºs. 44 e 49). Nos dados coletados, deveriam constar o número de alunos(as) matriculados(as) nas escolas públicas e particulares, com a respectiva idade, a frequência total e a média de cada mês; o número de alunos(as) maiores de 14 anos; e os números do pessoal do ensino (docentes e administração escolar) (SÃO PAULO, 1892, art. 49).

No Mato Grosso, não há registros de leis ou decretos que determinassem a execução do Censo Escolar. Todavia, de acordo com Reis (2011), o recenseamento começou a ser discutido como um instrumento de aferição da obrigatoriedade escolar em 1893. Registra-se, no Relatório Provincial de 13 de maio de 1893, na fala do presidente desta província, Manoel José Murtinho, o destaque dado ao instrumento do Censo Escolar para a efetiva instituição da obrigatoriedade do ensino primário:

Refiro-me a obrigatoriedade do ensino primário que deverá executar por meio de recenseamento escolar. É esta uma medida necessária adotada com reais proveitos em todos os países civilizados e que tem um fim altamente significativo, qual o de facultar a todos os meios de conquistar o exercício e o gozo dos direitos de cidadão que se fundam na clausula indispensável e justa de saber ler e escrever *[sic]*. (MATO GROSSO, 1893).

De acordo com Reis (2011), o Censo Escolar em Mato Grosso era realizado de dois em dois anos, preferencialmente no mês de junho. Para a coleta, eram consideradas as crianças residentes dentro do perímetro das escolas, em um raio de três quilômetros. Nas localidades que não contassem com escolas, era considerado o ponto central, em geral, a paróquia matriz, e daí determinado o perímetro de três quilômetros (REIS, 2011).

A legislação desses Estados brasileiros coloca em discussão, em termos de dimensão técnica, o fato de que os recenseamentos escolares são concebidos com a finalidade de apurar, essencialmente, a cobertura da população em idade escolar. Para os poderes administrativos, tanto na União quanto nos Estados e Municípios, o recenseamento escolar era um instrumento indispensável para definir a criação e supressão de escolas, o provimento de cargos de docentes e, principalmente, medir a efetividade da obrigatoriedade escolar. A efetividade da obrigatoriedade escolar somente se concretizaria pela tradução desta em números constatados por um instrumento censitário destinado exclusivamente para medição e controle da população escolar e, por conseguinte, pelo controle da obrigação por parte dos responsáveis pelas crianças em idade escolar (pais e tutores), sob pena de multas e outras sanções, caso não cumprissem as determinações legais de matrícula e frequência:

A obrigatoriedade gerava a necessidade da superação das limitações para frequência à escola, que vão desde a oferta de escolas, distribuição de material e fardamento, instalações escolares e material de didático até o professor e sua prática. Assim, embora considerada medida relevante, não bastava estabelecer a obrigatoriedade se não houvesse um conjunto de outras ações para tornar pelo convencimento aquilo que era o objetivo desta: o aumento da frequência escolar e a escolarização das crianças. (LOPES, 2013, p. 239).

E tal aferição não seria efetiva e minuciosa pelo Censo Demográfico, pois esse instrumento fornece informações a cada dez anos, deixando os períodos intercensitários descobertos e sujeitando as análises estatísticas ao difícil e incerto cálculo de estimativas. Assim, a implantação progressiva do ensino primário obrigatório e a universalidade de seus efeitos no combate ao analfabetismo careciam de instrumentos específicos para a aferição da obrigatoriedade escolar, dificuldade somada à necessidade de criar mecanismos de indução de responsabilidades, tanto para o Estado quanto para a sociedade, em relação ao direito e ao dever de alfabetizar e elevar os estoques de escolarização da população.

O Censo Escolar previsto na legislação das províncias e dos Estados e, mais tarde, o Inquérito Censitário Escolar faziam-se necessários para induzir ações públicas efetivas, que orientassem as políticas públicas educacionais no sentido de prover materialmente a instrução

pública com a construção de prédios próprios, destinados à instrução primária; com a formação e contratação dos(as) professores(as) necessários ao número de alunos(as) matriculados(as); e com a compra de mobília e materiais didáticos em número suficiente para serem utilizados nas aulas.

E não apenas essa dimensão material deve ser considerada. O discurso corrente da efetividade do ensino primário obrigatório produz um quadro cognitivo que associa a educação obrigatória ao desenvolvimento de cidadãos e cidadãs capacitados para o futuro, aptos a inserção social e ao exercício da cidadania. As crônicas de Machado de Assis e os escritos de José Veríssimo são anúncios literários desse discurso, do qual a sociedade e os poderes administrativos se apropriam, e, por essa razão, tornou-se necessário aferir e afirmar o direito de acesso à instrução primária para toda a população e a obrigação compartilhada entre Estado e sociedade em garanti-lo. As categorias de aferição presentes nesse instrumento quantificaram a capacidade de atendimento escolar de Estados e Municípios, construindo uma forma de medir a regularidade, os resultados e o alcance dos serviços públicos educacionais.

De fato, as estatísticas escolares, produto desse instrumento, mostram que medir o alcance de atendimento da instrução pública em relação à população foi um processo que superou a simples quantificação de matrículas e da frequência escolar. A produção de indicadores da expansão quantitativa da instrução pública, sobretudo a primária, encontrou na aferição da cobertura da população em idade escolar a mensuração de outros componentes da métrica do progresso: o acesso ao ensino e a obrigatoriedade escolar.

A concepção ou ideia universal de considerar a instrução primária gratuita e obrigatória para toda a população começou a ser difundida no Brasil desde a Independência, muito mais nos discursos oficiais do que na prática. Porém, somente no período republicano que a expansão da instrução pública a toda população foi definida, e sua obrigatoriedade passou a ser observada na legislação de alguns Estados, tornando-se uma variável de aferição na métrica do progresso.

Enfim, o instrumento do Censo Escolar, desde sua concepção enquanto recenseamento local das escolas e da população em idade escolar até o recenseamento nacional promovido pelo Inquérito Censitário Escolar, encerra em sua dimensão técnica e sociopolítica elementos de aferição do acesso e da obrigatoriedade escolar, que, para o cálculo político republicano nas primeiras décadas do século XX, era a principal variável para a adequação da população às exigências sociais, econômicas e políticas do progresso, ou seja, as estatísticas escolares são uma representação daquilo que as ideias desse tempo desejavam observar e realizar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: INSTRUMENTOS, MÉTRICAS E AS ASSOCIAÇÕES E TENSÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Esta tese investigou, a partir de um longo recorte cronológico, os Censos Populacionais e Escolares e a construção de métricas educacionais mediante a produção de dados e indicadores decorrentes desses instrumentos. O produto final consiste em um estudo a respeito da produção de métricas educacionais, abordadas em diferentes contextos históricos de administração das populações.

A pesquisa foi executada e fundamentada a partir uma extensa e exaustiva revisão de literatura e análise documental, que abordou a produção dos recenseamentos populacionais e escolares no Brasil. Essa tarefa implicou o exame de uma literatura que envolve a interseção entre estudos dos campos da Sociologia Política, da Demografia, da História Social e da História da Educação. Nesse sentido, para abordar o objeto e os objetivos propostos, bem como cumprir a tarefa de dialogar com uma extensa e diversificada literatura, optou-se por organizar, descrever e analisar a trajetória histórica da construção dos instrumentos de recenseamento, para capturar e demonstrar suas origens, suas configurações no tempo, seus usos e apropriações. Como afirma Bloch (2002), em todas as coisas humanas, as origens são dignas de estudos, e se espiamos e observamos tudo aquilo que começa é porque as coisas humanas são por natureza inerentes às investigações causais. Essa perspectiva guiou um processo de pesquisa que avançou por diferentes áreas do conhecimento. Esse foi o fio condutor utilizado para ordenar o trabalho de pesquisa e escrita desta tese. É o recurso metodológico ou cacoete profissional do historiador, que se agarra ao tempo na História, ou no tempo da História, ou na História do tempo, ou na História no tempo. Como afirma Fernand Braudel (2005, p. 69), “[...] o historiador não sai jamais do tempo da História: esse tempo agarra-se ao seu pensamento, como a terra à enxada”.

Nesse sentido, a literatura e as fontes documentais determinaram o corte cronológico da pesquisa, tendo em vista que, no Brasil, enquanto objetos de estudo, tanto na História Social quanto na História da Educação, as origens dos censos remontam às operações de recenseamento populacional realizadas no período colonial e imperial. Assim, essa literatura foi paulatinamente indicando e mapeando as fontes documentais em diferentes contextos históricos. Isso nos possibilitou determinar o ponto de partida e a base sob as quais se processou a construção historiográfica, ou reconstrução, do objeto em estudo nesta tese.

Na esteira dessa historiografia dos censos, o aporte da literatura da Sociologia Política nos possibilitou abordar esse objeto como um dispositivo técnico e social que organiza relações sociais entre os poderes administrativos constituídos e seus administrados (LASCOURMES; LE GALÉS, 2012), com base em ideais e representações dos quais ele é portador e que são manifestos nos seus procedimentos técnicos e na sua fundamentação política. Por isso, optou-se por analisar a dimensão técnica e sociopolítica dos censos, pois esse instrumento, enquanto dispositivo técnico e social da ação pública, contém um esquema explicativo, inerente ao tipo de dado, variável e procedimento de coleta, que é portador de ideais e representações e nos possibilita o exame do jogo de inter-relações entre diversos atores, que seguem regras próprias, em consonância com uma temporalidade específica, influenciando e sendo influenciados por diferentes matrizes cognitivas e normativas. Os censos são objetos de variadas convergências e divergências sociopolíticas, resultantes das escolhas, dos conflitos e das ações que permitem demonstrar os constructos sociais e políticos de uma determinada época.

É nesse sentido que se registram, nesta tese, os diversos momentos em que as operações de recenseamento sofreram resistência da população, como em 1851, na ‘Revolta do Ronco das Abelhas’; em 1876, quando os resultados do Censo de 1872 provocaram a crítica de Machado de Assis, que atribuiu aos algarismos desse censo a sinceridade de comunicar o elevado número de analfabetos entre a população brasileira; na década de 1890, ao longo da qual os relatos dos presidentes das províncias destacaram a desconfiança da população para com os censos, por reconhecer nesse instrumento aspectos extorquidores, como a possível cobrança de impostos ou o recrutamento militar; nos esforços da DGE em padronizar e organizar as estatísticas escolares e educacionais nas primeiras décadas da República, diante das dificuldades que a ordem federativa impunha para acesso aos dados; ou em 1940, nas passagens do samba *Recenseamento*, de autoria de Assis Valente e interpretação de Carmem Miranda, que expressou em suas letras e melodias a denúncia de “que o agente recenseador esmiuçou [a sua] vida que foi um horror”.

Recompor essa trajetória histórica dos censos nos permitiu desvelar as referências cognitivas e normativas que estavam em jogo e compreender as relações e os compromissos negociados entre os governos, que administram, e as populações, que são administradas. Partindo-se dessa premissa, tornou-se possível determinar o conjunto de regras que presidem um tipo de medida; ou seja, os dados que os censos coletam e as estatísticas dele derivadas são produtos de referenciais cognitivos e normativos que orientam tanto a seleção dos dados quanto a formulação da estatística. Portanto, censos produzem métricas, expressas em dados e

indicadores, que pressupõem escolhas prévias – conscientes ou não – e manifestam as relações entre os poderes administrativos e a sociedade na construção de um conhecimento (administrativo, social, regulatório) sobre as próprias relações complexas estabelecidas pelos diferentes grupos sociais na condução da vida em sociedade. A métrica é, nesses termos, um agrupamento de componentes técnicos escolhidos segundo fins políticos, que possibilita diversas operações interpretativas da realidade social. Através dessas interpretações, é possível conhecer, reconhecer e administrar a coexistência em uma sociedade complexa e desigual.

Pela métrica se constitui a representação da realidade, revelada por um ou vários dados, assim como a imagem cognitiva da percepção de um problema e de suas possíveis consequências, que articula atores diversos e desiguais diante das alternativas de intervenção. Portanto, conclui-se que o censo é um instrumento da ação pública, ao passo que o recenseamento – ou arrolamento populacional, ou levantamento populacional, conforme identificado na literatura – é ação a pública. Dessa maneira, depreende-se que, no Brasil, a ação pública do recenseamento e seus instrumentos produziram três métricas distintas: a cristã-católica, a fiscal-militar e a do progresso. Nessas métricas, foram identificados diferentes instrumentos da ação pública: Registros Paroquiais, Listas Nominativas, Mapas Estatísticos, Censos Demográficos e Escolares.

Os recenseamentos no Brasil têm em sua origem a ação dos membros da Igreja Católica. Em função do Regime do Padroado Régio, durante o período colonial, bispos e párocos coletavam dados dos fiéis nos Registros Paroquiais. Esse instrumento, em razão de sua função e regularidade na coleta de dados sobre batismos, casamentos e óbitos, viabilizou a construção de uma base de dados seriados que perpassou muitos séculos. Nas mãos dos párocos, concomitantemente funcionários eclesiásticos e civis, por séculos, os Registros informaram aos poderes administrativos da Coroa portuguesa o ciclo vital dos indivíduos (nascimentos e óbitos) e assim forneceram dados sobre o tamanho e a dinâmica populacional nos tempos da Colônia. Portanto, os Registros Paroquiais foram o primeiro instrumento empregado no recenseamento da população no Brasil e o primeiro a formar uma base de dados sociodemográficos.

Contudo, a função primordial desse instrumento era aferir e controlar a adesão da população livre e escrava aos ritos católicos. Em vista desse fim, foi identificada, nesses tempos, a métrica cristã-católica, com a qual a Igreja Católica buscava calibrar seu controle sob a população colonial, na medida em que o protestantismo ameaçava quebrar seu monopólio de difusão do cristianismo. O conjunto de dados e os fins pelos quais eles eram

coletados e guardados demonstram regras e objetivos alinhados com o tipo de controle que se desejava exercer sobre a população na Colônia, ou seja, os hábitos católicos foram utilizados como referências para identificar, classificar e contabilizar essa população.

Em conjunto com os Registros Paroquiais, a partir de 1765, as Listas Nominativas passaram a figurar como um instrumento de recenseamento da população, até meados do século XIX. Essas listas eram utilizadas, inicialmente, para o levantamento do quantitativo de homens na faixa etária de 18 a 60 anos, para ingresso nos serviços militares. Em 1798, por determinação de Ordens Régias da administração portuguesa, as listas passaram a incorporar a coleta de informações mais detalhadas, com dados referentes aos fogos (domicílios), ao número de moradores livres e escravos, à idade, ao grau de parentesco ou de relação com chefe do fogo, às ocupações, à renda e à produção.

Pela composição e extensão de seus dados, esse instrumento permitia a realização de recenseamentos locais – nas capitanias e, mais tarde, nas províncias – com certa periodicidade, o que possibilitava aos poderes administrativos coloniais perceber e projetar a população segundo seus interesses, principalmente no tocante à arrecadação de impostos, ao controle da população escrava e ao recrutamento militar para as Ordenanças e Tropas de Linha, com vistas à defesa do território colonial.

Em suas origens, tanto os Registros Paroquiais como as Listas Nominativas foram instrumentos empregados na ação pública do recenseamento populacional, porém com fins políticos distintos, demonstrados nas regras que presidiam as variáveis utilizadas e o processo de coleta.

Esses são instrumentos que antecederam o censo, e os dados e as variáveis neles presentes viriam a compor, mais tarde, em 1872, os dados e as variáveis do primeiro Censo Geral do Brasil. Por exemplo, os dados sobre a condição social (livre/escravo), o estado civil (casado/solteiro) e a raça ou cor, presentes no Censo de 1872, são resultantes de dados presentes e coletados pelos Registros Paroquiais. Das Listas Nominativas, o processo de coleta dos dados por domicílios (fogos) e o uso da Ficha de Família como formulário para coligir as informações são algumas das heranças deixadas para o censo. Destacam-se também a coleta dos dados desagregada por faixa etária e sexo, bem como o registro das ocupações.

Coligir dados populacionais permitia aos poderes administrativos distinguir as composições familiares; medir a coexistência entre livres e escravos; conhecer a estrutura produtiva; diferenciar características de cada região recenseada, etc. Enfim, com dados gerais se tornava possível conhecer aspectos específicos das configurações sociais em que a

população vivia na Colônia e comunicar aos poderes administrativos da Metrópole a estrutura demográfica e o potencial contributivo da população.

Entretanto os dados que identificavam o estado educacional da população e a estrutura escolar instalada não eram coligidos pelos Registros Paroquiais, nem pelas Listas Nominativas. A omissão desses dados nesses instrumentos denota a organização da educação nos primeiros séculos da Colônia, sob o monopólio da Igreja Católica, administrada pelos jesuítas. Durante 210 anos, foram os jesuítas os educadores na Colônia; eles sistematizaram uma organização educacional para o controle das almas do Novo Mundo e a garantia do domínio da Igreja pela propagação da fé e da obediência aos princípios cristãos-católicos, bem como pelo ensino da língua e dos costumes.

O monopólio jesuítico sobre a educação, rompido na administração do Marquês de Pombal, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, principia a ação da Coroa portuguesa na sistematização da instrução escolar, com a substituição da organização e da metodologia de ensino jesuítica pela instituição das Aulas Régias, a criação do cargo de diretor de estudos para fiscalização do ensino e a determinação de concursos para seleção dos(as) docentes responsáveis por ministrar as Aulas Régias. Esse processo, inspirado nos ideais iluministas, demonstra que a educação da população livre da Colônia passou a ser um componente de interesse dos poderes administrativos, na medida em que, por intermédio do ensino sob controle do Estado, o signo da sociedade pedagogicamente reformada possibilitava a construção das bases de edificação do Estado moderno (BOTO, 1996; NETO; MACIEL, 2006).

No final do Século XVIII, a instrução primária e secundária se inseriu como uma variável de controle e administração da população colonial, sobretudo para estabelecer parâmetros entre uma população livre e culta, em meio à qual se propagava a cultura europeia, e uma população escrava, cuja objetificação, com fins econômicos, justificava sua existência e coexistência com a população livre. Contudo, o instrumento da Lista Nominativa ainda não coletava dados educacionais. Na métrica fiscal-militar dos tempos pombalinos, o estado educacional da população e a instrução escolar ainda não se constituíam em uma preocupação passível de verificação e sustentação estatística. Aos poderes administrativos, nesse momento, interessava dismantelar a organização educacional jesuítica e colocar em seu lugar um sistema de ensino condizente com o momento histórico vivenciado.

A instrução da população, como dado de coleta, somente passaria a figurar nos instrumentos de políticas públicas no período pós-Independência. A partir de 1834, nas províncias, deu-se início a uma sistemática coleta de dados escolares pelos serviços de

inspeção escolar, com a finalidade de prestar contas aos poderes administrativos locais e central, informando-lhes as condições de oferta e acesso da população livre à instrução escolar.

No período 1834 a 1889, os Relatórios dos Presidentes das Províncias viabilizaram o conhecimento do agir administrativo dos governos locais a respeito da educação escolar primária e secundária. O resgate histórico desses registros administrativos revelou um vasto conteúdo de temas relativos à instrução pública entre 1834 e 1889. Nesse documentos, os dados da instrução primária e secundária (número de escolas, alunos/as, docentes, de alunos/as concluintes, aprovados/as e reprovados/as), das receitas provinciais, do orçamento e do gasto público são recorrentes, o que os tornam um interessante repositório de informações para investigar o acesso, a oferta e o financiamento da educação, sobretudo a partir da década de 1860, quando os relatórios, em boa parte das províncias, passaram a apresentar dados mais completos e a discutir séries estatísticas históricas. A dimensão técnica desse instrumento nos informa sobre os dados coletados e as análises estatísticas, que discutem séries históricas dos números da educação escolar na formulação de indicadores de oferta (como o número de alunos/as por escolas *versus* o número de escolas por habitantes livres); de acesso (número de escolas por habitantes na condição de livres *versus* o número de alunos/as por habitantes livres); e de financiamento da instrução pública (percentual da receita das províncias gasto com instrução pública *versus* gasto médio por aluno).

Em sua dimensão política, observa-se que é em meio às intersecções entre os atores públicos (professores/as, inspetores, presidentes, deputados, etc.) que de fato as políticas públicas são pensadas, executadas e avaliadas, tornando-se essencialmente coletivas. Isto é, as políticas públicas são os processos pelos quais são elaboradas as representações que uma sociedade constrói para agir sobre a realidade social, tal qual ela é percebida pelos diferentes atores envolvidos (MÜLLER, 2015). Políticas públicas atuam setorialmente, buscam agir em uma área da sociedade, via de regra, para transformar ou adaptar uma situação considerada como desafio ou problema.

A análise dos Relatórios dos Presidentes das Províncias revela que os dados coligidos e sistematizados por seus funcionários (desde os/as docentes nas escolas aos servidores da inspeção da instrução pública) subsidiaram a produção e a organização de bases de dados do período, bem como de indicadores educacionais. Era um conhecimento circunscrito às características dos valores e interesses orientadores da coleta. O número de escolas informadas, por exemplo, era condicionado pela sua distância em relação ao centro da

administração provincial; e a quantificação da população escolar era influenciada pelo acesso de crianças livres do sexo masculino.

Desse modo, a produção dos dados pelo instrumento dos Registros Administrativos foi cercada de condicionalidades técnicas (distâncias e meios de comunicação), como também por valores e interesses. A distância de algumas localidades, a ausência de escolas em parcela expressiva dos territórios, as despesas com esses serviços e os conflitos de interesse entre os atores responsáveis pela coleta eram questões presentes nos discursos e nas reflexões das elites governantes. Dados que, como aponta a literatura aportada neste estudo, orientavam a atuação dos governos em relação às populações administradas e também permitiam às elites letradas produzir conhecimento sobre as Províncias e seus problemas.

Esses registros possibilitaram aos poderes administrativos (locais e central) do Império medir o progresso da instrução pública. E, nessa métrica, buscou-se escrutinar como a instrução pública alcançava a população livre e o custo dessa ação pública para o erário provincial. Assim, os Registros Administrativos fabricaram as primeiras bases de dados a fornecer séries históricas de dados escolares e administrativos, as quais permitiriam a formulação de estatísticas escolares para atender à principal preocupação no momento: apoiar a construção de uma imagem da nação em progresso. Dessa maneira, não bastava apenas demonstrar por números a presença territorial da instrução pública provida pelas províncias, tornou-se necessário comparar o passado e o presente, para predizer possíveis metas, tendo por réguas o progresso, a civilização e a modernidade, sobretudo das nações europeias. Trata-se do momento historicamente situado em que a educação foi aferida como variável interveniente no progresso da nação, portanto o momento em que a educação se inseriu como variável interveniente do progresso, ao ser mobilizada como recurso para construir moral e intelectualmente o cidadão nacional.

E construir o cidadão nacional exigia a determinação de parâmetros para mensurar o quanto a educação era tributária dessa empreitada. Essa tarefa rompeu o Império e invadiu a República. Em um contínuo progresso, a própria métrica do progresso foi reconfigurada, carregando, em seus instrumentos de aferição de dados, variáveis, tensões e intenções que se mostraram determinantes para definir dois parâmetros caros para os cálculos do progresso: o acesso à instrução primária e a obrigatoriedade escolar. Como afirmado e reafirmando pelos presidentes das províncias e dos Estados, por deputados, docentes e intelectuais, pela imprensa, etc., o reiterado diagnóstico – apontado tanto pelos censos quanto pelos registros administrativos – do analfabetismo em massa da população brasileira era resultante da

ausência de uma legislação nacional que obrigasse os pais e responsáveis a matricular e garantir a frequência à escola das crianças entre 7 e 14 anos.

Nesse quesito, reside um dos resultados mais importantes deste estudo, qual seja, a determinação dessa faixa etária de frequência obrigatória foi um produto, uma herança da métrica cristã-católica, que definia a idade de discricção, ou idade da razão, entre 7 e 14 anos. Esse parâmetro, utilizado nos Censos de 1892 e 1920 e nos Censos Escolares das primeiras décadas da República para calcular as taxas de atendimento escolar, é um constructo cujas origens não são explicadas na literatura da História da Educação e das estatísticas educacionais.

A determinação de uma faixa etária de frequência escolar obrigatória, para além de uma discussão de suma importância nos processos de escolarização e organização do campo educacional no Brasil, fornece evidências de que a construção de uma métrica, em sua dimensão técnica, expressa sua dimensão política, cultural e histórica. Quando consideramos os Censos e os Registros Administrativos como instrumentos de captura numérica e estatística a serviço do Estado, não podemos ignorar que a construção desses instrumentos é diretamente resultante de um processo de discussão, de interpelação, de relações de poder, etc. entre os poderes administrativos e os administrados, portanto seus dados e variáveis, assim como suas estatísticas, também são resultantes dessa correlação.

Dessa forma, um determinado cálculo, mesmo que friamente demonstrado por números, fórmulas e tabelas, ou uma lei que determina normas e procedimentos, encerra em si uma condição negociada, um acordo velado, uma tensão social, um resultado desejado e compartilhado. Daí reside a construção ou determinação dessa faixa etária como um parâmetro socialmente aceitável, pois a longa história de convívio entre a Igreja e o Estado no Brasil coloca a difusão e a aceitação dos hábitos católicos como um forte parâmetro de acordo entre administradores e administrados. Para formar o bom cidadão nacional, era necessário que ele atendesse aos preceitos morais difundidos pela religião e fosse obediente aos seus rituais. Dos 7 aos 14 anos, as crianças eram inseridas nas práticas religiosas, em um percurso de iniciação e confirmação com vistas ao reconhecimento da Igreja Católica enquanto autoridade espiritual e moral, bem como à adoção da fé nos seus dogmas e preceitos. Tratava-se, portanto, de inserir nas crianças a importância da comunhão dos valores católicos e prepará-las para a vida adulta, garantindo a permanência da Igreja enquanto instituição de coesão social.

A ação da Igreja produziu um referencial para determinar em que momento as crianças estavam aptas a receber a instrução escolar, na medida em que a idade de discricção indicava

que, a partir dos 7 anos, todo indivíduo já se encontrava apto para comungar e confessar, portanto já possuía o discernimento necessário para reconhecer, segundo os preceitos católicos, o bem e o mal, a penitência e a redenção. Esses hábitos católicos, quando traduzidos nos termos da educação laica, davam ao poder pátrio das famílias uma referência para determinar em que momento as crianças deveriam receber a educação escolar e frequentar os estabelecimentos próprios para esse fim. Se as crianças estavam aptas a seguir os sacramentos católicos, estavam igualmente aptas a receber a instrução elementar. Para a escolarização obrigatória das crianças se universalizar como um valor social, seria necessário torná-la não apenas uma prática institucionalizada, mas também uma construção cognitiva. E, nesse sentido, como representações coletivas ou imagens cognitivas, as práticas católicas já eram compartilhadas e aceitas havia séculos pela sociedade brasileira.

Entretanto, a frequência obrigatória à escola sofreria diversas resistências ao longo do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX. A educação obrigatória esbarrava em uma estrutura social predominantemente rural e iletrada, que comportava uma massa populacional paupérrima e descrente nos benefícios de retirar os(as) filhos(as) do trabalho para mandá-los para as escolas (SCHNEIDER; NETO; ALVARENGA, 2012). Além disso, apesar de haver consenso entre os poderes administrativos em torno da reponsabilidade de ofertar a educação pública, desde o Império até a República, as formas pelas quais as províncias e, mais tarde, os Estados organizaram e assumiram essa tarefa mostraram-se irregulares e fragmentadas, pois alguns entes subnacionais previam o ensino obrigatório e a frequência escolar obrigatória em suas legislações, ao passo que outros, não (ZICHIA, 2009).

No contexto da ausência de instrução primária para boa parte da população, aferida nos censos pelo elevado número de analfabetos, o início do século XX trouxe a necessidade de medir de forma mais exata a presença da população nas escolas e a infraestrutura pública e privada de ensino disponível, tornando-as importantes variáveis de aferição do progresso do país pela progressiva cobertura dos serviços educacionais em relação à população em idade escolar.

O instrumento do censo, apesar de sua trajetória indicar a continuidade e estabilidade das operações de recenseamento, fornecia dados educacionais da população em interstícios consideravelmente distantes, em razão da periodicidade decenal. E a educação, por sua vez, havia se tornado uma questão social de urgente enfretamento, identificada pelos censos no número de analfabetos, colocando em debate a dependência de um Estado e de uma sociedade modernos em relação à elevação da instrução primária da população. A urgência em garantir o acesso e tornar obrigatória a frequência à escola era demonstrada pela comparação entre a

situação educacional da população no Brasil e a dos países europeus. Essa comparação emergiu em fins do século XIX, identificada principalmente no Relatório dos Presidentes das Províncias e nas publicações da DGE.

A comparação do estado educacional da população, fruto do internacionalismo estatístico, estabeleceu critérios que classificavam e comparavam o desenvolvimento do Brasil considerando como variáveis o tamanho da população, sua distribuição territorial e por faixas etárias e o número de escolas e docentes. Essas informações, ao mesmo tempo em que confirmavam uma situação historicamente precária no tocante ao ensino, produziam e performavam a superioridade dos países europeus e dos Estados Unidos, inscrevendo no horizonte dos poderes administrativos e da sociedade brasileira a meta de se igualar a esses países. Na métrica do progresso, a variável educação é o principal componente de verificação do quanto a população se enquadra nos esquemas classificatórios da racionalidade moderna, sobretudo pela identificação quantitativa de um sistema de escolarização que fosse capaz de transmitir as técnicas, os valores morais, as competências linguísticas, as regras do direito e os deveres, os procedimentos burocráticos, etc., indicadores de desenvolvimento que representavam o progresso moral e material das nações.

Dessa necessidade de aferição mais exata da instrução primária, surgiram os recenseamentos escolares como instrumentos exclusivos para reunir dados que, até os primeiros anos da República, estavam dispersos nos Estados, sem padronização e em bases de dados de difícil e complexo acesso, em virtude das condições tecnológicas e políticas da época. O Relatório da DGE de 1903 dá testemunho das dificuldades de criar um sistema nacional de estatísticas públicas, no qual os dados escolares figuravam como aqueles de maior complexidade para coleta e sistematização. Os entraves colocados pelos poderes administrativos, sobretudo nos Estados, acarretaram sucessivas tentativas, por parte da DGE, de reunir em uma única base os dados escolares. Daí decorre a elaboração de diferentes instrumentos de coleta e a criação do Anuário Estatístico Brasileiro e do Inquérito Censitário Escolar.

Esses instrumentos foram responsáveis por padronizar a coleta e a disseminação e por formar as primeiras bases de dados escolares na República. A partir deles, foi possível derivar indicadores de acesso e oferta da instrução pública pelo cálculo do estoque de escolas, matrículas e pessoal docente; do estoque de escolarização da população em idade escolar (7 a 14 anos) e do fluxo escolar (matrículas/concluintes/aprovados). Entre 1900 e 1930, a inserção da educação escolar nesses instrumentos passou a se preocupar de maneira mais acentuada com os recursos (públicos/privados) disponíveis e a capacidade de cobertura da população.

Essa preocupação ocupou as discussões da época sobre como garantir a formação básica do cidadão republicano (ler, escrever e dominar as operações matemáticas básicas), a fim de inserir o país nas sendas do progresso e do pensamento moderno. O êxito nessa empreitada só seria possível pela expansão do número de escolas e a frequência obrigatória.

Nesse contexto, as situações reais em que a educação escolar era ofertada não poderiam ser examinadas sem a obtenção de dados recolhidos adequadamente. A coleta adequada dos dados era requisito básico para que o problema fosse bem compreendido, e essa compreensão só ocorreu quando os instrumentos aplicados viabilizaram o constructo de medidas que designavam as qualidades ou características de uma situação real para o entendimento de um problema público. Nesses termos, os instrumentos do AEB e do Inquérito Escolar (Censo Escolar) começaram a fornecer uma observação do comportamento global do progresso educacional da população – acessado por meio da construção de séries temporais de dados – no interior da moldura do problema público colocado à época: garantir o acesso à instrução primária e reduzir o estoque de analfabetos do país. E esses instrumentos forneceram, de certo modo, de maneira inédita, séries históricas e um conjunto de indicadores que retratavam uma sociedade extremamente desigual – social e culturalmente –, na qual a escolarização da população, como recurso para difundir os princípios civilizatórios das elites republicanas, tinha no espaço das escolas primárias e secundárias o *locus* de seu projeto para a transformação e regeneração sociais.

Por fim, como última conclusão, que resume os resultados colhidos nesta pesquisa, os instrumentos do Censo Demográfico e do Censo Escolar, enquanto instrumentos de políticas públicas, foram elaborados de acordo com um componente técnico que visava aferir o crescimento da população em termos de sua estrutura e distribuição espacial e segundo seu estado educacional, pois, para os poderes administrativos e para a sociedade, esse tipo de medida era de particular interesse, na medida em que o crescimento da população escolarizável (a população em idade escolar) e da população escolarizada (população matriculada e frequente nos sistemas de ensino, em diferentes níveis) tornava crível – ou pelo menos apoiava – o discurso do progresso do país na perspectiva e nas previsões dos efeitos da educação pública e laica sobre a população.

Dessa maneira, os instrumentos de políticas públicas em análise nesta tese nos permitiram compreender, ao longo da nossa história imperial e no início da República, como uma métrica educacional foi construída. Este trabalho não significou apenas demonstrar como os dados e as estatísticas educacionais e escolares foram elaboradas historicamente e quais instrumentos que delas derivaram. O esforço de pesquisa buscou colocar luzes sobre as

discussões acerca dos instrumentos de políticas públicas enquanto instrumentos que encerram um conjunto de regras e procedimentos que expressam as interações e os comportamentos dos atores e das instituições que, em diferentes contextos históricos, buscaram governar e reduzir as incertezas que envolviam as ações públicas em uma sociedade historicamente complexa e desigual.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX**. 2006. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: shorturl.at/ayE39. Acesso em: 3 abr. 2020.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. *In*: NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 2.
- ALMEIDA, Jane Fernandes de. **A reforma da instrução pública do Ceará de 1922**: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: shorturl.at/sBGN2. Acesso em: 3 abr. 2020.
- AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- AMAZONAS. **Relatorio com que o exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869**. Disponível em: <https://abre.ai/CAH5>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- AMAZONAS. **Relatorio que em seguida ao exmo. Snr. Presidente da provincia do Pará, e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da provincia do Amazonas, depois da instalação dela, e de haver tomado posse o seu 1º presidente, o exmo. Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha no dia 11 de março de 1848**. Disponível em: shorturl.at/lrBP1. Acesso em: 20 nov. 2019.
- AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012. Disponível em: shorturl.at/sEHQW. Acesso em: 3 abr. 2020.
- ANDERSON, Benedict. Censo, mapa, museu. *In*: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. Cap. 9.
- ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO; Carlos Henrique de. A educação no Brasil Império: Análise da organização da Província de Minas Gerais (1850-1889). **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2RSWgFf>. Acesso em: 20 out. 2019.
- ARRECTHE, Marta Teresa da Silva. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3tFRoBo>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- ARRECTHE, Marta Teresa da Silva. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/32ABufO>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ARRECTHE, Marta Teresa da Silva. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3sF41eo>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ARRECTHE, Marta Teresa da Silva. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2015.

ARRUDA, Fabiana dos Santos. A Dimensão Pastoral do IV Concílio de Latrão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Maringá: Universidade Estadual do Maringá, 2011. p. 1-8. Disponível em: <https://bit.ly/2QLrxsY>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AZEVEDO, Aloysio Villela. **Os recenseamentos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3at4bzv>. Acesso em: mar. 2018.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. 9, n. 1, p. 32-57, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3dFityM>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 549-565, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3aw2wcn>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BAHIA. Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Provincial da mesma provincia no 1 de março de 1851. Disponível em: <https://abre.ai/cAH6>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; SZWAKO, José. Por que há uma grave ameaça de apagão estatístico no Brasil. **Nexo Jornal**, [S. l.], 21 abr. 2019 Disponível em: <https://bit.ly/3eedy72>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARREAULT-STELLA, Lorenzo; GOASTELLEC, Gaële. Introduction: l'éducation entre sociologie et science politique, des convergences contemporaines à leurs limites. **Education et Sociétés**, [S. l.], n. 36, p. 5-18, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2P7I4Hi>. Acesso em : 20 set. 2020.

BARROSO, João. Da política baseada no conhecimento às práticas baseadas em evidências. Consequências para a regulação do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (org.). **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 91-116

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de 23 de agosto de 1821**. Determina que se destribuam por duas Secretarias os negocios que corre pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, tendo uma esta denominação e a outra - dos Negocios da Justiça. Disponível em: <https://abre.ai/cAHs>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de 20 de outubro de 1823**. Dá nova fôrma aos Governos das Provincias, creando para cada uma dellas um Presidente e Conselho. Disponível em: <https://abre.ai/cAHt>. Acesso em: 2 de abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em: <https://abre.ai/cAHv>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto de 25 de novembro de 1829**. Crêa nesta Côrte uma Commissão de Estatística Geographica e natural, política e civil. Disponível em: <https://abre.ai/cAHw>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 16 de 6 agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <https://abre.ai/cAHx>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842**. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: <https://abre.ai/cAHz>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846**. Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camarás Municipaes. Disponível em: <https://abre.ai/cAHB>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 555, de 15 de junho de 1850**. Fixando a despeza e orçando a receita para o exercicio de 1850 a 1851. Disponível em: <https://abre.ai/cAHC>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 586, de 6 de setembro de 1850**. Manda reger no exercicio de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento Nº 555 de 15 de junho do corrente anno. Disponível em: <https://abre.ai/cAH0>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 797, de 18 junho de 1851**. Manda executar o Regulamento para a organização do Censo geral do Imperio. Disponível em: <https://abre.ai/cAHE>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 798, de 18 junho de 1851**. Manda executar o Regulamento para a organização do Censo geral do Imperio. Disponível em: <https://abre.ai/cAHH>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 630 de 17 de setembro de 1851**. Autorisa o Governo para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <https://abre.ai/cAHI>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 907 de 29 de janeiro de 1852**. Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio e para o Registro dos nascimentos e obitos. Disponível em: <https://abre.ai/cAHL>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <https://abre.ai/cAHM>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867. Disponível em: <https://bit.ly/32Dn4vj>. Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 1829, de 09 de setembro de 1870**. Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio. Disponível em: <https://abre.ai/cAH1>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871**. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatística, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento. Disponível em: <https://abre.ai/cAHP>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 4.856 de 30 de dezembro de 1871**. Manda proceder, em execução do art.1º da Lei nº 1829, de 9 de setembro de 1870, ao primeiro recenseamento da população do Império. Disponível em: <https://abre.ai/cAHQ>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 659 de 12 de agosto de 1890**. Manda observar as instruções para o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://abre.ai/cAHR>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)**. Rio de Janeiro: Empresa Brazil Editora Limitada, 1926.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3v6bkxy>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BARZELAY, Michel. **La Nueva Gestión Pública**. Un acercamiento a la investigación y al debate de las políticas. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BASTOS, Douglas Dias *et al.* A relação entre o retorno das ações e as métricas de Desempenho: evidências empíricas para as companhias abertas no Brasil. **REGE**, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 65-79, 2009. Anais do XV Congresso Brasileiro de Custos, Curitiba, PR, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3sDU11R>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BATISTA, Vanessa Souza. **A educação da “Boa mocidade” sul-mineira: considerações sobre o perfil do alunado da instrução primária (1824-1840)**. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

BELLO, José Maria. **História da República, 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 356 p.

BERTHELOT, Jean-Michel. Les sciences du social. *In*: BERTHELOT, Jean-Michel. (Ed.). **Épistémologie des sciences sociales**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2018. Cap. 5, p. 593. (Quadrige manuels).

BEZES, Philippe. Administration. *In*: BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline. **Dictionnaire des politiques publiques**. 4. ed. [S. l.]: Sciences Po, 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **Revista Urbana**, Campinas, v. 1 n. 1, p. 1-20, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/32AhSbw>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BISSIGO, Diego Nones. Os censos enquanto projetos: Análise da legislação e das fichas de família propostos para os recenseamentos de 1852 e 1872. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-20. Disponível em: <https://bit.ly/3dAL74m>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BISSIGO, Diego Nones. **A ‘eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos’**: a estatística no Brasil Imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, SC.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou ofício do historiador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BONELLI, Maria da Gloria. Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842 – 2000. **Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association**, Dallas, Texas, p. 27-29, mar. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/32AZHT6>. Acesso em: 31 jun. 2019.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Resenha do livro “As reformas pombalinas da instrução pública” de Laerte Ramos de Carvalho (1978). **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 157-161, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/32DSMIR>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BOSCHI, Caio César; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da Rota da Estrada Real. **Cadernos de História**, v. 10, n. 13, p. 112-120, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2PfqPnG>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2RUaiGE>. Acesso em: 30 out. 2018.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3n7eIW9>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 169-191, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3tGxk1B>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2P9QvSt>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. *Sorting Things Out – Classification and Its Consequences*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1999. Resenha. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 72-75, Dec., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/32CTYfo>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763/1808)**. 2012. 377 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Estatística e política de população no Brasil (1870-1930): notas de pesquisa. Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 3, p. 90-109, dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3dFVMuG>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da diretoria geral de estatística (1872-1930). Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 79-97, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Qn8d5t>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República**. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Câmaras Municipais. Câmaras Municipais. Memória da Administração Pública Brasileira**, Rio de Janeiro, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xggU28>. Acesso em: 2 set. 2019.

CAMPOS, Pereira Campos; MERLO, Patrícia M. da Silva. **Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos o casamento de escravos na legislação brasileira. TOPOI**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 327-361, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2QIostN>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CARRARA, Ângelo Alves. **A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica. Revista Tempo**, [S. l.], v. 20, p. 1-21, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3xoOxz4>. Acesso em: ago. 2018.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: USP, 1968.

CARVALHO, José Alberto Magno de *et al.* **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3sG0ahc>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **As proclamações da República. Ciência Hoje**, São Paulo, v. 10, n. 59, p. 27-33, nov. 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania: tipos e percursos. Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9 n. 18, p. 337-359, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3tGQh4e>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Luciano Castro de; DI SERIO, Luiz Carlos; VASCONCELLOS, Marcos Augusto de. Competitividade das nações: análise da métrica utilizada pelo World Economic Forum. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 52, n. 4, p. 421-434, 2012. ISSN 0034-7590. Disponível em: <https://bit.ly/3veahM9>. Acesso: 20 jul. 2019.

CASSETTARI, Nathalia. Principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012, Zaragoza. **Anais [...]**. Goiania: Anpae, 2012. p. 1-17. Disponível em: <https://bit.ly/3epdQIo>. Acesso em: 9 set. 2020.

CASSIOLATO, José Eduardo. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. *In*: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 164-90.

CAVALCANTI, Amaro. **Regime federativo e a república brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. Disponível em: <https://bit.ly/3aM5PfV>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CEARÁ. **Falla com que o exm.o prezidente da provincia do Ceará abrio a segunda sessão ordinaria da Assembleia Legislativa da mesma provincia no dia 1o de agosto de 1836**. Disponível em: <https://abre.ai/cAH7>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CEARÁ. **Relatorio que o excellentissimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da provincia do Ceará, apresentou á Assembléa Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinaria de sua 9.a legislatura, em o 1.o de setembro de 1853**. Disponível em: <https://abre.ai/cAH8>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Repositório de trabalhos acadêmicos. Chicago, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2RJiSYz>. acesso em: 20 set. 2020.

CERQUEIRA, César Augusto Cerqueira; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Capítulo 1. Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira. *In*: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. de L. R. (ed.). **Introdução à Demografia da Educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p. 14-44. Disponível em: <https://bit.ly/3sEcIpx>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAVES, Cláudia. A administração fazendária na América portuguesa: a Junta da Real Fazenda e a política fiscal ultramarina nas Minas Gerais. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 81-96, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3xbPdrj>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación MAPFRE, 2011.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 168, v. 437, p. 29-48, out./dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3tDMZyU>. Acesso em: 4 set. 2019.

CONCEIÇÃO, Kelly Bonifácio da. **Estudo evolutivo da Contabilidade pública no Brasil e as ações do Conselho Federal de Contabilidade diante dos novos rumos da Contabilidade aplicada ao setor público**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenança em Minas Colonial. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 109-162, inverno, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3dDLvyT>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. O Registro Civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). **Veredas da História**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2016, p. 117-139. Disponível em: <https://bit.ly/3naoVBm>. Acesso em: 28 jan. 2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. **LPH: Revista de História, Ouro Preto**, v. 1, n. 1, p. 46-54, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3sNgiOl>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COUNTING COLONIALS POPULATION. Banco de dados estatísticos sobre o Império português 1776-1890. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2QJOZHI>. Acesso em: 20 set. 2020.

CRESCITELLI, Edson; FREUNDT, Valéria Andrade. Métricas de comunicação de Marketing offline e online. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 1, p. 1-25, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/32AZxeA>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

CUORE, Raul Enrique; CATANANTE, Bartolina Ramalho. A metodologia dos Censos Demográficos no Brasil: Desigualdades educacionais da população negra. **Revista Magistro**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/32DamMW>. Acesso em: 15 set. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3xdSmH9>. Acesso em: 15 set. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2RIC095>. Acesso em: 13 out. 2019.

DAWSON, Christopher. **A Formação da Cristandade**: das origens na tradição judaico-cristã à ascensão e queda da unidade medieval. São Paulo: É Realizações, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Taxa de crescimento da população. **Dieese**, Salvador, [ca. 2011]. Disponível em: <https://bit.ly/3tHV0mw>. Acesso em: 20 set. 2019.

DESROSIÈRES, Alain. El prefecto y el geómetra. *In*: DESROSIÈRES, Alain. **La política de los grandes números**. Barcelona: Melusina, 2004. Cap. 1, p. 31-59. Disponível em: <https://bit.ly/2QdvQO7>. Acesso em: 18 jun. 2019

DIAS, Dayane Julia Carvalho; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 485-507, 2017. ISSN 0102-3098. Disponível em: <https://bit.ly/2QHMcOI>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS (DGE). **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: <https://abre.ai/cAH9>. Acesso em: 21 jan. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS. **Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Illm. E Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira ministro e secretário de estado dos Negócios do Império pelo Director Geral Dr. José Maria do Coutto**. Rio de Janeiro: Tipographia Hyppolito Jose Pinto, 1875. Disponível em: <shorturl.at/tIJOW>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS (DGE). **Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Illm. E Exm. Sr. Conselheiro De. José Bento da Cunha Figueiredo ministro e secretário de estado dos Negócios do Império pelo Director Geral Manoel Francisco Correia**. Rio de Janeiro: Tipographia Hyppolito Jose Pinto, 1877. Disponível em: <https://abre.ai/cAIa>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898. Disponível em: <https://abre.ai/cAIb>. Acesso em: 8 jul. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Relatório apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Director Geral de Estatísticas (1902) – XV da República**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1903. Disponível em: <https://abre.ai/cAIc>. Acesso em: 3 ago. 2020.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905. Disponível em: <https://abre.ai/cAIe>. Acesso em: 8 jul. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Estatística da Instrução. Primeira parte. Estatística Escolar - Volume 1**. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1916. Disponível em: <https://abre.ai/cAIh>. Acesso em: 9 de out. 2020.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Dr. José**

Luiz S. de Bulhões Carvalho (Director Geral de Estatísticas). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908. Disponível em: <https://abre.ai/cAIi>. Acesso em: 8 jul. 2018.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912). 1º ano – Volume III. Culto, Assistência, Repressão e Instrução**. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1927. Disponível em: <https://abre.ai/cAIj>. Acesso em: 9 de out. 2020.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Pt. 4, v. 4, População por estados e municípios, segundo o grau de instrução, por idade, sexo e nacionalidade**. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1928. Disponível em: <https://abre.ai/cAII>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ECHEVEST, Simone *et al.* Educação estatística: perspectivas e desafios. **Acta Scientiae. Revista de ensino de Ciências e Matemática**, Canoas, v. 7, n. 1, p. 103-109, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3atAFtA>. Acesso em: 31 jul. 2019.

ESPIRÍTO SANTO. **Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior**. Disponível em: <https://abre.ai/cAIIm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha; RÉGNIER, Jean-Claude. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, 2000. Disponível: <https://bit.ly/3eAYn8v>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. *In*: VIDAL, D. G., GONDRA, J. G., FARIA FILHO, L. M. de, DUARTE, R. H. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RESENDE; Fernanda Mendes. História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19. **R. bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 197-211, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2QIzuiS>. Acesso em: 10 set. 2018.

FARIA FILHO, Luciano: **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em belo horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RESENDE; Fernanda Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da Província. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 2, p. 79-115, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3v0WQ1Y>. Acesso em: 10 set. 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta et al. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Autêntica, 2007, p. 135-149.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2RPasPr>. Acesso em: 20 maio 2018

FARIAS A., SOARES, J.; CÉSAR, C. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: USP, 2008.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 237-250, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3dAda3L>. Acesso em: 1º jul. 2020.

FERRARO, Alceu Ravanello. Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análises. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 253-266, jul./set. 1979. Disponível em: <https://bit.ly/3asZUMz>. Acesso em: 5 dez. 2019.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: o que dizem os Censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3xe0Xtg>. Acesso em: 15 set. 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW. Analfabetismo no Brasil: configuração e gêneses das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Registros administrativos como fonte de dados estatísticos. **Informática Pública**, [S. l.], ano 10, n. 1, p. 81-93, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3tFGThr>. Acesso em: 10 out. 2019.

FÉRRER, Francisco Adegildo. O Marquês de Pombal e a Instrução Pública em Portugal e no Brasil (Século XVIII). **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 18, n. 1, p. 77-91, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2QLoot8>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FLETCHER, Philip Ralph; RIBEIRO, Sérgio Costa. O Ensino de Primeiro Grau no Brasil de hoje. **Em Aberto**, Brasília, v. 33, p. 1-10, 1987.

FLETCHER, Philip Ralph; RIBEIRO, Sérgio Costa. A educação na estatística nacional. In: Sawyer, D. O. (org.). **PNADs em foco anos 80**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacional, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3dBkGvc>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 439-464, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3av5huC>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. As Câmaras e o ensino régio na América portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 229-246, 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n66/a11v33n66.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. Educação na América portuguesa: Sujeitos, Dinâmicas, Sociabilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/USER10/Downloads/38277-141787-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

FORQUIN, Jean Claude. Sociologia das desigualdades de acesso à educação. Principais orientações, principais resultados desde 1965. *In*: FORQUIN, Jean Claude. **Sociologia da educação: dez anos de pesquisa**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, Cap. 1, p. 21-77.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. *In*: FOUCAULT, Michel (ed.). **Curso no Collège de France 1977-1978**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. La tecnología política de los individuos. Conferencia dictada en la Universidad de Vermont, 1982. *In*: FOUCAULT, Michel. *La inquietud por la verdad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

FRANCO, Sebastião Pimentel; ASSIS, Elezeare Lima de. Considerações sobre o grupo escolar Gomes Cardim no contexto da educação primária no Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, p. 65-76, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3awqF2v>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Crise do sistema colonial. **Atlas Histórico do Brasil**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dCtssM>. Acesso em: 20 ser. 2019.

GAZÉ, Isabella Paula. Alunos, mestres e objetos: representações imagéticas da reforma Fernando de Azevedo (1927-1930) na cultura material escola profissional de Visconde de Mauá. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27. 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-26. Disponível em: <https://bit.ly/3gt4yOd>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GUIZZARDI FILHO, Osvaldo; SILVA, Zilda Pereira da; SIDNEY, Ilma Edna Pereira Sidney. Anuários estatísticos: retratos de diferentes épocas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 45-54, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2QdydAv>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional**: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira. 2007. 406 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 479-502, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3gB5QGS>. Acesso em: 30 out. 2018.

GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 341-358, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3gveHtY>. Acesso em: 30 out. 2018.

GIL, Natália de Lacerda. Campo educacional e campo estatístico: diferentes apropriações dos números do ensino. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 511-526, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3tHEumh>. Acesso em: 30 out. 2018.

GIL, Natália de Lacerda. Estatística e educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento. **Pensar a educação em Revista**, Belo Horizonte, ano 5, v. 5, n. 2, jun./ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tF06zV>. Acesso em: 20 out. 2019.

GOIÁS. **Relatório que o exm. sr. dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da província de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma província a 1.o de junho de 1869.** Disponível em: <https://abre.ai/cAIn>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GOLGHER, André Braz. Modelo Profluxo e Indicadores Derivados. *In*: RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; RIANI, Juliana de Lucena Ruas (org.). **Introdução à demografia da educação.** Campinas: Abep, 2004. Cap. 1, p. 159-208.

GOMES, Joaquim Ferreira. **O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino.** Coimbra: Imprensa Nacional, 1982.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Estatística Social como técnica de governo: representações sobre os registros da população escolar (Portugal: 1880-1900). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4. 2006, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: SBHE, 2006. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/3epnllq>. Acesso em: 15 out. 2019.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: Raça e Instrução nos censos populacionais do Século XIX. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan./mar. 2013. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 69-76, maio/ago. 2003. Disponível: <https://bit.ly/2QpyKPA>. Acesso em: 19 de abr. 2019.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística brasileira: uma análise qualitativa. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 34-47, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3v92cIC>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GREEN, Andy. Estado e educação. *In*: VAN ZANTEN, Agnès (org.). **Dicionário de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2011.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos.** Belo Horizonte: Abep, 1996. Disponível: <https://bit.ly/3dDXigT>. Acesso em: 5 dez. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das revoluções.** 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil colônia (1500 – 1800).** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Elaboração do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Introdução. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série Relatórios Metodológicos, 25) Disponível em: <<http://goo.gl/uviwf>>. Acesso em: 2 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Bulhões Carvalho, um médico cuidando das estatísticas brasileiras**. Brasília: IBGE, 2007. (Col. Documentos para disseminação. Memória Institucional). Disponível em: <https://bit.ly/2QKXH82>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Memória Estatística do Império do Brasil. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LVIII, Parte I (1º e 2º trimestre), p. 91-99, 1895. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895. Disponível em: shorturl.at/anxS0. Acesso em: 2 abr. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso de indicadores sociais na avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002. Disponível: <https://bit.ly/3gs0fWm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas**. Elaboração de Estudos Socioeconômicos. 3. ed. 2. impr. Campinas: Alinea, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3xbcWYG>. Acesso em: 20 abr. 2019.

JANUZZI, Paulo de Martino; GRACIOSO, Luciana de Souza. Produção e disseminação da produção estatística: agências estaduais no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3 p. 92-103, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3enwZui>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. Massachusetts: Addison-Wesley educational publishers Inc., 2003.

KLEIN, Ruben. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores do fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206-208, p. 107-157, 2003.

KOMATSU, Bruno; FILHO, Naercio Menezes; OLIVEIRA, Pedro *et al.* A História da Educação e as Origens da Desigualdade Regional no Brasil. **Policy Paper**, São Paulo, nº 27 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3xbkieK>. Acesso em: 21 out. 2019.

LASCOUMES, Pierre.; LE GALES, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 18, p. 19-44. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2P8rt6a>. Acesso em: abr. 2018.

LASCOUMES, Pierre.; SIMARD, Louis. L'action publique au prisme de ses instruments. Introduction. **Revue française de science politique**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 5-22, 2011.

LAVALLE, Adrian Gurza. Inovações analíticas para entender atores e instituições no Brasil contemporâneo. *In*: Carlos, Euzeneia; Oliveira, Osmany Porto de; Romão, Wagner de Mello (orgs). Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó, RS: Argos, 2014, p.9-14.

LENIN, Vladimir I. O Estado e a revolução. **The marxists internet archive**, [S. l.], 1917. Disponível em: <https://bit.ly/3tECdIJ>. Acesso em: jan. de 2020.

LESSA, Renato. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. *In*: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Prefaciado por Raphael de Almeida Magalhães. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11-60.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 199-206, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3vauouI>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. A escolarização das crianças no Piauí: obrigatoriedade escolar, família e escola. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Vera Lúcia Gaspar. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2013. p. 227-242.

MACHADO, Sandra Maria Caldeira. **Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)**. 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Sandra Maria Caldeira; BICCAS, Maurilane de Souza; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: implicações. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, p. 639-658, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3eiH2Ry>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antônio Carlos P. **Noções de probabilidade e estatística**. 6. ed. rev. São Paulo: Edusp, 2008.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Fogo mineiros na passagem do século XVIII ao XIX: uma aplicação da “Tipologia plurifuncional de domicílios” à freguesia de São José do Rios das Mortes. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15. 2012, Diamantina. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 1-26. Disponível em: <https://bit.ly/32AZRd8>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Maranhão. **Decreto nº 41, de 1 de setembro de 1891**. Reorganisa o ensino público do Estado. Disponível em: shorturl.at/oGRUX. Acesso em: 6 set. 2020.

MARANHÃO. **Mensagem lida perante o Congresso constituinte do estado do Maranhão pelo governador Capitão-tenente Manoel Ignácio Belfort Vieira no dia 11 de junho de 1892**. Disponível em: <https://abre.ai/cAIo>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARCADÉ, Jacques. Pombal et l'enseignement: quelques notes sur la réforme des "Estudos Menores". **Revista de História das Ideias. O Marques de Pombal e o seu tempo – Tomo II**, Coimbra, v. 4, p. 7-43, 1982.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Levantamentos Censitários da Fase Prato-Estatística do Brasil**. Anais de História, (ASSIS), 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia História**, [S. l.], n. 31, p. 13-20, jan. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3awCW75>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MAROY, Christian. L' école à la lumière de la sociologie des organisations **Les Cahiers de Recherche em Education et Formation**, [S. l.], n. 56, p. 1-26, mar. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2RXuNIX>. Acesso em: 20 set. 2020.

MAROY, Christian. Regulação dos sistemas educacionais. In: ZANTEN, A. V. **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTIN, Oliver. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-24, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3guyPwb>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MATO GROSSO. **Mensagem do presidente do estado do Mato Grosso Dr. Manoel Jose Murtinho a Assembleia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 13 de maio de 1893**. Cuiabá: Typographia do Estado, 1893. Disponível em: <https://abre.ai/cAIp>. Acesso em: 5 out. 2020.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Silveira e Sousa. A. estatística da população na América portuguesa, 1750-1820. **Memória, Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, [S. l.], n. 25, p. 73-103, ener./abr. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ekN9Vd>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MATOS, Paulo Teodoro. Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 635-648, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v6RvGk>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares na América Portuguesa. **História: Questões e Debates**, [S. l.], n. 45, p. 29-56, 2006.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. **Breve história da estatística**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3awEa2b>. Acesso em: 1º jul. 2019.

MENDONÇA, Pollo Campos; WALESKA, Ana. A Reforma Pombalina dos estudos secundários e seu impacto no processo de profissionalização do professor. Educação. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3xcb4il>. Acesso em: 10 set. 2019.

MESQUIDA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do **Ratio Studiorum**. *Educ. Rev.*, Curitiba, n. 48, p. 235-249, jun. 2001.

MIGUEL, Nadya Maria Deps. **O Perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos Censos Demográficos de 1940 a 2010**. 2012. Tese. (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia do Estado de Minas Geras. **Lei nº 13, de 28 de agosto de 1835**. Regula a criação das Cadeiras de Instrução primária, o provimento e os Ordenados dos Professores. Disponível em: shorturl.at/nsyW1. Acesso em: 13 ago. 2020.

MINAS GERAIS. **Relatorio do presidente da provincia de Minas Geraes, o ill.mo e ex.mo dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, na abertura da sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de março de 1850**. Disponível em: <https://abre.ai/cAIq>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia do Estado de Minas Geras. **Lei nº 41 de 03 de agosto de 1892**. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. Disponível em: shorturl.at/bIY14. Acesso em: 20 ago. 2020.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo presidente do estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso mineiro em sua quarta sessão ordinária da primeira legislatura em 21 de abril de 1894**. Disponível em: <https://abre.ai/cAIs>. Acesso em: 21 nov. 2019.

MIR, Luís. O Estado Imperial. *In*: MIR, Luís. **Guerra Civil. Estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Cap. 1, p. 31-72.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Aulas régias: luz que emana do trono. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 73-89, abr. 2018. Disponível: <https://bit.ly/3gqilFn>. Acesso em: 10 set. 2019.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOTA, Assislene Barros da. **A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**. 2015. 147f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015.

MÜLLER, Pierre. **La société de l'efficacité globale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

MÜLLER, Pierre. De la théorie de l'État à l'analyse des politiques publiques. MÜLLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 2018. p. 7-29.

NADALIN, Sergio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3el32eu>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3sFesib>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: MEC, 1976.

NEGRÃO, Márcio Negrão; PEREIRA, Heloísa H. D. A efetividade do direito à educação no Brasil na Primeira República: um estudo das constituições estaduais da Bahia e do Paraná republicanos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7. 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3guCjPh>. Acesso em: 1 ago. 2020.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá mercê**: a mesa de consciência e ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Leonardo Santos; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Os serviços estatísticos educacionais e a instrução pública no Brasil: das deduções ao Convênio Interadministrativo de 1931. II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira. 2002, Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. v. 2. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3sLdbq8>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3sFToYM>. Acesso em: 4 set. 2019

NETO, Alexandre Shigunov; STRIEDER, Dulce Maria; SILVA, André Coelho da. A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. **Tendências Pedagógicas**, Madrid, n. 33, p. 117-126, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RUECB1>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NETO, Vicente Buonadio; TAGLIAVINI, João Virgílio. Reformas pombalinas da educação: o ecletismo da ilustração portuguesa. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Goiás, v. 7, n. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3n7pmfs>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. A Contenção das Ideias republicanas na Bahia: A Reforma Sático Dias de 1890. **Revista da Academia Baiana de Educação**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 15-19, set. 2001.

OLIVEIRA, Jane Souto. “**Brasil mostra a tua cara**”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 69 p. (Texto para discussão n. 6). Disponível em: <https://bit.ly/3xelzBE>. Acesso em: 23 out. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3dGvJ6B>. Acesso em: 19 abr. 2019.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. **Informes de pesquisa**, Brasília, n. 1, p. 120-127, maio 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3tGJ8B8>. 13 maio 2020.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. **Debates e embates na instrução pública primária e seus efeitos nas práticas do Instituto Ferreira Vianna (Rio de Janeiro, 1929-1940)**. 2015. 379 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O federalismo e sua relação com a educação no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Romualdo P. de; SANTANA, Wagner (org.) **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010.

OLIVEIRA, Sandra Maria. **Grupo escolar em Minas Gerais: análise da legislação da Primeira República (1906-1924)**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PACHECO, Darcy. Um estudo sobre a junta da Real Fazenda de Santa Catarina período de 1817-1831. 1979. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

PAIVA, C. *et al.* **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. (Relatório Provisório). Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd), 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3auHqeF>. Acesso em: 28 out. 2019.

PAIVA, Clotilde Andrade; ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. *In*: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5. 1990, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 85-106. Disponível em: <https://bit.ly/2RPBXZb>. Acesso em: 20 set. 2020.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Pró-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/32HNHyZ>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores livres e pobres do Nordeste Oriental do Brasil, c.1700-1875. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 30, n. 3, p. 325-353, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/2RK0JrQ>. Acesso em: 13 maio 2020.

PALACIOS, Guilherme. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a ‘Guerra dos Maribondos’ (Pernambuco, 1851-1852). **Revista Fórum - almanack brasileiro**, Brasília, n. 3, p. 9-39, maio, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3xbxRLc>. Acesso em: 13 maio 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PORTUGAL. **Ordem régia de 3 de maio de 1757**. Lisboa, 1757. Disponível em: <https://abre.ai/cAHZ>. Acesso em: 5 set. 2019.

PORTUGAL. **Alvará régio de 28 de junho de 1759**. Lisboa, 1759. Disponível em: <https://abre.ai/cAHT>. Acesso em: 5 set. 2019.

PORTUGAL. **Alvará régio de 4 de junho de 1771**. Lisboa, 1771. Disponível em: <https://abre.ai/cAHV>. Acesso em: 5 set. 2019.

PORTUGAL. **Lei de 6 de novembro 1772**. Lisboa, 1772. Disponível em: <https://abre.ai/cAHY>. Acesso em: 5 set. 2019.

PORTUGAL. **Alvará de 10 novembro 1772**. Lisboa, 1772. Disponível em: <https://abre.ai/cAHS>. Acesso em: 5 set. 2019.

POUBEL, Martha Werneck. **Os Primeiros Processos Censitários Brasileiros e o desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de 1872 a 1938**. 2013. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PUPO, Fabricio Palermo; BOTELHO, Delane. Conhecimento e Uso de Métricas de Marketing. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 38-55, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3n6WVyr>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3sAoMbb>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://bit.ly/32Cnfag>. Acesso: 20 jul. 2019.

REIS, Liana Maria; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império**. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

REIS, Rosinete Maria. **A Escola Isolada à meia-luz (1891/1927)**. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REVEL, Jacques. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX. *In*: REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Cap. IV.

REZENDE, Irene Nogueira. **Negócios e participação política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. 2008. 254 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; GOLGHER, André Braz. Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. *In*: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. de L. R. (ed.). **Introdução à Demografia da Educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Cap. 2, p. 90-127. Disponível em: <https://bit.ly/3ekm98l>. Acesso em: 13 ago. 2018.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar – 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/3awjWWH>. Acesso em: 10 out. 2019.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A Transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 18, n. 1/2, p. 59-73, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3sA9aVn>. Acesso em: 4 set. 2018.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 237-254, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2QqirC9>. Acesso em: 4 set. 2018.

RODARTE, Mario; OLIVEIRA, Isabella; SOUZA, Michel Cândido de. Ser mãe numa vila colonial do ouro: vida (re)produtiva das mulheres da Paróquia de Antônio Dias de Ouro Preto, entre 1745 e 1804. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 26, n. 1 [35], p. 31-46, jan./jun. 2018. e-ISSN: 2178-3284. Disponível em: <https://bit.ly/3tJwIID>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ROSANVALLON, Pierre. **La legitimidad democrática**: imparcialidad, reflexividad, proximidad. Buenos Aires: Manantial, 2009.

ROSENTAL, Paul André. Por uma história política das populações. *In*. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 176-200, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2RSKUKC>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RUST, Leandro Duarte. O concílio, o papado e o tempo: ou algumas considerações críticas sobre a institucionalização do Papado Medieval (1050-1270). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 46, p. 163-187, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/32APIx3>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SÁ NETTO, Rodrigo de. **O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Publicações Históricas nº 100) Disponível em: <https://goo.gl/58g7u8>. Acesso em: 12 maio 2014.

SAAVEDRA, Renata Franco. **População, Recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3sDolNp>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **Hist. cienc. saúde**, Manguinhos, v. 24, n. 3, p. 785-826, 20017. Disponível em: <https://bit.ly/32Crhzq>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTA CATARINA. **Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da província de Santa Catharina o Dr. Coronel Augusto Fausto de Souza em 13 de fevereiro de 1889.** Disponível em: shorturl.at/xFT47. Acesso em 20 jul. 2020.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 2, p. 24-33, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ejvgGt>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. *In*: DORÉ SANTOS, Antônio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2009. p. 143-152. Disponível em: <https://bit.ly/3av8TwC>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892. Reforma a instrução pública do Estado.** Disponível em: shorturl.at/ipxTW. Acesso em: 13 ago. 2020.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHNEIDER, Omar; NETO, Amarílio Ferreira; ALVARENGA, Jeizibel Alves. A escolarização e sua obrigatoriedade: debates da província do Espírito Santo. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 175-202, jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/32zcmpJ>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. **Revista Tempo**, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3sHIEuh>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SCHÜEROFF, Dilce. Estatística sobre a instrução primária catarinense (1870- 1910). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 16. 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2018. p. 1-13. Disponível em: <https://bit.ly/2RUQu63>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). *In*: ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; MATOS, Paulo Teodoro de. Demografia do Brasil Colonial: fontes, métodos e resultados, 1750-1822. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 1750-1822, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dEXSuM>. Acesso em: 10 out. 2019.

SENRA, Nelson de Castro. A questão dos registros administrativos vis-à-vis a geração de estatísticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 199-205, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3vn5xnB>. Acesso em: 10 out. 2019.

SENRA, Nelson Castro. Um olhar sobre os anuários estatísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 7-11, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2PgpBIQ>. Acesso em: 20 out. 2020.

SENRA, Nelson de Castro. Regime e política de informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 75-85, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2QJfj4m>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SENRA, Nelson de Castro. **O Saber e o poder das estatísticas**: uma história das relações das estatísticas com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 332p. Disponível em: <https://bit.ly/3gtEpiv>. Acesso em: 2 maio 2019.

SENRA, Nelson de Castro. (org.). História das estatísticas brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (**Estatísticas Desejadas** C. 1822 – C. 1889, v. 1). Disponível: <https://bit.ly/3enXaB4>. Acesso em: 2 mai. 2019.

SENRA, Nelson de Castro (org.). História das estatísticas brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. (**Estatísticas Legalizadas** C. 1899 – C. 1836, v. 2). Disponível: <https://bit.ly/32xDW6G>. Acesso em: 2 maio 2019.

SENRA, Nelson de Castro. Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 411-425, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2PeO3u6>. Acesso em: 2 maio 2019.

SENRA, Nelson de Castro. A primeira instituição estatística brasileira. **Estadística y Sociedad**, México, n. 4, p. 6-30, abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xnKS19>. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Cúria Papal e a Diocese de Calahorra: as transferências normativas do governo eclesiástico central ao local no século XIII. **Revista Signum**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 24-50, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3v9rwhr>. Acesso em: 24 set. 2019.

SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. O sistema de informações estatísticas no Brasil e as relações entre seus produtores e usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 62-69, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/32B7kZD>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, Diana de Cássia. **O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835)**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Diana de Cássia. As Reformas Pombalinas e seus Reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no termo de Mariana (1772-1835). In: TARCÍSIO, Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (org.). **Histórias de Práticas Educativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SILVA, Diana Rocha. Intelectuais da educação e o incentivo à escolarização primária no Maranhão. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 147-165, nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dCzjhO>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si tentados desde os tempos**

coloniaes até hoje. Rio de Janeiro: IBGE, 1951 (ed. fac-similar, 1870). Disponível em: <https://bit.ly/3xhgCZ5>. Acesso em: 2 maio 2019.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Pardos livres em um campo de tensões**: milícia, trabalho e poder (São Paulo 1793-1813). 2018. 532 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas contada em números: a capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 529-548, set/dez., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dASOaG>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A fecundidade da população livre em uma economia de plantation. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8. Disponível em: <https://bit.ly/2QkxkG4>. Acesso em: 19 jun. 2019.

TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Verbetes Padroado. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006. 1 Cd-ROM.

TOLEDO, Geraldo L; OVALLE, Ivo I. **Estatística básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; ROSÁRIO, Rayane Soares. Nota Histórica. Histórico da Comarca do Rio das Mortes. **Jurisprudência Mineira**, Belo Horizonte, v. 65, n. 208, p. 13-26, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3vn78d5>. Acesso em: 2 fev. 2021.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; BRITO, Luiz Artur Ledur. Vantagem competitiva: o construto e a métrica. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 51-63, 2004. ISSN 0034-7590. Disponível em: <https://bit.ly/2QJhzIS>. Acesso em: 20 jul. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, Maringá, n. 9, p. 73-108, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3sEa8jn>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Maringá, v. 13, n. 39, p. 502-516, set-dez. 2008. Disponível: <https://bit.ly/3tGayXM>. Acesso em: 13 maio 2019.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O labirinto das ocupações: uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n° 32, p. 190-210, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3veNArb>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século

XIX. **Revista brasileira de história da educação**, n° 17 maio/ago. 2008. Disponível em: <https://abre.ai/cAHP>. Acesso em: 15 out. 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil Império e República**. Brasília: Líber Livro, 2008.

XAVIER, Flávia Pereira. Parecer sobre projeto de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 19 mar. 2018. Mimeo.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: shorturl.at/mttyE1. Acesso em: 15 out. 2020